

VIOLÊNCIAS INTENCIONAIS CONTRA GRUPOS VULNERÁVEIS

crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos

Ceci Vilar Noronha
Andrija Oliveira Almeida
(Org.)



Violências intencionais contra grupos vulneráveis

crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora

Dora Leal Rosa

Vice-Reitor

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Ceci Vilar Noronha
Andrija Oliveira Almeida
(Org.)

Violências intencionais contra grupos vulneráveis

crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos

Edufba
Salvador, 2012

2012, Ceci Avelar Noronha e Andrija Oliveira Almeida

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico
Josias Almeida Jr.

Capa e foto
Mariana Vilar Noronha

Normalização
Adriana Caxiado

Revisão
Equipe da EDUFBA

SIBI – Sistema de Bibliotecas da UFBA / Biblioteca Anísio Teixeira/Faculdade de Educação

Violências intencionais contra grupos vulneráveis : crianças, adolescentes, adultos jovens,
mulheres e idosos / Ceci Vilar Noronha, Andrija Oliveira Almeida, (Org.). - Salvador :
EDUFBA, 2012.
233 p. Il.

ISBN 978-85-232-1026-7

1. Crianças - Maus-tratos. 2. Adolescentes - Maus-tratos. 3. Jovens - Maus-tratos.
4. Violência contra as mulheres. 5. Violência familiar. 6. Idosos - Maus-tratos. I. Noronha, Ceci
Avelar. II. Almeida, Andrija Oliveira.

CDD - 362

Editora filiada à



EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115 Salvador-BA Brasil
Tel/fax: (71)3283-6160/3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

7 Apresentação

Ceci Vilar Noronha
Andrija Almeida

11 Introdução

Raimunda Magalhães da Silva

CAPÍTULO 1

17 Maus-tratos contra crianças e adolescentes sob a ótica dos profissionais de saúde: concepções, tipificações e cuidados às vítimas

Ana Clara de Rebouças Carvalho
Ceci Vilar Noronha

CAPÍTULO 2

39 Crianças no âmbito escolar: incivildade, agressividade e violência na percepção do professor

Mirna Albuquerque Frota
Jessica de Lima Aquino Nogueira
Caroline Soares Nobre
Luiza Luana de Araújo Lira Bezerra
Luiza Jane Eyre de Souza Vieira

CAPÍTULO 3

61 Corpos Frágeis: violência sexual contra vítimas infantojuvenis

Ceci Vilar Noronha
Andrija Almeida
Juliana Campos Maltez

CAPÍTULO 4

83 Vitimização Indireta por violência sexual infantojuvenil: aproximações iniciais e considerações preliminares a partir do campo

Andrija Oliveira Almeida
Ceci Vilar Noronha

CAPÍTULO 5

- 101 Cuidado, atrás da porta tem gente!
Reflexão sobre a morte violenta de jovens em Salvador**

Tania Cordeiro

Gino Tapparelli

CAPÍTULO 6

- 125 Produção de sentidos subjetivos em um adolescente em conflito com a Lei: um estudo sobre os motivos para a prática infracional**

Joelma Oliveira da Silva

Antonio Marcos Chaves

CAPÍTULO 7

- 151 Violência intencional entre parceiros íntimos no contexto baiano**

Ceci Vilar Noronha

Suzana Dourado

CAPÍTULO 8

- 171 Idosos vivendo em instituição de longa permanência: o paradoxo da proteção e dos maus-tratos**

Adriana Valéria da Silva Freitas

Ceci Vilar Noronha

CAPÍTULO 9

- 191 Linha de cuidado para a atenção a crianças e adolescentes em situação de violência: teoria e prática**

Ana Lúcia Ferreira

CAPÍTULO 10

- 209 Do apoio às vítimas de crime em Portugal**

Elisa Brites

Elsa Beja

- 230 Sobre os autores**

Apresentação

Ceci Vilar Noronha
Andrija Almeida

Em perspectivas diferentes e criativas, tem-se nesta coletânea um mosaico de textos focalizando modalidades de violências intencionais. A estruturação geral dos conteúdos dispostos, oriundos de pesquisas ou reflexões teórico-práticas, reflete um modo estreitamente relacionado com as experiências dos autores, sejam estes pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Violência, Saúde e Sociedade (LAVISS) – a face de maior visibilidade da linha de investigação “Violência Urbana e Saúde” que compõe o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia – ou autores convidados que trabalham em atividades de pesquisa/ensino ou na rede de serviços de atenção.

No capítulo primeiro, tem-se uma discussão sobre a formação biomédica aplicada ao atendimento às vítimas infantis e juvenis, quando prevalecem disposições para intervir sobre corpos feridos na lógica do “aqui e agora”, distante de uma concepção sobre atenção integral. Longe disso, a análise baseada nas representações de profissionais de saúde em duas unidades de referência aponta para um modelo de atuações individualizadas, fragmentadas e pontuais. Essa ausência do modo de agir coletivamente articulado conforme a especificidade de cada caso, alude às tensões nas relações entre profissionais e familiares das vítimas. Ademais, o estudo aponta as condições precárias que estes últimos enfrentam nas dependências hospitalares, nas quais são aceitos com certa desconfiança e nenhum conforto. Uma série de ambiguidades se produz nestas relações com prejuízos evidentes para os destinatários da atenção.

O capítulo segundo aborda as superposições entre incivilidade, agressividade e violências interpessoais segundo o olhar dos professores

sobre seus alunos, no entanto, sem críticas às formas de dominação que perpassam o currículo escolar e, que por tão distante ou desinteressante, criam resistências/passividade entre os discentes. Como reagem os professores? Repassando parte do insucesso escolar em cumprir sua missão formadora aos pais. Em suma, as autoras apontam que as escolas têm contribuído pouco para a elaboração de uma cultura de paz, no processo de socialização de futuros adultos.

O problema das agressões sexuais contra o segmento infanto-juvenil, mormente atos praticados por adultos do sexo masculino, é abordado pelas autoras do capítulo 3. Retomam-se algumas dinâmicas entre agressores não familiares e suas vítimas e aponta-se a baixa eficácia na responsabilização dos autores. Também estão caracterizadas as reações populares aos predadores sexuais, os quais são indivíduos que ocupam, em geral, uma posição de confiança em relação aos familiares das vítimas: vizinhos, amigos e/ou profissionais que lidam com o segmento infanto-juvenil cotidianamente. Impondo medo às suas vítimas, eles agem multiplicando as formas de uso da violência – sexual, física e psicológica – e, com isso, complexificam-se os agravos.

Os efeitos de “contágio” dos atos violentos constituem o ângulo de análise do capítulo 4, o qual estuda a vitimização indireta, ao interior de um grupo familiar, ao ser revelado um abuso sexual contra uma criança ou adolescente. Com isso as autoras focalizam as repercussões e os distintos processos de vitimização que compreendem sofrimentos psicológicos acentuados e emoções em conflito, concatenados com mudanças no estado de saúde dos indivíduos que vivenciam este tipo de trauma. Resultados surpreendentes e cruciais afloram no sentido de propiciar uma compreensão dos sofrimentos intencionalmente infligidos no âmbito da vida privada e as exigências de repensar questões práticas no que tange à organização do cuidado. Tal como descreve a literatura especializada, destas situações origina-se o paradoxo da existência de vítimas sem o status de vítima, sobreviventes à margem de qualquer reconhecimento ou tipo de atenção.

Mortes violentas de adolescentes e jovens, pobres, negros e moradores de áreas periféricas seguem sendo uma rotina em Salvador, provocando dores e revoltas de moradores que irrompem, por vezes, em protestos de rua contra a dominação exercida com apoio do braço armada das polícias (Militar e Civil). Os autores do capítulo 5 sistematizam denúncias de que

o policiamento aos pobres se faz com desrespeito aos direitos humanos e que os policiais matam indiscriminadamente em nome da ordem pública. Isso faz com que sujeitos sem direito à voz e locais marginalizados sejam frequentes referências do jornalismo policial, atualizando discriminações e preconceitos sociais, bem como referendando as mortes “desejáveis”.

Uma situação paradoxal se dá entre os adultos jovens, por seu envolvimento com a violência em dupla via: na condição de vítimas, como atestam as altas taxas de homicídios do país para esta faixa etária, e como protagonista da violência por sua alta participação em transgressões, como “trabalho” e projeto de vida. Indagar sobre as perspectivas explicativas deste fenômeno foi objeto do capítulo 6, cujos autores destacam motivações materiais e abstratas presentes nas narrativas de um jovem sobre a construção de uma carreira, a qual contempla uma escalada gradativa de ilegalidades. Do roubo a residência, ele se envolveu com roubo de motos, passando à subtração de automóveis até participar do tráfico de drogas. O jovem personagem destacou o caráter inevitável da continuidade no universo do crime, uma vez que se fez a iniciação e, por outro lado, pela facilidade de sair das instituições de ressocialização.

No capítulo sete, caracteriza-se o momento presente através do incremento das violências contra as mulheres, sendo esta modalidade de uso de violência originária das relações com parceiro íntimo, em coabitação ou mesmo não ocorrendo este compartilhamento. Nota-se também, nestes casos, o aumento do uso da arma de fogo e, com isso, atinge-se um patamar de letalidade mais alto nos conflitos entre pares. Conclui-se que haja um movimento constante de atualização das assimetrias de gênero, que é reforçado ou fundamentado na difusão do medo através do uso da força em contextos nos quais o patriarcado modifica-se, mas sobrevive e tem como foco o controle da sexualidade feminina.

Mudanças demográficas recentes sugerem que teremos um número crescente de idosos e que eles, sobretudo elas, dada à vantagem das mulheres em expectativa de vida, estão vulneráveis às violências da negligência, omissão às suas necessidades e direitos praticada em instituição voltada à sua proteção. As autoras do capítulo 8 indicam que na vida asilar, com suas rotinas e mesmo sob a supervisão de técnicos, há maus-tratos entre pares. Conclui-se que apesar das inovações no plano formal dos direitos, existem práticas sociais e institucionais que não primam por promover o bem-estar dos mais velhos.

Em contraste com a insegurança dos profissionais de saúde em atender vítimas, principalmente aquelas atingidas por violências de âmbito doméstico, as proposições da Linha de Cuidado,¹ expostas e discutidas no capítulo 9, vão salientar a importância da atenção integral aos portadores de agravos oriundos de atos violentos. E isso tem implicações para a pactuação nos fluxos de atendimento, a elaboração de protocolos, a reorganização do processo de trabalho para assegurar um atendimento que respeite as singularidades dos sujeitos envolvidos: vítimas, agressores e familiares. De acordo com o modelo proposto, a postura e as ações dos profissionais devem estar baseadas na competência técnica e no afeto nas relações interpessoais, sendo esta uma condição necessária para os propósitos da atenção qualificada.

Na mesma linha de apontar caminhos para as intervenções, o capítulo 10 traduz o modo de atuação da Associação Portuguesa de Apoio às Vítimas (APAV), salienta a integralidade e o compromisso maior com o princípio da autonomia da vítima. Isto significa que, em quaisquer circunstâncias, as suas necessidades devem ser colocadas no centro da rede de serviços e, neste sentido, cada caso singular demandará um plano próprio de ações no momento de crise e na prestação de assistência continuada. Ao longo de 10 anos de trabalho, a APAV atende a vítimas de ambos os sexos e em todas as faixas etárias, defendendo a concepção de que os esforços devem ser coordenados em três grandes áreas de atuação articuladas: jurídica, psicológica e social.

Por fim, cabe esclarecer que a decisão de organizar esta coletânea nasceu das trocas interdisciplinares em cursos de pós-graduação e de extensão com a temática da violência intencional, voltados a profissionais ou a estudantes da saúde coletiva. Nos últimos doze anos, nas atividades pedagógicas presenciais e *online*, desenvolvidas pelo LAVISS (ISC/UFBA), em cooperação com o Ministério da Saúde² e a Fundação G. Olivotti (Itália), o binômio “compreender e intervir” sobre o fenômeno da violência com vistas à prevenção de riscos e redução de danos esteve presente nas inquietações dos participantes.

1 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências*: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 104 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

2 Esta publicação insere-se no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica ISC/UFBA-Ministério da Saúde, TCC 106/2009.

Situações de violência intencional em grupos vulneráveis

Raimunda Magalhães da Silva

Discorrer sobre situações de violência em grupos vulneráveis perpassa pelo resgate da história, pela compreensão das nuances das culturas e da implicação ou omissão de países sobre o modo de lidar com o tema. Discutir a violência em si, a polissemia que a circunda, as múltiplas facetas na sua gênese, os desdobramentos para o campo individual e coletivo é visualizá-la como um crescente problema social e de responsabilidade de todos. É também perfilhar a mobilização e o envolvimento de gerações para que o **olhar** sobre o viver de crianças, adolescentes, mulheres e idosos seja ampliado e resolutivo.

Não obstante o progresso, no início do século XX, em dar visibilidade à violência nos espaços públicos, a exemplo da identificação da síndrome do bebê espancado, diagnósticos dos maus-tratos infantis nos serviços de saúde, da atuação do movimento feminista em defesa dos direitos das mulheres, da implementação de políticas públicas e da identificação das repercussões da violência na saúde individual, coletiva e na sociedade, persistem desafios para enfrentá-la e reduzi-la. (MINAYO, 2007)

Para Minayo (2007), os programas de prevenção primária e secundária e intervenções, principalmente nas dinâmicas familiares responsáveis pela maioria das agressões, negligências e abusos psicológicos, instituíram-se na rotina de serviços de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais.

Como marco importante para o reconhecimento da violência pelo setor saúde, destaca-se a atuação da Organização Pan Americana da Saúde (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 1994), ao convocar os ministros de Saúde das Américas, pesquisadores e especialistas para uma conferência sobre o tema. Nos documentos preparatórios e no documento final desse evento, incluíram-se os aspectos tradicionais que sempre marcaram a atuação do setor e outras problemáticas que, pela primeira vez, foram adicionadas na pauta, de forma orgânica. Os participantes da conferência entenderam que a transição epidemiológica dos países da região apresentava uma questão antiga com novas cores e evidências, e era preciso defini-la na sua especificidade histórica e mapeá-la, para que fosse tratada com as distinções próprias da área da saúde e nos aspectos da intersetorialidade. (MINAYO, 2005a)

O Ministério da Saúde, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde feitas na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1996, publicou a Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (BRASIL, 2001), definindo um instrumento de notificação às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

Ilustrando a importância da temática da violência ser incorporada ao campo da Saúde Pública, séries históricas sinalizam que as causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, suicídios e outros acidentes) ocupam a primeira causa de morte na faixa etária de 1 a 19 anos. (BRASIL, 2009)

A partir da magnitude e transcendência da violência na vida dos povos, com esta compreensão é insensato pensar em definir a violência de modo linear. Estudiosos da complexidade deste objeto avocam que existem várias concepções de violência suportadas por correntes filosóficas, teóricas, metodológicas, políticas, culturais, dentre outros construtos, ciências e dimensões. Cabe ressaltar que algumas destas perspectivas são convergentes, outras, mostram-se antagônicas. (MINAYO, 2003)

Destarte, frente a esta polissemia conceitual é importante se conhecer a definição de violência difundida pela Organização Mundial de Saúde:

[...] uso da força física ou do poder real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (KRUG et al., 2002, p. 5)

A literatura (MINAYO, 2003, 2007) aduz que a violência é um fenômeno complexo e multicausal que atinge a todas as pessoas, as afetam emocionalmente e carrega atributos próprios. É um fato humano e social, é histórica, possui formas que persistem na temporalidade e alcançam quase todas as sociedades, abrange todas as classes e segmentos sociais. É importante aludir que a violência, enquanto fenômeno social, é previsível e passível de prevenção.

Nessa perspectiva, Gomes, Minayo e Silva (2005) comentam que a violência contra a mulher acontece sob os vários domínios e dimensões e, frequentemente, são toleradas, silenciadas e desculpadas pela dependência das mulheres em relação aos homens ou por explicações individualizadas e psicologizantes.

O problema perpassa pelo desrespeito aos direitos humanos, pelas desigualdades sociais, pela insuficiência das políticas públicas e pelas diferenças regionais. É necessário realizar ações multidisciplinares, existir comprometimento dos envolvidos para sustentar políticas e desenvolver condutas contra a violência. (SOUZA; SANTANA, 2009)

No Brasil, estudo que investigou o panorama da violência urbana em capitais brasileiras destacou com maiores indicadores de violência intencional, em relação aos homicídios e lesões corporais, as seguintes capitais: Porto Velho, Macapá, Vitória, Rio de Janeiro e Cuiabá. (SOUZA; LIMA, 2006)

Torna-se um desafio a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de estratégias para o enfrentamento e minimização das situações de violência em crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Contudo, passos iniciais já foram percorridos, mas ainda é premente a necessidade de ações mais eficazes no combate a violência, fundamentadas na promoção da saúde da população.

Para tanto, as intervenções sobre o problema exige ação conjunta e participação eficiente e democrática das esferas Federal, Estadual e Municipal na implementação de políticas públicas de caráter intersetorial, preventivo, organizacional, estrutural e transformador. Além disso, requer a participação contínua dos cidadãos, o engajamento de entidades sociais,

envolvendo a iniciativa privada e o apoio técnico de múltiplos profissionais. (XAVIER, 2012)

Por outro lado, a magnitude da violência cresce a cada dia em todo o país e afeta diferentes locais como a escola, a rua, os domicílios, as cadeias, as instituições de trabalho, dentre outros. Neste contexto, grupos vulneráveis como criança, jovens, mulheres e idosos sofrem impactos sociais e psicológicos profundos que podem afetar a qualidade de vida e as maneiras de convivência coletiva. Neste sentido, as vítimas de violência devem ser acolhidas e respeitadas enquanto sujeitos de direitos, mormente nos serviços de saúde e de justiça, recebendo uma atenção humanizada, integral e com proteção social.

Fortaleza, 15 de agosto de 2012
Raimunda Magalhães da Silva
Docente da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), PQ/CNPq
Pós-Doutorado em Saúde Coletiva (UNICAMP)

Referências

- BRASIL. Portaria nº 1.968/GM, de 25 de outubro de 2001. Dispõe sobre a notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 out. 2001. Seção 1, p. 86.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS: ParticipaSUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p.117-140.
- KRUG, E. G. et al. *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.
- MINAYO, M. C. S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. de. *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 33-47.

MINAYO, M. C. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005a. p. 9-41.

MINAYO, M. C. S. *Violência contra o idoso: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005b.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde individual e coletiva. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Bases conceituais e históricas da violência e setor saúde: curso Impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS. *Violência y Salud*. Resolución n° XIX. Washington D. C., 1994.

SOUZA, Mariluce Karla Bonfim; SANTANA, Judith Sena Silva. Atenção ao adolescente vítima de violência: participação de gestores municipais de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 547-555, mar./abr. 2009.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; LIMA, Maria Luiza Carvalho de. The panorama of urban violence in Brazil and its capitals. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 11, n. 2, p. 363-373, abr./jun. 2006.

XAVIER, Laécio Noronha. *Políticas Públicas de Segurança*. Fortaleza: LCR, 2012.

CAPÍTULO 1

Maus-tratos contra crianças e adolescentes sob a ótica dos profissionais de saúde: concepções, tipificações e cuidados às vítimas

Ana Clara de Rebouças Carvalho
Ceci Vilar Noronha

Introdução

Frequentemente tem-se configurado os maus-tratos contra crianças e adolescentes como atos de violência doméstica, cuja caracterização é marcada pela agregação de comportamentos de difícil classificação, haja vista a dependência das concepções individuais dos envolvidos no evento. (SOARES, 1997) Esta perspectiva conceitual é ratificada por Gomes e colaboradores (2002) quando consideram os maus-tratos um construto cultural, e cujo ato violento só seria considerado como tal a partir de significados partilhados histórica e culturalmente. É nesta direção que se propõe aqui recuperar e analisar os sentidos, significados e valores que os profissionais de saúde atribuem aos casos concretos de crianças e adolescentes vítimas de agressões assistidos em seus locais de trabalho.

Nesta perspectiva, o presente capítulo descreve as concepções de profissionais, lotados em dois serviços de referência da rede pública de Salvador e voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, sobre maus-tratos infantis e juvenis. Na aproximação com este segmento da atenção proporcionada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), buscou-se identificar

noções, opiniões e valores dos adultos acerca do problema e das suas formas de intervenção. Assume-se como pressuposto teórico que as narrativas referentes aos maus-tratos são em si mesmas reveladoras de concepções de infância e adolescência emergentes e que têm desdobramentos para o setor saúde, no que tange às ações de cuidado e prevenção das mais diversas violências intencionais contra o referido grupo.

No plano pragmático, a violência está inserida no conjunto das causas externas e responde como um dos principais agravos contra crianças, adolescentes e adultos jovens no Brasil. Em consequência, o Ministério da Saúde, através da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (BRASIL, 2001), estabeleceu uma classificação de tais eventos, tomando o espaço doméstico como referencial de ocorrência para acidentes e violências, inclusive as manifestações de maus-tratos físicos, e demarcou uma tomada de posição para intervir sobre estes agravos, em nível nacional.

Ainda esta Política enfatiza sobremaneira a participação dos profissionais de saúde em todo o processo de atenção aos sujeitos em contextos de violências, o qual transcorre desde o diagnóstico ao encaminhamento e acompanhamento dos casos, bem como em estratégias de prevenção e promoção de uma cultura de paz.

Desde as duas últimas décadas do século XX, verifica-se uma crescente participação do setor saúde na produção acadêmica acerca do tema, uma vez que a violência passa a ser entendida como um problema de saúde pública. Em contrapartida, estudos têm ainda salientado dificuldades e deficiências das mais diversas naturezas no que tange ao enfrentamento das violências por parte dos profissionais de saúde. Algumas delas se coadunam com a análise dessa pesquisa e demonstram que tais limitações vinculam-se mais à ordem das racionalidades e mentalidades hegemônicas na cultura biomédica do que às questões de ordem prática ou dos recursos materiais.

Métodos e técnicas

Quanto à orientação metodológica, ao considerar a especificidade do objeto de estudo – as concepções dos profissionais de saúde em relação aos maus-tratos – optou-se pela abordagem qualitativa. Há uma literatura relativamente vasta relacionada à análise quantitativa da problemática da

violência e seus desdobramentos sobre a saúde. Oportunizou-se, portanto, um aprofundamento da complexidade do fenômeno a partir de uma perspectiva qualitativa, em especial, a etnografia. Neste estudo, a estratégia metodológica eleita adequou-se à natureza do objeto, uma vez que se buscou descrever os significados contidos nos relatos dos profissionais acerca do objeto.

Realizou-se, então, uma pesquisa de natureza etnográfica em dois hospitais de referência de atendimento pediátrico e hebiátrico de Salvador (Bahia), entre os anos de 2007 a 2008. As principais características estruturais e funcionais de ambas Instituições, doravante denominadas de A e B, são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização das Instituições Pesquisadas

Instituições Hospitalares	Aspectos estruturais	Aspectos funcionais
Instituição A	Dispõe de 102 leitos, distribuídos em três enfermarias e um centro de terapia intensiva; o perfil dos beneficiários desta instituição constitui-se majoritariamente de um público de baixas renda e escolaridade, advindo do município.	Oferece serviços clínicos e internações. Conta com o Projeto Escola no Hospital, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação (SME). Organizou um Programa de Atenção às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Maus-Tratos.
Instituição B	A estrutura de atendimento básica é composta por um pronto-atendimento (PA), uma enfermaria geral, uma unidade de pequenos lactentes e uma unidade metabólica. O PA é considerado como porta de entrada das crianças, geralmente, em condições agudas ou com caráter de urgência.	Oferece serviços clínicos e internações. Conta com Escola-Hospital conveniada à SME. Não possui um projeto específico destinado ao aprimoramento da abordagem frente às situações de maus-tratos ou outras agressões intencionais.

Neste estudo, além de conhecer os relatos dos sujeitos envolvidos na atenção à saúde das vítimas infantis e juvenis, optou-se por observar as rotinas institucionais, cujas descrições foram registradas diariamente. Ao final do trabalho de campo, foram entrevistados 21 profissionais de ambas as Instituições, com formações diversificadas, a saber: quatro médicos; duas enfermeiras; uma fisioterapeuta; três assistentes sociais; dois residentes de Medicina e uma ludoterapeuta. Dentre os profissionais de formação ao nível do ensino médio, entrevistamos oito técnicas de enfermagem.

Em relação à análise dos dados, utilizou-se a técnica da análise do conteúdo das entrevistas realizadas, devidamente gravadas e transcritas, bem como dos registros em diário de campo. As questões que compuseram o roteiro de entrevista seguem descritas no Quadro 2. A opção por esta técnica analítica justificou-se por ser adequada ao *corpus* construído dentro da perspectiva teórica e dos objetivos definidos por este estudo. A organização dos dados empíricos contemplou as fases distintas da pré-análise e elaboração de categorias e indicadores; da exploração sistemática e exaustiva do material; e do tratamento interpretativo dos resultados. (BARDIN, 1977)

Quadro 2 – Questões constituintes do roteiro de entrevistas

Questões	
1.	Como poderia avaliar a frequência de caso(s) de maus-tratos atendido(s) nos últimos dois anos? Poderia comentar sua experiência?
2.	Comente sobre sua experiência em atendimentos de casos suspeitos de maus-tratos no(s) serviço(s) de saúde onde atua ou atuou. Detalhes os indícios que guiaram a sua suspeita .
3.	Comente sobre sua experiência em atendimentos de casos confirmados de maus-tratos no(s) serviço(s) de saúde onde atua ou atuou.
4.	A partir da confirmação (ou suspeita), quais providências foram tomadas por você? E pela instituição?
5.	O que pensa sobre o problema dos maus-tratos contra as crianças e os adolescentes? (Qual a sua visão?)
6.	O que pensa sobre o papel que os profissionais de saúde assumem ou deveriam assumir diante dos maus-tratos?
7.	Como você avaliaria a abordagem do tema da sua formação acadêmica ou na formação acadêmica da sua profissão de um modo geral?
8.	Há algo que queira falar sobre o tema que não tenha sido questionado?

Dentre as possibilidades de análise, privilegiou-se aqui a reflexão sobre a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos em contextos de violação dos mesmos e os discursos acerca do papel do setor saúde frente à problemática em foco.

O projeto originário deste estudo enquadrou-se na modalidade de pesquisa de risco mínimo e foi devidamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e ao Comitê de Ética de um dos hospitais do estudo. Ambos os comitês aprovaram o referido projeto. Por tratar-se de pesquisa envolvendo instituições e seres humanos, o acesso aos sujeitos foi previamente autorizado pelos representantes das mesmas e, individualmente, os profissionais foram entrevistados, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O cuidado às vítimas e suas interfaces

No que tange à assistência e à atenção à saúde, observa-se o fato das crianças e dos adolescentes ainda serem vistos como aqueles sobre quem se “cuida” ou se “trata”, ou mesmo “se bem trata” ou “se mal trata”. Distante das concepções mais progressistas, raramente, eles são vistos como sujeitos com quem se constrói relações ou referenciais de cuidado; ou para quem se viabiliza condições concretas de cidadania, em seus mais diversos sentidos e significados.

Eu acho assim, não sei se pela profissão, porque eu também sou professora e, em escolinha, a gente vê maus-tratos. Então, maus-tratos, é o que eu digo, não é só a gente pegar e bater. [...] A criança ia pra escola de qualquer jeito, com a roupa mal lavada, um sapato sujo, se tiver comida teve, se não deu tempo de fazer mandava a criança pedir a alimentação na escola. [...] Eu acho tudo isso aí maus-tratos. Não é só bater, espancar. Eu acho que o desleixo, a falta de amor porque ser pobre não é vergonha. A gente tem que ensinar que tem que dá um trato na criança. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 1)

O sentido do cuidado em saúde, aqui problematizado, refere-se ao fato da grande maioria das crianças e adolescentes, nos contextos hospitalares pesquisados, ali não estar em consequência direta dos eventos de “maus-tratos”, reconhecidos como atos violentos ou como violações dos seus amplos direitos, mas sim por necessidades de assistência a outros problemas de saúde. Estas, por si só, oportunizariam experiências do cuidado em saúde, as quais, como dito por Ayres (2004), só se constroem em relação, na interação com o outro, o sujeito da saúde. Tais necessidades são suscitadas por agravos das mais diversas naturezas, em meio aos quais os maus-tratos seriam entendidos como mais um deles; ou como uma condição expressa indiretamente, nas palavras ou nos sinais corporais.

Chegamos à conclusão que quase 13% a 14% das internações eram conseqüências diretas ou indiretas dos maus-tratos. Então, a partir daí, nos próximos anos começamos a aprimorar este trabalho de atenção às vítimas de maus-tratos, que nada mais é do que colocar na cabeça do profissional médico ou do profissional da área de saúde de maneira geral que os maus-tratos existem, que os sinais de alerta estão aí e que alerta você deve ficar pra investigar. (MÉDICA 2)

A estimativa de eventos violentos explicitada acima parece expressivamente alta e embasada nas experiências rotineiras deste serviço de referência. Assim sendo, os maus-tratos para serem identificados depen-

deriam, inclusive, dos conhecimentos práticos oriundos dos atendimentos clínicos, sobretudo, aqueles voltados ao aprimoramento do diagnóstico conclusivo. Ao lado do conhecimento teórico, seria a diversidade de casos e das observações levantadas em diálogos entre familiares, vítimas e profissionais, ao logo do tempo, que mais contribuiria para se fomentar conhecimento acerca dos maus-tratos.

Aqui, não há uma demanda significativa de casos de violência atendidos no pronto atendimento. O que temos aqui são muitas demandas de ordem clínica que, no transcorrer da anamnese, acabamos descobrindo, de forma indireta, algumas situações de maus-tratos que a criança sofre. (MÉDICO 3)

Neste ponto, cabe ressaltar que a expectativa face ao setor saúde inclui as ações de promoção, e não necessária e exclusivamente das medidas específicas de atenção/proteção, imprescindíveis na orientação das condutas frente às violações dos corpos da criança e do adolescente. Entretanto, percebe-se nas falas e nas atitudes que estas duas dimensões se confundem e, ao se confundir, revelam involuntariamente que as necessidades básicas para o pleno desenvolvimento físico, mental e afetivo, tais como saúde, educação, lazer, entre outras, convivem e possivelmente estão subordinadas às necessidades de proteção destes sujeitos contra as violências que lhes atingem.

Eu acho de suma importância o papel do médico, não só do pediatra, porque ele cuida da saúde da criança e o fato de bem tratar da criança faz parte do desenvolvimento físico e psicológico; da integridade física da criança, e a necessidade de se proteger. E eu acho que pra gente, se a gente notar qualquer coisa, é bom alertar a alguém, a algum órgão competente, né? (RESIDENTE DE MEDICINA 1)

Desloca-se aqui tal reflexão para o contexto particular da infância e da adolescência, no qual a necessidade de proteção, legitimada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), justifica-se pela “base do seu funcionamento”, isto é, pela “ameaça concreta e constante”. Justifica-se também a partir do momento em que não se concebem crianças e adolescentes como sujeitos plenos, mas como objetos passíveis de tratamento, dos bons ou dos maus-tratos. A peculiaridade que marca tal necessidade de proteção das crianças e dos adolescentes, além daquela situada no plano mais amplo da segurança pública, está no fato de se expressar

intensa e rotineiramente no espaço das suas vidas privadas, sobretudo, no âmbito das relações familiares.

Outro aspecto que chama a atenção refere-se às confluências permanentes entre o caráter religioso de alguns relatos e a abordagem sobre a violência no contexto de um dos serviços de saúde investigado:

[...] Vencemos uma outra barreira que foi importante também: de não julgar ninguém; a não julgar, mesmo que você perceba que aquele acompanhante é o abusador, é a pessoa que maltratou aquela criança. É aprender a não julgar, isto foi uma metodologia difícil de você trabalhar durante anos. [...] Esta entidade em que nós estamos e que aplicamos esta metodologia tem tudo a ver, é uma entidade religiosa. Então, não julgue. Então, vai muito também do peso da entidade, esta instituição me ajudou bastante. (MÉDICA 2)

Desse modo, embora os discursos dos interlocutores expressassem um teor de repúdio às violações dos direitos das crianças e dos adolescentes, aqui relacionadas especificamente aos eventos de maus-tratos ou de violências, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) muito raramente foi tomado como referência à intervenção do setor saúde sobre a problemática.

No que tange às medidas de responsabilização do autor da agressão, interpretadas nas suas consequências práticas, se configuram como um dos motivos de frustração dos profissionais, pois as ações, especialmente, àquelas relacionadas aos encaminhamentos jurídicos, são compreendidas como um ponto frágil das articulações interinstitucionais por grande parte dos entrevistados, e, portanto, também desacreditadas em sua efetividade.

Teve um caso de estupro, na época que aqui ainda se atendia a casos assim. [...] Eu me lembro que a gente aqui do Serviço Social se empenhou, comunicou ao Juizado, esperou as providências e, quando foi ver, o Comissário de Menores simplesmente devolveu a criança ao lar, para conviver com o acusado do crime. Então, fica aquela sensação de que tudo que você fez foi em vão, não adiantou pra nada. Porque a criança acaba voltando para o mesmo lugar onde ela foi violentada, pra conviver com o criminoso. (ASSISTENTE SOCIAL 2)

De volta às concepções, a parcialidade e a multiplicidade acerca das concepções da infância e adolescência se refletem na forma de estruturar e organizar o cuidado às vítimas. As falas dos profissionais de saúde revelam, no plano da sociedade, pontos de valorização da infância e da adolescência, bem como do reconhecimento da sua condição cidadã, no sentido de direitos e deveres. Entretanto, a outra face, a da desvalorização

e do distanciamento de tal condição é salientada quando os entrevistados apontam a morosidade das três esferas governamentais na implementação de políticas públicas dirigidas a estes sujeitos e suas famílias.

Tipificações dos maus-tratos

Destaca-se que a imprecisão na classificação dos maus-tratos contrasta com a própria práxis taxonômica tradicional à área da biomedicina, a partir da qual os agravos seguem classificações e mesmo códigos descritos exaustivamente. Tanto assim que, ao solicitar definições dos maus-tratos, além das imprecisões, estas foram expressas, em algumas circunstâncias, como síndromes, inclusive, a própria literatura biomédica reporta-se recorrentemente aos maus-tratos como “síndrome dos maus-tratos infantis”; “síndrome do bebê sacudido”; “Síndrome da criança espancada”; “Síndrome de Munchausen por procuração”. Chamou a atenção o fato de esta última ser bastante referenciada pelos profissionais, apesar da pouca clareza na apresentação das definições.

Tudo começou quando se atendia crianças vítimas de violência aqui e não existia protocolo, há alguns anos atrás. Então foi criado o Programa de Atenção às Vítimas de Maus-tratos. No início deste Programa, foi estabelecido os tipos de maus-tratos e nós consideramos cinco tipos: o físico, o sexual, o psíquico, a negligência e a Síndrome de Munchausen por procuração. (MÉDICA 2)

Aqui já teve um caso que a mãe fazia o filho engolir água sanitária para deixar o menino internado. Aí você vê que é caso de doença, é a Síndrome. (ASSISTENTE SOCIAL 1)

A constatação desta relativa primazia que a “Síndrome de Munchausen por procuração” alcança, como uma das formas de maus-tratos claramente perceptível pelos profissionais, ou mesmo a própria compreensão dos maus-tratos enquanto Síndrome, expressa uma tendência de associação entre o agravo violento e a sua condição patológica, descrita em parâmetros eminentemente biomédicos, conforme analisado a seguir.

A recente incorporação das violências intencionais ao campo da Saúde trouxe à tona certas analogias necessárias entre as tais manifestações e as enfermidades (objeto tradicional). É este fato, para Sarti (2005), implica refletir sobre quais são as especificidades entre os dois fenômenos ou se é possível tratá-los de forma indiferenciada. Nas palavras da autora

“Como se diferencia o tratamento do corpo doente e do corpo ferido por um ato violento? Como se concebem, enfim, os fenômenos da violência e da doença?” (SARTI, 2005, p. 111-12)

Embora a violência, e aqui especificamente, os maus-tratos tenham sido fragilmente incorporados dentro do repertório cultural biomédico em termos de categorização taxonômica, não se espera que apenas este esforço, tradicional ao campo, se traduza, necessariamente, em práxis adequadas ou, quiçá, resolutivas em relação à abordagem e ao tratamento dispensado aos sujeitos em contexto de violência. Oliveira (2008) também critica a tendência a se reduzir à abordagem clínica às reflexões acerca da violência no campo da Saúde Coletiva, avança ainda pontuando que a prática de ajustar os fenômenos sociais a categorias patológicas/nosológicas e de medicalizar a vida:

[...] contribuem negativamente para o planejamento de intervenções sobre grupos e populações que podem, através de seus comportamentos, estar nos comunicando fatos para os quais, sem um referencial diferenciado, tornam-se mais difíceis de perceber. (OLIVEIRA, 2008, p. 52)

Há grande heterogeneidade conceitual em torno dos maus-tratos, a qual dificulta e distancia as instituições e os serviços, em termos de uma perspectiva de ação intersetorial. Entretanto, o fato de existirem ainda poucos esforços, reflexo do distanciamento com a temática, agrava ainda mais este fosso. Sarti (2005) já apontava para as implicações da incorporação da violência no âmbito da assistência tomada meramente como manifestação patológica ou apenas como dado epidemiológico notificável e passível de outros encaminhamentos que extrapolam o setor da saúde, mas que se desenvolvem de maneira estanque ou desarticulada.

Ademais, Minayo (2004), refletindo sobre a lenta e difícil inserção da violência na área da saúde, nos lembra, e reafirmamos aqui, que o principal motivo desta lentidão vincula-se à hegemonia da mentalidade biomédica. É o mesmo que sugere Sarti (2005) quando aponta os problemas da intervenção sobre a violência, uma vez incorporada pelo setor saúde através da sua compreensão apenas enquanto “doença” ou “epidemia”.

De volta à Síndrome de Munchausen, cabe ressaltar que os casos relatados pelos profissionais, e assim categorizados, são flagrados em sua dimensão sócio-cultural, e não apenas como uma dada patologia psiquiátrica. Culturalmente, destaca-se o fato da síndrome ser fortemente atribuída

à mulher, em seu papel materno, conforme se observou nas falas e na própria literatura especializada. Socialmente, a sua expressiva ocorrência nas classes de baixa renda é destacada pelas falas e apontada pela observação do cotidiano de atendimentos. Entretanto, os textos biomédicos incorporam prioritária e quase exclusivamente a dimensão biológica, e abordem muito superficialmente os componentes sócio-culturais que marcam de forma tão relevante tal condição. Os discursos dos entrevistados, contudo, enfatizam a pobreza das famílias e a baixa escolaridade das mães para explicar as causas dos maus-tratos infantis e juvenis:

E, às vezes, é porque muitas que vêm pra cá, não têm uma questão de uma vida social assim. É precária, né? Não tem alimentação, não têm higiene direito, essas coisas. Então quando chegam aqui tem tudo isso; a gente fica ali, orientando e tal. A criança, às vezes, não quer ir embora porque não se sente bem amparada. Já teve uma ou outra que, às vezes, a mãe mesmo é que não quer ir. É, às vezes, a mãe é que não quer ir; e aí diz que a criança está com febre, está com isso, com aquilo, e não está. E quando a criança diz que não está sentindo nada, ela vai e começa até a maltratar a criança neste sentido. Porque, às vezes, ela faz: 'ele ontem teve febre'. Aí a criança: 'não tive febre não'. Ou então: 'ele ontem estava com dor'. Aí ele: 'eu não tava com dor não'. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 1)

A condição de carência material conjugada às situações de crises nas relações familiares também afloram nas tentativas de explicações dos maus-tratos entre adultos e seres imaturos.

A gente teve um caso aqui mesmo meio curioso. Teve uma tia que acompanhava uma criança que ela não queria sair do hospital. E eu acredito que é pela condição de vida dela lá fora. Então aqui era o celeiro dela. Aqui ela se encontrava em casa: comida, roupa lavada e apoio, tudo que ela não tinha em casa. Aí, então, esta tia fazia tudo pra que essa criança ficasse aqui; ela criava situações e nós não entendíamos por quê. Porque a criança apresentava um sintoma que a gente não via, o médico não via, ninguém via. E ela fazia o quê? Eu trabalho numa unidade de diarreia o tempo todo. E eu não sei como ela fazia; ela preparava alguma coisa e colocava nas fraldas: 'mas, gente, não é possível uma coisa dessas!' E se fazia exame de tudo e não se encontrava o diagnóstico da criança. Por último, nós encontramos ela, dando hipoclorito à criança para beber. Isto foi para o Conselho Tutelar; e isso foi a maior agonia, entendeu? (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 4)

É oportuno evidenciar que o tratamento de componentes complexos, tais como aqueles referentes aos aspectos culturais e sociais vinculados à Síndrome de Munchausen por procuração ou às demais manifestações de violência, com simples referência à pobreza não favorece o

desenvolvimento de modelos explicativos mais consistentes e os distancia da realidade prática e imediata que envolve tais fenômenos. No entanto, é a partir desta lógica que os profissionais tendem a vislumbrar a possibilidade da construção de conhecimentos pertinentes e desdobráveis com algum poder resolutivo frente à complexidade da intervenção sobre a violência.

Casos “leves” ou “moderados”

Em relação à gradação dos casos, as definições dos maus-tratos passaram por uma gama distinta de estágios, isto é, variando, no discurso, de casos leves a graves. Os primeiros são vistos como ocorrências corriqueiras na rotina de atendimento:

[...] Aqui você vê mais é criança descuidada, falta de higiene, mãe que não dá a comida direito, mesmo aqui dentro. Outra coisa é que chega muita criança sem documento, sem registro nenhum. Essas coisas são comuns aqui. (ASSISTENTE SOCIAL 3)

A chegada dos casos de violência sexual em 72 horas, que era o melhor, não acontece. Normalmente, só se assim tiver uma agressão sexual tão importante. Quando você nota que a criança está sangrando [...] aí a mãe leva porque existe o risco de morrer em casa. (MÉDICA 2)

Os casos “leves” ou “moderados” são aqueles que se sustentam na concepção dos maus-tratos enquanto excesso de correção disciplinar ou de abuso do poder parental ou se configuram como algumas situações de negligências.

Os maus-tratos concebidos como “omissão” ou “carências” estão relacionados às omissões ou às negligências das mais diversas naturezas, tanto material, quanto afetiva; e ainda, em sua forma mais extrema, ao abandono dos filhos pelos pais ou por outros responsáveis. Esses tipos de maus-tratos representam uma das modalidades mais referenciadas pelos profissionais quando questionados sobre o tema ou espontaneamente ao longo dos diálogos, tamanha a sua participação no cotidiano das instituições, em variadas intensidades.

Os maus-tratos não são só aqueles que machucam. Têm também os maus-tratos por falta de amor; de afetividade; que é um maltrato emocional com a criança [...]. Teve um caso aqui no hospital de um bebê que foi abandonado. Precisava

ver o olhar da criança. Ela veio a falecer aqui mesmo no hospital. A criança não tinha amor, morreu de abandono. (ASSISTENTE SOCIAL 2)

Embora venham a se configurar como tipos mais corriqueiros de maus-tratos, as “omissões” ou “carências” se expressam de formas variadas e ganham significados que, muitas vezes, contrastam com seu caráter crônico e rotineiro. Neste sentido, é interessante notar nas falas que há casos em que as “omissões” ou “carências” se impõem de modo mais grave ou dramático do que outros eventos violentos a estes associados que, *a priori*, se configurariam como mais evidentes ou mais urgentes, como nos casos de uma violência física ou sexual.

Além deste aspecto, há ainda atributos relacionados à própria racionalidade biomédica na interpretação deste tipo de maltrato. Assim, nota-se grande ênfase nas especificidades vinculadas às práticas de saúde, como a omissão dos cuidados de higiene pessoal ou relacionados aos cuidados em saúde de um modo mais abrangente, a exemplo da interrupção ou escassa adesão a tratamentos, passíveis de serem compreendidos, portanto, como manifestações de negligência.

Destaca-se ainda a tendência à culpabilização das mães, fruto da associação dos cuidados em saúde estritamente ao papel materno. Este ponto, que mereceria ampla discussão, caso fosse este o foco, é inclusive ratificado por estudos da Antropologia Médica quando aponta as mulheres como “as principais provedoras de serviços de saúde” (HELMAN, 1994, p. 72), dentro do âmbito familiar, no setor informal do cuidado quiçá, e até mesmo no setor profissional de assistência à saúde.

Muitas vezes são crianças que dependem totalmente de você e a mãe negligencia. E eu acho que o mais comum é a negligência. A gente vê aquelas crianças que ficam muito tempo internadas, com aquelas infecções bravas, difíceis de curar, aqueles meninos nas últimas, por conta de muito tempo que ficam na emergência. E eu acho que a negligência é pior do que os próprios maus-tratos, que é bater, xingar, eu acho que a negligência é a pior. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 4)

Neste grupo, reconhece-se ainda que o uso da força punitiva, justificada em nome de um processo disciplinador, tem um limite. Ou seja, estas visões partilham a noção de que deve haver um limiar “tolerável” do uso da força. Portanto, nesta concepção, os maus-tratos advêm do uso da força de forma extrapolada ou para além do subjetivo limiar tolerável.

Todo mundo tem uma maneira de maltratar uma criança, dando um tapa, agredindo verbalmente, ou até, digo assim, deixar com fome. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 5)

Às vezes, a mãe acha que educa, e ela mesma não percebe o quanto de violência ela está usando. (FISIOTERAPEUTA 1)

A respeito das dificuldades de se incorporar a família ao cuidado, Nader (2005) traz importante contribuição aplicável a esta análise. Segundo a autora, ao historiar os estudos sobre “famílias” brasileiras, e não somente “família regular”, conforme enfatiza a diferença, mostra que há tendências discriminatórias e, inclusive, racistas no olhar sobre elas, uma vez que pouco se consideram as diversidades étnico-culturais que as distinguem. Sendo assim, historicamente, estas são vistas como “desestruturadas” ou “irregulares”, fato que implica distorções na formulação e implementação de políticas públicas voltadas aos contextos familiares.

[...] É muito triste, principalmente, quando você tem filho porque, quando você não tem, você não sente a dimensão do problema; agora, quando você tem, você fica pensando: e se fosse com meu filho? Aí dá um misto de raiva com, sei lá, pena da criança. Raiva por aquilo ter acontecido, apesar de não ter sido culpa sua, mas a gente [silêncio], e dá um sentimento de impotência. (FISIOTERAPEUTA 1)

Essas concepções, e também aquelas que se compreendem os maus-tratos como negligências, sobretudo afetivas, ou mesmo o abandono, despertam sentimentos ambíguos e, em última instância, orientam ações apartadas às famílias que vivenciam contextos violentos. A ambiguidade se reflete nos sentimentos de raiva e de pena, o primeiro dirigido ao fato, e possivelmente, transferível aos autores, em sua maioria, familiares; o segundo, dispensado exclusivamente às crianças e aos adolescentes vitimizados. Sentimentos de culpa ocorrem frente a uma suposta impotência, mas advém também da necessidade de intervenção, sustentada na crença da possibilidade se quebrar ciclos de violência que recaem sobre estes sujeitos.

No contexto da assistência à saúde, a ocorrência dos chamados casos “leves” ou “moderados” se coloca como um desafio constante, quiçá diário, aos profissionais nos serviços. Em primeiro lugar, podem representar alertas a relações parentais calcadas em comportamentos violentos, às quais, sem a devida abordagem à família, tendem a perpetuar-se no âmbito doméstico. Em segundo, exigem mediações contextuais, imediatas,

como ilustra a fala de alguns profissionais, mas que, diferentemente da colocação, deveriam estender seus impactos para além do “aqui” ou “agora”, e se aproximar de uma perspectiva da prevenção de eventos violentos para além do espaço institucional.

Casos “graves” ou “severos”

Os casos considerados “graves” ou “severos”, comumente enfatizados nos discursos, estão associados aos maus-tratos concebidos como violências das mais diversas naturezas. Em geral, ao solicitar aos profissionais o relato de experiências de maus-tratos sob atendimento, os casos “graves” ou “severos” são prontamente apresentados, via de regra, descritos com certa precisão, a exemplo dos casos de estupro, conjugados com atos de espancamentos, queimaduras ou outras violências.

Teve dois casos aqui que me marcaram. Um foi de um bebê, que depois veio até a óbito, mas foi o pai que arremessou contra a parede. [...] Depois ficamos sabendo que a criança teve um traumatismo craniano e não resistiu. [...] O outro caso foi de um estupro de uma menina de três anos, que a gente veio descobrir depois de exame e tanta coisa, porque as histórias não batiam. (ASSISTENTE SOCIAL 2)

Já a declaração a seguir enfatiza as consequências drásticas que acontecem às crianças submetidas a violências sexuais e que faz com que se relativize o êxito das intervenções da saúde.

Na minha experiência, os casos que eu vi, quase todas as crianças vítimas de abuso sexual, elas foram a óbito. Eu acho que elas desistem de viver, a sensação que eu tenho é esta, certo?! Eu trabalhei numa outra instituição e, das crianças que chegaram lá, só uma conseguiu sobreviver, um menino de um ano. (FISIOTERAPEUTA 1)

Os casos graves tendem a marcar a memória dos sujeitos envolvidos com a assistência à vítima e têm como desfecho o óbito ou tempos de internações prolongados, envolvendo diversas intervenções clínicas e cirúrgicas. Tais casos, conforme refletem as falas, passam a ser alvo de grande especulação por parte dos profissionais, especialmente, quando a origem do evento é inicialmente desconhecida. Destacam-se deste processo as dificuldades de comunicação entre profissionais e entre estes e as famílias e

da condução própria dos casos desde o diagnóstico até o encaminhamento e acompanhamento.

Bem, os que mais me chamaram a atenção neste tempo foram dois. Primeiro de uma menina, lá com seus 15 ou 16 anos, que a mãe batia muito na boca porque ela pegava muito as coisas sem pedir a mãe e quebrou essa parte da boca. Ela teve que fazer umas quatro ou cinco cirurgias. [...] E um outro foi um menino que caiu e a gente ficou com a interrogação dos maus-tratos: se foi pela mãe induzido ou se foi pelo pai como ela falava. E ele foi abusado sexualmente. [...] Quando foi saber lá no interior, com a avó, que era o pai que abusava sexualmente do menino. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 3)

Mesmo diante de casos graves, contatou-se grande ambiguidade na posição ocupada pelos técnicos de enfermagem na equipe de saúde. Isso porque, a proximidade desta categoria dos pacientes no cuidado diário a coloca em condições favoráveis em relação a obter ou reunir informações de fontes diversas para se passar da suspeita de maus-tratos à sua confirmação. Contudo, observam-se falhas de comunicação por parte dos demais integrantes da equipe profissional quando o caso se confirma, de modo que pouco ou quase nada se compartilha com o corpo de técnicos da enfermagem.

[...] Eu acho que deveria ser assim: internou, faz a história da vida da criança antes daqui até chegar ao internamento. E na mesma hora, de imediato já deveria fazer porque, entre eles (médicos e residentes), eles têm reunião todos os dias, e elas (as enfermeiras) também. Então deveriam chamar a gente, assim como é no caso de HIV em crianças porque aqui sempre está internando criança com HIV, e descobre aqui. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 2)

Tais dificuldades de comunicação e posturas discriminatórias revelam a fragilidade na condução dos casos, denotando pouca habilidade do trabalho articulado e em grupo; além de ações isoladas, estanques e descompassadas ao longo das intervenções e do acompanhamento dos casos dentro e para além das instituições.

Maus-tratos nos espaços da saúde

Os casos que se enquadram nesta situação são aqueles que, possivelmente, ocorrem nos espaços domésticos, mas que dificilmente motivariam ou justificariam, por si só, a internação das crianças e dos adolescentes nos

serviços; e também aqueles que se produzem ou se reproduzem dentro das próprias instituições, especialmente, nos plantões noturnos.

As próprias mães da enfermaria falam quando alguma mãe maltrata o filho; quando machuca; faz chantagem; não dá comida ou empurra a comida na boca com força. E isso acontece mais nos plantões noturnos porque tem menos gente nos postos. Mas a gente acaba sabendo de manhã porque são as outras mães mesmo que contam. (ASSISTENTE SOCIAL 2)

Porque de noite tem menos gente, não tem fiscalização. Geralmente só tem um médico plantonista. Às vezes, são só duas enfermeiras ou então, uma só. As meninas, como a gente, técnicas, só são duas ou três. Então fica pouquíssima gente circulando pelo andar. Ai fica difícil, entendeu? Mas, de noite, a gente vê mais. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 4)

No contexto específico dos serviços de saúde, tanto em enfermarias, quanto em ambulatórios, os maus-tratos são sinônimos de condições adversas e estressoras nas quais acompanhantes, na sua maioria, mães e avós, encontram-se por períodos relativamente prolongados de estadia nas instituições.

Ocorre com muita frequência da gente vê as mães batendo ou agredindo verbalmente as crianças internas aqui no pronto-atendimento. Mas é muito daquela situação que a mãe já está cansada por causa das condições extremamente estressantes e incômodas do lugar. Às vezes ficam sentadas mais de 24 horas porque só tem cadeira para acompanhante nos leitos de internação. Ai a gente vê acontecer, não aceita, mas entende. (MÉDICO 3)

Tem algumas que não tem paciência, porque a criança quando vai ficar internada o comportamento muda. Adulto muda, ainda mais criança porque muda toda uma rotina. Então quem sofre mais não são nem as crianças, são as mães. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 3)

Os relatos acima sugerem que as condições adversas dentro dos estabelecimentos de saúde explicariam ou, talvez, justificariam, sob a ótica dos profissionais, os excessos cometidos pelas mães contra seus filhos sob internação. Embora as falas ressalvem tal adversidade, não problematizam caso se trata de uma exacerbação pontual, motivada pelo referido contexto, ou se se refere à reprodução de comportamentos abusivos correntes no espaço doméstico que são transpostos para os espaços institucionais da saúde.

No caso, a mãe, aqui dentro, ela se estressa muito mais do que a própria criança que está com ela. Ai o que acontece, isso é uma frequência que acontece com a gente é assim: da gente chegar e as crianças pedirem pra gente animar a mãe. [...] Há mães que ficam muito tempo mesmo no Hospital. [...] E o maltrato dela? Você viver aqui, vivendo dentro de um hospital, sem autonomia, você não tem direitos, você toma banho na hora que o hospital quer, você come na hora que o hospital quer, você não pode sair na hora que você quer. Então, eu acho que tudo isso influencia. (LUDOTERAPEUTA 1)

Embora extrapole o objeto deste estudo, este ponto sinaliza para o fenômeno da violência institucional que, a partir da experiência do trabalho de campo, e não em formulações prévias, se impôs intensamente, tal a sua presença evidente e rotineira. Apesar de se tratar de um conceito difuso ou pouco preciso na literatura, a violência institucional se referiu aqui, mais especificamente, àquelas privações e restrições que pesam sobre mães e avós, na condição de acompanhantes de crianças e adolescentes, durante períodos relativamente longos de permanência nas instituições. Aliados às tais adversidades, os riscos ou as perdas econômicas e/ou relacionais figuram como um dos principais elementos estressores.

Deste modo, sem ter com quem contar, as acompanhantes, especialmente, mães, não raro, sofrem ameaças ou mesmo perdem seus empregos ou comprometem suas relações com cônjuges ou com seus outros filhos, quando em tempos prolongados de confinamento; tempos, por sinal, suficientemente longos para que já se fosse elaborada alguma política pública direcionada ao suporte social às mulheres penalizadas por estas circunstâncias.

Em contraposição a tais situações que envolvem mães e filhos, alguns relatos, especialmente observados entre assistentes sociais, marcam situações de potencial violência entre profissionais e familiares das crianças e adolescentes em cuidado. Parte significativa dos interlocutores deste grupo referiu-se a situações concretas de ameaças vivenciadas ou presenciadas, praticada pelos pais e/ou responsáveis pelas crianças e adolescentes sobre internação, quando medidas de proteção às vítimas foram cogitadas, especialmente, aquelas relacionadas às ações de notificação.

Já teve caso de uma colega que foi ameaçada pela mãe de uma criança que ficou internada aqui e que sofria abuso por parte dela. Foi um caso que me marcou porque foi ameaça séria, inclusive, ameaça de morte. Tanto que essa colega teve que ficar afastada um tempo daqui do serviço. (ASSISTENTE SOCIAL 2)

Se tem mãe que ameaça aqui!? Se tem. Já vi caso de se precisar segurar mãe aqui dentro pra não agredir enfermeira por causa das queixas de comportamento que elas fazem com as mães que batem, que xingam as crianças aqui dentro da enfermaria mesmo. (TÉCNICA DE ENFERMAGEM 4)

Cabe ressaltar que estas considerações acerca do contexto institucional, além de constatadas na observação, foram confirmadas através das falas de muitos dos profissionais, em ambos os serviços. Tal ressalva equivale a dizer que, apesar de se condenar toda e qualquer manifestação violenta contra crianças e adolescentes, aquelas que ocorreram dentro destas instituições, representando ou não possíveis reproduções de comportamentos domésticos, assim ocorreram em um contexto estressante e, quiçá, hostil ao autor da agressão. Isto é, portanto, reconhecido pelos profissionais e, certamente, modula, em algum grau, as suas concepções acerca dos maus-tratos contra as crianças e os adolescentes.

Considerações finais

A análise das concepções dos maus-tratos contra crianças e adolescentes por parte dos profissionais de saúde revela dois aspectos fundamentais à sua compreensão: primeiro, a diversidade e a parcialidade de concepções relacionadas à infância e à adolescência e, a partir delas, as diferentes visões sobre as violências que envolvem estes sujeitos; segundo, a heterogeneidade e o escasso consenso em torno do conceito dos maus-tratos, o qual se contrapõe à tradição do conhecimento sistematizado no setor saúde, fortemente marcado pela precisão nas definições dos agravos.

No que tange à infância e à adolescência, as concepções dos maus-tratos vinculam-se à forma de entendimento revelada pelos interlocutores acerca daquelas construções. Conseqüentemente, tal entendimento orienta os padrões relacionais vivenciados com a “criança” e com o “adolescente” nos mais diferentes espaços sociais. Em contraposição a tal tendência, a literatura relacionada à emergência de “uma sociologia da infância”, tanto de língua inglesa, quanto de língua francesa, exhibe pontos consensuais, dentre os quais a consideração das crianças, e aqui se estende aos adolescentes, como atores sociais em sentido pleno. (SIROTA, 2001)

Nas instâncias focadas nesta pesquisa tal concepção de infância e de adolescência não predominou nos discursos dos profissionais. As falas

pouco referiram elementos que apontariam para concepções de infância e de adolescência próximas à descrita anteriormente; ou mesmo, pouco se ouviu falar explicitamente de crianças e adolescentes enquanto sujeitos plenos. Conforme analisado neste estudo, oscilações e ambiguidades marcaram as concepções de infância e adolescência, dentre as quais se destacam aqui aquelas que sugerem domínio e submissão, entremeados com sentimentos de cuidado e/ou de proteção.

Em relação às instituições, a partir deste estudo, as recomendações cabíveis aos serviços abordados despontam em duas perspectivas afins: aquelas que se centram dentro dos mesmos, através de reformulações internas; e aquelas que as transcendem em direção aos espaços de socialização das experiências institucionais.

Internamente, sugerem-se algumas estratégias viáveis do ponto de vista da execução, sobretudo, ao considerar que as mesmas exigem mais dos recursos humanos já presentes nas instituições do que aqueles de outra ordem. A primeira das estratégias se refere ao fortalecimento do senso de colaboração no processo de trabalho, ou seja, à primazia das decisões e condutas de equipe em detrimento daquelas de caráter individual. Vale salientar que a mesma sustenta-se no pressuposto de que a abordagem sobre os casos de violência, dada a sua complexidade, torna-se tanto mais coerente e efetiva, quanto mais analisada a partir de diferentes visões sobre a questão.

A partir desta lógica, outra importante estratégia perpassa a necessidade de formação permanente destes profissionais. Neste ponto, três possibilidades se anunciam exequíveis, a saber: a priori, a própria adoção de uma metodologia de trabalho pautada na cooperação permite um contexto de compartilhamento de habilidades; em segundo, os investimentos na formação continuada podem ser vislumbrados na própria dotação orçamentária das instituições, como bem orienta e respalda a Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (BRASIL, 2001), através de cursos adequáveis à rotina de cada contexto; e, finalmente, as ações de capacitação podem emergir das iniciativas de cooperação interinstitucional, e aqui se vislumbraria os espaços de socialização das experiências institucionais com vistas ao aprimoramento das intervenções sobre a problemática.

Adotando-se tal perspectiva se reforçaria a intersetorialidade das ações essencial ao fomento de uma rede de prevenção à violência, com-

posta por diversos espaços de convergências, sendo reforçado o papel de cada instância da rede de atenção. Ademais, revertem-se de importância também por representar uma contratendência aos vícios de fragmentação e isolamento das instituições, bem como por se confrontar às disposições a considerar os atos violentos competências exclusivas da segurança pública. Ao contrário, e por isso contemplá-los como uma importante recomendação, estes cenários podem reforçar a responsabilidade do setor saúde, consideradas as suas potencialidades e posições, na defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Referências

- AYRES, J. R. C. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.13, n. 3, p. 16-29, dez. 2004.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 737/GM, de 16 de maio de 2001. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 maio 2001. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_promocao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- GOMES, R. et al. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 707-714, maio/jun. 2002.
- HELMAN, C. G. *Cultura, saúde e doença*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- MINAYO, M. C. S. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 646-47, jun. 2004.
- NADER, G. *Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- NJAINÉ, K. et al. Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.11, supl., p. 1313-1322, 2006.
- OLIVEIRA, W. F. Violência e Saúde Coletiva: contribuições teóricas das Ciências Sociais à discussão sobre o desvio. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 42-53, set. 2008.
- SARTI, C. A. O atendimento de emergência a corpos feridos por atos violentos. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 107-127, jun. 2005.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 112, p. 7-31, mar. 2001.

SOARES, B. M. Notas sobre a violência intrafamiliar. *Arché Interdisciplinar*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 87-101, 1997.

CAPÍTULO 2

Crianças no âmbito escolar: incivilidade, agressividade e violência na percepção do professor

Mirna Albuquerque Frota
Jessica de Lima Aquino Nogueira
Caroline Soares Nobre
Luiza Luana de Araújo Lira Bezerra
Luiza Jane Eyre de Souza Vieira

Introdução

O desenvolvimento da criança é integrado ao meio no qual se encontra inserida, assim, considera-se que a escola constitui uma das bases para a formação cognitiva, moral e ética. Por conseguinte, é esperado que a criança internalize condutas e estilos de vida assumidos pelos atores naquele ambiente. Estes podem advir da influência de colegas de sala, dos amigos comuns, ou até mesmo da relação professor-aluno.

Assim sendo, destaca-se que a violência da escola ocorre por símbolos e sinais de poder, de distinção, discriminação e dominação. Portanto, a forma como o aluno vivencia a incivilidade, agressividade e violência em seu espaço social (casa, comunidade ou escola) espelha em seu comportamento.

Mendes (2011) compartilha a ideia de que a escola é um local privilegiado para iniciativas de prevenção da violência, pois atua de forma a interferir no desenvolvimento infanto-juvenil, ocasionando efeitos imediatos e tardios sobre atos de violência, agressividade e incivilidade. Em

destaque, como fator formador, se apresenta o potencial do professor como “educador resiliente” diante de todas as situações e na promoção da qualidade de vida na escola.

A violência, não somente vitimiza crianças e jovens na rua, na favela, na periferia ou no trânsito, mas, sobretudo persegue e se torna cada vez mais presente, sob diversas formas, inclusive na escola. Logo, neste âmbito, a violência apresenta diferentes manifestações que vêm comprometendo ainda mais a qualidade da educação na rede de escolas públicas brasileiras, sendo esse contexto, considerado como um conjunto de práticas em que se manifesta a força física que rompe com a normalidade no cotidiano escolar. (EYNG; GISI, ENS, 2009; MACEDO; BONFIM, 2009)

Considerada a quinta maior capital do país, Fortaleza é uma cidade litorânea que vem se desenvolvendo populacional e economicamente ao longo dos anos. O setor educacional mantido pelo poder público caracteriza-se, assim como em outras cidades brasileiras, por instalações pouco adequadas, escassez de áreas de lazer e marcada por relações autoritárias. A escola na qual este estudo se realizou atende a uma população pobre, com alta vulnerabilidade social, com problemas como ausência de equipamentos sociais, habitação irregular, desemprego, alcoolismo e drogas. Além de a localidade apresentar baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a escola em foco recebe crianças de outros bairros e regionais.

Segundo Gil e Diniz (2006), a existência de crianças consideradas em situação de risco e vulnerabilidade no que concerne à saúde psicossocial e à qualidade de vida impõe desafios para aqueles que, nas escolas, lidam com as mesmas. Ademais, desenvolver uma prática educativa que contemple as necessidades diagnosticadas implica propor atividades de promoção da saúde visando resultados positivos na prevenção de comportamentos de risco na infância e adolescência.

Diante dos desdobramentos e graves repercussões à saúde individual e coletiva, a falta de civildade e os atos agressivos e violentos reafirmam-se como problemas sociais e demandam contínuas investigações no sentido de compreender a sua gênese e identificar possibilidades de prevenção. Nesta perspectiva, traçou-se o objetivo de identificar a percepção de professores acerca de crianças que sofrem ou utilizam violência física e/ou verbal na escola.

Metodologia

Ao buscar a percepção de comportamentos reveladores de agressividade infantil, por meio da observação das professoras, optou-se pela investigação de natureza exploratória – descritiva. Esse tipo de estudo, segundo Gil (2002), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis.

O estudo ocorreu em uma escola de ensino infantil e fundamental, pertencente à rede municipal, situada na periferia da cidade de Fortaleza - Ceará - Brasil, que funciona pela manhã e à tarde. Os participantes foram dez professoras cujos alunos são de ambos os sexos, com faixa etária entre 5 e 11 anos, dos turnos matutino e vespertino.

As entrevistadas foram contatadas durante as aulas, oportunidade esta em que houve o esclarecimento acerca do desenvolvimento do estudo e os objetivos propostos, e a partir da pré-disposição das mesmas, foram agendados os encontros, cujo diálogo estava focado na questão norteadora: qual sua opinião acerca do aluno (a)? As entrevistas foram realizadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo gravadas e transcritas para análise. Para garantir o anonimato das entrevistadas, estas foram denominadas de P1, P2, P3... a P10. Na realização deste estudo, seguiu-se a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Pesquisas em Saúde com Seres Humanos (BRASIL, 1996), sendo o projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com o Parecer favorável de nº 162/06.

Para a coleta de dados, que ocorreu no período de agosto/2009 a maio/2010, utilizou-se também a observação participante, centrada nas atividades realizadas pelas professoras, alunos e na relação escola-familiares. Estes são considerados como parte da comunidade escolar, segundo Rego (2003), escola e família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão, o que constitui a concepção moderna de escola.

Os achados foram agrupados por meio da análise temática (MINAYO, 2004), cujo método caracteriza-se pela descrição e documentação fidedigna das falas, sobretudo pela análise de conteúdo por temas. Em seguida, realizamos a categorização dos textos provenientes das entrevistas, e desenvolvemos a interpretação dos resultados.

Após leituras exaustivas das entrevistas, emergiram as categorias temáticas que permitiram agrupar informações selecionadas de acordo com cada tema central. As professoras definiram pontos comuns que convergem para tipificar comportamentos infantis, caracterizando-os por atos agressivos ou “violentos” no decorrer das aulas ou nos intervalos.

É agressivo, e gosta de bater

Para as entrevistadas, as cenas de violência no âmbito escolar representam a agressividade existente nos atos da criança advindos de forma espontânea, quando o aluno não revela motivo para agir agressivo em sala de aula, mas movimenta-se e agride fisicamente outro colega e oferece como premissa a satisfação de realizar tais atos.

Observa-se o comportamento do aluno a partir da percepção da professora, enquanto “criança agressiva” ao relacionar-se com outros colegas, tendo como explicação a não compreensão da dinâmica educacional. Para tanto, o professor espera que o aluno desenvolva habilidades cognitivas e apresente comportamentos dóceis, porém estas expectativas vão além das condições sociopolíticas e culturais.

[...] ele é agressivo com os colegas, ninguém pode olhar pra ele, porque ele sai da cadeira dele, vai lá e bate, mas se eu der um grito ele vai e obedece [...]. (P1)

[...] ele gosta de bater nos colegas, se eu virar as costas ele se levanta atrás de confusão [...]. (P2 e P5)

[...] é uma criança violenta, agressiva, é uma criança que não atende as solicitações. Extremamente difícil de controlar [...]. (P7)

As expressões enaltecem o comportamento agressivo do aluno e apresentam impacto direto sobre as ações do docente. Pacheco e outros (2005) consideram como antissocial quando se faz referência ao caráter agressivo e desafiador da criança que, embora não apresente o diagnóstico conclusivo de um transtorno específico, revela problemas comportamentais ao se relacionarem com outros indivíduos.

Para as entrevistadas, A origem da agressividade dos alunos relaciona-se à dificuldade da interação social, associada a comportamento violador dos direitos básicos dos outros e das normas ou regras sociais relevantes e apropriadas à idade.

É agressivo quando mexem com ele, só em alguns momentos da manhã que brigam com ele por qualquer coisa. (P2)

É danado demais, ele não é muito de bater não, só quando mexem com ele. (P2)

Ele é horrível [...] se mexer com ele, é só pra apanhar. (P4)

Os comportamentos apresentados são caracterizados como agressivos, sendo exposta uma equivalência entre agressividade e “instinto”, cuja forma de exteriorização dos comportamentos, para Dessen e Szelbracki (2004), refere-se a uma diversidade de respostas que descumprem as regras sociais e apresenta problemas de conduta, tais como a agressão física e verbal.

[...] é agressivo, fica batendo nos colegas, se acha o defensor dos fracos. Se um menino vai bater no outro colega, ele sai correndo pra defender e já vai batendo. (P1)

[...] muito danada, inquieta, e um pouco agressiva. Ela é meio birrenta, se alguém passar perto o instinto dela é bater. (P3)

Na visão das professoras, o agir discente mediante imposição de atos violentos visa estabelecer a diferença existente entre o tamanho, idade e significado de poder. “com os pequenos, ele se achava o maior da sala, aí com os pequenos realmente ele se metia com os outros, aí tinha aquela intenção mesmo de machucar” (P5 e P8).

As ações de desordens e indisciplina em sala de aula ocorrem durante todo o ano letivo. De acordo com Porto (2006), compreendem-se estes atos enquanto fenômeno, ao se interrogar a respeito dos sentidos, dos valores e das crenças que estruturam e presidem a vida social e são o conteúdo por excelência das representações coletivas.

ele bate, ele enforca, quando ele vê que os meninos têm medo ele peita, vai arma os peitos e vai com a cara levantada desafiando, parece que foi coisa que ele vê. (P8)

[...] uma vez ele quebrou o apontador, quando tava terminando o intervalo, ele tirou o estilete, e agarrou o colega por trás pra cortar o pescoço mesmo, se eu não chego na hora, ele tinha matado o outro. Na hora da saída do ônibus dos alunos, fica jogando pedra pra pegar nos alunos. (P3)

Charlot (2002) define como transgressão o comportamento contrário ao regulamento interno da unidade escolar: absenteísmo, não realização de trabalhos escolares, falta de respeito etc. Portanto, a incivildade não contradiz com a legislação vigente, ou qualquer outra norma, mas se contrapõe às regras da boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas proferidas no cotidiano escolar, o que afronta os direitos de professores, funcionários e alunos. A observação e decisão do professor sobre a permuta de sala de alguns alunos considerados como “problema” apontam, na visão das professoras, para um histórico discente de agressividade:

[...] já é um aluno problemático, saiu de uma sala, foi pra outra e foi pra minha sala, e já tem todo um histórico de ser agressivo, e anda ‘passeando’ de sala em sala, é uma criança extremamente agressiva. (P7)

Para Charlot (2002, p. 435):

A agressividade é uma disposição biopsíquica reacional: a frustração (inevitável quando não podemos viver sob o princípio único do prazer) leva a angústia e a agressividade. A agressão é um ato que implica uma brutalidade física e verbal.

Os relatos de agressividade fazem emergir a ideia do ato de brincar em oportunidade não considerada como adequada pelo professor. Por outro lado, a criança utiliza para exteriorizar comportamentos, tais como: chutes e empurrões, os quais são traduzidos pelas narrativas como “brincadeiras pesadas”.

[...] gosta de brincar demais essas brincadeiras pesadas. (P4)

[...] às vezes quando estão brincando, ela é agressiva, de querer chutar as meninas, empurrar, tanto chuta quanto empurra. (P3)

[...] é extremamente agressivo em suas brincadeiras, desse comportamento, de nas brincadeiras agir de forma violenta com os colegas. (P7)

Para Figueiredo (2004), enquanto a criança brinca o tempo não é desperdiçado com pensamentos inúteis, torna-se necessário atentar ao caráter sério do ato de brincar, pois durante essa atividade se desenvolve potencialidades, papéis sociais, limites, experimenta novas habilidades, forma um novo conceito de si mesma, aprende a viver e avança para novas

etapas de domínio do mundo. No decorrer e nos intervalos da aula, ou após o término, os estudantes apresentam comportamentos violentos, não executam as atividades solicitadas, o que influencia negativamente o processo ensino-aprendizagem, segundo as professoras.

[...] é uma criança extremamente agressiva, porém não se esforça, não faz as atividades, todo momento que ele pode, ele tenta arengar com um colega, seja na hora do intervalo, seja na hora das próprias atividades em sala de aula. (P7)

[...] na hora do recreio, ele deu um murro no outro colega, eu não vi nada, no outro dia a mãe do colega machucado veio perguntar por que o filho dela tinha chegado em casa daquele jeito, pedi que ela fosse procurar o diretor pra resolver. (P5)

[...] se deixar ele se agarrar com os meninos, rola no chão mesmo, no recreio ele é violento, às vezes eu chego lá e falo 'menino, cadê o aluno [...]?' ai dizem assim 'ta de castigo'. (P6)

Nota-se na escola o uso do castigo enquanto forma de repreender, práticas consideradas inconvenientes a interação social da criança. Segundo Galheigo (2008) a utilização do castigo por programas educacionais, terapêuticos e de desenvolvimento social precisa ser revista, pois não direcionam adequadamente à promoção de atitudes saudáveis, com intuito de reorientar aqueles que já praticam ações violentas.

Além do uso da agressão física, as participantes deste estudo informam a prática da violência psicológica entre alunos, na qual os sintomas apresentados serão ascendentes e cumulativos, que levam a prejuízos pela ação negativa que afasta, inibe ou impossibilita o desenvolvimento do ser em formação.

Ele diz tudo o que estiver na cabeça dele

Os docentes descrevem os alunos enquanto “malvados”, “indisciplinados”, “desobedientes”, ou como portadores de alguma patologia auditiva, sobretudo pelo absenteísmo e a não realização de tarefas didáticas, o que é considerado como fator de comprometimento da qualidade do nível cognitivo.

No entanto, este tipo de comportamento pode estar relacionado às dificuldades implícitas ao processo educativo, o qual não cabe ser interpretado como ato violento, pois como assinala Charlot (2002), estes atos

referentes à “maldade”, indisciplina e desobediência devem ser ponderados como incivilidade, de modo que não contradizem nem lei, nem regimento interno do estabelecimento, mas as regras de boa convivência. Este processo depende, exclusivamente, do enfoque educativo.

[...] ele fala palavrão demais, gosta de ficar insultando, é desobediente, eu tenho que estar em cima, o cognitivo é muito baixo. (P1, P2, P3 e P9)

[...] ele não pode ficar sem fazer nada, tem que ficar direto fazendo tarefa, é assim, ninguém pode dizer nada com ele, se mexer com ele é só pra ouvir palavrão. (P2)

[...] não tem comportamento, diz nome feio, é malvado, indisciplinado, fala muito alto, às vezes acho que ele tem problema de audição. (P3 e P6)

Os termos “palavrão” e “nome feio” são definidos pelo *Moderno dicionário da língua portuguesa* (WEISZFLOG, 2007) como “palavra grande, de pronúncia difícil, palavrada e obscenidade”. Estes termos são, de forma frequente, utilizados pelos alunos ao dirigirem-se às professoras ou a outros colegas de sala quando contrariados. Deste modo, eles expressam provocações e desafiam à autoridade docente.

[...] já respondeu várias vezes de forma agressiva, não atende quando é chamado. (P9)

[...] é o terror, ele diz tudo que estiver na cabeça, ele solta, manda tomar não sei onde, e dá a língua pra professora, cotoco pelas costas, manda ir pra merda, ele é terrível [...]. (P6)

Nas narrativas, as professoras destacam que alguns alunos não utilizam atos definidos como violentos, ou agressão verbal, mas agem de forma que prejudica o bom rendimento escolar da sala. Segundo Abramovay (2003), é evidente a necessidade de explorar os sentimentos, as atitudes e as percepções diferenciadas acerca da escola. Assim, se torna relevante identificar e compreender os fatores que levam os alunos e membros do corpo técnico-pedagógico a determinadas ações que prejudiquem e dificultem o convívio escolar.

Todos os dias é uma história, ele não se aquieta

As professoras fazem comparações entre os diversos comportamentos infantis ao relacioná-los com violência física ou verbal, mas, sobretudo, pela indisponibilidade do aluno em participar da aula, ao agir provocando desordem, ou demonstrar má disposição para tal. Vieira (2010) afirma em seu estudo que a escola está passando por uma crise relacionada à socialização, e que a mesma tem enfrentado dificuldades na transmissão das normas e dos valores gerais da sociedade. Assim, ressalta-se que o manejo da classe nas mãos do professor e os alunos em posição de obediência e subalternidade perderam-se no tempo.

[...] tem criança pequena que é agressiva, parte pra bater, e tudo, ele não, era de querer bagunçar mesmo, não ligava pra fazer tarefa, não ligava pra nada sabe, só quando queria mesmo era que ele conseguia. (P8)

[...] fica implicando na hora da aula, implicar com os outros, mexer, mas ele não é muito de bater não, só fica mesmo mexendo com os outros, atrapalhando a aula, virar cambalhota, esse tipo de coisa, não ficar sentado, ficar correndo. (P2 e P8)

[...] ela é inquieta, brinca demais, altamente desobediente, mas não é de falar palavrão, ficar batendo, é só de ficar só correndo na sala de aula, não se aquieta. (P1 e P2)

A inquietação apresentada como teimosia ou revolta dos alunos, ao não realizarem as atividades propostas, revelam formas de resistência à autoridade escolar. Segundo Galheigo (2008), as relações interpessoais devem focar em abordagens relacionais, consideradas possíveis causas de situações de violência e devem ser dirigidas tanto às vítimas como aos perpetradores de atos violentos.

[...] é inquieto demais, num senta pra fazer uma tarefa completa, quando vou olhar o caderno dele está tudo pela metade, ficar só correndo na sala de aula, não se aquieta [...]. (P1)

[...] é danado, gosta de brincar em sala de aula, tem que ficar dando atenção direta para ele, pedindo para ele sentar [...]. (P2)

[...] todos os dias é uma história, ele não se aquieta, eu não posso deixar ele sem atividade não, se deixar ele vai atrás de confusão, ninguém pode mexer nos livros dele. (P2)

[...] a gente briga pra ele parar, e parece que a gente num tá falando com ninguém, tira a paciência de qualquer um, ri da cara da gente. (P4)

Nos discursos, a expressão “brigar” não está somente relacionada ao exercício da força física, mas à forma de manter a disciplina em sala, considerada indispensável ao sucesso do processo ensino-aprendizagem. Segundo Ricas, Donoso e Gresta (2006), o respeito à criança e a garantia do seu reconhecimento como cidadã perpassa por questões que vão além da não utilização do castigo físico, ao considerar a violência psíquica, por constituir-se de regras, que mais se comparam a costumes e bons hábitos determinados pela sociedade.

[...] você viu como a professora está sofrendo? Ele é um menino que ele não tem comportamento de nada', ele não tem comportamento, é malvado. (P6)

[...] o que é que a gente diz dele? Um caso sério né, de indisciplina, de limites, falta de limites, de tudo mesmo. (P8)

[...] gosta de fazer gestos obscenos, ele coloca a mão dentro da calça e fica passando na cara dos meninos. Ele não aceita limites nem regras, conduta típica. (P3)

Outro aspecto apresentado pelas professoras, foi a comparação existente entre seus alunos e as crianças em situação de rua, por considerar o comportamento destas como o de indivíduos com bem mais “vivência” do que seria esperado para a idade.

[...] tipo um menino de rua, não sei se ele é, mas aparenta, porque é aquele menino bem mais vivido, sabe? Bem experiente, briguento, que olha assim de lado [gesticulando], aí vai lá inventa uma briga, inventa uma coisa, sabe? Cheio de confusão. (P8)

Para Oliveira e Ribeiro (2006), existe diferença conceitual entre a criança em situação de rua e aquela que foi abandonada pela família, tais como: **ser** ou **estar** na rua, para assim compreender o contexto no qual ela está inserida. Fora do âmbito de alcance das políticas sociais básicas de educação, saúde, habitação e alimentação, as crianças de/na rua são parte de uma população em situação de exclusão social, em cujas histórias de vida perpassam marcas indelévels que comprometem o crescimento e o desenvolvimento e se constituem risco pessoal e social.

Ausência de familiares

No que se refere ao *link* família-escola, os relatos abordam a “carência” existente neste aspecto, ao citarem as histórias de alguns alunos como impasse para a qualidade na construção da cidadania. Neste contexto, considera-se a ausência de familiares do aluno no acompanhamento educacional como ponto negativo, pois o elo formado entre **família x escola x sociedade**, apresenta fragilidade ao não efetivar a proteção aos direitos da criança. (BRASIL, 1990)

Acho que ele não tem assistência em casa

Para as professoras entrevistadas, a falta de assistência familiar na escola expõe a necessidade imperiosa da presença da família do infante, ao constatarem comportamentos agressivos apresentados no âmbito escolar. Ressalta-se, porém, não ser a mera participação da família na escola, a única situação de resolutividade, e, por vezes, esta iniciativa da escola não é acolhida pelos familiares.

[...] ela bateu em outra menina lá da sala, mandei bilhete pra mãe dela, pode ir olhar no caderno dela, mas não deu em nada, né? (P2)

[...] ela é agressiva com o irmão que é da mesma sala. (P2)

[...] sempre que alguém arengava com ele, ele ia partia pra cima do colega, eu acho que isso não é legal né, então tem que conversar, violência gera violência, então a gente para, conversa, pede, chama a mãe, conversa de novo, pra tomar umas medidas mais enérgicas. (P7)

É evidente a escassez de troca de informações e interação dos educadores com a família, pois se destaca o desconhecimento de qualquer problema que exista na família do aluno, mesmo que a escola conheça alguns de seus membros. No entanto, as professoras se referem ao fato de que a criança não acompanha as atividades escolares por “negligência dos pais”.

O acompanhamento do aluno por familiares é uma necessidade que o professor reclama com frequência, sobretudo no que diz respeito a situações nas quais se sentem desafiados pelos discentes. De acordo com Granville-Garcia (2009), o diálogo com os familiares ou responsáveis é a primeira forma de resolução do problema. Os educadores conseguem identificar

situações e características de violência, mas não são capazes de solucionar adequadamente, pois apresentam dificuldades de acesso aos responsáveis e a profissionais especializados para apoiar os alunos e os próprios docentes.

[...] eu dizia 'minha filha cadê seu pai', o pai 'não, porque ele tá gripado', eu não entendo qual é o problema dela não, ele vem todo dia quando ele vem deixar, aí fica aqui na fila, aí eu digo 'meu senhor, essa menina está demais' aí ele diz 'é porque ela dorme demais, num sei o quê... o pé dela está com uma ferida, num sei o quê [...] então a responsabilidade não é mais ..., por que ela foi reprovada por falta [...]. (P6)

[...] perguntei para a mãe dele porque ele também não queria ficar em casa, se existia alguma coisa com ela, ou com o resto da família, ela ficou meio assim pra responder [...]. (P2)

[...] a mãe vem para as reuniões, o pai dela não sabe que ela vive com outra pessoa, ela acompanha nos estudos, mas não é um acompanhamento tão bom assim quanto devia, pois não exige muito dela. (P8)

Conhecer algumas mães dos alunos, no entanto, não se caracteriza como satisfatório para o bom rendimento do aluno. Medina e Penna (2008) reconhecem a relevância das relações pessoais existentes no âmbito familiar, para assim detectar as possíveis formas de violência que podem existir entrelinhas das atitudes e posturas de cada membro, o que requer uma avaliação minuciosa e cuidadosa da comunicação verbal e não verbal de cada indivíduo.

[...] conheço a mãe dele sim, no ano passado ela vinha todo dia, mas não dava jeito, tem esse problema também [...] eu sei que mandaram chamar a mãe dele, a mãe dele tá ficando sabe, ela num está mais aceitando, ela tá dizendo que a gente tava de implicação com ele [...]. (P6)

[...] já falei até com a mãe dela, ela só faz as coisas quando ela quer, não sabe nem escrever o nome dela [...]. (P6)

[...] a mãe dele tá ficando sabe [...] ela num está mais aceitando, ela tá dizendo que a gente tava de implicação com ele. Ela disse pra mim e disse, mas eu disse que eu na hora da aula eu não tava, quem tava a outra professora, que disse que ele tava de castigo, aí ela disse assim toda desafortada 'Só o meu que é danado?' (P6)

O processo educacional constitui-se a primeira fase para construção da cidadania do indivíduo, nesta fase o apoio familiar é exigido. Quando a

escola convoca algum dos membros da família para qualquer atividade, ou para esclarecimento pela forma como aluno vem se apresentando na instituição de ensino, considera-se ser de interesse para as partes envolvidas.

[...] já falei com a mãe dele pra botar num reforço sabe, mas parece que ela num está nem aí, porque vai do mesmo jeito, o método dele está indo do mesmo jeito que ele fazia do ano passado. (P6)

[...] a mãe também não está nem aí, ele passava à tarde aqui, ano passado, não sei agora, porque ele não está comigo, ele é repetente, à tarde aqui nessa Leste - Oeste namorando, um menino que tem dez anos, namorando. (P6)

[...] a mãe adotiva nunca veio para as reuniões de pais e mestre, a biológica atualmente mora na Itália. A adotiva só aparece no outro dia após a reunião para se justificar. (P8)

A existência de fatores de risco prejudiciais a criança, tais como: problemas de linguagem, memória e habilidades sociais poderiam estar relacionados ao baixo nível socioeconômico e a vínculos familiares frágeis, podem ocasionar e sinalizar traços de violência entre eles. (ANDRADE et al., 2005; GALLI; VIERO, 2008) Ademais, o baixo nível de autoestima dos alunos e os elementos de agitação, ansiedade e insubmissão à disciplina escolar, assim como dificuldades de aprendizagem são apontados pelas professoras. Com muita frequência, o estudante carrega sobre si a responsabilidade e a culpa dos fatos sucedidos, e se autoacusa.

[...] ele não assimila ele mistura tudo, entende, você pejeja pra ele copiar 'meu filho copie aqui, é assim...' , ele se treme, a gente nota que ele é um menino medroso, eu não sei se é problema da mãe, ta entendendo? (P6)

[...] a velha veio aqui e disse 'eu agora vou ficar com ele, porque a mãe é vagabunda, a mãe está grávida de novo, e não dá assistência o menino vive no meio da rua. (P6)

[...] ela é uma menina completamente sem a ajuda dos pais. (P6)

As docentes consideram as mudanças na vida dos alunos, quanto ao envolvimento materno, proteção primordial para a garantia dos direitos da criança; bem como apontam o fato da não existência dos pais como fator desencadeante para os comportamentos apresentados pelo aluno. Entretanto, segundo Delfino e colaboradores (2005), é necessário o aporte de uma abordagem complexa na qual deve considerar os diversos aspectos,

com atenção particular à escola que constitui o ambiente prioritário de socialização durante a infância e que cabe aos cuidadores o respeito aos direitos.

[...] eu não conheço o pai nem a mãe, não sei de nada, não sei qual é o problema. (P6)

[...] eu precisei de ajuda dos pais, nunca compareceram pra vim falar comigo. Ela não tem uma boa aprendizagem, é fraquinha, pode até ser porque os pais não ajudam né, e não bota assim uma pessoa pra ensinar um reforço [...]. (P6)

[...] nunca apareceu ninguém como responsável por ela. (P8)

Há incertezas acerca da realidade da criança e as participantes deste estudo citaram ausência do acompanhamento familiar relacionando-a à fragilidade na qualidade da aprendizagem do aluno. A busca contínua, por parte dos professores, pelos responsáveis pela criança faz emergir variadas realidades em que o discente está inserido, o que revela formas de apreciação da maneira de se comportar de cada indivíduo que compõe a estrutura familiar do educando.

Tem um problema sério de família

Alguns problemas sociais, a exemplo do uso abusivo bebida alcoólica e drogas ilícitas, assim como o tráfico destas substâncias entre familiares de alunos também foi referido pelas entrevistadas. O uso abusivo de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas pelas mães ou pais dos alunos, segundo as entrevistadas, denunciam a fragilidade da estrutura familiar, causando-lhes danos quanto à socialização. Ainda enfatizando a família da criança, as professoras observam situações nas quais pai e/ou mãe se encontram detidos em estabelecimento penal ou delegacias, acusados de terem cometido algum ato contrário à lei vigente.

[...] a velha disse 'professora eu vou abrir o jogo, o meu neto não é criado com a mãe, porque é separada do meu filho, a mãe vive no mundo, bebe, eu acho que ele vai puxar ela, usa tudo que não presta, droga. (P6 e P10)

[...] a mãe é traficante ou é drogada que o pai disse. (P1)

[...] uma vez ele veio me dizer que não fez a tarefa de casa, porque a mãe dele tava bêbada e não teve como ensinar pra ele. (P2)

[...] o pai é preso, ele não pode ir visitar o pai, porque ele não está com o nome dele no registro de nascimento. Uma vez perguntei pra ele que história foi aquela da mãe dele ter passado na televisão, ele disse 'num foi só ela não tia, foi meu pai e mais duas tias minhas', como a reportagem era sobre tráfico de drogas, eu perguntei se a mãe dele usava aí ele disse 'não tia, ela só vende'. (P10)

Para as entrevistadas, o comportamento apresentado pelos pais traz riscos para o desenvolvimento biopsicossocial da criança, pois a infância é uma fase da vida delicada que requer investimentos afetivos e de apoio social. Os cuidados prestados à criança pela família influenciarão sobre caráter e atitude de sobrevivência e de qualidade de vida. Servirão igualmente como um espelho de valores no qual ela vai se focar e irá formar idéias a respeito de si e do mundo. (BRASIL, 2005)

[...] eu não sei dizer se a mãe dele usa (droga), entende, mas ela não tem um pingão de responsabilidade, muito mal educada, não sabe falar com o professor. (P8)

[...] a mãe vai lá em cima da criança e mete o pau lá na frente de todo mundo, a avó tomou da mãe já, ele tem dificuldade em tudo, eu não sei se é medo ou o que é, mas eu penso assim que deve ser algum trauma que essa criança tem. (P6)

[...] a mãe não aceita o mau comportamento dele, tem medo dele ser expulso daqui também. Quando ela foi chamada aqui na direção, levantou a mão para o diretor, quase que pega! Sorte que ele virou o rosto na hora. (P3)

As docentes apontam que, quando os pais são advertidos pela escola, o uso da agressão física contra a criança surge como forma de enfrentamento do baixo rendimento escolar apresentado pelos alunos. Isso revela, segundo as professoras, a presença de situações de risco em que o infante convive no âmbito familiar. Rocha e Moraes (2011) enfatizam o problema familiar por meio de uma visão de multicausalidade na qual pesquisadores devem ser desafiados e instigados a construir e a utilizar padrões teóricos cada vez mais inclusivos. Confirma-se, deste modo, a necessidade de uma abordagem familiar, transdisciplinar, intersetorial e em rede para o enfrentamento do problema.

[...] eu disse pro diretor mandar chamar o responsável, o pai dele veio aqui, deu uma pisa nele na frente de todo mundo, é porque eu não estava, só faltar matar o menino ali no portão e disse assim 'esse cabra sem vergonha, ele não toma remédio controlado', aí eu digo, e de quem é a mentira, é da avó ou é do pai? 'é minha mãe que quer encobrir' o pai dele dizendo, 'isso é safadeza' [...]. (P6)

[...] quando vou ver os cadernos dele, e coloco 'precisa melhorar', ele pede pra não colocar por que se não o pai dele bate, aí digo pra ele ficar quieto se não eu coloco [...]. (P4)

Para Ricas, Donoso e Gresta (2006), a prática da punição física, qualquer que seja a forma e a intensidade, como categoria de violência, oferece riscos e pode deixar sequelas para a criança, denegando o direito ao respeito, à dignidade, integridade física e moral. Para as professoras, a forma de agir dos alunos revela-se como resultado do fato de eles não vivenciarem uma estrutura familiar considerada “adequada”.

Eu acho que ele é assim, porque não mora com os pais

Para as entrevistadas, a deficiência no acompanhamento escolar da criança resulta da vivência com outras pessoas que não sejam os pais biológicos, devido à separação conjugal, a qual termina por deixar a responsabilidade do compromisso de atender as reivindicações requeridas pela escola, a cargo de irmãos ou mesmo de vizinhos. Portanto, o comportamento agressivo é apresentado como provável decorrência da separação conjugal dos pais e como meio de enfrentamento encontrado pelo aluno, cujo exemplo é o isolamento social, ao considerar que o pai não demonstrava interesse por ele, desde que assumira uma nova família.

[...] os pais dela são brigados. (P8)

Quem cobra nos estudos no dia a dia é a irmã que faz a oitava série. (P8)

[...] o irmão fica responsável por trazê-la e isso ele só faz quando quer. (P8)

[...] parece que não tem mãe, e quando é convocado alguém da família para as reuniões vem.

[...] teve um período em que ela se isolou, e não aceitava participar de nada na escola, porque o pai ficava de vir buscar pra passar o fim de semana na casa dele, acostumada a ganhar presente dele, mas ele nunca aparecia porque não se interessava por ela, já tinha outra família. (P8)

Para Souza (2000), a separação dos pais corresponde ao período de maior potencial de risco para o bem-estar da criança. Momento este caracterizado por estresse e mudanças de vida, em que a falta de proteção adequada das redes sociais pode possibilitar a vitimização.

Outra da face do comportamento do aluno na escola referido pelas professoras diz respeito àquela advinda do processo de adoção e a consequente forma como os familiares lidam com este novo membro “[...] porque ele é adotado, aí mimma demais sabe? Uma coisa que ele é muito mimado por todo mundo na casa, aí botaram ele em várias escolas particulares, ele não fica de jeito nenhum.” (P8)

Segundo Granato (2003), o conceito de adoção envolve o atendimento das necessidades da criança no que diz respeito a uma família na qual a criança possa se sentir amada, segura, acolhida e educada. Além disso, existem ainda situações em que os pais não assumem responsabilidade parental sobre a criança, o que é considerado negligência por outros familiares. Nestes casos, outros parentes, como a avó, passam a ter toda a responsabilidade sobre a criança e, isto, para as professoras, representa problema no acompanhamento escolar, porque tende a haver superproteção em relação à criança.

[...] não tem pai nem mãe, conversei com a tia dele já, ela disse que ele foi largado na rua, o pai morreu e a mãe não quis mais saber dele, a tia começou a criá-lo [...]. (P3)

[...] ele é repetente e eu mandei chamar a avó, porque ele é criado pela avó, à avó na primeira vez que veio disse: ‘professora, não faça isso comigo pelo amor de Deus, tenha paciência com o meu netinho, porque ele toma remédio controlado’. (P6)

[...] é uma menina boa, agora só está faltando, por que ela é criada pela avó e tem preguiça de acordar de manhã, aí a menina não vem pra aula de jeito nenhum, vem quando ela cai da rede (risos), talvez né [...]. (P6)

Estes discursos ilustram a visão das professoras acerca do exagero na proteção que, segundo elas, caracteriza a forma de tratamento dispensado pela figura das avós relativamente aos netos.

Considerações finais

Conclui-se que as percepções relativas aos comportamentos reveladores de incivilidade, agressividade e violência infantil no âmbito escolar geram entre as professoras atitudes, em geral, de natureza punitiva e de caráter autoritário referente aos alunos. Há também uma tendência

a culpabilizá-los em relação às dificuldades de realização do processo de aprendizagem. Por outro lado, faltam estratégias inovadoras visando motivar os alunos, o que reforça os meios tradicionais de disciplinamento. E isso representa um ciclo repetitivo com prejuízo para os educandos, seja do ponto de vista da aprendizagem, seja da formação para a cidadania.

Ademais, no contexto escolar, os educadores não percebem suas ações como autoritárias ou violentas, isto é, não se vêem como protagonistas, de modo a fazer uso de práticas punitivas como medidas educativas e disciplinares. Neste sentido, tal forma de intervenção tende a reforçar a baixa autoestima dos alunos e a distanciar-se de uma cultura de paz e promoção de valores solidários.

Contudo, as professoras enaltecem a necessidade do envolvimento da família, considerando a base para o desenvolvimento da personalidade, assim como evidenciam a falta de investimentos em políticas públicas em educação e saúde. Investimentos estes que deveriam estar voltados ao aperfeiçoamento de profissionais e instituições que contemplem ações educativas, visando à atenção diferenciada, na busca de minimizar as inúmeras causas/tipos de incivildades, agressividade e violência escolar.

Por fim, contribuições de novos estudos quanto ao comportamento infantil no âmbito escolar e familiar são relevantes para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos no processo educacional e na construção de uma sociedade mais igualitária.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam. *Violências nas escolas*. Brasília: Unesco Brasil, 2003.
- ANDRADE, Susanne Anjos et.al. Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 606-611, ago. 2005.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 1990.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de Outubro de 1996. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Brasília, 1996. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/Resolucao_196_de_10_10_1996.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, dez. 2002.
- DELFINO, Vanessa. et al. A identificação da violência doméstica e da negligência por pais de camada média e popular. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 14, p. 38-46, 2005. Número especial.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; SZELBRACIKOWSKI, Adriane Corrêa. Crianças com problemas de comportamento exteriorizado e a dinâmica familiar. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 171-180, jul./dez. 2004.
- EYNG, Ana Maria; GISI, Maria de Lourdes; ENS, Romilda Teodora. Violências nas escolas e representações sociais: um diálogo necessário no cotidiano escolar. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 28. p. 467-480, 2009.
- FIGUEIREDO, Márcia Maria Almeida. Brincadeira é coisa séria. *Revista On-Line UNILEST*, Coronel Fabriciano/MG, v. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.unilestemg.br/revistaonline/volumes/01/sumario>>. Acesso em: 3 out. 2012.
- GALHEIGO, Sandra Maria. Apontamentos para se pensar ações de prevenção à violência pelo setor saúde. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 181-189, set. 2008.
- GALLI, Jolanda; VIERO, Francisco. Maus-tratos e trauma infantil: apontamentos úteis à compreensão do problema. In: TAPARELLI, Gino; NORONHA, Ceci Vilar. (Org.). *Vidas em risco: quando a violência e o crime ameaçam o mundo público e privado*. Salvador: Arcádia, 2008, p. 201-216.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Glicéria; DINIZ, José Alves. Educadores de infância promotores de saúde e resiliência: um estudo exploratório com crianças em situação de risco. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 24, n. 2, p. 217-234, abr. 2006.
- GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática com abordagem do novo código civil*. Curitiba: Juruá Editora, 2003.
- GRANVILLE-GARCIA, Ana Flávia et al. Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 131-140, jan./mar. 2009.
- MACEDO, Rosa Maria de Almeida; BONFIM, Maria do Carmo A. Violências na escola. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 605-618, 2009.
- MEDINA, Ana Beatriz Campos; PENNA, Lucia Helena Garcia. A percepção de enfermeiras obstétricas acerca da violência intrafamiliar em mulheres grávidas. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 466-473, jul./set. 2008.
- MENDES, Corina Helena Figueira. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, p. 2278-2279, nov.2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pina de; RIBEIRO, Moneda Oliveira. O cuidar da criança de/na rua na perspectiva dos graduandos de enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 246-253, jun. 2006.

PACHECO, Janaína et al. Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 55-61, jan./abr. 2005.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 250-273, dez. 2006.

REGO, Teresa Cristina. Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades. Rio de Janeiro: Petrópolis; Vozes, 2003.

RICAS, Janete; DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli; GRESTA, Mona Lisa Maria. A violência na infância como uma questão cultural. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 151-154, mar. 2006.

ROCHA, Pedro Carlos Xavier da; MORAES, Claudia Leite. Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3285-3296, jul. 2011.

SOUZA, Rosane Mantilla de. Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.16, n. 3, p. 203-211, set./dez. 2000.

SOUZA, Kátia Ovídia José de. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: relatos e diálogos com alunos e professores. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 25, n. 1, p. 71-79, 2012.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de S. et al. Violência na escola pública: relatos de professores *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 23, n. 1, p. 34-42, 2010.

WEISZFLOG, Walter. *Michaelis: moderno dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2007.

CAPÍTULO 3

Corpos Frágeis: violência sexual contra vítimas infantojuvenis

Ceci Vilar Noronha
Andrija Almeida
Juliana Campos Maltez

Introdução

O presente trabalho analisa casos de violência sexual extrafamiliar, ou seja, aqueles que desafiam a esfera da vida privada por envolver tanto pessoas fisicamente próximas, a exemplo de vizinhos, quanto agressores estranhos não residentes na mesma localidade da vítima. Considerando aspectos da sociabilidade, há muitos significados atribuíveis ao termo vizinhança, sobretudo, nos bairros populares. Entre eles, a atitude de “tomar conta” da filha/filho dos conhecidos; supervisionar os filhos da casa ao lado, enquanto as mães trabalham ou resolvem tarefas domésticas na rua; utilizar o espaço doméstico do outro para reunir as crianças e propiciar-lhes atividades lúdicas, bem como estabelecer vínculos de amizade desenvolvidos em função da proximidade e da cotidianidade. Reconhecidamente, todas estas situações facilitam a criação de um clima de intimidade entre o agressor sexual e sua vítima real ou potencial.

No Brasil, o cenário típico de violências sexuais contra crianças e adolescentes, representado e noticiado pela grande imprensa, constitui-se de bairros pobres das cidades e áreas do campo, onde são desenroladas cotidianamente histórias em cujo enredo figuram como personagens, indivíduos adultos vinculados a padrões mais tradicionais de relações de gênero e crianças/adolescentes filiados a grupos domésticos com dificuldades em prover a sobrevivência.

Neste noticiário estereotipado, e na sua constante atualização, encontram-se elementos de reforço ao masculino e à virilidade. Alguns homens, quando denunciados, afirmaram abertamente considerar “normal” e arriscam-se a serem presos por praticarem jogos ou relações sexuais com crianças ou adolescentes. Como resultado deste estudo, encontrou-se um padrão de delitos muito semelhante quando as vítimas, de ambos os sexos, são atraídas a realizar práticas sexuais com vizinhos, adultos que desfrutam da proximidade e confiança dos seus familiares.

Os protagonistas da violência sexual, em suas versões, em geral, repassam a responsabilidade dos atos sexuais às próprias vítimas e criam álibis para si próprios a fim de inocentarem-se. No grupo social, as violências sexuais, ao serem reveladas, re-atualizam as normas respeitantes à vigilância sobre os filhos e a desconfiança com relação aos adultos de fora do grupo consanguíneo, bem como suscitam reclames mais veementes por justiça e punição dos agressores sexuais.

Um aspecto importante a ser considerado nos microcontextos sugeridos neste estudo é que os ofensores sexuais de crianças e adolescentes, na esfera da vida pública, não se apresentam como “monstros”. Em concomitância à duração do segredo em torno da vida sexual transgressora, os agressores desempenham outros papéis sociais, entre os quais o de trabalhador exemplar e o de vizinho solidário e, desse modo, conseguem manter uma “fachada pessoal” (GOFFMAN, 1985) conectada ao mundo da ordem, ou seja, mostrar-se socialmente como cidadãos comuns e respeitáveis. E, nestas condições, uma acusação de violência sexual dirigida contra estas pessoas tende a assumir conotação de denúncia falsa, posto que se constitui no imaginário coletivo um elemento incompatível com outros comportamentos sociais do sujeito. (SALTER, 2009)

Desse modo, como salienta Salter (2009), o *status* de agressor sexual não está relacionado a marcadores inscritos no corpo do indivíduo e, além disso, a conduta desviante é praticada pelos atores paralelamente a outros modos de inserção como membros responsáveis da comunidade.

A violência sexual infanto-juvenil é um fenômeno antigo, embora atual, que atinge de forma contundente, crianças e adolescentes, de ambos os sexos, independente de classes socioeconômicas, religiões ou culturas. Baseada em relações de poder sobre a criança ou adolescente, tal violência insere suas vítimas em atividades sexuais impróprias para sua idade e seu desenvolvimento psicosssexual, bem como as coloca expostas a diversos

riscos e agravos físicos, morais e psicológicos, tais como doenças sexualmente transmissíveis, lesões físicas, (sobretudo, nas áreas genital/anal), gravidez indesejada e possíveis abortos (espontâneos ou não). Além disso, há situações em que a vítima é assassinada após a agressão sexual com vistas à manutenção do segredo e à preservação da identidade do agressor.

Nos casos concretos aqui analisados, vê-se que as agressões de cunho sexual, por se tratar de crimes praticados na intimidade e envolvendo crianças e adolescentes, podem desencadear outras respostas violentas a fim de restituir a honra da família ofendida.

Jornais como fonte de dados

Os jornais são fontes de informações sobre crimes, de modo geral, e apesar de não cobrir a totalidade de fatos dessa natureza, apresentam vantagem em relação a outras fontes, por descrever minimamente o contexto interacional em que as transgressões ocorreram. Ademais, outras fontes, a exemplo das oficiais, também traduzem somente parte dos casos, aqueles que são denunciados às autoridades.

A partir de matérias jornalísticas divulgadas no período compreendido entre 2009 e 2010, em três capitais da região Nordeste pelos periódicos *A Tarde* (Salvador/BA), *Diário de Natal Online* (Natal/RN) e *Diário do Nordeste Online* (Fortaleza/CE), organizou-se um banco de dados relativo à cobertura de crimes sexuais contra crianças e adolescentes pela imprensa escrita. A disponibilidade do acesso on-line possibilitou a coleta sistemática de notícias, mas em decorrência de falhas no ambiente virtual das empresas, as edições não estavam completas, observando-se interrupção de informações respectivas ao intervalo de três a quatro meses para cada uma das cidades.

As matérias sobre os crimes sexuais apresentam como característica a centralidade da narrativa sobre os agressores, e, por vezes, dão voz a representantes de instituições públicas que conformam a rede assistencial às vítimas. Além disso, os pais ou outros familiares também protagonizam declarações sobre a dor suscitada pelo evento traumático.

Em relação às vítimas, os jornais referem-se constantemente a providências a elas dirigidas tais como a atuação dos Conselhos Tutelares e os encaminhamentos para exames comprobatórios da perda de virgindade realizados pelos Institutos de Medicina Legal, a hospitalização da criança/

adolescente e os procedimentos cabíveis, quando os atos sexuais resultam em gravidez. Mais raramente se noticia o endereçamento dos casos para os serviços de atenção psicossocial que irão atuar sobre a dor e o sofrimento das vítimas.

Outro aspecto observado nas matérias analisadas, este de alcance educativo para os demais membros da sociedade não diretamente envolvidos com o delito sexual noticiado, diz respeito à referência que os jornalistas fazem às leis de proteção à infância e suas alterações mais recentes, todas no sentido do endurecimento das penas para os transgressores. Atualizam, assim, concepções acerca da proteção social da criança e do adolescente pelo aparato do Estado, presentes em dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 1990)

Vizinhos: inimigos ou aliados?

Embora os tipos de relações vicinais possam variar bastante e, em muitas vezes, os vizinhos convivam como estranhos, é possível observar a importância da vizinhança, principalmente nas áreas residenciais mais pobres, como bairros periféricos ou locais rurais. Nestas localidades, a própria configuração das moradias facilita o encontro e o contato entre as pessoas, o que difere em relação às áreas de habitação de grupos sociais abastados, onde os grandes muros e a constante busca por segurança e privacidade acabam por favorecer a individualização dos moradores, que comumente se isolam em seus apartamentos e casas, restringindo-se à circulação somente naquele espaço protegido pelas cercas elétricas e câmeras de segurança.

Em contraste, as relações de vizinhança entre os moradores de áreas menos favorecidas adquirem dinâmicas diversas, sendo passível a conformação de relações de amizade e solidariedade. O emprestar uma xícara de açúcar, “olhar” as crianças enquanto os pais estão ausentes, emprestar dinheiro para o transporte ou participar de mutirões para “bater a laje” (construir casas) são casos característicos e ilustrativos de ajuda mútua em comunidades pobres. (ALMEIDA, 2004)

O vizinho pode, portanto, ser alguém muito próximo, com quem se compartilha atividades e situações do cotidiano, ou seja, se cultiva relações de reciprocidade. Nestas situações, a confiança estabelecida entre os vizinhos permite a liberdade de circulação nos respectivos ambientes

domésticos, assim como viabiliza o compartilhamento de situações da vida e cria uma esfera de intimidade/sociabilidade mais ampla do que aquela construída em torno dos próprios parentes.

É na sociabilidade construída cotidianamente que os diversos atores sociais vivem e convivem com seus iguais, participando de várias atividades em conjunto; principalmente quando estas estão voltadas para o lazer; se reunindo para resolver os problemas mais corriqueiros: como a falta de energia elétrica de algum morador ou socorrer algum vizinho que se encontra doente (neste caso, o vizinho se torna uma figura mais do que importante no convívio social). O bairro, desse modo, não é apenas uma demarcação territorial que divide a cidade – servindo para delimitar os espaços urbanos e o controle administrativo dos serviços públicos e municipais – mas, antes de tudo, o bairro é a própria constituição de uma cidade, onde os moradores que nele habitam se identificam, se sociabilizam, criam laços afetivos e sentimentos de pertencimento. (ALMEIDA, 2011, p. 339)

Entre outros fatores, as transformações na família, a condição socioeconômica e a falta de acesso a políticas públicas dirigidas à proteção da infância – a exemplo de espaços educacionais em tempo integral – motivam, sobretudo indivíduos pertencentes a segmentos mais pobres da população, a lançar mão das redes de solidariedade no cuidado aos filhos pequenos. Nestes contextos, os vizinhos se constituem agentes que, ao lado dos pais, dividem a responsabilidade e o cuidado dirigido às crianças. No tocante a este aspecto, as matérias analisadas trazem elementos ilustrativos destas situações em que diversos genitores contam com a ajuda dos(as) vizinhos(as) para cuidar seus filhos.

G. O.¹ explica que a mãe da criança resolveu deixá-la na casa de uma vizinha no final da manhã da quarta, como faz costumeiramente, enquanto iria centro da cidade para pagar umas contas. ‘As duas são bastante amigas e a vizinha praticamente cria a menina’. (SOUSA, 2010)

O olhar curioso e atento dos vizinhos, muitas vezes, pode ser útil à identificação de movimentos incomuns ou da presença de pessoas “suspeitas”, bem como de algo que possa colocar em perigo algum morador. Nas matérias sobre violência sexual examinadas no estudo, foi possível obser-

1 Embora, de um modo geral, os jornais em tela no estudo tenham tornado públicos os nomes dos acusados e de outros personagens envolvidos ainda que indiretamente nos episódios de violência sexual contra crianças e adolescentes, a exemplo de familiares de vítimas e terceiros, as autoras optaram por utilizar abreviaturas em lugar da designação completa.

var a menção recorrente a inúmeras situações em que os vizinhos aparecem como protagonistas importantes, seja ao impedir a ocorrência de algum incidente violento, seja ao denunciar possíveis agressores, ou mesmo participar da perseguição a “suspeitos” que circulam na vizinhança.

“Uma vizinha teria ouvido os gritos da criança e decidiu ir ver o que estava acontecendo, quando, então, encontrou o menino já sangrando”. (RIBEIRO; LOBO, 2010)

Uma vizinha que passava pelo local do crime viu uma movimentação estranha e imediatamente localizou e avisou os pais da menor, que, correndo para casa encontraram o suspeito lá. (FLAGRANTE..., 2010)

No caso abaixo, além de terem sido atores fundamentais na descoberta da agressão sexual e na denúncia à polícia, os vizinhos ainda impediram a fuga do acusado:

O pedreiro C. A. S. L., 42 anos, foi preso em flagrante na noite de ontem em sua casa no bairro Nova Esperança, em Juazeiro (500 km de Salvador) acusado de pedofilia. Ele estava com três crianças: duas irmãs de 8 e 11 anos, e um menino de 9 anos, quando vizinhos desconfiaram da longa permanência das crianças e resolveram ver o acontecia. ‘Nós ouvimos o homem mandando as crianças fazerem sexo, ensinando a colocar camisinha e mexendo nas crianças que estavam no quarto dele’, conta D. S. G., vizinha do acusado. Segundo ela, o pedreiro morava há três meses na casa e as crianças sempre vinham visitá-lo. Ao ouvir a conversa do pedreiro com as crianças na casa, os moradores decidiram chamar a polícia, ele teria tentado fugir, mas foi detido pela vizinhança. A Polícia Militar chegou com comissários da infância e levaram o homem e as crianças para a delegacia. Os pais foram chamados e as três crianças passaram por exames. (LAURA, 2009, p. A10)

Os agressores, em não raras as ocasiões, promovem lanches e brincadeiras infantis como forma de atrair as vítimas para dentro de suas residências. As agressões não ocorrem exclusivamente na casa do abusador, mas podem acontecer também na própria casa da criança, pois, como já foi dito, a intimidade e a relação de confiança que se estabelece, em diversas situações, com o agressor, permite que este tenha livre acesso à casa das vítimas sem que isso pareça estranho e desperte suspeitas.

Se em muitos casos a figura do vizinho adquire um papel colaborador e complementar à família de origem da criança ou adolescente, em diversas outras circunstâncias toda essa proximidade e intimidade, como o

acesso fácil a casa, o “olhar a criança” na ausência dos pais é utilizada com intenções torpes. Isto é, aquele mesmo vizinho aparentemente prestativo e aliado, pode agir como um agressor e se aproveitar da relação de confiança com a família para cometer atrocidades, “portanto, a figura do vizinho pode aparecer como fonte de segurança, mas também de receios, o que não deixa de ser ambíguo”. (ALMEIDA, A., 2011, p. 350)

O fato de a criança “estar lá na casa do vizinho” ou “o vizinho estar olhando” não representa para muitos, sinal de perigo, ao contrário, pode representar alívio e sensação de segurança, pois a criança não está na rua e encontra-se sob os olhares de um adulto conhecido. A criança está próxima de casa e sob os cuidados do vizinho, aquele em quem se deposita confiança. São nessas ocasiões, aparentemente desprovidas de perigo, que algumas crianças foram submetidas a sevícias sexuais.

Além disso, vale lembrar que, pela proximidade, o “agressor que mora ao lado” conhece bem a rotina da família e dos moradores, o que facilita ter informações acerca, por exemplo, dos momentos nos quais a vítima está sozinha e da hora melhor para agir, sem maiores problemas.

Uma das matérias encontrados na pesquisa relata um caso no qual o acusado, que era vizinho e amigo da família das vítimas, conquistou a confiança e amizade das crianças e, por este motivo, a polícia teve dificuldades de acessar, por meio das crianças, informações acerca do fato em função dos vínculos afetivos que envolviam agressor/vítimas: “contudo, apesar destas informações, os dois meninos, por enquanto, não estão ajudando muito a polícia nas investigações, porque alegam gostar do aposentado”. (GARCIA, 2010, p. B9)

Os excertos que se seguem são ilustrativos de ocorrências de abuso sexual, tratados pelos jornais em foco neste trabalho, cujos personagens são crianças do sexo feminino e os acusados de protagonizar a violência sexual são vizinhos adultos que lançam mão de ameaças para assegurar o silêncio das vítimas e a continuidade dos abusos:

Segundo o pai da garota, o comerciante, que mora vizinho à casa da mãe dela, oferecia presentes para convencê-la a praticar sexo oral com ele. ‘Ele a levava para dentro de sua casa e abusava dela. Depois a ameaçava para que não contasse para ninguém o que acontecia’. Segundo o comerciante, os abusos ocorreram por seis meses. (COMERCIANTE..., 2010)

[...] O rapaz foi flagrado se lavando no banheiro de casa após ter abusado de uma menina de dois anos, por volta das 13h da quarta-feira. Um exa-

me de conjunção carnal feito na vítima, no Instituto Técnico-Científico de Polícia (ITEP) de Mossoró, comprovou a violência. O jovem é vizinho da mãe da vítima. (SOUSA, 2010)

Nas matérias estudadas, a grande maioria das vítimas de abuso é do sexo feminino e tem como agressores indivíduos adultos do sexo masculino. No entanto, para as vítimas do sexo masculino, encontram-se agressores, por vezes, agindo em cumplicidade com outros homens e, nestes casos, o recurso à violência física é empregado em grau de intensidade proporcionalmente maior do que a infligida em meninas.

Vítimas do sexo masculino

O agressor sexual pode não deixar indício nenhum dos seus atos transgressores em seu comportamento público. O abusador de criança pode ser qualquer um em qualquer lugar, sem distinção de classe social, cor ou religião. Pode ser o morador de rua ou o político mais bem sucedido. Assim, na rua ou dentro da própria casa, crianças e adolescentes podem ser alvos desses indivíduos. (SALTER, 2009)

No dia 18 de maio de 2011, o Disque 100, serviço mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, divulgou que entre 2003 e março de 2011, 52 mil denúncias de violência sexual (abuso e exploração comercial) contra crianças e adolescentes foram realizadas em todo país, sendo 80% das vítimas do sexo feminino. Vale atentar para o fato de que tais números são relativos, tendo em vista que esta é uma prática delituosa pouco denunciada por diversas razões, dentre elas o fato de a sexualidade humana ainda ser um tabu.

A vítima da violência sexual se encontra duplamente vitimizada, em outras palavras, além da agressão sexual sofrida, ainda é submetida, muitas vezes, a uma rede de silêncio e impunidade. Os fatores que dificultam o rompimento do silêncio são os mais diversos. Observam-se, em muitas situações, agressores intimidadores que, comumente, tentam incutir na criança sentimentos de culpa e medo (de recriminação ou punição), além de ameaçá-la. De outro lado, a vítima experimenta sentimentos de vergonha de relatar o acontecido ou teme não ser acreditada. Nos casos de abuso sexual extrafamiliar em que os agressores são conhecidos da vítima ou da família, a quebra do silêncio pode ser dificultada pela relação afetiva que abusador mantém com a criança ou com seus familiares.

Nos casos em que aparecem vítimas do sexo masculino, destaca-se também o fato de que muitos se abstêm de notificar o abuso sexual, devido ao medo e à vergonha de serem rotulados como homossexuais (quando o agressor é homem), o que ainda é visto com bastante preconceito pela sociedade.

Sebold (1987) aponta como uma das principais causas para o baixo nível de notificação de violência sexual contra meninos, a associação presente no imaginário coletivo entre o abuso sexual e a homossexualidade, o que implicaria sentimentos de vergonha para a vítima e seus familiares, bem como preocupações com atitudes de ordem homofóbicas dirigidas à criança. As razões para a subnotificação são complexas e demandam investigações para que sejam mais bem compreendidas. Possivelmente, o estigma social associado à homossexualidade, ao incesto e ao abuso da criança do sexo masculino contribua para a alta ocorrência de não registro e inserção dos casos na esfera pública.

Por outro lado, nas matérias veiculadas pelos jornais que se constituíram objeto de análise deste trabalho, identificam-se algumas situações em que meninos são as vítimas preferenciais de violência sexual e os acusados da agressão são pessoas de referência na vida comunitária, a exemplo de professores, líderes religiosos e vizinhos.

Um professor da rede pública da cidade de Barreira (74 km de Fortaleza) foi preso, ontem, naquele município por policiais civis da Delegacia de Redenção. O acusado, identificado como J. E. R. S., 30, estava sendo investigado sob a suspeita de explorar sexualmente seus alunos, garotos com idades entre 13 e 15 anos. (PROFESSOR..., 2009)

Com relação a este episódio, a matéria ainda detalha que um *compact disc* contendo fotos do professor em ato sexual com garotos circulou na cidade e estava entre as provas disponibilizadas à investigação da delegada da localidade.

Outro exemplo relativamente à abordagem da violência sexual contra meninos pelos veículos da imprensa estudados trata-se de caso acontecido na Bahia, cujo desfecho do tratamento do caso pelo sistema de justiça criminal foi noticiado em 2009. A matéria abordou a condenação por 10 anos e 10 meses do pároco do município de Ichu, D. M., 49 anos, por “atentado violento” e “corrupção de menores”, crimes cometidos contra quatro adolescentes, residentes na mesma localidade onde o padre traba-

lhava, durante os anos de 2005 e 2006. Por outro lado, na matéria, há ainda referência a movimentos populares em solidariedade ao acusado, com destaque para a vigília de moradores na frente do complexo policial durante a madrugada. (RODRIGUES, A., 2009)

Outra face da problemática da vitimização sexual de meninos destacada nas matérias em estudo diz respeito à ênfase nas alterações no comportamento da criança após as agressões sexuais. No caso a seguir, são aludidas consequências das lesões físicas resultantes das sevícias bem como atitudes reveladoras de desconforto psicológico:

‘Notei que ele estava andando diferente, não conseguia sentar, cuspiam muito, como se tivesse nojo da própria boca. Conversei sério e ele acabou contando sobre os abusos sexuais que vinha sofrendo. Ele tinha medo de falar para a mãe, por causa da ameaça. Mas, como o acusado não fez ameaças contra mim, ele achou que não havia perigo em me dizer’, diz a mulher, que encabeçou a denúncia contra o mais recente caso de pedofilia descoberto em Pacatuba. (LOBO, 2009)

Sobre este aspecto evidenciado pela mídia, cabe salientar que os danos psíquicos resultantes da violência sexual podem produzir efeitos devastadores para a saúde mental e para a reinserção social da vítima. (DREZETT, 2004) As vítimas e familiares arcam com o ônus da situação em si e, não raramente, no âmbito das instituições públicas, as crianças são esquecidas em suas necessidades de superação do trauma, sendo em inúmeras circunstâncias expostas a relembrar os fatos desagradáveis que vivenciaram.

Além destes elementos, outro componente que perpassa a cobertura jornalística sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nos meios estudados diz respeito ao emprego genérico do termo “pedofilia” para denominar crimes sexuais e modalidades de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Estratégias dos predadores sexuais

A aproximação entre o agressor e as vítimas é marcada por uma relação gradual, estabelece-se uma relação de trocas em que a criança aceita presentes, mas estará em desvantagem e sem condição de defesa. Para De Antoni e colaboradores (2011), o que de início parece ser um vínculo afeti-

vo, na verdade, configura-se violação dos direitos da vítima, do seu corpo e dos seus desejos.

Nas matérias jornalísticas em análise, observou-se também um enfoque nas estratégias utilizadas por agressores sexuais para estreitar laços de proximidade com as vítimas. Quando são amigos ou conhecidos da família da vítima, os noticiosos informam que, repetidas vezes, os abusadores recorrem a componentes da “fachada pessoal” (GOFFMAN, 1985) capazes de inspirar confiança, omitir os desígnios sexuais dirigidos às crianças daquele grupo familiar e neutralizar quaisquer suspeitas. Assim, nas interações cotidianas, costumam mostrar-se como pessoas simpáticas e generosas.

O trecho apresentado a seguir é ilustrativo da descrição existente nas notícias acerca de outro dos mecanismos de aproximação empregados pelos agressores para conquistar a confiança das vítimas e potencializar a consumação dos abusos:

Os 11 garotos foram vítimas de atentado violento ao pudor e atos obscenos dentro da casa do abusador. Há, pelo menos, três meses, ele atraía os meninos para sua residência. Usava um cão para brincar com os garotos. Depois, oferecia balas, biscoitos, chocolates e dinheiro para submeter às crianças a seus caprichos sexuais. (DECECA..., 2009)

Nas matérias, a concessão de presentes às vítimas ganha destaque como estratégia utilizada inclusive por agressores conhecidos das mesmas. Em um dos casos veiculados na imprensa, o recurso à oferta de brindes em troca de sexo com crianças e adolescentes é usado por um coletivo de homens adultos que se alternavam nos abusos:

A cidade de Itapiúna (a 110 km de Fortaleza) está chocada com a descoberta de um ‘consórcio’ de pedofilia. Cinco homens são acusados de se juntarem para abusar sexualmente de uma criança e uma adolescente, irmãs. Eles se cotizavam para comprar presentes que eram dados às vítimas, em troca de sexo. As duas garotas vinham sendo abusadas pelo grupo desde janeiro passado. Com um sistema de rodízio, a cada dia elas eram violentadas por um dos cinco acusados. (CINCO..., 2009)

Além destas estratégias de aproximação da vítima que prescindem do uso de força física, as matérias analisadas reportam àquelas nas quais os agressores, mormente os desconhecidos de suas vítimas, recorrem a outras modalidades de violência e ao emprego de arma de fogo ou branca. Nes-

tes episódios, além da agressão sexual e física, as vítimas são submetidas, muitas vezes, à violência psicológica e se deparam com o risco da morte, havendo ainda situações extremas em que a agressão sexual é seguida da morte da vítima.

Os fragmentos de texto a seguir exemplificam aspectos da descrição jornalística relativa a atos violentos de caráter sexual cujas vítimas são crianças ou adolescentes, abordadas em espaços públicos por adultos desconhecidos que lançam mão de ameaças, coação física e/ou arma para consumir a agressão sexual:

Então, exigiu que as meninas tirassem a roupa e cada uma fizesse sexo oral nele. Enquanto praticava o ato, ele dizia para as garotas que não tinha nada a perder, já que ele estava para morrer, por isso não reagissem. Em seguida, fez ameaças. ‘Ele disse que agora conhecia quem era minha irmã porque tinha muitas fotos dela no celular. Então ela não se atrevesse a denunciá-lo a polícia, pois viria atrás dela e não tinha nada a perder’.
(DUAS..., 2009)

Ambas estavam sozinhas e conversando quando passaram por uma rua próxima à escola. Em direção oposta às duas garotas, o suspeito se aproximou e anunciou um assalto, armado com uma pistola. [...] A mais velha teria implorado para não ser abusada ou morta, mas isso teria irritado o criminoso, que a agrediu diversas vezes, esmurrando-a nos braços, nos seios e na cabeça. (IRMÃS..., 2010)

Além disso, foram narradas nos jornais ocorrências em que o oferecimento de vantagens materiais às famílias das vítimas garantia a anuência do abuso por omissão ou ainda suscitava o incentivo dos parentes aos contatos entre as crianças e o abusador. Um exemplo de matérias com este conteúdo é o que se segue, no qual uma das fontes ouvidas foi um conselheiro tutelar:

Segundo F, a maior parte dos pais e mães sabia que as filhas eram abusadas. ‘Alguns deles daqui, quando sabem que um aposentado recebeu o benefício, mandam as filhas para a casa dele para tentar tirar dinheiro’, diz, adiantando que os pais já foram chamados pelo MP e podem perder a guarda das filhas, condenados por abandono de incapaz. (OLIVEIRA, 2009)

De outro lado, foram encontradas informações de casos nos quais os agressores se utilizaram de intimidação aos parentes das vítimas e de

ameaças de bruxaria para retirar as crianças de suas famílias e violentá-las sexualmente:

Os depoimentos das vítimas, todas de famílias humildes e sem instrução, demonstraram que o suspeito de pedofilia agia sempre da mesma forma: ia às casas, apresentava-se como pai-de-santo e contava uma estória para fazer com que a pessoa responsável pela criança entregasse a vítima. Caso a pessoa desistisse, ele ameaçava realizar feitiços e bruxarias contra a família. Nos casos dos meninos de 6 e 10 anos, as famílias ficaram com tanto medo que entregaram até a certidão de nascimento. De posse das crianças, o agricultor ia com elas para uma propriedade rural isolada a 60 km de Itamaraju. (BITTENCOURT, 2010)

Nas matérias que abordam este tipo de estratégia baseada em argumentos místicos, são expostas as versões dos agressores nas quais chamam atenção as justificativas e idealizações elaboradas pelos abusadores a fim de explicar a violação do corpo de crianças e adolescentes. Os extratos de texto a seguir são exemplares destes, no primeiro caso, o agressor, vizinho da vítima de apenas nove anos de idade, afirmou que a criança o “atentava” (seduzia); já no segundo, o abusador alegou ter sido “tentado pelo diabo”; no terceiro caso, o agressor explicou que agia sobre influência de espíritos ruins:

O aposentado A. C., 67 anos, foi preso por policiais da 8ª CP (CIA) após ser flagrado praticando abusos sexuais contra uma menina de apenas 9 anos. Um tio da garota fez a denúncia alegando ter presenciado o idoso despido, deitado sobre a vítima, na noite de anteontem, em Valéria, periferia de Salvador. C. confessou o crime, mas tentou minimizar a gravidade do ato, dizendo que a garota o “atentava”. Os abusos viriam ocorrendo há oito meses. Se condenado, ele pode pegar de oito a 15 anos de prisão (PEDÓFILO..., 2009)

Uma denúncia levou a Polícia a prender, ontem, na cidade de Massapê (a 224 km de Fortaleza), o pedreiro e pastor evangélico D. D. D, 46. Ele é acusado de ter praticado abuso sexual contra uma criança de apenas seis anos. Segundo as primeiras investigações, o acusado estaria fazendo serviço na casa da mãe da menina e aproveitou a ausência da dona da casa para abusar da menina. A mãe contou que teve que sair da residência e, como não havia outra pessoa da família ali, confiou no pedreiro. Quando retornou, a mãe da menina descobriu o fato. Em depoimento na Polícia, o pastor confessou ter molestado a criança, mas negou tê-la estuprado, e disse que agiu por ter sido ‘tentado pelo diabo’. (PASTOR..., 2010)

Além das estratégias adotadas nas interações face a face, os jornais também enfocam os meios empregados pelos agressores sexuais no mundo virtual para conseguir recrutar suas vítimas. A este respeito ressalta-se a necessidade da atenção e da vigilância dos pais ou responsáveis aos contatos estabelecidos pelas crianças ou adolescentes na rede mundial de computadores.

Ademais, destaca-se que as estratégias aqui descritas a partir das análises das matérias jornalísticas não são capazes de esgotar o repertório de estratégias que os transgressores se servem a fim de realizarem seus desejos. E, neste sentido, para permanecerem na sombra, por vezes, eles podem inclusive lançar mão de violência letal ou expor-se à morte.

Sexo e morte violenta

Dentro do complexo universo das violências sexuais retratado pela imprensa escrita, verificam-se ainda aqueles casos em que as agressões sexuais resultam em morte da vítima ou desencadeiam a morte do agressor. Os predadores sexuais se veem imbricados em uma trama desencadeadora de mais violências, seja quando eles próprios matam suas vítimas para acobertar seus atos e evitar punições, seja quando ficam expostos à vingança privada, especialmente a linchamentos.

Sobre estes casos de agressão sexual e morte da vítima, o jornal *A Tarde* publicou em 12/05/2009 uma nota curta sobre um achado macabro na praia de Tubarão, em Paripe/Salvador: o corpo de uma adolescente despido da cintura para baixo, sangue no rosto, sinais de estupro e hematomas nas costas, pernas e nádegas.

Segundo uma das irmãs da vítima: 'Ela saiu com duas amigas e dois rapazes ontem no domingo às 18 horas'. Na noite de anteontem, a adolescente, segundo testemunhas, bebia com amigos na barraca Carrera. 'Ela estava com um monte de gente, bebendo muito. Depois saíram e não vi mais nada. Sei que não era daqui', disse uma vendedora (ADOLESCENTE..., 2009)

Nada mais foi acrescentado à nota descrita acima, embora se trate de estupro seguido de morte, as referências às bebidas alcoólicas, bem como ao fato de adolescente estar em companhia de homens e beber muito, subsidiam uma conotação de vítima culpada.

Por outro lado, entre os três jornais em estudo, o evento de violência fatal infanto-juvenil com maior cobertura e repercussão midiática foi o “caso Alanis”, publicado pelo jornal cearense em cerca de 20 matérias extensas sobre o fato cuja vítima tinha cinco anos de idade, a maior parte delas ilustradas com fotografias da vítima e do acusado.

A narrativa jornalística dá conta de que primeiro a menina desapareceu quando estava em companhia dos pais e da avó, em uma Igreja, em janeiro de 2010. Depois de algum tempo, seu corpo foi encontrado dentro de um matagal, ao lado de um córrego, na Rua Rui Monte, bairro Antônio Bezerra. O corpo da criança estava despido e apresentava sinais de violência sexual e marcas de estrangulamento. Ela foi levada pelo agressor, após ser atraída com pipocas. O crime chocou a população cearense. O agressor era fugitivo, já havendo sido preso por outros crimes de estupro, sendo todas as vítimas meninas e de idade entre cinco e oito anos. Ainda em janeiro de 2010, o *Diário do Nordeste Online* publicou uma matéria sobre a captura do acusado, na qual ele era chamado de “Maníaco do Canal” ou tarado.

O sofrimento marcou as últimas horas de vida de Alanis, o agressor espancou, estuprou e esganou a criança. O laudo revelou que o homicida manteve relações anais com a vítima. A história de Alanis veio à tona e repercutiu sobremaneira nas páginas dos jornais e em outros meios de comunicação, causando comoção e revolta na opinião pública. O sofrimento de Alanis representa o sofrimento de inúmeras outras crianças que são cruelmente violentadas e silenciadas todos os dias no Brasil e no mundo. Casos como o de Alanis com roupagens mais ou menos cruéis são frequentes em nosso contexto.

A.C., mais conhecido como ‘Casim’, será levado a Júri popular pelos crimes de homicídio triplamente qualificado - por motivo torpe, meio cruel e surpresa - estupro de vulnerável e ocultação de cadáver. De acordo com o processo, a menina Alanis Maria Laurindo, de cinco anos, foi raptada quando estava com os pais em uma igreja do bairro Conjunto Ceará, no dia 7 de janeiro último. No dia seguinte, o corpo da criança foi encontrado por populares em um matagal, no bairro Antônio Bezerra. O acusado foi detido dias depois. (CASO..., 2010)

Em 2001, o agressor já havia sido acusado de ter molestado uma criança, com uso de ameaças de morte, tendo sido preso e julgado por este

crime. Em 2008, fugiu de um estabelecimento penal e permaneceu em liberdade até cometer mais um delito sexual em 2010.

Punição lenta e incerta aos agressores

A fim de responsabilizar o agressor, vítimas e familiares passam por diversas instituições, delegacias especializadas, Ministério Público, Judiciário, IML, além disso, a vítima encara o doloroso momento dos vários depoimentos, nos quais é obrigada a lembrar e contar detalhadamente a estranhos as situações desagradáveis que viveu. Quando todo esse longo e cansativo processo resulta na absolvição do agressor, os sentimentos de revolta, decepção, frustração e até mesmo de medo por ver o acusado solto, toma conta dessas pessoas.

Aspectos relacionados à impunidade dos responsáveis, informações acerca da morosidade do sistema de justiça, das incertezas em torno da produção das provas materiais e testemunhais bem como ênfases nas repercussões do episódio de violência sexual nas vítimas e em seus familiares figuram como elementos constantes nas matérias analisadas: “A demora era um peso para o comerciante, que via a filha sofrer por causa dos abusos, enquanto o acusado continuava solto”. (COMERCIANTE..., 2010)

Além disso, as notícias sobre a temática ainda focalizam dados oficiais produzidos por instituições públicas. Na Bahia, algumas das fontes oficiais ouvidas pelo jornal local foram agências da Secretaria de Segurança Pública e o Ministério Público Estadual. Assim, segundo o VIVER/SSP-BA, serviço destinado a vítimas de violências sexuais, de 2004 a 2005, foram realizados 3.860 atendimentos, apenas a crianças e adolescentes, dos quais 91,9% correspondem a vítimas do sexo feminino e 25% (674) dos agressores foram classificados como “vizinhos”. (CASOS..., 2006, p. 3)

Dados mais recentes, gerados pelo Ministério Público/BA, indicam que os agressores “desconhecidos” participaram na proporção de 31% como autores de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, enquanto que os “vizinhos” decaem para 7% das acusações em curso. De 2009 a 2011 somaram-se 5.056 delitos, resultando em mais de 4,6 crimes desta natureza ao dia. Em 1.017 delitos os percentuais aumentam conforme a idade da vítima, da seguinte forma: de zero a 5 anos tem-se 11,5%, de 6 a 11 anos 20,5% e as vítimas de 12 a 17 anos atingiram 68%, o que evidenciar haver uma concentração maior na faixa da menarca. Observando-se a relação

entre os sexos, os dados mostram uma desproporção de vítimas femininas, aumentando essa diferença conforme a idade. Na faixa de idades mais precoces de zero a cinco anos, as meninas representam 64% das vítimas, aumentando esta proporção até as idades compreendidas entre 12 e 17 anos, com 91,5%. (RODRIGUES, 2012)

Expondo mais as dificuldades de encontradas pelo sistema judiciário na responsabilização dos autores de violências sexuais, as estatísticas produzidas em diferentes órgãos apontam para uma dimensão parcial - os casos denunciados. Na Bahia, segundo dados oficiais noticiados, de 2008 até o primeiro semestre de 2011 ocorreram 5.757 denúncias, destas 8,3% (479) estavam em investigação e 1% (56) chegaram a concluir o inquérito e este foi remetido aos juízes. (RODRIGUES, 2012)

Reações sociais à violência sexual

As narrativas dos jornais trazem à tona a percepção de que o primeiro momento é de perplexidade e estranhamento em relação ao comportamento e às atitudes dos agressores, considerados a princípio como pessoas sobre as quais nunca houve dúvidas ou suspeitas acerca da sua conduta. Já o segundo momento, é marcado pela angústia diante do sofrimento e das mudanças que o sexo forçado pode ocasionar nas crianças ou adolescentes, ao mesmo tempo em que surge o clamor por vingança e punição do acusado.

Sabe-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes, muitas vezes, suscita as mais diversas reações dos membros da sociedade, inclusive reações violentas, como é o caso dos linchamentos e das agressões sofridas dentro da própria prisão, posto que os crimes de natureza sexual contra crianças são pouco tolerados entre os detentos.

A cobertura jornalística enfoca, principalmente, tentativas e consumações de linchamento contra agressores sexuais de crianças e adolescentes e, no conteúdo da matéria, a autoria desta modalidade de violência coletiva é, em geral, atribuída a “populares”:

Um homem foi quase foi linchado por moradores da Favela do Brooklin, no bairro Luciano Cavalcante, na madrugada de ontem, e terminou sendo preso ao fugir para um matagal depois de tentar estuprar uma menina de apenas oito anos. [...] Ele entrou no quarto onde a criança dormia sozinha, agrediu-lhe com um soco na boca e usou as mãos para que a

garota não gritasse. Em seguida, despiu a menina e se despiu. [...] Populares começaram a bater no acusado, na tentativa de linchá-lo, mas ele se esquivou e conseguiu fugir para um matagal na Avenida Rogaciano Leite. (RIBEIRO; LOBO, 2010)

Enfatizando que os crimes sexuais atingem a honra não apenas dos envolvidos diretamente com este tipo de vitimização, mas da comunidade mais ampla, o caso a seguir ilustra o ódio que o ofensor sexual provoca, mesmo entre outros transgressores:

Está preso na Delegacia de Guaratinga (699 km, de Salvador) o comerciante T. D. S. 66 anos, acusado de pedofilia contra duas meninas de 11 anos, moradoras da cidade. Ele foi preso em flagrante no final de semana por policiais da Cia de Ações Especiais em Mata Atlântica numa casa onde estava com as crianças. Segundo a polícia, momento da prisão, o comerciante estava prestes a consumir o ato. (BITTENCOURT, 2009)

Após descrever o fato criminoso acima, o jornalista afirmou que o preso não foi ouvido diretamente pelo jornal e que o mesmo estava preso em cela separada, pois os demais detentos ameaçavam linchá-lo. Várias outras matérias trazem conteúdos análogos concernentes à exposição do agressor à ira dos cidadãos, evidenciando que socialmente o crime sexual contra vítimas infanto-juvenis, de algum modo, ainda está relacionado com a noção de ofensa à honra a ser restituída por meios violentos.

Considerações finais

Nas sociedades modernas, repletas de dispositivos e discursos sobre o sexo, a sexualidade assume proeminência com relação aos processos de identidade tendo relação direta com a construção do *self*. A cultura do “conhecer a si mesmo” impõe que os sujeitos elaborem as suas verdades sobre o sexo e a sexualidade, dimensões estas que, longe do se pensava, não estão determinadas pelo biológico e não constituem um dado natural, mas estão ancoradas precisamente na esfera sociocultural e, com isso, as condutas sexualizadas são traduzidas em termos prescritivos e normativos. (FOUCAULT, 2009) Destacando-se a importância da sexualidade para a subjetividade dos indivíduos, configuram-se os efeitos danosos que práticas sexuais forçadas mediante ameaças e uso da força podem provocar nos corpos infantis.

Em nosso estudo, destacam-se as disposições assumidas pela população de em realizar vingança privada como forma de infligir punição aos corpos dos transgressores sexuais. Em acontecimentos narrados na imprensa, os agressores foram perseguidos e acuados por populares desejosos para fazê-los pagar com sofrimento físico ou mesmo com a morte, o mal que fizeram a vítimas inocentes. Tais atitudes têm como corolário a concepção bem discutida por Caldeira (2000) sobre o conceito de corpo incircunscrito, noção esta que revela uma ausência de convicções sobre os direitos civis na sociedade brasileira, com sua democracia incompleta ou dual.

Reconhecidamente, réus ou acusados de crimes sexuais são açoitados pela revolta popular, ou por outros delinquentes homens, em delegacias ou em estabelecimentos prisionais, o que revela certo menosprezo pela intermediação institucional e disposições de ações no âmbito privado.

Disso resulta um quadro em que a violência aparece como solução para os conflitos interpessoais. De um lado, os transgressores sexuais sentem-se autorizados a apropriar-se de corpos infantis ou jovens para fins de prazer sexual, e por outro, quando o delito é descoberto, muitos passam a ser caçados e estigmatizados por seus feitos, alimentando uma espiral de violências e reatualizando normas em relação à honra.

Referências

ADOLESCENTE é morta em Paripe. *A Tarde*, Salvador, 12 maio 2009.

ALMEIDA, Alexandre Paz. Sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa/PB. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 10, n. 29, p. 338-353, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/AlmeidaArt.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

ALMEIDA, Ronaldo D'Andrea. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 68, p. 94-106, mar. 2004. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/2007/ronaldo_pobreza_e_redes_sociais.pdf> Acesso em: 20 abr. 2012.

BITTENCOURT, Mário. Comerciante é preso acusado de pedofilia. *A Tarde*, Salvador, 21 abr. 2009.

BITTENCOURT, Mário. Preso pedófilo que abusou de seis meninos. *A Tarde*, Salvador, 13 abr. 2010. Caderno Bahia, p. B9.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm>. Acesso em: 13 jun. 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34: EDUSE, 2000.

CASO Alanis: alunos fazem fila para assistir ao Júri. *Diário do Nordeste Online*, Fortaleza, 17 ago. 2010. Disponível em: <<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=833516>>. Acesso em: 1º mar. 2011.

CASOS de estupros crescem na capital. *A Tarde*, Salvador, 10 abr. 2006. Caderno A, p. 3.

CINCO são presos por ‘consórcio’ sexual. *Diário do Nordeste Online*, Fortaleza, 20 abr. 2009. Disponível em: <<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=632181>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

COMERCIANTE é preso acusado estuprar menina de 11 anos. *Diário de Natal Online*, Natal, 20 ago. 2010. Disponível em: <http://www.diariodenatal.com.br/2010/08/20/cidades17_0.php>. Acesso em: 8 dez. 2010.

DE ANTONI, Clarissa. et al. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 28, n.1, p. 97-106, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-66X2011000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2012.

DECECA junta provas contra o explorador. *Diário do Nordeste Online*, Fortaleza, 18 mar. 2009. Disponível em: <<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=623385>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

DREZETT, Jefferson. Contribuição ao estudo do abuso sexual contra a adolescente: uma perspectiva de saúde sexual e reprodutiva e de violação de direitos humanos. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, dez. 2004.

DUAS garotas de 13 anos sofrem abuso sexual. *Diário de Natal Online*, Natal, 22 set. 2009. Disponível em: <http://www.diariodenatal.com.br/2009/09/22/cidades9_0.php>. Acesso em: 17 nov. 2010.

FLAGRANTE: detido por tentativa de estupro. *Diário de Natal Online*, Natal, 11 maio 2010. Disponível em: <http://www.diariodenatal.com.br/2010/05/11/cidades14_0.php>. Acesso em: 5 dez. 2010.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. 10 ed. São Paulo: Graal, 2009.

GARCIA, Antonio Carlos. Aposentado baiano é detido em Sergipe acusado de Pedofilia. *A Tarde*, Salvador, 12 jun. 2010, p. B9.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

IRMÃS estupradas indo para a escola. *Diário de Natal Online*, Natal, 8 maio 2010. Disponível em: <http://www.diariodenatal.com.br/2010/05/08/cidades1_0.php>. Acesso em: 17 nov.2010.

LAURA, Cristina. Pedreiro preso sob acusação de estupro de crianças. *A Tarde*, Salvador, 22 set. 2009. Bahia, p. A10.

LOBO, Nathália. Abusos: surgem mais vítimas. *Diário do Nordeste Online*, Fortaleza, 21 mar.2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=624394>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

OLIVEIRA, Ana Cristina. Trabalhador rural preso por pedofilia em Itapitanga. *A Tarde*, Salvador, 9 maio 2009. Caderno Bahia, p. B1.

PASTOR preso acusado de violentar uma criança. *Diário de Nordeste Online*, 9 jan. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=717215>>. Acesso em: 4 out. 2012.

PEDÓFILO de 67 anos é detido. *A Tarde*, Salvador, 12 nov.2009. Salvador, p.B1.

PROFESSOR acusado de abusar de aluno. *Diário do Nordeste Online*, Fortaleza, 16 abr. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=630994>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

RIBEIRO, Fernando; LOBO, Nathália. Crianças vítima de abuso. *Diário do Nordeste Online*, Fortaleza, 16 fev.2010. Flagrantes. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=800633>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

RODRIGUES, Rafael. Bahia lidera as denúncias de abusos sexuais contra crianças e adolescentes. *Correio da Bahia*, Salvador, 3 jun. de 2012. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-2/artigo/bahia-lidera-as-denuncias-de-abusos-sexuais-contras-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 30 jul.2012.

RODRIGUES, Alean. Padre condenado por abuso sexual se entrega. *A Tarde*, Salvador, 19 fev. 2009.

SALTER, A. *Predadores, pedófilos, estupradores e outros agressores sexuais*. São Paulo: M Books, 2009.

SEBOLD, J. *Indicadores de abuso sexual de meninos e adolescentes*,1987. Disponível em: <http://www.ptpr.org.br/pt_pag/PAG%202004/CRIAN%C3%87A%20E%20ADOLESCENTE/Indicadores%20de%20Abuso%20Sexual%20de%20Meninos%20e%20Adolescentes.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

SOUSA, Paulo. Adolescente é acusado de estuprar menina de 2 anos. *Diário de Natal Online*, Natal, 29 out. 2010. Cidades. Disponível em: <http://www.diariodenatal.com.br/2010/10/29/cidades12_0.php>. Acesso em: 8 dez. 2010.

CAPÍTULO 4

Vitimização Indireta por violência sexual infantojuvenil: aproximações iniciais e considerações preliminares a partir do campo¹

Andrija Oliveira Almeida
Ceci Vilar Noronha

Introdução

Neste trabalho, apresentamos resultados e reflexões ainda muito preliminares acerca de aspectos tocantes às dimensões da vitimização indireta de familiares de crianças e adolescentes acometidos por violência sexual em Salvador-Bahia, enfocando significados atribuídos pelos sujeitos à experiência do fato violento em suas vidas.

O estudo é de natureza qualitativa e, desse modo, a entrevista narrativa constitui-se a principal ferramenta metodológica de coleta de dados. O *locus* do trabalho de campo compõe-se de duas instituições da rede atenção à infância e à adolescência na capital baiana, uma da rede pública e outra do terceiro setor, ambas referenciadas no atendimento a vítimas de violência sexual.

A população base para o universo dos sujeitos entrevistados é formada por genitores de crianças/adolescentes vitimizados por violência

1 Com base em dados iniciais da pesquisa desenvolvida no âmbito curso de Mestrado em Saúde Comunitária (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva /ISC-UFBA), esta comunicação foi originalmente apresentada no 35º Encontro Anual da ANPOCS (GT GT31 - Saúde, emoção e moral), realizado em Caxambu/MG, em 2011.

sexual, usuários dos já referidos serviços de atenção. Desse modo, o grupo de sujeitos da pesquisa compreende indivíduos adultos pertencentes às redes de relações de parentesco de crianças/adolescentes sexualmente vitimizadas tanto por agressores familiares e conhecidos, quanto por agressores estranhos ao seu ambiente relacional, considerando-se também a modalidade de violência sexual sofrida pela vítima infantojuvenil.

Contudo, para fins deste trabalho, abordaremos análises parciais resultantes do esforço inicial de reflexão teórico-metodológica com as narrativas de duas mulheres cujos filhos foram vítimas de violência sexual e, por este motivo, estão inseridos nas instituições da rede de atenção especializada. Cabe acentuar a característica predominantemente feminina dos familiares que frequentam os dois serviços de atenção acompanhando as suas crianças ou adolescentes vitimizados sexualmente (em sua maioria também sexo feminino) às sessões terapêuticas e de atendimento social e jurídico, mesmo nos casos de agressão não incestuosa. Neste sentido, evidencia o “fato cultural de que o cuidado da criança é preferencialmente confiado à mãe”. (SARTI, 2009, p.7)

Situando a questão

No Brasil, segundo informações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008a), a violência sexual foi a principal causa de atendimentos à infância e à adolescência nos serviços de referência de violências nos anos de 2006 e 2007. Neste período, dos 1.939 registros de violência contra crianças, 845 (44%) foram por violências sexuais; e, dos 2.370 registros de violência contra os adolescentes, 1.335 (56%) foram também por violências sexuais.

Em 2006 e 2007, também de acordo com dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008b), as vítimas preferenciais de violência sexual foram mulheres entre 10 e 14 anos, agredidas em sua maioria no ambiente doméstico, por pessoas do seu próprio círculo de relações (amigos conhecidos, pai ou padrasto), totalizando 2590 (88%) notificações.

Em 2010, o Ministério da Justiça através do Disque-Denúncia Nacional registrou 10.385 denúncias de abuso e exploração sexual infantojuvenil. Neste mesmo ano, na Bahia foram denunciados 2.498 casos, representando 24% do conjunto de denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes no país.

Diante desta realidade, ao longo das últimas décadas, a criação de serviços especializados de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como as transformações legislativas recentes com o escopo de tipificação de conduta e punição mais rigorosa aos agressores sexuais² podem ser consideradas como evidências do *status* de reconhecimento e legitimidade adquirido pela vítima direta e suas experiências de sofrimento.

É importante ressaltar que a vítima direta representa uma das facetas do complexo processo de vitimização por violência sexual. Em outra dimensão deste fenômeno estão situados os parentes ou pessoas próximas, ou seja, as vítimas indiretas do fato violento que, no plano sociocultural, inserem-se em mecanismos sociais geradores de invisibilidade pública e de naturalização das repercussões da violência em suas vidas.

Portanto, neste contexto, consideramos que o estudo das experiências de vitimização indireta dos familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é relevante no sentido de fornecer subsídios para ampliar a compreensão acerca das consequências e impactos deste tipo de violência sobre os indivíduos, a saúde e as relações sociais.

Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma invenção civilizatória ocidental

Segundo Ariès (1981), no processo civilizatório ocidental, a formação da família moderna está intimamente associada ao desenvolvimento histórico de concepções e sensibilidades relativas à infância, as quais passam a informar noções de maternidade e paternidade, bem como modelos de proteção e cuidado. Por outro lado, essa intensificação dos laços familiares concorreu para transformações socioculturais nos valores e concepções, na vida cotidiana e nas formas de relacionamento interpessoal:

A autoridade dos pais se deslocou, as distâncias afetivas se aproximaram. A presença da criança aumentou e, sobretudo, intensificou-se a idéia de sua fragilidade. A imagem do pai [...] fabricou uma outra confiança e uma outra familiaridade: o tema do pai que 'deixa de lado sua profissão para se dedicar à sua progenitura'. (VIGARELLO, 1998, p. 83)

2 A Lei nº 12.010/2009 alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei nº 12.015/2009 alterou o Título VI do Código Penal, introduzindo novos tipos penais incriminadores, promovendo a unificação de tipos antigos e modificando normas em geral. E também modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste sentido, observa-se nas sociedades europeias, a partir dos séculos XVII e XVIII, a “formulação sobre a particularidade da infância em relação ao mundo dos adultos, como o estabelecimento de uma cisão entre estas duas experiências sociais”. (COHN, 2005, p. 22)

Contudo, cabe ressaltar que, historicamente, estas mudanças não assumiram características homogêneas nos diversos contextos sociais e geográficos, pelo contrário, apresentaram uma pluralidade de significados e configurações. No entanto, a concepção de família nuclear patriarcal firmou-se como modelo predominante de relacionamento entre pais e filhos na realidade das civilizações ocidentais, impondo durante muito tempo formas específicas de sociabilidades e subjetividades.

Assim, a partir do século XIX, na Europa Ocidental, com a intervenção do Estado através da justiça que alguns tipos de violência em família começam a deixar de ser objeto exclusivo de conflito da esfera privada, principalmente em casos relacionados à violência sexual contra a criança. Cabe ressaltar que, neste período, ainda são vigorosas as crenças na suspeição reiterada da “mulher libertina” e na impossibilidade, inclusive do ponto de vista jurídico e médico, da ocorrência de estupro de uma mulher adulta por apenas um homem. (GONÇALVES, 2003; VIGARELLO, 1998)

Anteriormente ao período oitocentista, o conhecimento da violência sexual contra a criança era tornado público pela família da vítima, sendo passível de ressarcimento ou retribuição financeira pelos danos causados à honra do grupo familiar. A substituição das punições cívicas pelas criminais só passam a figurar como recurso civilizatório no cenário público com o desenvolvimento paradoxal de valores coletivos relacionados à intimidade, à privacidade, à valorização da aflição psíquica e do sentimento de vergonha, que atualmente ainda “são elementos centrais do processo de reconhecimento e anúncio dos crimes sexuais”. (GONÇALVES, 2003, p.81)

Nestes termos, o Estado passa a apropriar-se, a regular e a normalizar a intimidade dos sujeitos (FOUCAULT, 2008; GIDDENS, 1993), além de lançar mão de mecanismos protetores à infância, estabelecendo limites ao exercício do poder familiar através da aplicação de sanções aos genitores pelas práticas de sevícias contra os filhos.

Esta perspectiva punitiva vem sendo articulada, no Ocidente, a outras formas de controle social da intimidade (a exemplo da assistência) que permitem, concomitantemente, a redução dos custos da intervenção estatal e a ampliação da abrangência da vigilância (FOUCAULT, 2009) sobre as

relações familiares. No Brasil e nos países centrais, os serviços públicos de saúde e de justiça têm assumido o papel de protagonistas na intervenção em situações de violência familiar.

Por outro lado, neste processo, as relações entre a intimidade e o controle social não estão dissociadas do aprofundamento contemporâneo da transição paradigmática em torno da ideia de criança como “sujeito de direitos” e da incorporação, nas relações familiares e institucionais, do cuidado como valor jurídico. (PEREIRA, 2008)

Destarte, o reconhecimento social da vulnerabilidade de determinados atores no universo relacional da convivência familiar (crianças, mulheres e idosos), bem como o aumento da sensibilidade coletiva em torno de práticas violentas em família com destaque para os abusos de natureza sexual, de acordo com Landini (2005), só podem ser compreendidos se estabelecermos relações com processos longo-prazo em curso nas conformações sociais do Ocidente, com destaque para:

[...] uma divisão de poderes mais igualitária entre os sexos; a construção da sexualidade como uma esfera social com valores e regras próprias; a dessacralização da família como único espaço de sexualidade legítima; a perda do controle da religião sobre a moralidade; o fortalecimento e organização do movimento feminista e do movimento pelos direitos da criança e do adolescente; o crescimento dos meios de comunicação de massa; as mudanças nas atribuições do Estado em relação à vida privada. (LANDINI, 2005, p. 6)

Assim, a noção de violência sexual contra a criança começa a ser identificada no Ocidente, a partir do século XVIII, com a confluência de processos sociais complexos que envolvem, ao mesmo tempo, mudanças conceituais e no quadro de mentalidades, “revelando incidentalmente um novo conceito sobre a infância e uma sensibilidade mais aguda às agressões que ela sofre”. (VIGARELLO, 1998, p.67)

Neste sentido, ressalta-se que há uma significativa renovação da sensibilidade criminal, bem como a presença de deslocamentos comportamentais acentuados, mormente acerca dos crimes sexuais, das mudanças nos padrões de aceitabilidade de determinados tipos de violência, da disseminação do sentimento coletivo de ‘profanação da vítima frágil’ e da ascensão da criança como marco simbólico imediato da vítima sexual. (LANDINI, 2005; VIGARELLO, 1998)

Desse modo, estas transformações culturais proporcionaram a emergência do estupro de crianças como questão social e a consolidação, ao longo dos séculos, do sentimento de gravidade não só da violência sexual, mas de outras formas de maus-tratos perpetrados contra os infantes.

E, no decorrer do fim do século XVIII, o aguçamento da sensibilidade relativa à violência sexual, sobretudo ao estupro de crianças do sexo feminino, assume formas concretas na convergência entre as práticas jurídicas e a medicina legal na abordagem dos crimes sexuais. Segundo Vigarello (1998), embora isto não tenha representado o acesso a uma precisão pericial categórica, contribuiu significativamente para o melhor registro do estupro contra crianças, assim como para a renovação das provas materiais e para uma melhor condução do processo judicial pelo magistrado.

No entanto, o historiador francês destaca que as inflexões decorrentes desta revolução nos costumes e nas mentalidades ao longo do processo civilizatório ocidental expressaram-se, nomeadamente, em uma nova perspectiva – mais secularizada – do Direito que, através dos códigos penais setecentistas, deslocou “as referências do julgamento, substituindo o tema do pecado pelo do perigo físico e da ameaça social, apegando-se menos à blasfêmia do que ao risco para a comunidade”. (VIGARELLO, 1998, p. 92)

Em suma, para Vigarello (2008), nas conjunturas ocidentais modernas, as concepções de violência sexual contra crianças estão articuladas a mudanças culturais no campo das mentalidades e das sensibilidades sociojurídicas, que se ancoram no desenvolvimento histórico do conceito de infância, nas transformações da intimidade, dos modelos de convivência no espaço privado e no próprio desenvolvimento das ciências e dos direitos individuais.

Estas revoluções históricas culminaram, no século XX, em uma maior sensibilidade social “em relação ao crime sexual e a crimes contra a criança de forma mais ampla” (LANDINI, 2005, p. 37), tornando-os mais visíveis e socialmente intoleráveis.

Na atualidade, o curso destas mudanças permite que a violência sexual seja concebida como problema social e de saúde pública cuja configuração inclui uma diversidade de circunstâncias, contextos de ocorrência e formas de agressão e de crimes de natureza sexual que acarretam profundas consequências biopsicossociais para as suas vítimas.

No Brasil, porém, do ponto de vista teórico, observam-se nos estudos grandes divergências conceituais de modo que, alguns autores tais como Nepomuceno (1999) e V. Faleiros e E. Faleiros (2007), estabelecem distinções entre as categorias “violência sexual”, “exploração sexual”, “prostituição” e “abuso sexual”; enquanto outros, a exemplo de Landini (2005), consideram a “violência sexual” como uma categoria constituída em sua dimensão teórica por múltiplas facetas e modalidades de agressões e crimes sexuais.

Além disso, em nosso país, a maioria das pesquisas no âmbito deste campo temático tem tratado, mormente, das causas e consequências do abuso sexual – uma das faces da violência sexual, entendido como “relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo” (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p. 39) – para as suas vítimas diretas, ou seja, para as próprias crianças e adolescentes seviciados.

Neste sentido, de um modo geral, as investigações apontam como causas principais dos abusos físicos e sexuais infanto-juvenis o acúmulo de riscos estruturais, sociais e familiares; e, como consequências, os problemas psíquicos, comportamentais e de relacionamento interpessoal.

A estes argumentos, acrescentam-se afirmações de que as consequências psíquicas do abuso sexual ultrapassam as decorridas do fato em si e se estendem aos efeitos do processo legal e seus desdobramentos. No entanto, de acordo com Aded e outros (2006), os dados disponíveis sobre a violência sexual no Brasil não focalizam o testemunho e a convivência com as vítimas. Esta assertiva fornece indícios de que há lacunas no conhecimento científico tocantes às repercussões da violência sexual sobre o entorno pessoal da vítima direta, ou seja, acerca dos processos de sofrimento e de vitimização (indireta) dos outros integrantes do grupo familiar.

Esta perspectiva é corroborada por Soares, Miranda e Borges (2007) em estudo sobre as vítimas ocultas da violência fatal na cidade do Rio de Janeiro. Para o autor, estas vítimas indiretas da violência estão submetidas à vulnerabilidade, que é agravada, sobretudo, pelo processo de invisibilidade e naturalização dos impactos físicos, sociais e psicológicos decorrentes da violência sofrida por parentes ou pessoas próximas.

Noções e conceitos relativos à vitimização

No Brasil, a incorporação das diversas modalidades de violência interpessoal aos domínios da rotina da vida pública e privada e o incremento da criminalidade urbana são aspectos intimamente relacionados aos processos e às experiências de vitimização dos indivíduos na contemporaneidade.

A vitimização, conforme assinala Ceverino Domínguez (2008), consiste no fenômeno por meio do qual uma pessoa, orientada por fatores individuais e socioculturais, sofre as consequências de um episódio traumático (não necessariamente delituoso) e vive tal experiência.

Não obstante, no âmbito específico deste trabalho serão abordados apenas eventos traumáticos decorrentes de violência sexual e, em consequência disso, compreender-se-á vitimização como o conjunto de danos ou impactos ocasionados a um indivíduo por ação humana violadora de normas sociais cujo potencial traumático pode desencadear experiências negativas de vida, especialmente distintas daquelas decorrentes de outros traumas ou estresses relacionados a acidentes, adoecimentos e desastres naturais. (FINKELHOR, 1997)

Estes impactos e consequências da vitimização criminal ou violenta sobre os sujeitos, para AuCoin e Beauchamp (2007), são informados por aspectos tais como classe social, gênero e faixa etária da vítima, história prévia de experiência violenta, visibilidade e percepção social do crime, presença ou ausência de ameaça por parte do agressor, nível de gravidade da violência ou crime sofrido, tipo de relação entre vítima e agressor.

Ainda partindo desta ideia de que o fato violento gera impactos, repercussões e distintos processos de vitimização (CEVERINO DOMÍNGUEZ, 2008; ZEDNER, 1994), busca-se estabelecer tipologias, destacando as diferenças entre as vítimas diretas (pessoas expostas diretamente aos fatos traumáticos e sujeitas a sofrer danos físicos, materiais ou psicológicos, conforme a natureza da violência ou crime) e as vítimas indiretas (indivíduos que, mesmo sem terem sido atingidas de modo direto por um fato violento, são por ele afetadas pessoalmente).

A partir dessa noção de vitimização indireta, evidencia-se a idéia de “contagiosidade” (CEVERINO DOMÍNGUEZ, 2008) dos efeitos do fato violento sobre os sujeitos e sobre o tecido social, permitindo, principalmente ampliar:

[...] a compreensão do sofrimento gerado em decorrência do crime, tendo em vista que a violência perpetrada contra a vítima direta reverbera em outros contextos, atingindo, de forma diferenciada e difusa, outras pessoas que pertencem ao círculo de convivência da vítima direta e que podem também sofrer os efeitos da violência perpetrada. (KAMIMURA, 2009, p.19)

Desse modo, para Ceverino Domínguez (2008), podem tornar-se vítimas indiretas pessoas que estabelecem os mais diversos contatos com as vítimas diretas, não sendo necessariamente uma exigência que possuam laços consanguíneos, parentais ou afetivos. Nesta perspectiva, o autor ressalta que estudos recentes evidenciam que há vitimização indireta de trabalhadores da saúde e da segurança pública, envolvidos profissionalmente em episódios traumáticos ou violentos. Entretanto, nesta pesquisa, o enfoque será nas experiências de vitimização indireta de familiares por violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes.

Em relação aos familiares, parte-se do pressuposto de que as experiências dos sujeitos podem estar envolvidas em redes complexas de relações de conflitualidade decorrentes, entre outros aspectos, do fato de, em muitos casos, os agressores e as vítimas diretas serem membros do mesmo grupo familiar. Neste caso, a violência sexual encerra a subversão de modelos de paternidade e de maternidade; opera simbolizações relativas aos laços de parentesco que passam a vigorar em concomitância a comportamentos que os negam, gerando ambiguidades quanto aos papéis dos atores no interior da família; além de corresponder a violações de outras normas sociais, a exemplo da proibição do incesto e da interdição sexual do corpo infantojuvenil, fatores estes que potencializam a dor e o sofrimento.

Por outro lado, os processos de vitimização por violência sexual infantojuvenil estão inseridos em mecanismos paradoxais que envolvem, concomitantemente, o reconhecimento social da vítima direta e a invisibilidade pública (COSTA, 2004) da vítima indireta, sendo este último um fenômeno que implica a exclusão e o desaparecimento intersubjetivo destes indivíduos:

Estamos acostumados a imaginar a violência e o crime de uma forma esquematizada em que o agressor atinge a vítima e o Estado intervém (seja representado pelo policial, delegado, promotor ou juiz); entretanto, pouco refletimos sobre outras pessoas atingidas pela violação. (KAMIMURA, 2009, p. 22)

Desse modo, no Brasil, tem-se o sofrimento da vítima direta de violência sexual infantojuvenil reconhecido como socialmente legítimo e passível de intervenção do Estado seja por meios de recursos jurídicos e/ou terapêuticos e, neste sentido, a própria organização dos serviços e a produção de dados sobre esta modalidade violenta são indícios deste argumento.

Contudo, não obstante a vulnerabilidade e impactos do processo de vitimização a que estão sujeitas, as vítimas indiretas de violência sexual infantojuvenil são vítimas ocultas porque “invisíveis para a sociedade e para o poder público” (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2007, p.25) e, inclusive, para elas próprias, posto que os familiares de vítimas de crimes violentos tendem muitas vezes a não se reconhecer “como vítimas e sujeitos de direito”. (KAMIMURA, 2009, p. 23)

Dessa invisibilidade pública da vítima indireta pode-se depreender que há, no contexto brasileiro, práticas sociais institucionalizadas e discursos circulantes acerca das concepções de vítima e vitimização ainda centrados no binômio “vítima direta-agressor” característico do pensamento criminológico clássico, o que se configura um obstáculo à “ampliação da compreensão da vitimização provocada pela violência”. (SCHILLING, 2002, p. 6) em sua multidimensionalidade.

Aliado a este aspecto, a vítima indireta de violência sexual não encontra no tecido da cultura lugar de amparo para o seu sofrimento social e psíquico, ou seja, um cenário onde possa se projetar a si mesmo como um portador de sofrimento e encontrar uma “gramática social” capaz de tornar possíveis, inteligíveis, interpretáveis e legítimas as dimensões da sua experiência de dor (NATOLI, 2002) e de vitimização.

O sofrimento e a dor como marcas da experiência de vítimas indiretas de violência sexual infantojuvenil

Segundo Natoli (2002), a experiência constitui-se a cognição do acontecer enquanto fluxo do próprio acontecimento, ou seja, é o lugar em que se processam em torno do evento as distinções dos seus aspectos físicos, psíquicos e morais.

Particularmente, a experiência da dor produz e gera um novo modo de conhecimento, em que o caráter crucial da vivência não anula, ao contrário, aguça o próprio saber. Isto porque a experiência da dor dispõe em uma circularidade peculiar a experiência e o conhecimento de modo a fazer

surgir uma visão distinta e, por isso, um modo muito diferente de considerar o mundo e de compreender o próprio acontecimento. (NATOLI, 2002)

A experiência das duas mulheres entrevistadas³ e decorrente da violência sexual vivenciada pelos seus respectivos filhos (nos casos em tela, um menino e uma menina sequestrados por agressores membros da rede de referência – vizinhança) assume, no discurso êmico, a característica de intensa dor e sofrimento psicológico acentuados, mormente, pela confluência de emoções tais como desespero, negação, perda, medo, culpa e vergonha.

Para Natoli (2002), cada conhecimento é conteúdo da experiência, entretanto, a experiência da dor inaugura um modo de conhecimento que se mostra irredutível às outras modalidades de percepção do mundo:

[...] pela marca da dor o mundo aparece ‘transformado’ na sua inteireza: neste sentido, a dor pertence ao gênero das experiências cruciais, visto que submete os homens a uma tensão que, quando não produz destruição, certamente acresce percepção. (NATOLI, 2002, p. 8)

Nos casos específicos da experiência de vitimização indireta por violência sexual infantojuvenil, o viver-saber representa o contato traumático com situações envolvendo crianças às quais os sujeitos que sofrem estão vinculados por laços consanguíneos e afetivos. O sofrimento e a dor são vivenciados em concomitância com os desafios ordinários da vida e com as novas demandas provenientes do fato violento: é hora de sofrer, continuar lutando para sobreviver e “correr atrás”, ou seja, conhecer os caminhos, sobretudo os institucionais que podem conduzir ao cuidado da vítima direta e às providências relativas à responsabilização do agressor. E, com e por meio disso, também restaurar a própria imagem social enquanto mãe e agente de proteção.

Assim, a dor produz rupturas no ritmo habitual da existência dos sujeitos, provocando uma descontinuidade suficiente e capaz de gerar um novo olhar sobre as coisas e ser, concomitantemente, sofrimento e revelação. Para estas mulheres, a dor da violência constitui um rompimento com o próprio eu e com a ordem do mundo da vida cotidiana, significando intensas implicações no cuidado de si, na saúde, no mundo do trabalho e nas redes de referência:

³ Moradoras de bairros periféricos de Salvador, vinculadas ao mercado de trabalho, com idade entre 28 e 31 anos.

Eu perdi o chão, eu perdi a noção. [...] Eu perdi a confiança, não confio mais em ninguém. Só eu. [...] Perdi meu emprego... Eu tava trabalhando e perdi meu emprego porque eu não conseguia fazer mais nada, pegava o carro errado, pegava o ônibus e ia pra qualquer lugar [...] Tudo o que eu tinha de perder, eu perdi. [...] comecei a vegetar, não comia, fiquei doente, com vários problemas psicológicos, eu só pensava em morrer, em me matar, que a única solução pra mim era a morte. Fiquei com problema de pressão alta, tive problema de derrame, crise de me entortar toda. Toda mão quando eu lembrava, a pressão subia. (EA)

Eu não tinha animo pra nada. Só fazia uma comida porque tinha criança dentro de casa. Até pra pegar uma roupa pra lavar eu não tinha. Eu pedia a Deus força 'Não me deixe cair, não!' Porque eu não tinha ânimo pra nada na vida. Eu, nem ligar para minha mãe, eu ligava [...] Só ia trabalhar porque não tem outra pessoa pra trabalhar em meu lugar. Eu mudei o meu horário de trabalho. Eu não deixo minha filha em casa, eu mando minha filha ir pro trabalho meu. (EB)

São rupturas simbólicas e práticas que geram e comunicam dor e sofrimento. Neste sentido, a dor consiste na intersecção entre o singular e o universal, o que permite a esta experiência tornar-se uma linguagem “só o reflexo do universal que está presente em cada experiência individual de dor permite àquele que sofre comunicar o sofrimento e a quem observa pressenti-lo e reconhecê-lo”. (NATOLI, 2002, p. 9)

A dor sofrida (individualmente), para Natoli (2002), se universaliza na dor possível e, por sua vez, essa dor possível encontra seu cotidiano correspondente na dor sofrida. Assim, neste constante processo de inter-relação, a dimensão da dor se atualiza como dimensão presente e como imagem familiar, ao mesmo tempo, distante e reemergente.

Para as entrevistadas, a confluência entre o individual e o universal, ou seja, entre a dor sofrida e a dor possível assenta-se em noções socialmente construídas acerca da maternidade, mais especificamente em torno da “dor de mãe” – ao que parece, nestas situações, configurar-se umas das vias possíveis de reconhecimento coletivo do sofrimento.

Contudo, essas mulheres comunicam a sua dor por meio de canais ambíguos relacionados ao imaginário social (e moral) da maternidade, com base no qual elas se sentem culpadas e evidenciam no discurso que, de algum modo, também são socialmente julgadas responsáveis pelo fato violento sofrido pela criança do seu grupo familiar:

Sempre achei que o que aconteceu com meu filho foi culpa minha, entendeu? Porque todos os sintomas, todos os sinais tinha, tava ao meu redor. Todo mundo via, menos eu. Sofri mais por isso, eu era pai e mãe o tempo todo e só pensava em

trabalhar, trabalhar. Tinha que trabalhar para construir minha casa, pagar as despesas, sustentar ele. Minha vida só era trabalho. Eu não botei meu filho em primeiro lugar em nada, botei meu trabalho. Se eu fosse uma mãe... Isso aí faltou naquele passado [...] Me sinto constrangida... Fora as acusações das pessoas em dizer que você é irresponsável. Como é que uma coisa dessa aconteceu com seu filho e você demorou tanto para ver? (EA)

Não é fácil para uma mãe, é muito doloroso [...] Culpava a mim, porque saía de manhã para trabalhar e chegava de noite. Só quem é mãe e está passando por isso sabe o tamanho da sua dor. (EB)

Há implicitamente no discurso das entrevistadas uma percepção de que, em certo sentido, não corresponderam adequadamente à expectativa social da maternidade e, mais ainda, de que não cumpriram com eficiência o seu papel de proteção e vigilância junto ao filho, sendo capaz de evitar a vitimização sexual ou, no mínimo, de interromper prontamente as sevícias reduzindo os danos e as consequências do ato sobre a criança. Ao que parece, a dor e o sofrimento destas pessoas perpassam por estas questões, consideradas cruciais para a ocorrência dos danos vivenciados pelos filhos.

Nestes termos, ressalta-se o fato de a percepção individual da dor advir de uma base sensível, socialmente construída, que viabiliza a reflexão em torno do próprio sofrimento possível, bem como a projeção de si em um sofrimento mais geral. Nesta perspectiva, o indivíduo se insere como sujeito de sofrimento atual ou possível em um determinado contexto, onde encontra “o léxico e as condições de tornar possível a sua dor e dela fazer-se intérprete”. (NATOLI, 2002, p. 11)

Nos casos de violência sexual, a possibilidade de interpretação e comunicação da dor e do sofrimento é viabilizada aos sujeitos, sobretudo às mulheres, por meio do exercício do papel de mãe e não enquanto portadoras de sofrimento derivado de episódios violentos. Não há um reconhecimento social destas pessoas enquanto vítimas de violência, elas próprias não se sentem como tais. Isto porque a dor individual se comunica com uma ‘cosmologia da dor’, a qual gera uma espécie de lugar comum onde os indivíduos continuamente trocam suas experiências de dor e as tornam legítimas:

[...] os cenários do sofrimento são também os espaços onde a experiência individual da dor se interliga ao consenso universal do sofrer. Estas cenas [...] se constituem as formas próprias por meio das quais os indivíduos

sofrem e ao mesmo tempo se tornam intérpretes do próprio sofrimento. (NATOLI, 2002, p. 13)

No campo da violência, em nosso contexto, as experiências e os cenários de dor e sofrimento circunscrevem o universo das vítimas diretas e são viabilizados por mecanismos sociais que possibilitam o sofrimento se tornar uma linguagem e se constituir um código comum partilhado (e partilhável) entre aquele que sofre e aquele que não sofre. (NATOLI, 2002) Nesta perspectiva, a dor se apresenta como uma experiência que, concomitantemente, se sofre e se interpreta, configurando-se ainda como experiência individual e individualizante.

A experiência da dor faz convergir a experiência subjetiva do sofrimento e a objetividade da sua expressão, sendo que estas expressões são múltiplas e dependem da origem, da natureza e da intensidade da dor. Por outro lado, as marcas podem ser físicas, morais e sociais, cabendo ressaltar que, de acordo com Natoli (2002), no fato estes aspectos se implicam e condicionam reciprocamente de tal modo que “nem mesmo o relato do acontecimento foge a esta articulação de marcas, qualquer expressão se gramaticaliza”. (NATOLI, 2002, p.17)

Para Natoli (2002), na experiência cotidiana da dor, o indivíduo que sofre se alimenta do “léxico comum” e processa o seu sofrer tanto assumindo a máscara que a sociedade lhe confere quanto atribuindo sentido e valor ao sofrimento que lhe atinge.

Neste sentido, a experiência que cada um tem da dor se fundamenta na tonalidade afetiva do sofrer, nos critérios morais segundo os quais se vive o sofrimento, no imaginário social e nas crenças que orientam o indivíduo no mundo da dor.

Além disso, uma das características fundamentais da experiência dolorosa refere-se ao estabelecimento de um profundo marco de demarcação em torno daquele que sofre no sentido de que a dor produz delimitações. Ou seja, para o autor, o cerco do sofrimento se apresenta como experiência de limitação radical, posto que o sofrimento ressalta a própria individualidade do sujeito, bem como assinala a evidência de ele ser insubstituível. (NATOLI, 2002)

Natoli (2002) também destaca que a presença da dor na vida do indivíduo condiciona, no conjunto, todo o campo da experiência e “isso incide de modo determinante sobre a avaliação da realidade, sobre as decisões [...] a dor dá uma direção diferente à existência”. (NATOLI, 2002, p. 26)

Considerações finais

As incursões iniciais no universo de pesquisa bem como uma aproximação tentativa de análise preliminar de dados apontam para questões concernentes à modulação coletiva da experiência da vitimização; à invisibilidade social das vítimas indiretas de violência sexual; à incidência de aspectos morais relacionados aos papéis de gênero (mormente, as expectativas culturais em torno da maternidade) enquanto componentes da experiência de dor e sofrimento ocasionado por agressão sexual infantojuvenil e, ao mesmo tempo, como mecanismo geral e particular de tradução/ interpretação/comunicação dessa dor. Ademais, os resultados parciais também apontam para o caráter de rompimento imposto pela violência sexual à vida cotidiana das pessoas, com particulares implicações (complicações) no cuidado de si e na saúde, no mundo do trabalho e nas redes de sociabilidade e referência – aspectos a serem aprofundados e trabalhados no decorrer da pesquisa.

Referências

- ADED, N. et. al. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 33, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol33/n4/204.html>>. Acesso em: 05 out. 2009.
- AuCOIN, Kathy; BEAUCHAMP, Diane. Impacts and consequence of victimization. *Statistic Canada*, Ottawa, Ontario, Canada, v. 27, n. 1, p.1-18, 2007.
- ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Editora LTC, 1981.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes: prevenção de violências e promoção da cultura de paz*. Brasília, 2008a. 16p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Temático prevenção de violências e promoção da cultura de paz II*. Brasília, 2008b. 16p.
- CEVERINO DOMÍNGUEZ, Antonio. Conceptos fundamentales de Victimología. Madrid: Fundación Instituto de Victimología, [2008]. Disponível em: <<http://www.fundacionfive.com/wp-content/uploads/Formacion20b.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2012.
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- COSTA, Fernando B. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

- FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. S. *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.
- FINKELHOR, D. A developmental perspectives on the childhood impact of crime, abuse, and violent victimization. In: CICCHETTI, D.; TOTH, L. *Developmental perspectives on trauma: theory, research and intervention*. New York: University of Rochester Press, 1997. p. 1-32.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- GONÇALVES, Hebe S. *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Editora; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.
- KAMIMURA, Akemi. *A efetivação dos direitos humanos: o desafio do direito no atendimento interdisciplinar a vítimas de violência*. 2009. 191f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-02122009-091813/fr.php>>. Acesso em: 29 mar. 2011.
- LANDINI, T. *Horror, honra e direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. 2005. 285f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11012006-194947/>>. Acesso em: 24 set. 2009.
- NATOLI, Salvatore. *L'esperienza del dolore: le forme del patire nella cultura occidentale*. Milano: Feltrinelli, 2002.
- NEPOMUCENO, V. A violência e a exploração sexual: vidas marcadas. In: CABRAL, E. A. et al. *Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral*. Recife, Cendhec, 1999. p. 355-370.
- PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SCHILLING, Flávia. Cidadão, cidadã: o direito à vida. In: SCHILLING, Flávia; OLIVEIRA, Isaura de Mello C.; PAVEZ, Graziela A. (Org.). *Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 5-12.
- SOARES, Gláucio.; MIRANDA, Dayse.; BORGES, Doriam. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VIGARELLO, Georges. *História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI – XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ZEDNER, Lucia. Victims. In: MAJNIRE, M.; MORGAN, R.; REINER, R. (Ed.). *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Clarendon Press, 1994. p. 577-612.

CAPÍTULO 5

Cuidado, atrás da porta tem gente! Reflexão sobre a morte violenta de jovens em Salvador

Tania Cordeiro
Gino Tapparelli

Tá lá o corpo
Estendido no chão
Em vez de rosto uma foto
De um gol
Em vez de reza
Uma praga de alguém
E um silêncio
Servindo de amém

João Bosco e Aldir Blanc

Introdução

Não se faz necessário o recurso a autores renomados para se afirmar que há um alto grau de adesão social em torno do caráter de gravidade e de respeito profundo atribuídos à morte de seres humanos. Colocado de maneira abstrata, a deferência ao falecimento de humanos pode ser indicada como um consenso em nosso contexto social. Entretanto, diante das circunstâncias práticas, a morte perde o sentido de ideia geral representada pelo singular e passa a integrar formatos múltiplos em relação aos quais são socialmente construídas apreciações distintas e até contrárias. Tem-se, então, uma infinidade de mortes a integrar tipos diferentes no que concerne à maneira com que são avaliadas pela sociedade.

A complexidade desses julgamentos não será objeto desta análise, porém cabe chamar a atenção para uma divisão específica que tem se naturalizado em nosso contexto e que se manifesta ora de maneira silenciosa e, às vezes, de forma ruidosa. Trata-se da separação entre óbitos a partir do critério de mortes desejáveis e indesejáveis.

No universo das mortes violentas, um exemplo de óbito desejável em escala mundial foi verificado recentemente com a destruição de Bin Laden por policiais americanos que o mataram em missão oficial. A ação era aguardada e restou festejada como uma obra do líder americano Barak Obama, que obteve reconhecimento político pelo feito, o qual foi convertido em prestígio de natureza eleitoral.

Para que determinada morte violenta seja desejável é necessário que haja aquiescência da sociedade, ou seja, é preciso que a vítima ou vítimas sejam reconhecidas como merecedoras daquela morte e, também, que aquele falecimento possa remeter a um sentido positivo para a sociedade. Assim, a morte pode se definir como alívio, como limpeza social ou como fator de segurança. Neste sentido, pode-se afirmar que pelo bem de um conjunto de vidas, faz-se aceitável um conjunto de mortes desde que as mesmas tenham qualidades passíveis de caracterizá-las como desejáveis.

Geralmente, às vítimas desejáveis de morte violenta são atribuídas características nefastas que correspondem ao alto risco social. A partir do acatamento desta lógica, os indesejáveis passam a ser representados como fonte de insegurança e de violência, principalmente para grupos sociais com maior poder econômico e político, portanto, em última análise, a perda destas vidas é traduzida como ganhos para a sociedade. Como resultado desta compreensão, tornam-se responsáveis por estas mortes aqueles que fenecem e, neste sentido, eles não apenas morrem, mas devem morrer.

A violência e seus sentidos circunstantes

“Quando se outorga a significação de violenta a determinadas condutas e quem coloca a etiqueta de violência sobre as mesmas?” (ALSINA, 1998, p. 20) Essa questão é relevante para se buscar entender como se dá o consenso social sobre as avaliações dos comportamentos corriqueiros na sociedade e, em especial, as práticas decorrentes dos compartilhamentos de valores e de ideias.

Nas circunstâncias atuais brasileiras, não se pode afirmar que a universalidade dos direitos tenha logrado êxitos expressivos. A distribuição dos direitos e dos deveres, em termos práticos, não se dá de modo homogêneo em nosso contexto o qual, além disso, está sendo marcado pela criminalização da pobreza, “a tal ponto que a ‘guerra contra a pobreza’ foi substituída por uma guerra contra os pobres, bode expiatório de todos os maiores males do país”. (GANS, 1995 apud WACQUANT, 2000, p. 24)

A disposição criminalizante em relação aos pobres evidencia a desigualdade como elemento de representação e gestão da sociedade. Somado a isto, convive-se com referências tradicionais como o patrimonialismo, o personalismo e outros valores cuja vigência torna alternativa a uma perspectiva igualitária. Como produto disto, ainda vige no cotidiano institucional e no contexto societário ponderações que contribuem para a adoção de decisões públicas e privadas: quem é mesmo o jovem suspeito? Onde ele mora? E o morto, quem é?

Assim como os mortos são enquadrados de modos distintos, os vivos também o são. Para tratar desta forma de diferença vale recordar Ribeiro (2000) quando propõe uma formulação específica para a explicação da sociedade no contexto brasileiro através de uma leitura peculiar dos conceitos de “social” e “sociedade”. Para o autor, “‘a sociedade’ veio a designar o conjunto dos que detêm poder econômico, ao passo que ‘social’ remete, na fala dos [...] governantes ou dos publicistas, a uma política que procura minorar a miséria”. (RIBEIRO, 2000, p. 19)

O autor evidencia que a “sociedade” é vista como produtiva enquanto o “social” é tido como perdulário que custa caro à sociedade e que nunca a ela se equiparará: “O social é aquilo que não pode tornar-se sociedade”. (RIBEIRO, 2000, p. 22)

Levando em consideração a perspectiva de Ribeiro (2000), é possível propor dois tipos contrastantes de adolescentes ou de jovens em nosso contexto. Um está inserido no “social” e outro na “sociedade”. Essa caracterização tem efeito sobre a maneira como os governantes e a sociedade constroem as suas apreciações relativamente aos dois tipos referidos. Os integrantes do social são frequentemente representados enquanto indivíduos facilmente descartáveis e pouco respeitados em seus direitos, ao passo que aos participantes da sociedade são aplicadas condutas compreensivas, tolerantes, protetivas e respeitadas. Torna-se claro o caráter excludente neste formato de cisão:

O grave nesta exclusão a que são submetidos a vida social, o cotidiano, a teia das relações que se nutrem entre os homens – um tecido rico e fascinante, mas agora conotado pela imagem de coisa menor, atribuída por aqueles que se proclamam sérios, que se dizem a sociedade. (RIBEIRO, 2000, p. 24)

É neste pano de fundo que contempla sentidos distintos para a vida e para a morte que deve ser analisado o valor atribuído aos discursos dos sujeitos inseridos “no social” e que estão, regularmente, perdendo os seus jovens filhos para a violência, inclusive aquela praticada por policiais.

A produção acentuada destas mortes tem contribuído para a incorporação de valores coletivos que alimentam a indiferença pelas perdas humanas desde que as vítimas sejam representantes do social. Aos poucos, mesmo que sem defesas explícitas e apaixonadas, vai se conformando pelos atos e pelas repetições a ideia de que a morte violenta é para o social. Já se chegou à trágica conclusão de que o grande volume de casos leva à impossibilidade de todos serem tratados através de uma linguagem qualitativa, gerando-se uma construção simbólica de natureza superficial sobre este tipo de morte bem como suas circunstâncias, que são retratadas através de expedientes estatísticos ou formulações textuais sucintas e padronizadas. É criada, portanto, uma ampla visibilidade das mortes violentas a partir de um padrão que contribui para a banalização deste tipo de falecimento.

Acusado pela polícia de ser o principal líder do tráfico de drogas no bairro Góes Calmon, na cidade de Simões Filho, Genilson Anunciação de Jesus, 19 anos, conhecido como Branco, foi morto a tiros ontem. De acordo com o Capitão PM Hildegard, subcomandante da Rondesp RMS, Branco atirou contra os policiais militares que estavam em duas viaturas, fazendo a ronda pelo Góes Calmon. ‘Ele fugiu pelo mato. Nossos PMs reagiram e ele acabou sendo atingido’, relata o capitão. (EÇA, 2012)

Esse relato, publicado pelo jornal *A Tarde*, representa o modelo de matéria jornalística que trata da cobertura das frequentes mortes praticadas por policiais contra jovens pobres, negros moradores de bairros periféricos de Salvador e Região Metropolitana. Como é possível observar pela leitura do parágrafo, a notícia é construída com base na fala de um policial, membro da corporação da qual fazem parte os policiais responsáveis pela morte do jovem. Esse aspecto comprometedor não tem inibido o fazer jornalístico que tem economizado esforços no que se refere à escuta de outras fontes quando da cobertura de eventos desta natureza. A notícia

fica, então, restrita à versão de um dos lados envolvidos na ocorrência. Este tratamento é revelador de uma tendência relativa ao hábito da mídia no sentido de colaborar para o restabelecimento da ordem diante de eventos que podem gerar algum dano às instituições que se apresentam como garantidoras. No caso em tela, trata-se de uma versão que coloca a vítima na condição de culpada e, ao mesmo tempo isenta os policiais de qualquer responsabilidade sobre o desfecho trágico, afinal: ele (o jovem) “atirou contra os policiais militares” e “fugiu pelo mato”, “[os] PMs reagiram e ele acabou sendo atingido”.

Este modelo de enunciação da morte é transformado em discurso diário com alterações mínimas – nome da vítima, idade, local, circunstância da morte – produzindo a reiteração dos valores e da lógica que lhe é pertinente. Com isto, se chega a uma exposição constante de casos fatais a partir de um mesmo marco discursivo. Esta apresentação corriqueira tende a comprometer a possibilidade de leituras mais complexas e críticas quanto às questões relacionadas com estas mortes.

Exposição demais gera invisibilidade e esta ambivalência marca a complexidade do fenômeno. Por isso, para analisar a exposição à morte hoje é preciso abordar um espaço incerto que está fora dos seus clichês como tabu ou fetiche. (GREINER, 2007, p. 13)

Abrir mão do discurso já consagrado para tratar de mortes violentas que vitimam jovens pobres em Salvador é uma maneira de trocar fórmulas de exposição exitosas por um caminho arriscado não apenas pela falta de uso – o que pode levar a dificuldades de percurso – mas, principalmente, por ser uma via não aplicada no mercado da produção de verdades. Mesmo correndo este risco, em lugar de uma rica e atualizada bibliografia, o fio da meada que dá sustentação a esse artigo vem da escuta de Ana,¹ uma jovem senhora que perdeu dois filhos, vítimas de violência policial e Joana, uma habitante de um bairro popular que casualmente viu um jovem ser morto pela polícia.

Detentora de um saber subestimado pelas instituições, sua fala tende a não ser objeto de uma atenção legitimadora. Desse modo, assim como a vida dos filhos mortos, a fala de Ana é elemento de descarte, afinal o seu discurso não contempla as exigências normativas da língua culta, muito menos corresponde à linguagem técnico-jurídica e científica. Mas, o as-

1 Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios.

pecto central do qual derivam tais desqualificações advém de sua “identidade negativa” tal como a de seus vizinhos. Neste sentido, “a identidade negativa dos habitantes não se baseia somente nos sintomas objetivos da desqualificação social [...]. É preciso perceber nisso também a eficácia das difamações discriminatórias”. (PAUGAM, 2003, p. 220)

No caso da cidade de Salvador, há uma forte adesão às sugestões desqualificadoras dos locais mais marginalizados, incluindo-se os seus moradores no processo de estigmatização. Tal configuração coloca Ana e todos os seus pares em constante dificuldade e, muitas vezes, impedidos de acesar com êxito as instâncias consagradas pela ordem estabelecida. Há uma desproporção abissal entre os operadores simbólicos dessa ordem e as referências disponíveis pelos representantes do social. Em razão disso, a vida destas pessoas tende a ser representada pelos discursos das autoridades e dos especialistas “cujo saber e legitimidade não são contestados”. (PAUGAM, 2003, p. 223) Cabe lembrar a importância que a sociedade ocidental confere ao processo de racionalização, em grande medida desempenhado por peritos cujas análises contribuem para “construir o mundo em que vivemos e para legitimar as definições e as interpretações da realidade”. (PAUGAM, 2003, p. 223)

À margem destas referências, Ana é mais uma mãe que teve seu filho assassinado. Sem fugir à regra, ela é pobre, tem escolaridade precária, é moradora de um bairro periférico de Salvador cuja área foi ocupada nos anos 1970 por indivíduos que não dispunham de moradia, resultando, assim, no surgimento de mais uma comunidade que resolveu o problema da habitação fora dos padrões técnicos e sem o apoio de iniciativas governamentais. Esta capacidade de enfrentar problemas estruturais da vida através de um saber prático não rende qualquer consideração especial a estes sujeitos como Ana e todos os que, graças à intuição e saberes adquiridos com a vida edificam os espaços que a ordem deixa baldios. Ao contrário do reconhecimento pela iniciativa, a apreciação habitualmente feita sobre estes empreendimentos tende a ter caráter pejorativo. A conformação espacial que resulta destes empenhos engenhosos, conhecida amplamente como favela, costuma ser vista como desvio do padrão técnico, portanto, tem pouca possibilidade de ser observada como digna de elogios, uma vez que estes empreendimentos são julgados através de uma comparação com as normas técnicas, com a estética arquitetônica vigente nunca levando

em consideração as condições de partida com as quais os indivíduos contam para a construção de suas “disformes” moradias.

Como moradora de um espaço desprestigiado, Ana sofre as consequências próprias desta localização. Entre as múltiplas desvantagens tem a desproteção física e simbólica de si, dos seus e dos moradores que com ela carregam um endereço que lhes projetam uma identidade embaraçante e insegura. É um lugar, como todos aqueles que concentram grupos mais pobres, onde as pessoas precisam “dar de si” para garantir a sobrevivência. Ali florescem indivíduos cujas ocupações econômicas não lhes asseguram ganhos suficientes e, então, é normal que eles complementem a renda através dos “bicos”. Destes, Ana é um exemplo da forma de viver que se passa no tempo da “urgência”, que se configura:

[...] a unidade de medida do tempo que rege discursos e práticas dos atores: gestão ‘eficaz’ do presente imediato por oposição às promessas incertas, aleatórias, improváveis de um futuro indiscernível. Gestão dos ‘riscos’ de um social não mais declinado na gramática dos direitos e garantias sociais, de que a proliferação de dispositivos de ajuda social e ativação do discurso humanitário são evidências tangíveis. (TELLES, 2010, p. 67)

Ana vive neste tempo e nestes vieses do espaço nos quais os indivíduos cavam saídas para garantir as condições básicas de sobrevivência. Esta autonomia imposta nem sempre é coberta de êxito relativo. Se a construção tecnicamente imprópria da casa situada em locais difíceis resulta em solução para a necessidade de morar dos pobres, o mesmo não vale para as necessidades que resguardam a solução de conflitos de natureza criminal. Aí, Ana precisa valer-se das normas formalmente previstas para todos os cidadãos. Neste momento, não é possível encontrar uma via alternativa às distâncias entre a posição social do indivíduo colocado à margem e as instituições que compõem o sistema de justiça criminal. A morte violenta de um filho torna incontornável e objetiva a carência de seus familiares quando se esbarram com o desejo de “luta por justiça” e com a total falta de instrumentos oriundos dos seus saberes práticos para cumprir esta tarefa sem contar, como de costume, com a cobertura da ordem e dar um pontapé inicial com as próprias e velhas chuteiras. Ao contrário disto, a situação exige que o indivíduo entre no jogo oficial sem qualquer preparo prévio:

A entrada no universo jurídico [...] é acompanhada de uma redefinição completa da experiência corrente e da própria situação que está em jogo no litígio. [...] Entrar no jogo, conformar-se com o direito para resolver o conflito, é aceitar tacitamente a adoção de um modo de expressão e de discussão [...]. Exige uma verdadeira retradução de todos os aspectos do ‘caso’ [...] para constituir o objeto de controvérsia enquanto causa. (BOURDIEU, 1989, p. 299)

A morte violenta em domicílio vão

Há dois anos, João foi morto pela polícia. E depois, morreu Pedro, também ele foi alvejado por policiais. Eram filhos de Ana que agora tem apenas três, dos cinco filhos. Estes dois óbitos violentos, à maneira de nova assinatura, rendem à família e, principalmente, à mãe, um novo componente em sua identidade negativa. Da vulnerabilidade básica vivida em seu tecido social, ela passa a ser a mãe que teve dois filhos mortos por policiais, e este rótulo impõe à moradora uma nova face diante dos demais. Nasce, assim, uma Ana que sofre as perdas e as penas morais por elas acarretadas.

Considerando-se as probabilidades, pode-se dizer que os dois jovens morreram por “causa normal”, pois em Salvador, desde 1998, a violência é a primeira causa de morte entre os indivíduos de idade entre 15 e 39 anos, conforme o Fórum Comunitário de Combate à Violência. (SANTANA; KALIL; OLIVEIRA, 2002) O perfil dos mortos também é compatível com o das duas vítimas aqui mencionadas: jovem, pobre, afrodescendente, do sexo masculino, morador de locais socialmente periféricos e com baixa escolaridade.

A alta compatibilidade entre o padrão rotineiro de mortes violentas com o perfil destas vítimas retira da sua mãe a possibilidade de ver sua história retratada de modo consistente e digno. As perdas de seus filhos equivalem ao falecimento de Genilson Anunciação de Jesus, aquele cuja morte fora mencionada pela mídia em poucas linhas. (EÇA, 2012) Suas mortes também são iguais a todos aqueles percimentos que têm engrossado o volume de óbitos violentos nos nossos dias. A exacerbação destes casos tem contribuído para um processo de habitualidade, gerando perda na qualidade da atenção pública e, conseqüentemente, um efeito de resignação por parte da sociedade que incorpora a situação como característica intrínseca à vida no contexto atual. E assim são multiplicados os óbitos,

alguns deles ganham algumas linhas em jornais, algumas falas em rádio e televisão e todos viram números nos arquivos do sistema de justiça criminal. Quanto mais eles crescem, mais a indiferença se lhes acompanha.

Ana chegou há pouco tempo na fila desta saudade que tem como horizonte a justiça. Lá, ela encontra inúmeros pares sociais que aguardam há cinco, oito, dez anos. Todos têm uma rica história sobre a vida e a morte de seus filhos, sem terem, contudo, ouvidos atentos e capazes de dotar seus depoimentos de valores relevantes para o debate jurídico, político, social ou jornalístico.

Ali, muitos dos que estão na longa e desencantada espera de justiça, acabam intuindo que o valor atribuído à morte está diretamente relacionado com o valor da vida alcançado pelo morto específico na trajetória de sua existência. Este currículo será responsável pela maior ou menor disponibilidade de escuta e de elaboração de conteúdos relativamente aos óbitos por parte das instituições.

Para aquelas vítimas que oferecem históricos considerados nobres, qualquer sinal, qualquer som quase inaudível, uma mancha, um telefonema, um fio de cabelo, um número escrito no guardanapo de papel, tudo é considerado importante e capaz de mobilizar equipamentos e peritos para os esclarecimentos.

O cuidado não é o mesmo quando a vítima não reuniu em sua existência sinais qualificadores capazes de desencadear atenções consistentes em torno do seu falecimento. Chega-se, assim, a dois tratamentos antagônicos: para os indesejáveis são conferidas explicações sucintas e, muitas vezes, seguindo um padrão discursivo repetitivo e genérico, evidenciando o precário investimento das instituições. Como exemplo registrado nos dias atuais, tem-se a justificativa usada exaustivamente para dar sentido às mortes violentas de jovens pobres nas grandes cidades a atribuição de vínculo entre a vítima e o mundo das drogas, especialmente o *crack*. E assim, a maioria dos corpos estendidos nos espaços periféricos das nossas cidades é automaticamente classificada quanto à motivação de suas mortes, não obstante não se saber, muitas vezes, os nomes das vítimas.

Cabe recordar que a posição de abandono das vítimas oriundas do “social” (RIBEIRO, 2000) não é interrompida com o seu falecimento, evidenciando-se que a morte não assegura uma dignidade automática e não é um começo de cidadania, de uma inclusão tardia. Depois de ceifados, os jovens ficam estendidos pelas ruas e vias que dão acesso à cidade.

A depender do *status* das vias por eles ocupadas, são noticiados como corpos caídos “em plena avenida [...]”.

Como costumeiramente os crimes letais são consumados em locais que excedem à “sociedade” (RIBEIRO, 2000), a permanência dos corpos sobre os logradouros públicos não chega a impor pressa às equipes da Polícia Técnica e do Instituto Médico Legal. A cena trágica já está incorporada aos “espaços do social” de tal modo que uma providência cultural é recorrente: os moradores próximos do local colocam sobre o corpo um lençol branco. E assim, o cadáver divide por horas a rua com o movimento diário de oficinas mecânicas, mercadinhos, lava-jatos improvisados, salões de beleza, pedestres, curiosos, carros, motos, bicicletas, carrinhos de mão, cachorros, etc. Muitas vezes, o corpo é retirado da rua e posto na calçada, com o objetivo de não causar acidentes, liberar o trânsito enquanto se aguarda a ação do Estado.

Cenas deste tipo, não obstante certa visibilidade física, não têm produzido incômodos capazes de transmitir à ordem pública um senso de constrangimento ou culpa e a conseqüente necessidade de sustar este tipo de abandono. Por outro lado, os sujeitos que são, sistematicamente, submetidos ao encontro destas tragédias utilizam “esquemas avaliativos” (SOUZA, 2003) que não cogitam o plano dos direitos e, em termos práticos, se mostram tolerantes ao convívio, durante horas, com a exposição destes dramas agudos. Tal comportamento constitui-se “para além da eficácia jurídica, uma espécie de acordo implícito que sugere [...] que algumas pessoas e classes estão acima da Lei e outras abaixo dela”. (SOUZA, 2003, p.174) Este parecer evidencia que a mera existência de uma legislação de caráter democrático não é suficiente para se chegar à igualdade, à cidadania posto que “para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada”. (SOUZA, 2003, p.166)

Prisão à moda arbitrária: uma surra, um aperto na garganta e “cadê ele”?!

Salvador, 2010. Policiais vão ao bairro a procura de dois rapazes. Invadem a casa da mãe de um deles e obrigam-na a indicar a moradia do amigo do filho; dirigem-se à residência indicada, entram e forçam a mãe de

um dos procurados a telefonar para o filho. Através desta violência conseguem prender os dois rapazes. Esta é a dinâmica da cena descrita a seguir:

[...] eles invadiram lá em casa. Chegaram, meteram o pé na porta. [...] eu tava assistindo, eu e esse menino que tá aí, que é filho dele. O menino deitado no sofá, assistindo televisão. [...] ele chegou procurando, não era meu filho que ele chegou procurando, ele chegou procurando pelo vizinho, um colega do meu filho. Eu disse: 'Meu senhor, eu não sei'. _ 'Sabe sim, você sabe!' [Os] policiais [...] entraram dentro de casa. Me pegou pela garganta, colocou contra a parede, com arma. Fez eu amostrar a casa da pessoa que estava procurando, que era o filho da minha vizinha. Aí eles sai, desceram de lá de casa, [...] foram para a casa da minha vizinha. Chegou lá, meteu o pé [...] ela estava até deitada quando eles meteram o pé na porta [...] bateu, bateu, bateu nela... que o menino não se encontrava em casa. Ele aí fez ela ligar para ele, para ele subir, ele tava cá embaixo, disse de ligar para ele, que outra pessoa [os policiais fizeram a mãe ligar para o filho dizendo-lhe que outra pessoa, não a polícia – o procurava]. Ele aí subiu, o menino subiu. [...] subiram com ele. Ele já tava com a mãe dele, já tinha batido muito nela quando ele subiu... aí pegaram ele... bateu, bateu, botaram dentro da viatura. Aí levaram ele, quando chegou aí, na curva, botaram ele aí deitado [...] teve um filho de Deus que disse assim: 'Não mata não, se você matar ele, como é que vai levar pra delegacia?' – Não [matou] [...] Sabido! (ANA)

Antes de se chegar à segunda cena cabe refletir sobre os elementos que encerram o quadro anteriormente descrito. A atuação arbitrária dos policiais ao invadirem residências sugere que aquele espaço urbano é tratado como excesso em relação à ordem estabelecida e este excedente pode ser violado em suas garantias básicas. As atitudes arbitrárias por eles cometidas estão diretamente relacionadas a concretas possibilidades de desvios de conduta desde que praticados em locais específicos da malha urbana e contra indivíduos socialmente desprotegidos: “Todas as evidências apontam para o fato de que a brutalidade policial é exercida preferencialmente contra alguns grupos mais vulneráveis da sociedade: moradores de favelas e negros”. (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 40)

É possível dizer que o cenário e seus atores/habitantes rendem natural a cena e, conseqüentemente, que os atores públicos desempenham papéis distintos a depender dos ambientes sociais em que se encontram. É também importante destacar que, em termos espaciais, o “social” (RIBEIRO, 2000) está sempre situado em lugares “invisíveis”, sendo uma espécie de bastidor urbano que não se apresenta em público por motivações menos físicas que ideológicas: o social não pode ser sinônimo de sociedade, portanto, suas instalações devem ser anuladas da visão da cidade, não de-

vendo representá-la. E aqueles que vivem nestes espaços opacos não são reconhecidos como cidadãos

[...] na dimensão infra e ultrajurídica do respeito social objetivo compartilhado socialmente, o valor do brasileiro *não-europeizado* [...] é comparável ao que se confere a um animal doméstico, o que caracteriza objetivamente seu status sub-humano. (SOUZA, 2003, p. 174)

Quando policiais “metem o pé na porta”, invadem a casa de Ana, apertam a sua garganta, a colocam contra a parede e, com arma na mão, exigem que ela diga onde mora a pessoa que eles procuram, fica evidente o não reconhecimento da moradora enquanto ser humano digno de respeito, e de cidadã, portadora de direitos. Estes mesmos policiais dificilmente se comportariam deste modo se Ana residisse em local reconhecido como de alto prestígio. Um exemplo disto são as situações nas quais indivíduos de classe média, alcoolizados enquanto dirigem, são flagrados pela polícia e não aceitam fazer o teste do bafômetro. Apesar da evidente infração, os policiais não recorrem à violência contra o cidadão embriagado – ao contrário do que acontece com Ana, quando os agentes públicos buscam informação através de violência e ameaças graves.

Esta duplicidade de comportamento não se restringe, no contexto brasileiro, às práticas policiais, há exemplos nas mais diversas áreas como educação, a saúde e tantas outras. Para Souza (2003, p.166), diferentemente do que ocorreu na Europa, em nosso País, a dignidade não foi efetivamente compartilhada tal como o aprendizado histórico coletivo dos europeus que

[...] lograram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros numa medida significativa, que me parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico, o qual, por sua vez, permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade e, portanto, da noção moderna de cidadania.

Vale ainda ressaltar que os espaços do “social” são, sistematicamente, marcados pelas urgências o que explica a imagem a eles conferida de ambientes afeitos a necessidades agudas. Esta condição, no contexto das sociedades modernas, tem ensejado tratamentos excepcionais em relação à norma legal:

[...] a necessidade não tem lei, o que deve ser entendido em dois sentidos opostos: ‘a necessidade não reconhece nenhuma lei’ e ‘a necessidade cria sua própria lei’ [...]. Em ambos os casos, a teoria do estado de exceção se resolve integralmente na do *status necessitatis*, de modo que o juízo sobre a subsistência deste esgota o problema da legitimidade daquele. (AGABEN, 2004, p. 40)

“O meu menino eu vi morrer”

Com o capitalismo e os valores associados à autonomia individual, vão emergindo novas maneiras de construção do falecimento de humanos, dando início “ao individualismo funerário” (RODRIGUES, 2011), tornando cada vez mais privado e também atenuado o sentido de desaparecimento: “as sepulturas individuais transmitem para todos e para cada qual uma espécie de recusa privada e coletiva da morte”. (RODRIGUES, 2011, p. 377)

São estabelecidas continuidades para depois do óbito, um exemplo evidente, de natureza mercadológica, são as atuais gravações de grandes cantores previstas para serem lançadas no mercado fonográfico após o seu falecimento. Esse espírito de continuidade também pode ser percebido nas formas selecionadas para representar o falecido: “imagens do morto quando jovem, do defunto quando saudável. Em síntese, esses adornos sepulcrais indicam que o morador da residência não se sente plenamente em casa [...]: é alguém que não quer morrer”. (RODRIGUES, 2011, p. 377)

Rodrigues (2011, p. 377) assinala que o epitáfio medieval que era “coletivo e dirigido a todos os vivos por todos os mortos” assume, no capitalismo, caráter individual e vai se transformando em “verdadeiras biografias que [...] narram os feitos, as glórias e cada vez mais os haveres do seu habitante”.

Ao morto destas biografias cabem jazigos modernos que expressam a acumulação de riqueza e de progressos tecnológicos desfrutados durante a vida, de modo que atualmente “é possível que vá ‘confortavelmente’ habitar uma dessas moderníssimas sepulturas equipadas com bateria solar, na qual, como diz o anúncio, ‘poderá escutar sempre’ suas músicas prediletas”. (RODRIGUES, 2011, p. 382)

Todos estes procedimentos se dão ao mesmo tempo em que cresce a adesão aos recursos que prometem longevidade e, assim, a morte vai se tornando inaceitável antes da contagem de muitas décadas de vida:

Para a nova mentalidade, o falecimento de uma pessoa jovem tornou-se inadmissível e mesmo escandaloso. No novo sistema de expectativas, imagina-se que a morte deva atingir apenas pessoas de elevada idade, que nessa condição podem ser vitimadas por causas ‘naturais’. (RODRIGUES, 2011, p. 382)

É neste tempo cuja mentalidade concebe a morte tecnicamente assistida e resguardada por familiares e amigos muito próximos do falecido que a violência é a primeira causa de morte para jovens, moradores de Salvador, pobres, afrodescendentes, com precária escolaridade e pouca formação profissional.

“[...] O meu menino eu vi morrer”, diz Ana, se referindo à morte de Antônio que perdeu a vida em 2010. Ela se recorda que não viu a chegada dos policiais:

Aí, quando eles chegaram perguntaram para a mãe de Valmir, colega de Antônio [...] onde ele morava aí ela falou que morava aqui, na casa onde ele estava, e daí foi lá. Foi lá, meteu o pé na porta, mandou o meu menino abrir [...]. E aí, abriu. Quando ele abriu [...], eles entraram. (Ana).

Antônio ficou frente a frente com os policiais que estavam em vias de serem seus algozes. Bem diferente da concepção moderna de morte assistida tecnicamente e precedida por uma longa vida, ele morreria aos 22 anos, deixando os pais, os irmãos, a mulher e um filho pequeno. A distância da imagem do moribundo idoso, ligado a tubos, a muitos medicamentos e cuidados em uma sala de hospital faz pensar que Antônio não pertenceu ao mundo das mortes atuais, ou seja, o gênero de óbitos modernos e sofisticados não é regra geral, não é transmitida aos que aguardam covas rasas, ou seja, também aí é mantida a divisão entre a sociedade e o social. Em vez de espaço considerado apropriado e dispondo de várias formas de amenizar a dor, a morte é extraída de um corpo saudável contra qual a força se abate até o último suspiro: “Primeiro eles bateram muito nele. Eu estava aí, do lado de fora, tava li fora. Ainda falei, ainda pedi a eles pra entrar, pra eu ver ele... não deixaram eu entrar. Estava ainda vivo. O menino gritando: oi, oi [...].” (Ana)

Apesar de biologicamente evitável, esta morte assume o *status* de morte natural para o contexto. Morto em casa, “sozinho”, em um ritual já conhecido no bairro: “[...] deu logo um tiro para ele cair. Caiu, pronto. Aí, vem

um para identificar se é aquela pessoa mesmo. Aí, quando veio que reconheceu, pronto! Depois eles mataram". (Ana)

Depois da morte, seguem os elementos rituais que dão forma à "morte legal". O tempo inteiro fardados, os policiais envolveram o corpo em um lençol, o colocaram na viatura e o levaram. Oficialmente, os agentes da ordem prestam assistência ao ferido e o levam ao pronto-socorro. E, do lado da família do morto, é iniciada uma longa história: *"Aí, depois, a gente correu atrás pra poder fazer o levantamento do corpo. Foi meus filhos, né, eu não tinha condições para nada". (Ana)*

Em vez de biografia autorizada pela família, a morte de Antônio é objeto de registro em uma delegacia. E, depois de "ter chegado sem vida ao hospital", como ocorre com a maioria dos seus similares, seu corpo seguiu ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, de onde saiu um laudo que se encontrará à disposição da delegacia para compor o inquérito policial.

Todas estas representações são construções da morte e não exaltações da vida do falecido. Neste sentido, tem-se a impressão de que o morto sempre esteve morto, nunca teve história ou entrou para a história como morto. Desse modo, a vida é duplamente suprimida.

A hierarquia valorativa que mantém a distância entre os grupos sociais até na morte e depois dela "é que define quem é ou não 'gente', sempre segundo seus critérios contingentes e culturalmente determinados e, por consequência, quem é ou não cidadão". (SOUZA, 2003, p. 180)

A morte violenta em endereço casual

"Eu nem sei como começou esse negócio lá... começou lá... quando invadiu a porta da cozinha... quando eu vi ele estava aqui, não tinha mais jeito de fechar a porta. Não sei o que foi [...]" (Joana)

Joana estava dentro de casa, ouvia tiros, e "quando acabou o mosqueiro de lá, aí apareceu aí todo melado de sangue". Quando o viu, o jovem já estava dentro, mesmo assim, ela disse "Não, rapaz!", ao tempo em que abria os braços para ele não passar, mas ele "teimou" e se acomodou todo ensanguentado, no interior do domicílio da mulher.

Policiais chegaram à frente da casa e, antes de adentrarem, deflagraram vários tiros contra o portão de entrada. Em seguida, ingressaram na residência e, na sala, efetuaram disparos contra a televisão, o chão, as paredes. Pediram ao ferido que se levantasse, mas ele se manteve sentado.

Posteriormente, solicitaram a Joana que saísse, e ela assim o fez. Em seguida, ouviu os tiros. O rapaz baleado morreu; os policiais envolveram o corpo em um lençol e o levaram na viatura.

Joana viu sangue por todo lado. E as marcas de projétil ficaram em vários pontos de sua casa. Mais tarde, ficou-se sabendo que o jovem foi morto em uma troca de tiros com a polícia. Era Pedro, filho de Ana.

O cenário da morte violenta: uma residência. Pela descrição do fato, o espaço de sua ocorrência é casual, ou seja, este tipo de ato pode ocorrer em qualquer domicílio, desde que situado na teia do “social”. (RIBEIRO, 2000) Isto demonstra que nesta ambiência, o espaço privado destinado à habitação tem sentido neutro para a consumação de uma morte violenta. É como se o lugar e seus habitantes não existissem, fossem mortos, anulados diante do ato “emergencial” de se levar a cabo uma morte já iniciada.

A atitude ilegal de maior gravidade – matar um jovem ensanguentado e sem possibilidade de resistência – é cometida juntamente com outras ilegalidades, como a invasão da casa de Joana. A ampliação do leque de infrações sugere garantia de impunidade e certeza de silêncio por parte das testemunhas que assistem o suficiente para saberem que podem ser mortas a qualquer indiscrição. E assim, cada vez mais cresce esta forma de sigilo enquanto se multiplicam os casos de jovens mortos pela polícia. Enquanto perigosos segredos fazem mudas as testemunhas, são propagadas histórias de mortes quase idênticas em cujas narrativas as vítimas, mais que mortas são projetadas como culpadas, pois seus falecimentos seriam resultado da “troca de tiros”.

A troca de tiros neste contexto tem adquirido *status* de morte violenta esclarecida e pouco se leva em consideração o fato de se tratar de uma narrativa construída por uma das partes envolvidas na ocorrência. Este crédito oficial torna quase inviável a controvérsia em seu *status* jurídico, uma vez que contra a versão oficial devem se insurgir as testemunhas e estas, pelo próprio fato de reunirem capacidade acusatória grave, tornam-se reféns do medo e das ameaças, além de não disporem de referências discursivas que possam, com base na gramática jurídica, contribuir de modo eficaz à tarefa de contraposição à narrativa “oficial”.

Neste contexto, “o recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja”. (RICOEUR, 2010, p. 455)

Mete o pé na porta

A atuação arbitrária de policiais é um dos problemas que colocam a democracia brasileira em dívida constante para com a cidadania. A forma como sistematicamente estas ilegalidades se configuram, evidencia o caráter excludente que vitima alguns grupos mais pobres. Convém destacar que este tratamento desigual não é exclusividade da polícia e nem é interrompido à medida que o cidadão pobre passa a outras agências do sistema de justiça criminal.

Uma das formas mais repulsivas da desigualdade social é a desigualdade no acesso à Justiça, que começa, vale reiterar, na abordagem policial – diferente de acordo com o local, o vestuário de quem é revistado, a cor de sua pele, a faixa etária, o sexo [...], o nível de renda e a classe social –, termina na determinação da sentença pelo juiz e no cumprimento da pena, dentro da penitenciária, e passa pelo modo como são garantidos os direitos. (SOARES, 2006, p. 88)

A distinção referida se evidencia, rotineiramente através de duas formas de exceção à Lei. Quando a mesma deixa de ser aplicada, cedendo espaço a privilégios de sujeitos que são reconhecidos como superiores aos rigores legais e, quando a Lei não é aplicada, dando-se espaço a tratamentos que eram praticadas em períodos anteriores à etapa de modernização democrática das instituições e são usadas contra aqueles que são reconhecidos como totalmente desprovidos de privilégios. Tal bifurcação leva a uma conclusão desconfortável quanto à inclusão de todos no guarda-chuva da norma legal: a Lei, nas circunstâncias fáticas, não é para todos, e isto representa privilégio para uns e desproteção para outros.

Com efeito, como é possível encarnar o braço armado da lei de uma sociedade desprovida de uma base comunitária que sustente a autoridade da lei? O que é polícia, neste caso? Poder-se-ia pensar que ela se aparente com a polícia em regimes tradicionais: ou seja, um corpo de guardas para os privilegiados. Com a diferença que, em uma sociedade tradicional, o privilégio é aceito por todos os membros como uma das regras sociais da comunidade. (CALLIGARIS, 1998, p. 66)

O autor mencionado anteriormente chama a atenção para a não correspondência imediata entre as normas legais modernas, estabelecidas no Brasil, com o respeito às mesmas, devido à falta de uma comunidade

nacional que “deveria fundar a autoridade da lei”. Neste sentido, de acordo com Calligaris (1998, p. 66):

[...] de fato [...] as elites de dirigentes do país não pertencem à comunidade nacional mais do que os deserdados [...] pertencem a um outro mundo e ao outro mundo (o primeiro). A lei que elas invocam contra os deserdados certamente não é o contrato de uma comunidade que eles não promovem e à qual não pertencem. Ela coincide, ao contrário [...], com a simples imposição de seu poderio econômico e social.

É comum o retorno à ideia de que as leis são frouxas, mas por esta análise é possível deslocar a frouxidão para o âmbito da coesão social em torno do reconhecimento do aparato legal brasileiro. Isto tem implicado, inclusive, a não observância da Lei por parte do próprio Estado sem que haja maiores escândalos e constrangimentos.

Neste cenário onde a Lei é ainda, do ponto de vista de sua incorporação cultural, uma planta exótica, que pega em alguns climas e em outros não, é que são registradas condutas policiais arbitrárias, violentas e humilhantes contra pobres.

A crítica a tais condutas pode conduzir à ideia equivocada de que as instituições policiais seriam meras portadoras de danos. Ao contrário deste entendimento, é adequado refletir sobre o quanto é imprescindível a polícia em espaço democrático. Porém, esta reflexão não seria suficiente se não levasse em conta a adoção de um imperativo a ser cultivado no solo da vida cotidiana e que se refere ao valor a ser conferido à Lei em nosso mundo. Cabe perceber que as regras disponíveis nos nossos textos legais têm funcionado muito mais como potencialidade democrática do que realidade cotidiana. É como se a força da lei estivesse embaçada por falta de reconhecimento e exploração por parte da comunidade nacional a partir de uma perspectiva que considera a universalidade e, obviamente, a igualdade entre todos os cidadãos.

Os tantos entraves para se chegar ao reconhecimento e à posterior legitimidade das leis não suspendem da vida diária os seus conflitos, inclusive aqueles que se imagina devam ser objeto de tratamento policial. Desse modo, enquanto a polícia moderna não vem, a força policial que existe age dentro de parâmetros híbridos e marcados por distinções que demonstram a incompletude no que se refere à democratização e, portanto, à conquista da cidadania. Esta formulação pode dar ideia de transitorie-

dade das forças de segurança pública, mas o que se espera ser transitório é a pouca intimidade com a lei por parte dos cidadãos, o que contribui para a baixa observância da mesma pelas autoridades.

Um dos obstáculos a serem superados diz respeito às expectativas que a sociedade nutre em relação ao trabalho policial. Muitos consideram as atuações arbitrárias e violentas como sinônimo de polícia eficaz; outros, se encaixam na condição de contraparte da corrupção policial e, portanto, precisam desta forma de força pública; alguns esperam que a polícia realize “limpezas sociais” que portem vantagens para as suas posições na sociedade. É uma infinidade de distorções que implica a construção de apreciação da polícia e em relação à qual os seus integrantes reagem de forma diversificada, porém sempre com algum respaldo social. Assim, “o policial está autorizado porque lhe são concedidos respaldo legal e consentimento social para policiar”. (MUNIZ; SILVA, 2010, p. 449)

Com esta espécie de licença, policiais estão diariamente recebendo pedidos de ajuda, a grande maioria deles não se referem a “grandes delitos, que mobilizam as expectativas e representações do senso comum e dos próprios policiais sobre o verdadeiro trabalho de ‘combater a criminalidade violenta, os bandidos de carreira que ameaçam a sociedade’”. (MUNIZ; SILVA, 2010, p. 454)

A idealização do crime de grande vulto como adequado ao trabalho policial é um elemento que sugere a necessidade de reconhecimento e, talvez, disposição para recorrer ao emprego máximo da força. Pode ser um ganho em forma de elemento distintivo dentro dos precários ganhos e distinções conferidos aos policiais que estão na ponta:

[...] o policial de base é mantido em um estado de pobreza tal que em nenhum caso sua dignidade social pode derivar do seu *status* profissional. Se ela não vier do saque, virá inevitavelmente do abuso e da violência, únicas formas lhe sobram para confirmar a seus próprios olhos (e aos dos outros) que ele não é um excluído entre os excluídos e também para merecer o respeito que lhe é indispensável ao exercício de sua profissão. (CALLIGARIS, 1898, p. 66)

Tem-se, então, paradoxalmente, uma polícia que é excluída da ordem e que, ao mesmo tempo, reúne, entre os seus papéis principais, a atribuição de proteger esta mesma ordem quanto aos riscos mais graves possíveis. Para corresponder a este papel, faz uso de recursos irregulares, a exemplo da simulação de legalidade para corresponder a ações ilícitas

por ela praticadas cuja construção de fachada deve satisfazer ao sentido de legalidade, a exemplo da já clássica “troca de tiros”, aplicada a cada vez em que a polícia mata algum cidadão pobre. A este propósito, Muniz e Silva (2010, p. 471) se referem a “estratégias de construção de camadas de legalidade para (re)construir legitimidades, atendendo às expectativas de alguma ‘lei’ mesmo em situações em que não haveria tradutibilidade normativo-legal”.

Com o sucesso da criação de manobras que visam à transmutação do ilegal para o registro legal, as violações cometidas por policiais contra pessoas com baixa capacidade de defesa tendem a integrar as páginas de conservação da ordem estabelecida, reiterando-se nos escritos oficiais, como uma espécie de refrão que autor de crime (o morto) era pobre, afro-descendente, jovem, morador de periferia, ou seja, tinha as mesmas características das vítimas preferenciais de mortes violentas.

Este alvo tem a exclusão como lugar patente. É nesta zona habitada por “desnecessários e incômodos” (NASCIMENTO, 2000) que são registradas aquelas histórias que começam depois que os agentes da polícia chegam e “metem o pé na porta”. Parece que aí já não tem mais Estado para contar (seja como cálculo ou como proteção) e da franja que resta para além da porta que se abre com pontapés estão os excluídos da cidadania:

O Brasil parece assumir a conformação não de um espaço dual de cidadania (os que têm direitos e os que não têm, como já se sugeriu existir nos anos 1930), mas uma forma plural e fragmentada: uns tem mais direitos do que os outros, enquanto outros ainda começam a habitar o espaço do não-direito. A cidadania excludente é substituída pela cidadania fragmentada, melhor dizendo, hierarquizada. (NASCIMENTO, 2000, p. 74)

É aí, na casa do direito zero que mora a explicação para a constância das mortes violentas de jovens perpetradas por policiais. Tal externalidade confere à sociedade uma reação de indiferença diante dos óbitos, o que sugere que “grupos sociais sujeitos à exclusão social sofrem uma mutação na forma como a sociedade os representa. Deslocam-se de uma representação de diferença, de diversidade, para uma de dessemelhança”. (NASCIMENTO, 2000, p. 68)

A consolidação desta dessemelhança contribui para tornar definitivo o sentido imediato que a sociedade confere às histórias destes pereci-

mentos. Já é praxe que, a estas vítimas, sejam imputadas a culpa por suas próprias mortes. Existe uma narrativa padrão aplicada a tal circunstância: “se morreu assim, alguma coisa fez!” É com este tipo de agasalho social e cultural que profissionais de segurança pública contam quando “metem o pé na porta”.

Considerações finais

O vocábulo “consideração” pode ser usado para se referir ao sentimento de estima, de afetuosa importância, especialmente, no que concerne ao tratamento dispensado a pessoas. Nas situações descritas neste capítulo, são elencadas práticas ilegais, desrespeitosas e, também, são indicadas lógicas que dão suporte cultural a estes comportamentos, os quais são dirigidos contra segmentos mais pobres, portanto, mais desprotegidos. Diante disto, a expressão “considerações finais” pode se prestar a uma ironia frente a gama de descon siderações apontadas ao longo do texto.

O aspecto irônico que merece ser mencionado, à guisa de moral da história, diz respeito a certo desencantamento atinente ao impacto de revelações aqui ilustradas. A recepção de análises desse gênero, por parte das instituições de poder, já adquiriu um contorno de caráter funcional: a própria possibilidade de realização do estudo demonstra a robustez da nossa democracia, ao permitir que temas como este sejam objeto de investigação. As reflexões passam a fazer parte de um “fundo de interpretações dos riscos e dos fatores de desproteção”, não chegando a se constituírem fichas capazes de tornar impositivas e prioritárias a proteção e a segurança sociais.

Esta última (des)consideração que se dá “enquanto se considera” sugere limitações relativas à natureza do poder da produção acadêmica que se ocupa dessas questões em sua relação com as estruturas que conhecem e decidem as políticas de proteção.

Referências

AGAMBER, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALSINA, Miguel Rodrigo. El impacto social da violencia en la televisión. *Trípodos: Ellenguatge-Pensament-Comunicació*. Barcelona, n. 6, p. 19-30, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- CALLIGARIS, Contardo. Lei e comunidade: algumas propostas. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. et al. *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p.59-72.
- EÇA, João. Traficante que ameaçou prefeito é morto pela polícia. *A Tarde*, Salvador, 14 abr. 2012. Últimas, B9.
- GREINER, Christine. A experiência da morte como potência de vida. In: GREINER, Christine; AMORIM, Claudia. (Org.). *Leituras da morte*. São Paulo: Anablume, 2007. p.11-20.
- LEMGRUBER, Julita.; MUSUMECI, Leonarda.;CANO, Ignácio. (Org.). *Quem vigia os vigias? Estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 137
35-73.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; SILVA, Washington França da. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-473, set./dez. 2010.
- NASCIMENTO, Elimar. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.p.56-87.
- PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: EDUC: Cortez, 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- RODRIGUES, José Carlos. Imagens e significados da morte no Ocidente. In: Goldemberg. Mirian. (Org.). *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 357-387.
- SANTANA, Francisco dos; KALIL, Maria Eunice X.; OLIVEIRA, Zenaide C. *O rastro da violência em Salvador-II: mortes de residentes em Salvador de 1998 a 2001*. Salvador: FCCV, UFBA: IML: UNICEF, 2002.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- WACQUANT, Lôic. *Punir os pobres: nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000. (Coleção Pensamento Criminológico).

CAPÍTULO 6

Produção de sentidos subjetivos em um adolescente em conflito com a Lei: um estudo sobre os motivos para a prática infracional¹

Joelma Oliveira da Silva
Antonio Marcos Chaves

Introdução

A temática da prática infracional por adolescentes apresenta-se relevante, complexa e dotada de transversalidade. Relevante por revelar muitos dos problemas sociais que estão pulverizados no cotidiano social brasileiro – a violência, a garantia de direitos das crianças e adolescentes; a exclusão social, a real efetivação de políticas públicas sociais, a criminalização da adolescência, para citar alguns. Complexa, por envolver uma multiplicidade de processos que se mostram intimamente imbricados na constituição do fenômeno e, por fim, transversal porque sua compreensão atravessa diferentes áreas do conhecimento.

É importante afirmar que refletir acerca do adolescente inserido no universo de transgressão sociolegal é refletir sobre uma possibilidade específica de adolescência que se constrói e se revela no contexto da sociedade brasileira. Uma adolescência que rompe com o pacto social estabelecido, a

1 Este texto é um recorte de uma pesquisa de mestrado intitulada de Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade e que objetivou compreender os sentidos construídos por adolescentes privados de liberdade acerca da prática infracional e da medida socioeducativa de privação de liberdade.

partir de normas e regras de conduta que asseguram a convivência pacífica e, supostamente, harmoniosa da sociedade.

E mais, quando esse adolescente se encontra privado de liberdade as reflexões remetem, ainda, a um sujeito que está inserido em um sistema regido, no âmbito legal, por um discurso socioeducativo, mas, que na prática revela as dificuldades e impasses de atuação em uma lógica que fuja à repressiva/punitiva.

Faz-se interessante pontuar que este trabalho partilha, com alguns estudos e perspectivas, a ideia de que justificar a prática infracional por uma suposta estrutura psíquica, pela hereditariedade, por uma desestrutura familiar, pela ausência ou deformação de valores morais, é, necessariamente, tornar invisível sua gênese histórica, social e política. (BOMBARDI, 2008; CAMPOS, 2005; GRAMKOW, 2007; PEREIRA, 2002; VOLPI, 2001; ZAMORA, 2005)

A este respeito, Velho (2003, p.19) escreveu que

[...] os estudos sobre comportamento desviante oscilam entre um psicologismo e um sociologismo. A dificuldade consiste em uma visão estanque e fracionada do comportamento humano que transforma a realidade individual em algo, em princípio, independente da sociedade e da cultura.

Esta crítica proposta por Velho (2003) pode ser remetida a muitas teorias do crime que irão, na tentativa de construir teorias gerais sobre a causação criminal, reduzir este complexo fenômeno ou a questões da socialização ou a problemas de ordem individual localizadas no autor do delito. Uma superação que só pode ser possível a partir da interação desses dois campos de forças, a partir do entendimento de que se afetam mutuamente e estão em construção dinâmica.

Como pontua Magalhães (2006, p.12):

Talvez motivados pelos constantes apelos públicos, grande parte dos estudos na área da sociologia do crime termina por se voltar mais ou menos diretamente para a questão do controle do problema. Essa escolha pode condicionar os resultados teóricos/empíricos obtidos pelos estudiosos; principalmente quando é feita a opção de tratar o crime como um problema social (Gusfield, 1981) a ser resolvido. O fenômeno passa a ser visto como algo que deve ser combatido e que, portanto, deve ser compreendido com ênfase nos objetivos de previsão e controle.

Acontece que, em muitos casos, quando se trata da questão da infração juvenil, o que se apresenta é uma estrutura social não problematizada (VELHO, 2003) e a culpa recai, quase sempre, sobre o jovem e, dentro dessa categoria, sobre os jovens pobres. A este respeito Bombardi (2008, p. 88) escreveu que:

A criminalização dos atos de uma classe social (pobres) ou de um grupo de pessoas que se aproximam pela faixa etária (os adolescentes) transforma em suspeito qualquer indivíduo de uma dada categoria, independente de sua atuação. Ao mesmo tempo em que individualiza o crime e descontextualiza a sua aparição na sociedade.

Isto conduz a um processo de naturalização das desigualdades e a uma desqualificação do adolescente infrator enquanto um cidadão possuidor de direitos como qualquer outro. (BOMBARDI, 2008; JOST, 2006; VOLPI, 2001) Alguns autores como Sales (2007) e Volpi (2001) argumentam haver um consenso entre as pessoas de que é preciso proteger a infância e a adolescência, assegurar direitos, e que a realidade de crianças e adolescentes, submetidos a condições de indignidade humana, desperta “pena”. Sales (2007) enfatiza, ainda, que esta “pena” é dotada de certo grau de conformismo diante da crença de que alguns estão destinados a condições subumanas de existência e nada pode ser feito quanto a isto. Entretanto, há uma mudança de perspectiva quando estas crianças e adolescentes passam de “vítimas da violação dos direitos sociais” (SALES, 2007, p.12) a autores de atos infracionais.

O adolescente infrator é pensado como alguém a quem se devem destituir os direitos, visto que não respeita os direitos dos outros e, assim, não cumpriu os deveres enquanto cidadãos. Como afirma Bombardi (2008, p. 55):

faz-se necessária uma crítica sobre os mecanismos que a sociedade mantém para deixar à margem uma enorme parcela de adolescentes e jovens: a pseudo-educação oferecida, poucos espaços de cultura e lazer, pouca ou nenhuma oportunidade de efetiva participação em grupos em que a palavra e ação de homens livres possam propiciar a humanização das pessoas.

Não se trata de colocar o adolescente como vítima de um sistema porque isto seria admitir um homem passivo e determinado pelas condições objetivas, determinismo que não coaduna com a perspectiva teórica

aqui adotada, a saber: a Psicologia sócio-histórica. A busca é compreender o universo material e simbólico no qual estes adolescentes estão inseridos.

O adolescente que pratica ato infracional passa a ser inscrito em uma dimensão jurídica, representada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (BRASIL, 1990) Este dispositivo inaugura, no caso do adolescente que infraciona, a etapa da responsabilização, na qual o adolescente que se coloca em conflito com a lei passa a ser responsabilizado pela autoria de seus atos. Para tanto, existem medidas socioeducativas que devem ser aplicadas pela autoridade judicial, diante da comprovação dos fatos e resguardando os direitos dos adolescentes enquanto cidadãos que são. Ao menos na prescrição legal, os direitos deixam de ser regalias oferecidas apenas aos “cidadãos de bem”. Acerca deste fato, Gonçalves (2005, p. 50) escreveu:

[...] note-se bem, sem exclusão daqueles que cometeram ato infracional – o Estatuto visa a garantir direitos mesmo durante a vigência da medida socioeducativa. Vale dizer, o cometimento de infração não faz cessar o direito; ao contrário, a medida socioeducativa é tratada como uma oportunidade de reconstrução da cidadania, lá onde ela ameaça e é ameaçada.

O que está posto a partir do ECA (BRASIL, 1990) é que o adolescente deve ser responsabilizado pelo ato cometido, mas que isto não implica a imersão em um contexto de privação de direitos, nem a transformação dele em um criminoso a ser afastado do convívio com a sociedade. (BOMBARDI, 2008) Entretanto, a prática revela-se divergente e as unidades de internação, em sua grande maioria, acabam por reproduzir as mazelas do sistema prisional, submergindo os adolescentes a um cotidiano de desumanidades, ócio, violências, apenas para citar alguns dos problemas. (BOMBARDI, 2008; BRITO, 2000; COSTA, C., 2005, 2007; PEREIRA, 2002; VOLPI, 2001; ZAMORA, 2005;)

A outra dimensão que envolve a infração juvenil, segundo Jost (2006), é a subjetiva. Esta é a dimensão sobre a qual este estudo se detém, não a tomando como deslocada da dimensão material e jurídica, mas como sendo afetada por esta. Para a aproximação da dimensão subjetiva, acreditou-se ser necessário dar voz aos adolescentes para compreender de que modo estes subjetivam a experiência infracional e a privação de liberdade, experiências que demarcam, em nossa sociedade, o ser infrator.

Ao infracionar, os adolescentes são imersos em um universo simbólico de significações, nos quais constroem seus sentidos pessoais acerca desta condição. Este trabalho, ao buscar compreender esse processo de interação entre o indivíduo, seus sentidos, e as significações compartilhadas nos espaços sociais, a subjetividade social, posiciona-se diante de uma perspectiva dialética da subjetividade. Martinez (2005, p.15) escreveu que:

[...] a subjetividade, encarada ao mesmo tempo como significados e sentidos, caracterizadores de diferentes espaços sociais que os indivíduos constituem, contribui no sentido de romper as dicotomias individual-social, interno-externo, intra-subjetivo-inter-subjetivo, articulando, dialeticamente, ambos os pólos, e expressando seu caráter contraditório, complementar e recursivo.

A referência teórica tomada como base para o entendimento dessa relação entre sentidos e significados é a da Psicologia Histórico-cultural e da Teoria da Subjetividade de González Rey (2004), relacionando a categoria de sentidos subjetivos com a configuração das subjetividades individual e social.

Vigotski (2000) defende a inexistência de um vínculo primário entre a palavra e o pensamento. Ao contrário, só à medida que se desenvolvem é que o vínculo passa a ser estabelecido. Entretanto, adverte que a inexistência do vínculo primário não implica uma relação de independência entre estes dois processos. Neste sentido, ressalta ser necessário compreender o processo através do qual esse movimento ocorre permitindo que o pensamento se realize na palavra, sendo que neste fluxo ele se “reestrutura e se modifica”. (VIGOTSKI, 2000, p. 412)

Para acessar este fluxo, Vigotski (2000) afirma serem equivocados os métodos baseados na decomposição do pensamento e da linguagem. Ele propõe, portanto, uma análise em que “desmembra a unidade complexa do pensamento discursivo, em unidades várias, entendidas estas como produtos da análise [...]” (VIGOTSKI, 2000, p. 397) e que possuem como característica a capacidade de manter as propriedades “do todo em função das quais se empreende a análise”. (VIGOTSKI, 2000, p. 398)

Esta unidade de análise é estabelecida como o significado da palavra, a unidade entre a palavra e o pensamento. Como afirma Vigotski (2000, p. 398): “Encontramos no significado da palavra essa unidade que reflete de forma mais simples essa unidade do pensamento e da linguagem”.

Cabe destacar outra característica do significado que, na concepção de Vigotski (2000), é a grande descoberta dos estudos propostos por ele e seus colaboradores: os significados são capazes de se transformar, ao contrário do que postulavam as teses associacionistas que defendiam a imutabilidade dos mesmos. Admitir a transformação dos significados é, por sua vez, admitir a mudança da relação estabelecida entre o pensamento e a palavra. Esta descoberta implica a necessidade de conceber a relação entre pensamento e palavra como um fluxo, um movimento constante.

Ele ainda esclarece que não é possível atrelar o significado como um fenômeno exclusivamente do pensamento ou da linguagem. Ao mesmo tempo em que o significado é considerado um “traço constitutivo” da palavra, ele também é considerado uma “generalização” que por sua vez é um ato do pensamento. Góes e Cruz (2006, p. 66) afirmam que Vigotski “define o significado da palavra como uma generalização, que reflete a realidade num processo diferente daquele que envolve o sensorial e o perceptual, que prenderiam o homem às condições situacionais imediatas”.

Os significados “referem-se, assim, aos conteúdos instituídos, mais fixos, compartilhados, que são apropriados pelos sujeitos, configurados a partir de suas próprias subjetividades”. (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 5) Para estes autores, a apreensão dos significados seria o marco inicial na busca da compreensão que culminaria com o acesso às zonas de sentido.

No processo de investigação da relação entre pensamento e palavra, Vigotski (2000) anuncia a necessidade de compreender a linguagem interior. Após proceder a análise de diferentes abordagens acerca da temática e realizar experimentos, o teórico afirma que a diferença básica entre a linguagem interior e a exterior é de que a primeira constitui-se enquanto uma linguagem para si e a segunda, para o outros. Esta característica seria capaz de promover uma diferenciação na relação que se estabelece entre pensamento e linguagem. Afirma o autor que as duas falas são fenômenos opostos e que:

A linguagem interior não é só aquilo que antecede a linguagem exterior ou a reproduz na memória, mas é oposta a linguagem exterior. Este é um processo de transformação do pensamento em palavra, é a sua materialização e sua objetivação. (VIGOTSKI, 2000, p. 425)

Este é um ponto relevante para esta pesquisa, pois é a partir dele que Vigotski empreende a diferenciação entre significados e sentidos. Ao esta-

belecer diferenciação entre a linguagem falada e a linguagem interior, Vigotski (2000) afirma que no primeiro tipo os sujeitos tendem a caminhar daquilo que é mais estável (significado) para o que é mais fluido (sentidos). Há, pois, na fala interior um predomínio dos sentidos.

As análises de Vigotski (2000) conduzem à concepção de que a relação entre o pensamento e a palavra está posta da seguinte forma: o pensamento se realiza na palavra. O teórico, ainda, adverte que o pensamento, é tanto “externamente mediado por signos, como internamente mediado por significados”. (VIGOTSKI, 2000, p. 479) Diante disso, acessar a palavra não implica acesso direto ao pensamento, sendo possível acessá-lo apenas de forma mediata.

Depois de colocada esta questão, Vigotski (2000) afirma que o entendimento do discurso do outro passa, necessariamente, pela compreensão do pensamento do sujeito que, por sua vez, só pode ser entendido quando se tem acesso aos seus motivos.

Cabe, neste momento, introduzir a noção de sentido que se configura enquanto uma categoria que estaria ligada a aspectos mais pessoais dos sujeitos e capaz de articular os diferentes eventos psicológicos produzidos a partir das realidades vivenciadas. O sentido se forja na experiência pessoal, aparecendo

[...] como uma fonte essencial do processo de subjetivação e é ele que define o que o sujeito experimenta psicologicamente diante da expressão de uma palavra. O sentido articula de forma específica o mundo psicológico historicamente configurado do sujeito com a experiência de um evento atual. (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 50)

Assim, encontra-se no sentido uma categoria de análise extremamente relevante para a Psicologia, pela estreita ligação com o processo de subjetivação das experiências que são vividas pelos sujeitos. Diante dessa possibilidade de acesso ao vivido, Góes e Cruz (2006) afirmam que as palavras devem ser analisadas dentro de seu acontecimento concreto, uma vez que os sentidos se tornam ilimitados dependendo de como estes contextos variam. Dessa forma, os sentidos estão sempre inacabados.

O sentido teria, portanto, o caráter articulador entre os eventos psicológicos produzidos frente a uma realidade social concreta. Categorias construídas, enquanto produções individuais, na experiência dos sujeitos, referindo-se ao que é da ordem do particular, mas que acontece na intera-

ção do indivíduo em sua realidade social. Como afirmam Guareschi e colaboradores (2006, p.6), sentidos seriam “uma construção social, e enfatizamos que tal construção se dá num contexto, numa matriz que atravessa questões históricas e culturais e que é essa construção que permite lidar com situações e fenômenos do mundo social”.

O sentido, escreveu Vigotski (2000, p. 466), “é determinado, no fim das contas, por toda a riqueza dos momentos existentes na consciência e relacionados àquilo que está expresso por determinada palavra”.

González Rey (2004) coloca que, em Vigotski, os sentidos são produzidos a partir das experiências dos sujeitos no momento atual. Isto é possível diante da influência de outros sentidos, construídos no decorrer da história de vida, e pelo lugar que este sujeito ocupa na experiência que está sendo subjetivada. Ele é, assim, entendido como uma concepção orientada para a realidade, um sentido que, atravessando a sociedade pelas ações dos indivíduos, alimenta e realimenta a configuração do sentido, incorporando, no desenrolar da ação, a expectativa da resposta de outrem. (NAMURA, 2004)

Acredita-se, portanto, que os sentidos não sejam unidades estáveis e que estes são elos de ligação entre o contexto social e a subjetividade que nele se forja. Por isso, a categoria de sentido teria essa capacidade de nos remeter a uma história dos sujeitos a partir de manifestações de comportamentos concretos. (GONZÁLEZ REY, 2004)

Ao trabalhar a compreensão do sujeito no âmbito da Psicologia, González Rey (2005, p. 223) destaca que, em Vigotski, os momentos vivenciados pelos sujeitos são produtores de sentidos à medida que os sentidos “construídos” ao longo das histórias destes sujeitos “passavam a ser elementos constituintes do caráter subjetivo dessa nova experiência”.

Assim, diante dos sentidos produzidos acerca da prática infracional, discutidos em pesquisa mais ampla, abordamos, aqui, os motivos apresentados por um adolescente, privado de liberdade, para o cometimento de atos infracionais – motivos estes organizados a partir de suas experiências de vida.

O estudo realizado

A busca pelos motivos para a prática infracional é uma das questões inevitáveis quando se pretende estudar o adolescente em conflito com a

lei. Alguns pesquisadores apontam para certa tendência da literatura em localizar causas internas para o cometimento de infrações. Cunha (2000) sinaliza que, nesse processo, geralmente, são descartadas as possibilidades tanto institucionais quanto relacionais como causas do delito. Assim, a tendência no senso comum e em alguns estudos acadêmicos é de atribuir, quase sempre, indicadores internos para justificar a prática dos atos infracionais. Para o autor, “[...] a mídia, a escola e as pessoas em geral, afirmam (apoiados em um determinado olhar da ciência) que as infrações cometidas devem-se, exclusivamente, a condições pessoais (interiores ao indivíduo) ou, no máximo, a condições familiares”. (CUNHA, 2000, p. 9)

Esta tendência está refletida tanto em pesquisas que buscam identificar as causas para o cometimento de infrações, como no discurso do senso comum. Partem de determinantes intrapsíquicos e estruturam como motivos para prática infracional, a falta – de moralidade do adolescente, de estrutura da família, de limites, de estrutura psíquica saudável, de educação – acabam por naturalizar a posição do adolescente, que quase sempre é pobre, negro, com baixa escolaridade, como um infrator em potencial.

Em uma perspectiva histórico-cultural, a prática do ato infracional, suas possíveis causas e consequências extrapolam o campo do interno, inato, dos determinantes biológicos, para ganhar o campo das relações sócio-históricas e culturais nas quais os sujeitos se constituem de forma dialética, ativa. O adolescente, o adolescente autor de delitos, é considerado um sujeito ativo, construído historicamente e que se define nas relações sociais através de uma afetação mútua. Portanto, acredita-se aqui que os motivos para a infração são construídos em uma dinâmica dialógica e relacional, que abarca também a singularidade e individualidade de cada sujeito em um processo interativo.

O adolescente que infraciona não pode ser tomado como deslocado de um tempo e espaço específicos, destituído de historicidade e a mercê de dinâmicas internas. Bombardi (2008, p.117) afirma que

[...] ao cometer uma infração o adolescente pobre atualiza princípios: as humilhações e violências sofridas ao longo de sua vida individual, mas também aquelas vividas historicamente por seu grupo de origem, as faltas sentidas, os desejos não satisfeitos.

Deste modo, o cometimento do ato infracional pode emergir carregado de múltiplos significados, não sendo possível apontar um único as-

pecto como motivo para a prática infracional, nem fazê-lo sem considerar a perspectiva do ator, o adolescente.

Aqui, defende-se a ideia de que compreender os sentidos construídos pelos adolescentes sobre o ato infracional é, necessariamente, atravessar a estrada que aproxima aos dos motivos para o cometimento do mesmo, pela ótica dos adolescentes. González Rey (2003, p. 246) afirma que:

[...] os motivos, diferente da necessidade, são sistemas de necessidades que foram configurados de forma relativamente estável na personalidade e em que sempre participam núcleos de sentido que atravessam as mais diversas formas de atividade do sujeito, que poderiam ser denominados como tendências orientadoras da personalidade.

Assim sendo, os motivos se configuram de forma singular e geram sentido para as atividades dos sujeitos.

Realizou-se um estudo intensivo na busca por uma aproximação aprofundada das realidades experimentadas pelo participante da pesquisa. Portanto, foi adotada, como estratégia de pesquisa, o estudo de caso de caráter exploratório - por empreender uma tentativa de conhecer e ampliar o conhecimento já existente acerca da produção de sentidos que compõem as experiências nas trajetórias dos adolescentes infratores – e descritivo, na medida em que pretendeu descrever e analisar o fenômeno não buscando, portanto, propor explicações, nem estabelecer causalidades.

A abordagem utilizada foi qualitativa, uma vez que, este tipo de abordagem permite uma compreensão dos aspectos subjetivos que alicerçam a ação humana. Como afirma Haguete (1995, p. 63), as metodologias qualitativas “ênfatisam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”.

Para a coleta dos dados, foi utilizada a entrevista, mais especificamente, a entrevista narrativa. Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002), tal modalidade de entrevista está calcada no pressuposto de que o ato de narrar acontecimentos utilizando sua própria linguagem permite que o informante se revele mais adequadamente. Para tanto, a influência do entrevistador deve ser reduzida ao máximo, as entrevistas não devem possuir uma estrutura prévia, devem ser caracterizadas pela profundidade.

Os dados aqui apresentados foram coletados através da narrativa de um jovem de 19 anos de idade, sexo masculino, aqui denominado Alejandro, e que se encontrava privado de liberdade em uma instituição des-

tinada à execução de medida socioeducativa de internação na cidade de Salvador-Ba. As práticas infracionais cometidas pelo jovem haviam sido: roubo, furto, homicídio e tráfico de drogas.

Os motivos de Alejandro para a prática infracional

Os motivos, tal como colocados pelo participante da pesquisa, revelam a pluralidade de relações estabelecidas entre as necessidades materiais ou emocionais e os dispositivos internos e sociais disponíveis para que pudesse alcançá-las, satisfazê-las, realizá-las.

Ao longo da narrativa de Alejandro, é possível extrair alguns elementos que se configuram motivos tanto para a entrada no universo da transgressão, quanto para sua permanência. Há, pois, uma multiplicidade de fatos que são significados por Alejandro, à medida que narra sua história, como motivadores para o cometimento das transgressões.

Nota-se que o adolescente experimenta diferentes atos infracionais, construindo, assim, diferentes motivos para cada uma das modalidades praticadas. É interessante sinalizar que os motivos são produtos de interpretações específicas de cada sujeito e são configurados à medida que estes se apropriam dos diferentes elementos, oriundos dos múltiplos contextos e espaços sócio-históricos pelos quais circulam. Os adolescentes re-significam tais elementos, o que possibilita a construção de sentidos próprios.

Cabe reafirmar que apesar de remeter a uma construção subjetiva, o sentido não é construído por um sujeito isolado. (GONZÁLEZ REY, 2004; VIGOTSKI, 2001) Os sentidos são pessoais, mas construídos na relação com o outro e podem se modificar em diferentes contextos. Nesta perspectiva, Molon (2003) afirma que o sentido é constituído na dinâmica dialógica.

Desta forma, não se deve perder de vista que apesar das reflexões apresentadas neste artigo serem feitas a partir de um momento específico da vida do adolescente, elas remetem à sua trajetória de vida, tal como pode ser por ele lembrado e re-significado neste momento e contexto da entrevista. E ainda, conforme Gramkow (2007) pontua, os sentidos vão sendo construídos continuamente, pelos sujeitos ao longo de suas atividades e, muitas vezes, as novas construções implicam rupturas com as primeiras.

Os sentidos construídos por Alejandro acerca dos motivos para as práticas infracionais modificam-se ao longo de sua narrativa. Acompanhar tais modificações é, também, em algum nível, acompanhar a construção da trajetória deste jovem no universo infracional. Na história do jovem, estes motivos se revelam em situações tanto de ordem concreta quanto abstrata. Entendendo o concreto como os motivos relacionados à necessidade de obtenção de dinheiro e objetos materiais e abstratos como aqueles que não se relacionam com tal necessidade. Estes, geralmente, emergem como possibilidade de ascensão na vida ou de preservação da mesma. Assim, os motivos variam desde a necessidade de dinheiro para comprar roupas até a ausência de perspectiva diante do falecimento de um familiar.

Cabe destacar que esta separação entre os motivos objetiva apenas uma melhor compreensão do fenômeno, não implicando em uma análise reducionista ou estanque desta que se considera uma rede conectada e fluida de sentidos. Afinal, como escreveu González Rey (2005, p.44) “os entrelaçamentos e os desdobramentos dos sentidos são múltiplos e não seguem uma regra universal, daí o termo configuração subjetiva para dar conta da organização desses complexos processos”. Diante de tal complexidade, vale analisar estas possibilidades, anteriormente citadas, de forma mais específica.

Pereira (2002) ao trabalhar a violência cotidiana entre adolescentes em conflito com a lei aponta quatro categorias de motivos apresentados pelos jovens, em sua pesquisa, para o cometimento de atos infracionais, a saber: condições socioeconômicas, violência; influência do grupo de pares, destino e vocação e herança do crime.

Algumas destas categorias aparecem no discurso de Alejandro, a exemplo da violência e da condição socioeconômica. Esta última aparece de forma mais evidente na narrativa de Alejandro, conforme se pode verificar no extrato que segue:

Eu acho assim, a vida que eu tinha [...] Sei lá, pra mim era muito difícil porque assim... Comecei a frequentar uns lugares diferentes, fui crescendo, saindo com a namorada, tal, tinha que ter dinheiro pra namorada... Aí a gente ia nos lugar, família sem condições, não podia me dar... Roupas não podia me dar direto, tênis não podia me dar direto... E aí comecei a fumar, não tinha quem comprasse meu cigarro. Aí eu tinha que partir pra uma coisa que eu conseguisse dinheiro aí cabeí me envolvendo nessa vida. (Alejandro)

Alguns estudos apresentam que o ato infracional como via de acesso aos bens de consumo é uma realidade que ronda o adolescente autor de infrações. (BOMBARDI, 2008; GRAMKOW, 2007; JOST, 2006; PEREIRA, 2002) Pereira (2002), por exemplo, afirma que no âmbito socioeconômico prevalecem dois aspectos: a dificuldade em se inserir no mercado formal de trabalho e a impossibilidade de sustentar-se por meio de seus ganhos. Estes aspectos se aliam ao fato de que estes adolescentes, assim como quaisquer outros, desejam ter bens de consumo e diante da impossibilidade de adquiri-los no campo da legalidade, irão buscar através de estratégias diferenciadas.

Esta discussão também está presente nos trabalhos de Bombardi (2008, p. 95) Para esta autora “esse mundo sonhado pelos adolescentes pobres é o mundo apresentado pela indústria cultural nos cinemas, na televisão, nas escolas, em jornais e revistas”.

A fala de Alejandro, quando questionado sobre os motivos que o levaram a praticar o primeiro roubo, é ilustrativa deste aspecto. Percebe-se, nesse momento, que o jovem estrutura seus motivos em termos da necessidade de aquisição de materiais de consumo. A infração emerge como alternativa diante de uma família que não possuía condição financeira para prover seus desejos e da impossibilidade de inserção de forma lícita no mercado de trabalho. Inserção que lhe foi negada diante de sua condição de “menor”. Fato ilustrado no trecho que segue:

[...] Era de menor naquele tempo, tal, tinha aquele negócio de que menor não podia trabalhar. O conselho tutelar já me pegou trabalhando e foi me levar pra casa falando que eu não podia trabalhar e aí aonde eu parava pra procurar emprego não tinha como e eu fui fazendo isso [...]. (Alejandro)

Mesmo não sendo objetivo, aqui, discutir as políticas públicas voltadas para a regulação e inserção de jovens no mercado de trabalho, parece interessante realizar uma breve digressão para problematizar tal questão que emerge como pano de fundo na história de Alejandro.

O ECA (BRASIL, 1990), Lei que orienta a criação de políticas públicas voltadas à criança e o adolescente, no capítulo V, destinado ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, art. 60, estabelece a proibição do “trabalho de menores de quatorze anos de idade, salvo sobre a condição de aprendiz”. Já no Art. 69 adverte que

[...] o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. (BRASIL, 1990)

Com a emergência do ECA (BRASIL, 1990), o nosso país passa a regular a inserção dos jovens no mercado de trabalho, fiscalizando e coibindo práticas não condizentes com a perspectiva da aprendizagem ou a lei do primeiro emprego. Em contrapartida, uma série de políticas públicas sociais passa a ser legitimada, objetivando fomentar novas possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Muitas são as perspectivas de análise acerca desta relação juventude/trabalho que poderiam ser aqui problematizadas. Dentre elas, a precária fiscalização dos modos de inserção laboral dos jovens ao longo do território brasileiro. Afinal, não são raras as histórias veiculadas acerca da exploração de mão de obra infanto-juvenil ou do estabelecimento de vínculos trabalhistas precarizados.

A despeito destas discussões, é interessante destacar aqui um aspecto que emerge da história de Alejandro – o alcance das políticas públicas voltadas à relação entre juventude e trabalho. Alejandro se constitui um exemplo, dentre tantos outros possíveis, de negação da possibilidade de inserção no mercado de trabalho ao ser retirado da oficina onde até então trabalhava. A proibição e a negação desse espaço, enquanto contexto laboral é acompanhada pelo vazio. Não foi ofertada ao adolescente nenhuma outra possibilidade de obter recursos financeiros, de ocupação do tempo ou de aprendizagem de uma profissão.

Neste caso, há uma discrepância entre a lei e as reais condições de efetivação da mesma. A lei prescreve, mas não prediz o alcance de suas prescrições na vida real. As consequências deste abismo que se abre aos pés de algumas crianças e adolescentes e que os separa de uma efetiva inserção educacional, profissional, em contextos de desenvolvimento salutar são variadas. Vão desde o engajamento de crianças em atividades degradantes e que fogem à fiscalização até a inserção de crianças e adolescentes no universo do narcotráfico e outras atividades ilícitas. (BOMBARDI, 2008; CUNHA, 2000; PEREIRA, 2002; JOST, 2006)

Cunha (2000) aponta que o narcotráfico, por exemplo, se constitui enquanto uma possibilidade de inserção do jovem, tanto social quanto econômica. Segundo o autor esta atividade representa uma alternativa

para aqueles jovens que não possuem condições de inserção formal no mercado de trabalho. Nestes casos, o tráfico se configura a melhor ou única opção laboral para os jovens.

Retomando os motivos apresentados ao longo da narrativa percebe-se que em um primeiro momento, a vontade de ter coisas, objetos, aliada à ausência de possibilidades de inserção no mercado de trabalho fez com que Alejandro iniciasse a prática de delitos. Entretanto, logo essa necessidade primeira se converte em outros motivos, como a ambição crescente pelo dinheiro.

Aí achamos que tava pouco. É... A ambição que na vida do crime é demais. Cada vez você tem, cada vez você quer, aí desse roubo fomo fazendo outros atos mais [...] Mais graves. Foi um tempo curto: fazia um hoje, podia fazer outro amanhã, outro depois [...] Um atrás do outro, sempre pra ter dinheiro, né? (Alejandro)

Tal como coloca, essa ambição marca sua permanência no universo de transgressão sociolegal. Neste ponto, Alejandro estabelece uma comparação clara entre a prática delituosa e o trabalho:

É a mesma coisa de quando você trabalha... Nunca pode deixar de trabalhar, né? E aí eu nunca podia parar de roubar. E aí pronto. 155, 155... Com meus dois parceiros partimo pra os pertence maior, carro e moto e foi ino [...]. (Alejandro)

Um breve olhar acerca dos significados atribuídos ao trabalho, ao longo da história da Humanidade, permite compreendê-lo, na contemporaneidade, como um dos integrantes das experiências cotidianas. O trabalho se configura enquanto espaço relacional, contexto de constituição dos sujeitos. Além destes aspectos, compõem também os significados do trabalho, a satisfação e realização pessoal e financeira.

A fala de Alejandro parece estar conectada ao aspecto financeiro do trabalho. Obter uma renda, mesmo que de forma ilegal, e atender às exigências do regime capitalista parece constituir o alicerce para comparar a prática de roubo com qualquer outra atividade laboral. É nesta perspectiva que o jovem se aprofunda, cada vez mais, no universo infracional. Há, na história do jovem, algo como um “plano de carreira”, na qual a evolução nas atividades ilícitas é gradativa. Dos roubos a casas, para o roubo de motos, carros e, depois, as atividades ligadas ao tráfico.

Através da análise das narrativas do jovem, é possível perceber que o mesmo vai, assim, configurando seus comportamentos infracionais de

roubo a partir de necessidades emergenciais que lhe são apresentadas no contexto imediato. Diante delas, ele atua mediado por outras experiências vividas. Afinal,

[...] toda produção de sentidos subjetivos é o resultado da tensão entre os sentidos que aparecem no percurso da ação do sujeito e dos sentidos que antecedem esse momento, a partir das configurações subjetivas implicadas em cada situação concreta dessa ação. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 35)

Da necessidade imediata de dinheiro para uma tentativa de melhoria de vida, eis o que acontece quando da decisão de Alejandro em mudar do roubo para o tráfico. A entrada no tráfico é motivada a partir de uma análise de que esta atividade poderia contribuir para uma melhoria das condições de vida, ao mesmo tempo em que se revela uma atividade caracterizada pela facilidade de execução:

Depois que eu fiquei preso eu tive um tempo pra pensar, foi o tempo que eu parei pra pensar que o que eu tava fazendo não tava dando muito bem esse negócio de roubo e aí falei: 'Vou dar um passo adiante'. Eu achei que era um passo adiante. (Alejandro)

Gramkow (2007), ao analisar os sentidos subjetivos de um jovem com história de transgressão sociolegal, relata que para este o ato era em si uma ação que tinha como motivo o acesso ao consumo. No entanto, nas contradições vividas na transgressão o sentido do transgredir por dinheiro se misturava com outros sentidos como o poder, ou pertencer. Pode-se dizer que para Alejandro se agrega, também, o sentido de qualidade de vida.

O tráfico implicava assim, necessariamente, um passo adiante para melhoria da qualidade de sua vida. Entretanto, na medida em que aprofunda sua participação nesta atividade percebe que esta também se estruturava em torno de muitos riscos. Traficar é exercer uma atividade de risco, assim como roubar. Os riscos residem, principalmente, nas inimizades, tanto com outros traficantes para “ganhar a boca”, quanto com a polícia. Assim, ao referir-se à sua experiência com o tráfico, ele diz:

E aí sabia que não ia dar certo e ficava com medo deles tentar fazer alguma coisa com minha família que nessa vida que a gente anda não dá pra confiar em ninguém [ou ainda:] [...] muitos inimigos tem, certo? Você tem sempre que andar esperto senão você morre... [e] A gente conseguiu tomar o ponto, mas sempre entrava em guerra novamente [...] Pouco tempo, muita guerra novamente. (Alejandro)

Cabe pontuar que o jovem, apesar de elaborar tais significações acerca do tráfico, permanece nesta atividade até sua última apreensão pela polícia. Aqui é possível, se não falar de uma hierarquia de sentidos, afirmar que entre as agruras vividas no tráfico e as motivações subjacentes a estas práticas, houve a supremacia do último aspecto. Entretanto, cabe também fazer menção à carga simbólica que a representação do traficante comporta na história de Alejandro: alguém é temido pela polícia e sociedade, de modo geral, e amado e respeitado pela comunidade a qual pertence.

Quando narra sua história, Alejandro apresenta além dos motivos para a prática infracional, motivos para interrupção desta. Contudo, alguns destes, paradoxalmente, se transformam, posteriormente, em motivos para a continuidade. Esta característica representa a dinamicidade com a qual os motivos são configurados e reconfigurados subjetivamente. Percebe-se que o jovem se utiliza desses elementos para elaborar teorias e tomar decisões que, por sua vez, constituirão experiências que conformam sua subjetividade.

Neste ponto, cabe abordar o que anteriormente foi denominado como motivos abstratos, apresentados por Alejandro, para a prática delituosa. Nesta perspectiva podem-se destacar: o sentimento diante da morte da primeira filha, o caráter inevitável da continuidade no universo de transgressão e a ausência do medo aliada à facilidade em sair da cadeia.

O nascimento da filha se constitui motivo para a interrupção das práticas infracionais, enquanto que a morte dela, logo após o nascimento, implica um impulso para continuidade no universo das infrações. O falecimento é apontado por Alejandro como algo que o desobriga a conduzir uma vida dentro dos parâmetros da legalidade, apesar de sinalizar a ausência de um sentimento de paternidade pautado no afeto.

A constituição de uma subjetividade não infratora se revela apenas diante da referencialidade de outros sujeitos. Assim, mesmo que o falecimento não tenha causado um “drama”, como aparece em sua narrativa, a impossibilidade de existência de sua filha aparece como elemento suficiente para fazê-lo retornar às atividades ilícitas.

Aí ela [a mãe de sua filha] ligou pra mim, retada, nervosa, chorando demais, falou que minha filha tinha morrido... Eu não cheguei a sentir assim totalmente um drama assim porque você sente mais o drama quando convive com a pessoa e eu não tive aquela convivência... Não tive muito aquela convivência com ela por isso eu acho que não deu pra sentir assim muita coisa, mas eu senti a perda

dela, né? Já tava tudo certo, tudo preparado, aí eu acho que falei: 'Não. Minha filha morreu, tal, vou voltar de novo'. Aí tornei voltar de novo. Recebi um convite pra voltar pra vida do crime de novo e aí acabei voltando de novo... Continuei na vida do crime de novo. (Alejandro)

A morte encerra a possibilidade de Alejandro exercer outro papel que não o de adolescente infrator – o de pai. Papéis que aparecem, na perspectiva do jovem, como incompatíveis. A emergência da paternidade indica a abertura para outra forma de estar no mundo, negada com o falecimento de sua filha.

É também para exercer a paternidade, agora pela segunda vez, livre das perseguições da polícia que o jovem decide deixar a Bahia e residir em Minas Gerais. Mudar-se implicava, também, mudar condutas e redefinir sua existência. No entanto, mais uma vez, Alejandro retoma práticas ilegais, marcadas pela participação no tráfico de drogas.

As motivações que perpassam a participação de Alejandro no tráfico, em Minas Gerais, não ficam claras em sua narrativa. Entretanto, a forma como coloca ao narrar sua história, conduz a uma hipótese de que, para Alejandro, há uma espécie de determinação para a continuidade no crime, *“não teve jeito. Tornei entrar na vida do crime lá”*.

Em Minas Gerais, a realidade que se descortina para o jovem na experiência infracional é avaliada por ele como mais perigosa. Na busca pelo domínio da “boca” relata ter adquirido muitos inimigos, o que implicou viver sob constantes ameaças, contra si e sua família.

É o momento no qual, diante de tantas ameaças, ele retorna para sua cidade natal e nesta, continua a traficar. É possível afirmar que as motivações para o tráfico em Minas Gerais foram as mesmas que o levaram a traficar em sua cidade? González Rey (2004, p.127) ao discutir a subjetividade em uma perspectiva dialética afirma que:

[...] a motivação não é específica de uma atividade, é uma motivação do sujeito, uma configuração única de sentido que participa da produção de sentido de uma atividade concreta, mas que não é alheia aos outros sentidos produzidos de forma simultânea em outras esferas da vida do sujeito.

Assim sendo, levantar a possível existência de outras motivações, mas que estas também foram atravessadas e, portanto, constituídas pelo fluxo de outras motivações presentes na história que antecedeu sua ida a Minas Gerais.

Faz-se necessário considerar, também, que ao longo de sua narrativa o jovem inclui como motivos para a prática infracional a preservação de sua vida e de seus familiares. Este aspecto está intimamente ligado ao “caráter inevitável da vida do crime”. Assim, a “vida do crime” aparece dotada de uma circularidade na qual a prática de um delito encaminha a outro, numa sequência contínua que só é interrompida quando o adolescente é apreendido.

Outro aspecto relevante para a compreensão dos motivos apresentados por Alejandro é a relação que estabelece com os parceiros de transgressão. A literatura (COSTA, 2007; JOST, 2006; PEREIRA, 2002) apresenta a influência do grupo de pares como um dos fatores motivadores para a prática infracional. Apesar de Alejandro não abordar essa influência, de modo direto, em seu discurso, não é possível deixar de sinalizar a constante presença dos parceiros em sua narrativa de transgressões. Mesmo que sua participação seja sempre ativa nos processos de elaboração e execução dos atos, não há em seu relato um único momento no qual a atividade infracional tenha sido realizada apenas por ele. Já na primeira infração, ele relata: *“eu mais dois colegas... Os dois ficou do lado de fora e eu entrei sozinho pra dentro da casa, peguei alguns pertences que tinha lá dentro e levei”* (Alejandro)

De modo similar, a presença do outro aparece quando narra os roubos de carros, o tráfico, os assaltos, as fugas da instituição. Em um dos momentos que se refere à sua atuação no tráfico de drogas, ele diz:

Nisso daí fui preso... numa noite de quarta-feira, traficando. Fui pego com a droga, fui preso. Aí tava eu e outro parceiro, me assumi, já tava foragido daqui e sabia que eu ia ficar preso. Peguei, assumi, falei que tudo era meu e, realmente, tudo era meu. Fiquei preso e ele foi embora, tal. (Alejandro)

Para além dessa participação conjunta, há na narrativa de Alejandro um momento relevante no qual, após uma das tentativas de interrupção com as práticas infracionais, ele recebe o convite de antigos colegas para retornar à “vida do crime”. Assim ele elabora esse momento: *“[...] recebi um convite pra voltar pra vida do crime de novo e aí acabei voltando de novo [...] Continuei na vida do crime de novo”*. Ele, também, afirma:

Colegas, companheiros mesmo que eu já tinha dado um tempo. Já tinha dito que ia dar um tempo. Aí falei com eles, tudo certo, tranquilo... quando quisesse voltar as porta ia tá sempre aberta. Fácil para entrar, difícil pra sair... Aí depois de um tempo eles acabou me chamando, os próprio colega. (Alejandro)

Há, sem dúvida alguma, uma parceria que se estabelece no universo infracional entre aqueles que praticam atos em conjunto ou que defendem certos posicionamentos diante da “vida do crime”. Essa parceria, como emerge ao longo da narrativa de Alejandro, não é construída baseada na confiança entre os indivíduos; mas sim, em uma cumplicidade atravessada pela necessidade de legitimação e reconhecimento enquanto um sujeito que anda “reto pelo crime”.

Silva (2003), ao trabalhar a (des)continuidade da prática infracional, afirma que sair do universo infracional implica, dentre outros aspectos, romper com a relação entre pares. Esta seria uma das dificuldades encontradas pelos sujeitos na busca da descontinuidade, interrupção das práticas infracionais. A história de Alejandro permite compreender tal processo à medida que a saída parcial do universo de transgressão precisa ser referendada pelo grupo. Só assim, é possível uma saída “tranquila” e a garantia de acolhimento em caso de retorno.

Outro item enquadrado na categoria de motivos abstratos é a ausência do medo. Ao longo de sua história, Alejandro não demonstra sentir medo das possíveis punições, sanções ou consequências legais de praticar infrações. Em um dos momentos nos quais narra uma das apreensões realizadas pela polícia, ele afirma: *“você fica com medo quando tá preso. Depois que bota o pé na rua não tem medo mais”* (Alejandro)

Para ele, o medo se apresenta como algo que é temporário e exclusivo dos momentos nos quais se encontrou preso. A saída da “cadeia” de sua cidade, as fugas da instituição e a liberdade propiciada por estes momentos fazem com que o medo desapareça e a ausência deste pode ser sinalizada como uma motivação para a prática delituosa.

A compreensão da história de Alejandro permite visualizar a polaridade ausência/presença do medo na constituição da subjetividade no universo infracional. Enquanto a ausência do medo constitui motivo para a prática de atos infracionais, a presença remete o jovem à busca de posicionamentos diferenciados em sua vida.

Em seu relato, o medo emerge quando pensa na possibilidade de que os inimigos, principalmente do tráfico, pudessem machucar sua família. Esse medo faz Alejandro recuar de algumas ações como, por exemplo, abandonar o tráfico em Minas Gerais e retornar para o interior da Bahia, mas não é suficiente para promover uma interrupção, de fato, das práticas infracionais.

Percebe-se na história do jovem que se a entrada no universo de transgressão sociolegal deu-se pelos motivos já relatados, a sua permanência e a prática de outros atos infracionais foi motivada por elementos decorrentes do envolvimento com atividades ilícitas. Ou seja, a forma como Alejandro narra sua história indica que o jovem permaneceu circunscrito em um universo no qual, muitas vezes, o cometimento de novas infrações assegurou a manutenção de sua vida, principalmente a partir de sua inserção no tráfico de drogas.

Algumas considerações finais

Acredita-se não ser possível estabelecer relações lineares e deterministas entre os possíveis elementos apresentados na narrativa do jovem e o cometimento de infrações. Ou seja, diante da complexidade do fenômeno e das múltiplas possibilidades de organização subjetiva dos indivíduos, seria leviano apontar uma causa exclusiva capaz de motivar a prática infracional.

Além disso, cabe pontuar, também, que diante da perspectiva histórico-cultural, a prática do ato infracional não pode ser concebida como estando circunscrita no campo dos determinantes biológicos. Não se trata, portanto, de apelar ao inatismo e à conseqüente patologização da ação delituosa. Ao contrário, as reflexões sobre a entrada e permanência no universo de transgressão sociolegal devem ser referenciadas no campo das relações sócio-históricas e culturais nas quais os sujeitos se constituem de forma dialética, ativa.

Não há, portanto, a concepção de que o sujeito que infraciona é passivo e determinado por fatores inatos no desenvolvimento de suas práticas. Ele se constrói nas relações sociais. Logo, suas motivações derivam da dinâmica dialógica e relacional capaz de engendrar elementos constituintes dos sentidos produzidos por cada sujeito. Para González Rey (2004) a categoria do sentido subjetivo se associa a um conjunto de experiências tanto objetivas quanto subjetivas e que se integram na constituição dos sentidos. Entretanto, o autor adverte que estes sentidos não podem ser tomados como um reflexo direto de tais experiências.

Pode-se perceber que na construção subjetiva sobre os motivos que poderiam tê-lo encaminhado ao universo infracional, o jovem vai tecendo hipóteses e elaborando teorias sobre como deveria se comportar ou quais

decisões foram necessárias ser tomadas diante dos desafios impostos pela vida.

Referências

- AGUIAR, W. M. J. Consciência e Atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (Org.). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun.2006.
- BOMBARDI, V. M. *A rebelião do dia-a-dia: uma leitura sobre adolescentes autores de atos infracionais*. 2008. 341 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>.
- BRITO, L. M. T. Avaliação dos adolescentes pelas equipes que atuam no sistema socioeducativo. In: BRITO, L. M. T. (Org.). *Jovens em conflito com a lei: a contribuição da Universidade ao sistema socioeducativo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. p. 115-126.
- CAMPOS, F. S. Adolescentes infratores acautelados: Uma caricatura dos sistemas penitenciários. In: ZAMORA, M. H. (Org.). *Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p.113-124.
- COSTA, C. R. B. S. F. *Contexto sócio-educativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas*. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.
- COSTA, C. R. B. S. F. É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto sócio-educativo. *Estudos e pesquisa em psicologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 79-95, jan. 2005.
- CUNHA, J. R. F. A lanterna de Diógenes: considerações sobre a justiça na injustiça. In: BRITO, L. M. T. *Jovens em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p. 49-62.
- GÓES, M. C. R.; CRUZ, M. N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. *Pro-Posições*, Campinas, v. 17, n. 2 (50), p.31- 45, maio/ago. 2006.

- GONÇALVES, M. G. M. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (Org.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 86-104.
- GONZÁLEZ REY, F. *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- GONZÁLEZ REY, F. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- GONZÁLEZ REY, F. *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.
- GRAMKOW, G. *Os sentidos subjetivos de um jovem com história de transgressão sociolegal na contemporaneidade*. 2007. 215f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GUARESCHI, Neuza M. de F. et al. Discussões sobre violência: trabalhando a Produção de Sentidos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19 n. 1, p. 122-130, 2006.
- HAGUETE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 90-113.
- JOST, M. C. *Por trás da máscara de ferro: as motivações do adolescente em conflito com a lei*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- MAGALHÃES, C. A. T. *O crime segundo o criminoso: relatos sobre a experiência de sujeição criminal*. 2006. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MARTINEZ, A. M. A teoria da subjetividade de González Rey: Uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. In: GONZÁLEZ REY, F.(Org.). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005. p.1-25.
- MESQUITA, G. R. *Significados de infância para professores do ensino fundamental*. 2005.144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vigotsky*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- NAMURA, M. R. Por que Vygotski se centra no sentido: uma breve incursão pela história do sentido na psicologia. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n.19, p. 91-117, jul./dez. 2004.

- PEREIRA, F. R. P. *Jovens em conflito com a lei: a violência na vida cotidiana*. 2002. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SALES, M. A. (In) *visibilidade perversa: Adolescentes infratores como metáfora da violência*. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas](#), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SILVA, A. P. S. (Des) *continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo: IBCCRIM, 2003.
- SILVA, J. O. da. *Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade*. 2009. 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: VELHO, G. (Org.). *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 11-28.
- VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VOLPI, M. *Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ZAMORA, M. H. A lógica, os embates e o segredo: uma experiência de curso de capacitação com educadores. In: ZAMORA, M. H. (Org.). *Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p. 35-62.

CAPÍTULO 7

Violência intencional entre parceiros íntimos no contexto baiano

Ceci Vilar Noronha
Suzana Dourado

Introdução

Este estudo centra-se na complexa questão da violência contra as mulheres em suas distintas manifestações e efeitos sobre vidas individuais e a coletividade, bem como revê hipóteses explicativas sobre o debate acadêmico e político, contribuindo com uma reflexão acerca deste fenômeno no que se refere ao espaço social baiano. Espaço este dividido, como o restante do país, entre avanços no plano socioeconômico e cultural e arcaísmos no que tange aos papéis e representações do feminino.

O ponto de partida é que as violências contra as mulheres, longe de declinar configura-se como uma desvantagem persistente, conformando uma linha de incremento contínuo, em que pese a politização desta questão pelo movimento feminista, que tem como consequência a extensão e o endurecimento das leis e normas jurídicas aplicadas aos acusados.

No Brasil contemporâneo há, sem dúvida, um padrão de morte diverso conforme o gênero: as mulheres são assassinadas preferentemente em sua própria residência tendo como principal autor o marido, ex-marido, namorado ou ex-namorado; os homens apresentam maior envolvimento com a delinquência e encontram fim trágico em meio a conflitos armados entre parceiros do crime ou nas ações de repressão empreendidas por policiais.

Em seu cotidiano no âmbito doméstico, as mulheres se defrontam com eventos de violência repetitivos, pois vítima e agressor partilham de um círculo de relacionamento próximo, preservado pelas novas noções de intimidade, que em muito favorece a ocorrência de uma superposição de atos de violência (física, moral, patrimonial, psicológica e sexual). Muitos destes atos agressivos permanecem despercebidos ou silenciados por anos até emergir como uma denúncia. Quando isso ocorre, apesar da fácil identificação dos autores dos delitos na esfera doméstica é, reconhecidamente, baixo o nível de eficácia das investigações policiais e muitos acusados, na prática, não são punidos.

Ainda vale assinalar que as violações sexuais constituem experiências que vitimam o gênero feminino de modo desproporcional na infância e na adolescência, mantendo o padrão de ter como agressores parentes adultos, do sexo masculino, motivados por razões afetivo-sexuais e culturais. Quando adultas e inseridas no mercado de trabalho, as mulheres se tornam vítimas frequentes de assédio sexual, completando um quadro de revitimização, em que as tentativas de controle masculino sobre o exercício da sexualidade feminina ficam evidenciadas.

Com a modernidade e o processo de globalização novas configurações do patriarcado assumem proeminência e recriam outras formas de utilização do recurso da violência sobre o corpo das mulheres, como atos ou ameaças, a fim de mantê-las submissas e, ao mesmo tempo, recompor os privilégios do masculino. (FEMINIAS; ROSSI, 2009)

Lesões corporais ou violência física não letal

Em relação às lesões corporais, as fontes de informações disponíveis são as Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher (DEAM), mas considerando o vasto território da Bahia, não há estrutura especializada para as mulheres em situação de violência em 403 municípios. No momento, há 15 DEAM em funcionamento na Bahia situadas em 14 municipalidades dentre as mais populosas, a saber: Salvador; Alagoinhas, Candeias, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro, Feira de Santana, Camaçari, Teixeira de Freitas, Paulo Afonso, Barreiras e Jequié. A distribuição desigual das unidades policiais especializadas no atendimento às mulheres dentro do extenso território baiano fica demonstrada na Figura 1:

Figura 1 – Distribuição territorial das DEAM na Bahia em 2012



Extraído de: <<http://www.ctn.org.br/estados/estados/BA/>> Adaptado pelas autoras.

Por conseguinte, o quadro que se irá delinear aqui é aproximativo, pois parte dos atos de violência que se destina a conter e disciplinar os corpos femininos estão dispersos em delegacias não especializadas.

De 1986 ao ano 2000, foram registrados 125.677 boletins de ocorrência na delegacia especializada de Salvador, sendo que, no período considerado, o número de infrações contra as mulheres chegou ao patamar de aproximadamente 10.000 ao ano. (FRANCO, 2002)

Em período mais recente, compreendendo aos anos 2004-2011, na primeira delegacia especializada no atendimento à mulher do estado da Bahia, situada no bairro de Brotas, em Salvador, encontrou-se 67.131 registros, o que resulta em uma média de 8.391 ocorrências ao ano, como pode ser observado no Quadro 1. (BAHIA, 2012)

Quadro 1 – Registros de ocorrências na DEAM – Brotas de 2004 a 2011

Ocorrências policiais	Ano de registro								Total	Média anual
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011		
	8481	8583	8982	8875	8261	8581	8016	7352		

Fonte: DEAM – Brotas.

Quanto à tipificação dos registros (Quadro 2), os dados mostram constância de algumas ocorrências e mudança de tendência em outras ao longo do tempo, com uma alta frequência de ameaças de morte ou de espancamento (35,5%) e de lesões corporais (29,6%). Por outro lado, nesse mesmo período, as “vias de fato” (agressões físicas sem ofensa à integridade do corpo da vítima) que se constituíam no delito mais frequente em 2004 sofreram uma redução expressiva de 73% na sua ocorrência, ocupando, em 2011, a terceira posição dentre os atos delituosos denunciados nessa DEAM. (BAHIA, 2012)

Quadro 2 – Tipificação e frequência dos registros na DEAM – Brotas de 2004 a 2011

Tipo de ocorrências	Ano de registro								Total	% do total registros*	Média anual
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011			
Estupro	44	50	36	43	45	35	29	32	314	0,5	39
Agressão moral	364	418	536	520	446	450	372	309	3.415	5	427
Ameaça	2.422	2.530	2.983	3.029	2.970	3.385	3.490	3.018	23.827	35,5	2.978
Lesão corporal	2.133	2.313	2.137	2.436	2.722	3.052	2.654	2.404	19.851	29,6	2.481
Vias de fato	3.345	3.107	2.986	2.595	1.798	1.188	992	901	16.912	25,2	2.114

Fonte: DEAM – Brotas.

* Só foram disponibilizadas informações referentes às principais ocorrências e não à sua totalidade, por esta razão a proporcionalidade não atinge 100%.

Na cidade de Salvador, de 2009 a 2011, tem-se 32.236 registros somando-se as denúncias registradas na DEAM/Brotas e na DEAM/Periperi,¹ o que gera uma média de 29 queixas ao dia. Ao ano continua a haver mais de 10 mil registros, em que pese os eventos delituosos contra as mulheres não estarem todos concentrados nas delegacias especializadas e implementadas para este fim.

Considerando a região metropolitana de Salvador, em que quatro delegacias funcionam em três municípios (Salvador, Camaçari e Candeias) atingimos 12.060 denúncias de infração no ano de 2010. Relativizando

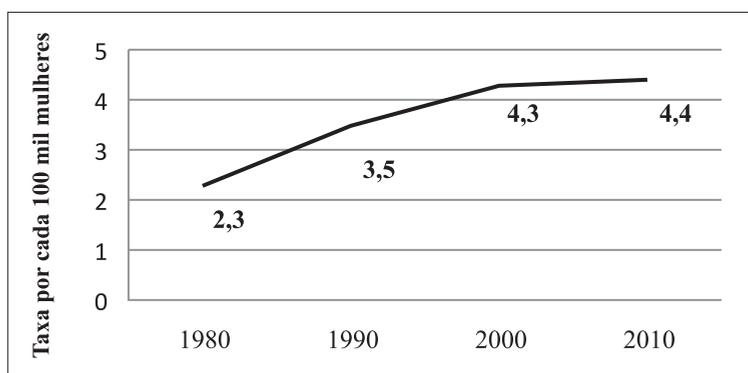
¹ A DEAM de Periperi foi criada em 2008, mas não contamos com registros para todos os meses deste ano, pois a soma ficou em 548 ocorrências. No entanto, quando ela começou a funcionar plenamente seus registros estatísticos subiram para mais de 2.500 em 2009, 2010 e 2011.

esse total de denúncias pela população feminina adulta, tem-se uma taxa de denúncia de 9,96 por 1.000 mulheres na Região Metropolitana, e em Candeias, a mais alta, chegando a 15/1.000 mulheres. No município de Salvador, a taxa foi de 11,5 por 1.000 mulheres adultas e em Camaçari 11 por 1.000.

Mortes violentas de mulheres

Considerando o período de 1980 a 2010, a taxa de homicídios femininos no país cresceu, passando de 2,3/100.000 mulheres para 4,4/100.000 (Figura 2) e a Bahia figura com um valor acima da medida nacional, sendo classificado como o 8º estado em número proporcional de mortes.

Figura 2 – Taxa de homicídios de mulheres no Brasil - 1980 a 2010 por cada 100 mil mulheres



Fonte: Waiselfisz (2012)

Em 2010, ocorreram na Bahia 399 mortes violentas de mulheres e a taxa atinge 5,6/100.000. Em Salvador encontrou-se a mesma taxa calculada para o estado (5,6/100.000 mulheres) e dentre as capitais ela ocupa a 16ª posição. Esses resultados indicam que, proporcionalmente ao tamanho da população feminina, as capitais brasileiras em que ocorre mais violência letal contra mulheres são aquelas da região Norte, sobretudo em Porto Velho, Rio Branco, Manaus e Boa Vista em que essa mesma taxa encontra-se acima de 10 mortes por 100.000 mulheres. (WAISELFISZ, 2012)

Comparativamente a outros países, o Brasil figura em 6º lugar entre aqueles em que há taxas mais elevadas de homicídios femininos

(4,4/100.000 mulheres), e todos os que estão acima são Estados-nação com problemas de desenvolvimento socioeconômico ou que não vivenciam, ou vivenciaram em passado recente, situações de guerra ou guerrilha como El Salvador, Guatemala e Colômbia. (WAISELFISZ, 2012)

Também impressiona no Brasil, com relação à taxa em tela, que mais da metade das mulheres sejam mortas por arma de fogo, embora ainda seja expressiva a proporção daquelas que vão a óbito por outros meios mais “domésticos” ou simplesmente pela superioridade de força física do agressor face à vítima, em eventos como estrangulamento e sufocação.

Em pesquisa realizada na DEAM de Salvador, selecionando dois meses dos anos de 1987, 1992 e 1997 foram registrados 2139 delitos, dentre estes o instrumento utilizado para agredir mulheres foi uma arma de fogo, em 1,5% dos registros. (AQUINO, 2006)

Casos concretos divulgados nas mídias digitais e tradicionais também constituem material empírico que pode ajudar a trazer ao debate público homicídios executados no seio familiar e com uso de extrema violência.

A esse propósito em 2012, um assassinato ocorrido em 2010 voltou à tona em razão da liberação provisória do acusado (64 anos), um comerciante, conhecido como “Rei das Bermudas”, autor confesso do homicídio da sua companheira, em momento de suspeita em relação à sua fidelidade conjugal. O crime vem sendo largamente noticiado justamente pela crueldade com que a jovem mulher (28 anos) foi executada. (CIRINO, 2012b) O algoz usou uma faca, manteve o corpo escondido e depois esquartejou, escondendo-o em sacos plásticos. O cadáver foi descartado à margem de uma estrada em outro município.

Para despistar, o autor do delito compareceu à delegacia para prestar queixa de que a mulher havia abandonado o lar e a filha adotiva. Segundo declarações dadas à imprensa, a delegada desconfiou da veracidade do relato porque sabia das crises de ciúmes que o casal já protagonizara e visitou a residência. Nesta visita foi possível identificar sinais de luta corporal e o acusador virou acusado.

Nas mídias digitais, esse assassinato foi noticiado com a difusão de fotos da vítima já desconfigurada e com espaço para comentários dos leitores, os quais qualificaram o assassino de monstro e clamaram pela pena de morte como a única forma cabível de punição.

Esta morte violenta provocou comoção sendo publicizada nas mídias alternativas da capital e, sobretudo, no interior da Bahia justamente por envolver ingredientes populares como um par amoroso formado por um homem mais velho e uma mulher mais jovem. Ele com certa projeção social, um comerciante, e o modo cruel como ele agiu matando-a com as próprias mãos, frente a suspeita de infidelidade. Um corpo morto é algo amorfo e passivo, portanto, dominado.

Em oposição à soltura do acusado também se publicou o protesto do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Alagoinhas, local de residência do casal e onde o assassinato foi cometido. As autoras da nota repudiam, em nome de todas as mulheres da municipalidade, a decisão do juiz. Afirmam no documento que o crime em tela chocou o país na época por sua crueldade e frieza e que foram também libertados outros autores de crimes contra mulheres, seja por acusações de agressão ou estupro. Na conclusão, a nota sinaliza para o mau funcionamento do judiciário local.

Fatos sociais como este parecem sinalizar que por mais que se registrem mudanças culturais, mulheres ingressem no mercado de trabalho e expanda-se o sistema educacional, os “velhos” crimes passionais, continuam a figurar em destaque nas estatísticas relativas às mortes femininas. Ademais, os casos singulares não esgotam seus significados em si mesmos, uma vez que eles reatam no plano simbólico os laços entre um homem particular em crise, com suas inseguranças, ao coletivo de homens enquanto pólo dominante.

Ressalte-se que muitos casos concretos nos quais esposas ou companheiras são assassinadas, suas mortes são precedidas de agressões físicas por parte do parceiro íntimo durante um período da convivência a dois. Em abril de 2011, foi noticiada a prisão de um policial civil (40 anos) que matou sua esposa e, inicialmente, simulou que houve um acidente de automóvel. A declaração da mãe da vítima, no entanto, fez emergir a situação de violência conjugal entre ambos. Ela afirmou que sua filha (29 anos) apanhava do marido. O casamento durou 13 anos e eles tiveram dois filhos. O acusado foi descrito pela sogra como alguém dissimulado, pois declarava à família que ele era quem mais sentia falta dela, havia comparecido ao túmulo no dia de Finados, foi à missa de sétimo dia, ou seja, agia com naturalidade. E, no entanto, ele estava sob suspeita da polícia. O motivo para ter assassinado a companheira foi um desentendimento

entre ambos. Valendo-se de suas prerrogativas profissionais ele a algemou e maltratou, antes de matar.

O ciclo da “lua de mel” vivido por muitos casais é composto de fases em que passam dos conflitos à reconciliação – com troca de presentes e reafirmações de amor. Em seguida, reabrem-se novos conflitos e a isto se segue outra fase de “lua de mel”. No entanto, há uma escalada de conflitos em proporções mais graves até chegar a um desfecho fatal, caso ela não rompa com este ciclo que, em geral, pode durar muitos anos.

Amor bandido e morte precoce

No Brasil e também no contexto baiano, entre os anos 1990 a 2010, vem se entrelaçando, de modo particular e complexo, dois tipos de violência estudados e enfrentados como fenômenos distintos até então: a violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo e a criminalidade urbana. Essa trama de violências – uma típica da esfera da vida privada e a outra proveniente do mundo da rua – passou a se fundir nas histórias concretas de mulheres que vivenciam situações de violência doméstica.

Simultaneamente na imprensa, na música, no cinema e na literatura começou a ser veiculada a atração e o encantamento que certas lideranças do tráfico de drogas da periferia exercem sobre adolescentes de classes médias.² No Rio de Janeiro, os bailes *funks* se popularizaram como espaços que favorecem estes encontros e também estão abertos ao consumo de cocaína, dentre outras possibilidades. Em Salvador, a polícia já reprimiu várias celebrações que ficaram conhecidas na imprensa como “festas do pó”. Nestas ocasiões grandes quantidades de cocaína são distribuídas entre os convidados de ambos os sexos, jovens majoritariamente, apaixonados por música e dança, bem como interessados em estabelecer relações afetivo-sexuais.

As coreografias e as letras de axé e pagode produzidas na Bahia têm seguido uma linha de desvalorização do feminino, caricaturando mediante expressões chulas e vulgares as relações macho-fêmeas. Tais produções

² A esse propósito, as músicas brasileiras desde meados do século XX vêm popularizando a imagem sofredora da “mulher de malandro”, aquela que suporta as irresponsabilidades do marido que dá lugar à crônica falta de recursos para alimentação da família e suas múltiplas traições amorosas. Posteriormente, na literatura e no cinema (a exemplo da película *Salve Geral*) retratam-se relações amorosas de mulheres das camadas médias e formação universitária com bandidos famosos, como “Marcinho VP” (BARCELLOS, 2003) ou “Marcola”.

musicais, inclusive já foram objeto de ato legislativo, aprovado em 2012 pelos deputados estaduais, e que se tornou conhecida como “Lei Antibai-xaria”.

O caso mais emblemático e que teve um desfecho trágico foi o protagonizado por Kelly Sales Silva, assassinada aos 23 anos, no sexto mês de gestação, em circunstâncias ainda não esclarecidas no sistema de justiça,³ mas que levaram os policiais a formular, primeiro, suspeitas de crime passionai ou de crime de vingança motivada pela disputa de pontos de tráfico de drogas. Kelly obteve fama ao se tornar namorada de traficantes com atuações na Grande Salvador. Aos 17 anos se apaixonou pelo traficante Sidnei Ferreira, morto pela polícia em um assalto a transporte coletivo; em seguida, se envolveu com outro delinqente também morto ainda jovem em uma briga. Desta forma, sua breve biografia comportou várias separações trágicas a começar pelo primeiro namorado de quem engravidou. Este se suicidou aos 17 anos, quando ela não mais quis manter o relacionamento com ele. Kelly tinha na ocasião 16 anos e, segundo seus familiares, também teve ideias suicidas. Ao namorar um rapaz membro de uma banda musical tornou-se conhecida como “Kelly Doçura”.

Foi apresentada ao grande público, aos 21 anos, ao ser presa em uma “festa do pó”, com foto estampada em jornais. A imprensa a batizou como “Dama do Pó” por sua associação amorosa com traficante e também creditando a ela um papel atuante na venda da cocaína. A partir de então, tornou-se celebridade, posou com arma em punho e divulgou as fotografias no mundo virtual. Por decisão própria, sua vida amorosa passou a ser gravada à pele sob a forma de tatuagens, algo bem peculiar ao universo jovem nos primórdios do século XXI. Aos 23 anos, seu corpo comportava 20 diferentes representações, compreendendo desde nomes de namorados, a gravuras *pop* como o coelho, signo da grife *Playboy*, *Chucky*, um dragão e a expressão que, na aceção dela própria, definia sua existência: “Vida Loka”.

Sua morte emocionou moradores das áreas periféricas, pois a garota tornou-se um ícone de sucesso por usar roupas de marca, o que lhe valeu o pseudônimo “Kelly Cyclone”. Seu perfil no Orkut era repleto de fotos

3 Em 20/12/2011 foi noticiado que o inquérito policial da morte de Kelly estava concluído e os acusados eram dois traficantes, irmãos, e a motivação do crime estava relacionada ao fato de que Kelly tinha iniciado uma relação amorosa com um rapaz também traficante de drogas, filho de um policial civil e membro de uma quadrilha rival a do traficante Tony, de que era ou foi namorado da vítima. Os supostos assassinos faziam parte da gangue de Tony.

sensuais, registros de participações em show de pagode e declarações que a faziam um exemplo das novas personalidades jovens, cuja trajetória comporta transgressões. Para a família, a garota tímida passou por uma verdadeira metamorfose ao namorar rapazes envolvidos com música e com o mundo do crime.

A superexposição da vida de Kelly também se verificou em relação à sua morte precoce e trágica, pois fotos do seu corpo no Instituto Médico Legal foram exploradas na internet. Seu túmulo virou local de visitação dos seus fãs, uma vez que ela se tornou admirada por pertencer ao gueto e ter se projetado como uma celebridade midiática.

Generalizando uma peculiaridade do assassinato de Kelly, é possível afirmar que as garotas que se envolvem com delinquentes sabem que na ausência destes, elas próprias serão alvo de traficantes rivais. Por conseguinte, a vulnerabilidade para elas é máxima, porque se o parceiro for violento nas relações íntimas, elas temerão denunciá-lo por este motivo, uma vez que ele já pode estar sob investigação por conta das atividades ilegais. Ademais, iriam expor o companheiro à polícia e isso, seja por quaisquer razões, pode ser interpretado, por outros membros da facção, como uma delação do grupo criminoso. Por outro lado, o fato de elas terem se aproximado da criminalidade acabará resvalando sobre si, pois se o parceiro for preso, por vezes, elas estarão implicadas – terão que assumir encargos arriscados para manter o empreendimento dele. Caso ele seja morto por parte de rivais ou da polícia, o que é algo de certo modo esperado, elas também poderão ser vitimadas. Deste modo, o “destino” parece reservar-lhes uma vida breve e, por isso mesmo, os jovens envolvidos em carreiras criminais, sabendo-se vulneráveis, buscam o êxtase em tudo, ou seja, a vida é vivida em intensidade máxima.

Nexos entre a “velha” violência doméstica e a criminalidade de rua em suas diferentes modalidades já foram encontrados em trabalhos acadêmicos. Gomes (2009) entrevistando mulheres em situação de violência, residentes em Salvador, destacou depoimentos em que elas temem separar-se do marido agressor pelo fato de ele ser delinquente. O temor destas mulheres advém de saber que seu respectivo marido tem acesso fácil a armas de fogo e, como vive à margem das leis, em situações de conflito de foro íntimo, não hesitará em disparar uma arma contra ela.

Paixões adolescentes

Outro tópico em que os crimes passionais noticiados em Salvador chamam a atenção diz respeito ao envolvimento amoroso cada vez mais precoce de adolescentes com namorados ou “ficantes” adultos. Em 2011, veio a público o caso de uma adolescente de 13 anos que convivia maritalmente e seu companheiro a esfaqueou. (CIRINO, 2012a) Ele é pedreiro, 24 anos, descrito como muito ciumento, vinha agredindo-a fisicamente, segundo declarações da mãe dela. Também a mãe da adolescente declarou que tentou impedir a união dos dois, mas a filha insistia no relacionamento e convivia com ele há um ano. Este caso ficou na tentativa de assassinato. A mesma matéria jornalística acrescia a este fato, outro em que uma adolescente de 17 anos também tinha sido esfaqueada pelo companheiro e havia sobrevivido.

Um caso que pode arrolado por sua característica de desproporção de idade entre os cônjuges ocorreu em Feira de Santana, em 2011. Wilton M. S., tinha 45 anos e convivia com uma estudante de Odontologia, de 20 anos. A notícia inicial anunciada na primeira página do jornal *A Tarde* foi que se tratava de um relacionamento de pai e filha. (RODRIGUES, 2011a) No dia seguinte, a delegacia (DEAM) desmentiu e afirmou que se tratava de um casal que convivia há seis anos e que haviam se mudado para residir na cidade de Feira de Santana, sendo originários do estado de Goiás. O casal havia se desentendido, ele, inclusive a expulsou do lar, em função dos ciúmes que sentia da participação da jovem nas atividades universitárias, embora os colegas tivessem relatado que Raissa saia pouco por conta dos ciúmes do pai. Após a tragédia do assassinato dela que se seguiu ao suicídio dele, com a mesma arma de fogo, os familiares da vítima desmentiram a versão primeira. Inclusive, em declaração à delegada, eles afirmaram que foram contra a união de ambos, mas não conseguiram impedir. O suicida declarou em bilhete que deste modo, pós-morte, eles dois ficariam juntos para sempre.

Já vem sendo identificado na literatura que a diferença de idade entre os cônjuges em si é um dos recursos que favorece a eclosão de conflitos. Dias (2004), ao se referir à inconsistência de status entre os cônjuges, alude às situações em que um dos cônjuges dispõe de mais recursos (tais como idade, mais anos de escolaridade, meios financeiros, prestígio ocupacional etc.), o que dá espaço a uma relação de dependência de um cônjuge

em relação a outro e, com isso, uma maior propensão ao uso da violência física na resolução de confrontos abertos entre eles. Esta perspectiva, denominada de teoria dos recursos, pretende apostar que haveria menor patamar de violência conjugal se e quando os dois cônjuges se encontram em condições sociais e trajetórias de vida bem próximas.

Gênero, sexo e família

A discussão da temática da violência contra a mulher está intimamente relacionada aos arranjos familiares, à crise de valores em relação à manutenção de laços conjugais em meio a uma sociedade que se transforma rapidamente justo porque as relações interpessoais estão em fluxos constantes. Mas, se quisermos identificar um elemento constante nas uniões conjugais este traço definidor reside precisamente no fato mais esquecido ou sublimado de que a família é um resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo não há família.

Neste sentido, a família está suspensa entre o sexo e o poder, concentrando em seu grupo muitas ligações entre o biológico e o social. Através de articulações com uma série de outras mudanças, inclusive a denominada família moderna é protegida por um véu de privacidade, o que favorece e acoberta temerosos “segredos”. Contudo, a privacidade da vida familiar está ligada à autoridade societária por meio de direitos e deveres institucionalizados e o Estado pode intervir se houver descumprimento dos mencionados direitos e deveres.

Em relação à sociedade estadunidense, Straus (1999) chama a atenção para os riscos e danos que se estendem às crianças nos lares em que os pais entram em conflitos frequentes. Estas crianças apresentam maior probabilidade de desenvolver comportamentos antissociais, sobretudo, quando ambos os genitores, pai e mãe, agem com agressão entre si. Por sua vez, mulheres/mães que foram espancadas também estão duas vezes mais propensas a bater nos seus filhos/filhas do que aquelas que nunca viveram a violência conjugal. No Brasil, o estudo realizado por D’Oliveira e colaboradores (2009) traz como importante fator de risco para a mulher se constituir em vítima de violência por parceiro íntimo, o fato de ter testemunhado durante a infância agressões à mãe provocadas pelo companheiro. Esta linha de estudos aponta para os efeitos intergeracionais da violência doméstica ou para a teoria da aprendizagem social da violência.

Ou seja, existem normas sociais, valores e modelos comportamentais que incentivam o uso da violência em situações de conflito e um dos lócus desse aprendizado é o lar.

Também é possível pensar no impacto dos crimes passionais sobre a emoção e os sentimentos dos sobreviventes de uma família que vivenciou uma ruptura trágica. Em nosso contexto, essa dimensão pode ser vista em casos concretos. Em 18/04/2011, foi publicado que iria ser julgado um motoboy (32 anos) que assassinou, em 2008, sua ex-companheira (32 anos) por não se conformar com o rompimento da relação amorosa. Ele a foi espreitar na saída de um supermercado e, quando a viu com um colega de trabalho, investiu com uma faca sobre os dois. Ela foi a óbito e o rapaz que a acompanhava sobreviveu. Nesta matéria, a mãe da vítima morta, uma senhora de 54 anos, declarou à imprensa:

Não tenho ódio, mas é muito difícil dizer que vou perdoar. Invejo quem consegue. Só sinto desprezo por ele. Ele não tirou apenas uma vida e nem pensou na filha dele [três anos]. Quando a criança souber o que ocorreu não será mais uma menina normal. Espero que ela não seja revoltada. (EÇA, 2011a, A7)

Então, em circunstâncias nas quais a mãe é assassinada e há crianças em situação de dependência do grupo familiar materno ou paterno, o drama a ser superado parece ser incontestável. Como explicar à criança que seu pai, voluntariamente, tirou a vida da sua mãe? E não faltam situações em que o pai, por excesso de amor ou falta, ofende justamente o filho ou a filha para, deste modo, atingir a companheira.

O foco sobre violência contra a mulher, por conseguinte, pode resvalar para a violência intrafamiliar. Alguns eventos noticiados localmente podem ilustrar modos concretos em que a briga do casal se estende para outros membros da família, principalmente as crianças.

Em 07/11/2011, o jornal *A Tarde*, publicou um caso típico em que a relação conflituosa entre um homem (26 anos) e uma mulher (16 anos) resultou no espancamento de um bebê de sete meses. (DALTRO, 2011b) Como álibi desta agressão, o acusado afirmou que fez isso porque estava com raiva da companheira e enciumado. O título da matéria traz como chamada primeira a expressão “brutalidade” e segue aludindo que o agressor é pai substituto ou padrasto. Ele foi preso e confessou o crime, após afirmar que a criança caiu da cama no que não obteve sucesso. A vítima foi

hospitalizada com três fraturas na face e, provavelmente, o casal deixará de ter vida conjugal. A criança deste caso é do sexo feminino e para ela o perigo mora em casa.

Em outra situação noticiada, um pai foi preso por ter jogado sua filha ao solo, ela com apenas 50 dias de nascida, ele aos 29 anos, separado da mãe da criança se endereçou à casa da sogra para cometer este atentado de morte. A mãe da criança, 18 anos, contou que o acusado não aceitava o fim do relacionamento deles e, desta forma, queria se vingar dela.

Na Grande Salvador, houve um caso em que ele matou não apenas a companheira, mas também a filha do casal de nove meses. (LIMA, 2011a) Em seguida, o autor do crime se mudou para outro município onde tinha parentes e lá ameaçava quem o denunciasse à polícia, o que deu certo por alguns anos, pois os crimes ocorreram em 26 de fevereiro de 2007 e ele foi preso em 2011. O casal vivia na zona rural de São Sebastião do Passé, ele, 35 anos, tentou justificar, ao ser preso, que cometeu o duplo homicídio por ciúmes da mulher e desconfiança de que não seria o pai da criança. Ao matar mãe e filha, ele fez os corpos desaparecerem, jogando-os em uma cisterna e afirmava para os vizinhos e conhecidos que ambas tinham ido embora. Após viver por anos, foragido e ameaçando outras pessoas, parentes o denunciaram e, por isso, foi preso.

Ainda que as mulheres “modernas” em função de serem independentes financeiramente ou partilharem valores culturais voltados à emancipação do *self* não se reconhecerem apenas como mães, a experiência de ter um filho ou uma filha ferido, intencionalmente, por seu companheiro continua a ser uma das experiências mais dolorosas.

Durand e colaboradores (2011), em pesquisa domiciliar, focalizaram os efeitos nefastos da exposição dos filhos à violência dos pais, concluindo que há prejuízos à saúde das crianças de 5 a 12 anos, quando estes presenciam atos de violência. Trata-se de um tipo de violência indireta contra eles, com amplas repercussões na vida adulta. Deste modo, admite-se que testemunhar violências entre os pais incorre em prejuízos ao bem-estar e ao desempenho na escola. Contudo, os casos publicados na mídia apresentam uma dupla implicação emocional dos filhos em relação a: a) presenciarem as brigas entre os pais; b) serem alvos diretos da violência paterna, motivada por sentimentos de vingança contra a mãe-esposa. Outras vezes, eles são sobreviventes de uma família desfeita tragicamente, tornando-se órfãos de mãe e dependentes de outros parentes.

Em situações de disputas entre casais, os bens materiais também são motivos para atentados violentos. A vida a dois necessariamente favorece a acumulação de propriedades comuns, que se o casamento entra em colapso será objeto de disputa direta ou mediada pelo sistema judicial. Neste sentido, um crime ocorreu em 2005 motivado pelo fato de que o noivo era o beneficiário de uma apólice de seguro de vida no valor de R\$ 460 mil. Então, a fim de receber logo sua vantagem pecuniária, o noivo tramou o assassinato da jovem com a ajuda de mais duas pessoas, criando uma situação em que a levou a sair de casa à noite para atender ao chamado da avó em outro bairro, e, assim, ele a atacou mortalmente.

Um mestre de capoeira, 49 anos, ao se desentender com a esposa por ela ter gasto certa quantia de dinheiro dele, ateou fogo à residência de madrugada. (DALTRO, 2011a) A esposa teve queimaduras de 3º grau, sendo hospitalizada, e faleceu no dia seguinte ao incêndio. Após a prisão o mestre, cuja alcunha é King Kong, declarou que se arrependeu do que fez e que tentou salvar a companheira, mas amigos disseram que o capoeirista era violento em casa. (LIMA, 2011b)

Considerações finais

Desde meados do século XX até o presente, mudanças substanciais ocorreram na sociedade brasileira e em seus desdobramentos regionais e locais, ocasionando reposicionamentos nas dinâmicas da violência conjugal.

Iniciando-se com os propósitos civilizatórios nas Américas, a literatura sociológica é pródiga em sua afirmação de que a sexualidade é mais solta e imperativa nos trópicos. A começar por Freyre (2002) e sua longa e prodigiosa narrativa das relações íntimas entre brancos e brancas, brancos e negras e, ademais, o intercurso de brancos e mulatas ou índias. A supremacia masculina era incontestada no Brasil açucareiro e abertamente patriarcal. Com Ribeiro (2006) mais detalhes do tingimento de cor da pele entre os nacionais foi descrito, com destaque para o fato de que as mulheres indígenas, conquistadas à força, eram matrizes e nutrizas da reprodução ampliada da sociedade europeia, do outro lado do Atlântico.

Com DaMatta (1987) chegamos às relações de gênero com estilo urbano e contemporâneo, ao sujeito-homem com dupla moral sexual, uma para a casa e outra para a rua. Mudanças e dualismos à parte, a hierarqui-

zação social por gênero continua latente ou explicitamente presente em cada nuance das relações entre homens e mulheres.

Priore (2011) e Hamburger (1998) traçaram um amplo panorama em que a vida privada e suas transformações estão em foco, sobretudo, no que diz respeito ao relacionamento amoroso, aos costumes e à esfera cultural.

Iniciando com uma saborosa incursão no universo feminino através de séculos, Priore (2011) traça um caminho em que hoje as chamadas “conquistas femininas” se articulam com mudanças de ordem mais gerais, na estrutura produtiva e no plano cultural, nas fronteiras entre o nacional e o estrangeiro, em uma trama que vai interligando e separando os casais.

Por sua vez, Hamburger (1998) analisou o modo como os meios televisivos entraram nos lares nacionais, entre os pobres, ricos e remediados, em todos os rincões e traduziram estilos de vida e comportamentos típicos da zona sul carioca ou paulistana em informações acessíveis a todos, forjando uma comunidade imaginária em que os modelos de masculinidade e feminilidade são constantemente reatualizados em enredos de novelas.

Já se disse que os meios não são apenas meios. Junto às imagens televisivas seguem outras informações e inconformismos com os tradicionais papéis de gênero. Neste sentido, parece constituir uma estratégia própria dos jornalistas chamar a atenção para fatos violentos contra a mulher em datas comemorativas de celebrações como dia das mães, dia dos namorados, data de lançamento de campanhas em prol dos direitos das mulheres (16 dias de combate à violência contra a mulher), talvez para reafirmar para a audiência que os cânones básicos da cultura machista continuam vigentes.

Em termos teóricos, o tema da violência entre parceiros íntimos comporta, na verdade, um olhar sobre o papel ativo que as mulheres jogam nas disputas conjugais. Contudo, quando se trabalha com estatísticas policiais ou com matérias jornalísticas, cujo foco é o agressor, a ideia que predomina é a de que os homens são os principais protagonistas. Se a perspectiva aqui fosse a dos estudos com base populacional em que se indaga ao respondente sobre suas próprias atitudes e as dos seus companheiros/as quando há disputas, as mulheres assumiriam uma posição de desafio e revide de agressões verbais e físicas.

Neste sentido, Straus (1999) sintetiza bem o extenso debate sobre a participação das mulheres como agressoras no âmbito da família, embora reconheça que sobre elas recaem mais agravos físicos e os danos mais seve-

ros. Em nosso contexto não é diferente, os crimes passionais são a principal causa de mortes violentas entre as mulheres e elas mais frequentemente procuram por delegacias especializadas, casa-abrigo e serviços médicos a fim de recuperar a saúde.

Referências

AQUINO, Silvia de. Reflexões sobre a violência contra a mulher denunciada na DDM em Salvador. In: DEBERT, Guita G.; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana G. (Org.). *Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Pagu: Unicamp, 2006. p. 187-205.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil. Departamento de crimes contra a vida. *Estatística anual da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – Brotas*. Salvador, 2012.

BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do Morro D. Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2003. 560 p.

CIRINO, Helga. Pedreiro esfaqueia a companheira de 13 anos. *A Tarde*, Salvador, 16 mar. 2012a. Salvador Região Metropolitana, A8.

CIRINO, Helga. Soltura do Rei das Bermudas indigna moradores. *A Tarde*, Salvador, 10 maio 2012b. Bahia, A8.

COMEÇA júri de homem acusado de matar a noiva em 2005. *A Tarde*, Salvador, 14 jun. 2012.

DALTRO, Euzeni. Casa é queimada após briga entre casal por causa de dinheiro. *A Tarde*, Salvador, 25 dez. 2011a. Bahia. Disponível em: <http://m.A_Tarde.uol.com.br/noticia/index.jsf?id=5794674&canalId=653>. Acesso em: 13 ago. 2012.

DALTRO, Euzeni. Padrasto espanca bebê de 7 meses por ciúme da mulher. *A Tarde*, Salvador, 07 nov. 2011b. Salvador Região Metropolitana, A8.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DIAS, Isabel. *Violência na família: uma abordagem sociológica*. Porto/Portugal: Afrontamento, 2004.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. et al. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Revista Saúde Pública*, v. 43, n. 2, p. 299-310, 2009.

DURAND, Júlia G. et al. Repercussão da exposição à violência por parceiro íntimo no comportamento dos filhos. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 355-64, 2011.

EÇA, João. Motoboy será levado a júri popular por morte da ex-mulher. *A Tarde*, Salvador, 18 abr. 2011a. Salvador Região Metropolitana, A7.

- EÇA, João. Suspeito de matar Kelly diz que viu o assassinato. *A Tarde*, Salvador, 20 jul. 2011b. Salvador Região Metropolitana, A8.
- FEMENIAS, María Luisa; ROSSI, Paula Soza. Poder y violência sobre el cuerpo de las mujeres. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 42-65, 2009.
- FRANCO, Ieda. Mulheres em situação de violência no âmbito conjugal: as denúncias na Delegacia de Proteção a Mulher de Salvador. In: BARBOSA, Regina M. et al. (Org.). *Interfaces gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Unicamp, 2002. p. 349-386.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-1*. São Paulo: Record, 2002.
- GOMES, Nadirlene P. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. 20 09.179 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- HAMBURGER, Esther. Diluindo as fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 439-488. (Coleção História da vida privada no Brasil, v. 4).
- LAURA, Cristina. Preso policial que matou esposa. *A Tarde*, Salvador, 10 maio 2011. Bahia, A10.
- LIMA, Samuel. Homem é detido pela morte de mulher e bebê de 9 meses. *A Tarde*, Salvador, 20 dez. 2011a. Salvador Região Metropolitana, A9.
- LIMA, Samuel. Mestre de capoeira volta para prisão após morte de mulher. *A Tarde*, Salvador, 28 dez. 2011b. Salvador Região Metropolitana, A6.
- PAI é preso por agredir recém-nascido. *A Tarde*, Salvador, 9 nov. 2011.
- POLÍCIA conclui inquérito de morte de Kelly Cyclone. *A Tarde*, Salvador, 20 dez. 2011.
- PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. O enfrentamento dos mundos. In: RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 38-57.
- RODRIGUES, Alean. Assassino era companheiro de estudante morta em Feira. *A Tarde*, Salvador, 14 dez. 2011a. Bahia, A11.
- RODRIGUES, Alean. Pai mata filha e comete suicídio em Feira de Santana. *A Tarde*, Salvador, 13 dez. 2011b. Bahia, A11.
- STRAUS, Murray. *The controversy over domestic violence by women: a methodological, theoretical, and sociological of science analyses*, 1999. Disponível em: <<http://www.vix.com/menmag/straus99htm>>. Acesso em: 13 jun.2012.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

CAPÍTULO 8

Idosos vivendo em instituição de longa permanência: o paradoxo da proteção e dos maus-tratos

Adriana Valéria da Silva Freitas
Ceci Vilar Noronha

Introdução

Este capítulo focaliza a violência contra idosos a partir de uma pesquisa realizada em uma Instituição de Longa Permanência (ILPI), localizada em uma cidade do estado da Bahia. O estudo recorta do cotidiano institucional dos idosos e das idosas situações que por suas características constituem-se violações de direitos e focaliza atitudes e posturas que são influenciadas pelos preconceitos existentes na sociedade em relação à velhice.

Os asilos como instituições sociais tem uma longa história e estão presentes desde épocas remotas. Tiveram sua origem relacionada a ações voltadas à filantropia e destinadas a abrigar pessoas idosas, sendo mencionados desde o Império Bizantino, no século V da era cristã.

Pressupõe-se que as modalidades de vitimização de idosos nos asilos não estão desconectadas do que ocorre na sociedade como um todo. Assim, o referencial teórico para conceituar a violência contra idosos compreende concepções e significados que trazem à reflexão algumas condições vivenciadas pelos mesmos na sociedade moderna, tais como o isolamento, a marginalização e a desvalorização. Dessa maneira, podemos afirmar que o

isolamento, a marginalização e o preconceito em relação à velhice podem ser considerados, por si mesmos, formas de violência contra idosos.

Em geral, os valores, atitudes e ações que revelam preconceito aos velhos surgem a partir de uma visão reducionista, frente à questão da violência, como aqueles que limitam a sua compreensão ao campo do crime. Os crimes, enquanto delitos cometidos contra a lei, concretamente podem revelar a existência da violência, uma vez que alguns deles comprometem a vida de pessoas e de grupos, ou seja, por trás dos crimes, podem estar presentes outros níveis de violência, que necessariamente não se articulam diretamente com eles, e que nem sempre são percebidos enquanto tal. (GOMES, 1997)

Com o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) ampliou-se, em nosso país, as concepções relativas aos direitos dos idosos e, conseqüentemente, às modalidades de crimes que se pode cometer contra eles.

De acordo com esse marco legislativo, são numerosas as situações de convívio social que podem demarcar discriminação contra o idoso ou dificultar o exercício de sua cidadania. São exemplos destes episódios, deixar de prestar assistência sem justa causa; abandoná-lo em hospitais, casas de saúde, instituições de longa permanência ou não prover suas necessidades básicas. Ademais, expor a perigo a integridade física e psíquica dos idosos, submetendo-os a condições degradantes, privando-os de cuidados indispensáveis ou de alimentos ou sujeitando-lhe a trabalho excessivo ou inadequado, bem como negar-lhes emprego ou trabalho ou obstar o acesso a cargos públicos. No rol das prerrogativas recomendadas, encontram-se advertências a apropriar-se de bens, proventos e pensões ou outros rendimentos do idoso; reter o cartão magnético de conta bancária referente aos seus rendimentos, ou outros documentos. Também relacionado ao bem-estar dos idosos, consta do Estatuto que não se pode negar acolhimento ou permanência ao idoso que se recuse a outorgar procuração à entidade de atendimento; exibir ou veicular imagem ou informações depreciativas a pessoa idosa; induzir a pessoa idosa, sem discernimento de seus atos, a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente e, ainda, coagir o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração.

No âmbito do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências estabeleceu categorias e uma tipologia para designar as várias formas de violências praticadas contra a população idosa,

dentre elas o abuso físico (maus-tratos físicos ou violência física); o psicológico (violência psicológica ou maus-tratos psicológicos); o sexual ou violência sexual; o financeiro ou econômico; o abandono e a negligência, e mesmo a autonegligência. (BRASIL, 2001)

A violência pode ser justificada como algo próprio da natureza do homem e da mulher. Contudo, uma definição que não naturaliza a violência nos será útil e, nesse momento, nos apoiamos em Minayo e Ramos (2003, p. 225):

A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo, vem da palavra *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a busca de domínio e aniquilamento do outro, e que suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas sociais mantidas por aparatos legais da sociedade ou por usos e costumes naturalizados. Mutante a violência designa de acordo com épocas, locais, circunstâncias, realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências não condenadas. E, desde o nascimento do homo sapiens e, mais especificamente, desde o início da modernidade, ela se enriquece de novas formas, cada vez mais complexas e, ao mesmo tempo, mais fragmentadas e articuladas.

O que Minayo e Ramos (2003) afirmam, nessa citação, leva à reflexão sobre a forma como a violência pode se moldar nas relações entre as pessoas e na sociedade, quando comenta que a violência é mutante e se modifica de acordo com a época, o local, as circunstâncias e os contextos culturais.

Nas últimas décadas, o Brasil vivencia um aumento progressivo da população idosa. Seremos, em 2025, o sexto país com maior número de pessoas idosas no mundo. Esse número deve-se a um aumento da expectativa de vida, a diminuição da taxa de natalidade e mortalidade infantil, a melhoria das condições sociais, ao controle de doenças, entre outros fatores que estão presentes na sociedade moderna. É importante, então, atentar para o fenômeno da violência contra os idosos que pode e deve ser prevenida para produzir condições dignas de velhice independente do espaço escolhido para viver esta etapa de vida.

Propomos-nos a relatar com base na observação de uma ILPI, e desenvolver o conceito de violência invisível, camuflada e sutil, não contes-

tada pelos que são vítimas, e justificada pelos que a cometem. É a violência institucional e das relações interpessoais, que aparece neste *locus*, e sobre a qual debruçamos nosso olhar.

Metodologia

Os dados aqui apresentados são provenientes de um estudo qualitativo de cunho etnográfico, realizado em uma ILPI, situada em uma cidade da Bahia, na qual residem aproximadamente 223 idosos, distribuídos em quartos coletivos e individuais. Esta situação de aposentos individualizados ou não depende da condição econômica e social dos residentes.

A coleta de dados ocorreu através de entrevista com roteiro de perguntas semiestruturadas, referente à vida dos idosos residentes na ILPI. Além disso, realizaram-se observações sistemáticas semanais, em dois turnos, durante o período de 12 meses, registrado-as em diário de campo.

Foram entrevistados seis idosos, sendo três mulheres e três homens com idades entre 71 e 90 anos, habitantes da instituição há mais de dois anos. Os entrevistados supracitados encontravam-se orientados, lúcidos e concordaram em participar das entrevistas.

Por questões éticas, os nomes dos entrevistados foram omitidos e eles passaram a ser identificados por pseudônimos. A participação no estudo foi formalizada através do termo de consentimento livre e esclarecido, o qual foi gravado. Além disso, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto e Saúde Coletiva da UFBA, parecer nº 026-07/CEP-ISC, aprovado em 12/07/2007.

A estrutura que acolhe por vezes exclui

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são locais cheios de imaginações. Com muitas representações ou muitas especulações, elas guardam muitas histórias, vidas e velhices. Estão presentes em todos os lugares do mundo, mesmo com outros nomes e melhorando a apresentação, não deixam de ser um local para os “velhos”. Existem ILPI disfarçadas de hotéis cinco estrelas, com uma gama de serviços que

mascaram o pior da velhice, a dependência.¹ Tais locais sugerem para os familiares dos idosos que ali eles estarão bem cuidados e felizes e, assim sendo, não será preciso sentir culpa por institucionalizar a velhice.

O discurso da filantropia aparece, na maioria das ILPI, através da filiação religiosa e o seu nome é um importante símbolo dessa relação, utilizam-se frequentemente nomes de santos. Outras usam o nome do fundador/benfeitor ou termos que indiquem que, na instituição, o idoso terá uma vida tranquila com um ambiente acolhedor e saudável. Mas, as práticas institucionais, frequentemente, não seguem o que o nome sugere. Em geral, as instalações estão longe de ser acolhedoras e os funcionários, sem capacitação para cuidar, não têm respeito pelo idoso. Neste sentido, é possível afirmar que os cuidadores trazem seus preconceitos em relação aos velhos da sociedade para o local de trabalho em movimento contínuo.

Ainda, percebe-se que o idoso acaba tendo um sentido de capital econômico e simbólico, pois através dos direitos sociais adquiridos, como a aposentadoria, cujos valores parciais ou totais passam a ser um recurso utilizável pela instituição. Assim, os idosos que residem em um asilo pagam pelos serviços com sua aposentadoria e, em alguns casos, não têm a garantia de ter alimentação, medicamento, roupas, saúde e dignidade.

Nossos resultados através da observação do espaço estudado traduzem essa generalização das ILPI e seu cenário ambíguo que acolhe e exclui facilmente. Registramos que nossa intenção não é chocar as pessoas, com páginas relatando estruturas decadentes de asilos, sem condições de funcionamento. Nestes espaços, os maus-tratos e a negligência se fazem claros; mas, em uma instituição em boas condições e selecionada por familiares como satisfatória, como perceber as modalidades de violência?

Para Clough (1999), abuso e negligência podem ocorrer em muitos tipos de instituições, mesmo naquelas que parecem fornecer assistência de alta qualidade para os idosos, um regime de assistência aceitável ou bom pode ser transformado fácil e, rapidamente, em regime abusivo de assistência.

Nesse sentido, tratamos aqui de levantar a violência sutil, invisível e, ao mesmo tempo difusa, considerada como uma forma “natural” de tratamento para com as pessoas idosas. Nos discursos dos funcionários do es-

1 A dependência do ponto de vista geriátrico está associada à ideia de vulnerabilidade, aos condicionantes do meio externo. Sua avaliação pode ser feita através do grau que é descrito como leve, moderado ou grave (dependente, independente ou semidependente), recorrendo a critérios de avaliação funcional. É pautada na capacidade de exercer as atividades da vida diária.

calão intermediário, na hierarquia funcional da instituição foram enfatizados: a falta de pessoal qualificado para cuidar; a vida em espaços coletivos, que não permitem privacidade; a criação pelos cuidadores de estereótipos para os residentes (“pacientes com problemas mentais”, “velhos caducos” e “esclerosados”). Enfim, sempre há como elaborar justificativas para as possíveis violências contra idosos.

A violência camuflada na opção de viver na ILPI

No bojo de mudanças substantivas na organização da sociedade e nos estilos de vida, as pessoas idosas vêm adquirindo maior visibilidade na esfera pública, pois trabalham, namoram, saem, viajam, entre outras possibilidades. Nesse novo contexto social, a imagem da ILPI como local de “velhos” abandonados já não corresponde ao mundo moderno e, por isso, pode ser uma opção de vida.

Apesar disso, pesquisas ainda apontam que o motivo do asilamento em alguns casos é expresso pela decisão de terceiros como familiares, amigos, entre outros. (CAMARANO, 2007; FALEIROS; JUSTO, 2007) Esse dado é percebido na fala de dona Emília² que morava sozinha até a idade de 70 anos, é solteira e não possui filhos:

Minha família não aparecia muito e fui me sentindo sozinha, triste, e uma amiga conversou comigo e achou que devia morar no asilo. Ela procurou vários para mim e disse que o melhor era esse. Não tenho filhos, tenho sobrinhos, mas eles não vêm me ver com frequência. Vejo algumas idosas saírem para a casa de seus familiares, mas eu fico aqui, não tenho para onde ir.

Esse discurso revela que a escolha não foi sua, mas era seu o sentimento de solidão e ela acolheu a sugestão da amiga. Afinal, qual seria a outra opção? Entre viver só e viver sozinha, em comunidade, preferiu a última.

Bauman (1999) comenta que a comunidade de qualquer natureza é vista como uma mistura incomum de diferença e companhia. E completa refletindo sobre a contingência que leva a pessoa a viver em uma corda

² Iniciamos a entrevista com a Senhora Emilia, no entanto a mesma solicitou que gostaria de parar, pois tinha receio de falar sobre a instituição. Explicamos que o nome dela não apareceria. A idosa disse que poderia usar as informações que foram transmitidas, mas que não queria continuar na pesquisa. Notamos em alguns de nossos encontros que ela estava triste e por vezes demonstrou culpa, mas não deixou claro sobre esse sentimento. Perguntou se o arrependimento salva e disse ter fé em Deus.

bamba, com necessidade de busca de equilíbrio, de sorte e de uma rede de amigos que possam lhe dar a mão. Então, para a Senhora Emília, a amiga foi a sua certeza e decisão.

Assim, a busca de viver em uma ILPI atende a um conjunto de necessidades, que vão desde aquelas relacionadas às questões mais básicas como falta de condições financeiras para se manter, falta de cuidadores dentre os filhos e familiares até a esfera da filosofia de vida de cada indivíduo. Algumas questões devem ser respondidas para melhor entendermos a vida do idoso no asilo, quais sejam: Como a instituição pode suprir suas necessidades? Qual a motivação que têm os idosos para morar em uma instituição?

Dos idosos e das idosas que participaram da pesquisa, a maioria respondeu que foi opção sua a ida para a instituição. Essa crença na escolha livre os protege da incerteza clara, que é comum na sociedade moderna, pois uma consciência clara sobre a verdade retira-lhes a possibilidade de ser feliz. Para Bauman (1999), a contingência é uma benção para os estúpidos e um pesadelo para os pensantes.

Optar por algo denota a liberdade de escolha, a autonomia de decidir pela própria vida, porém, esse discurso encobre outras questões que aparecem nas entrelinhas dos discursos. Fazendo uma comparação entre as ILPI São Luis e São Francisco no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, Groisman (1999) destaca a maior presença de pessoas solteiras. No entanto, afirma a necessidade de analisar o curso de vida de cada interno (viuvez, separação, morte de filhos, invalidez, entre outros) para obter maior entendimento do fenômeno da busca por viver em instituições.

De acordo com essa análise, o trecho abaixo ilustra uma determinação enfática de que o idoso deve ter um espaço seu distinto da habitação dos filhos. Entretanto, não podemos afirmar, hoje, que é apenas a falta da família que leva o idoso a procurar uma instituição de longa permanência:

Eu entrei aqui em 2006, vai fazer dois anos que vim para cá. Minha esposa faleceu em abril de 2000 e, por iniciativa própria, eu nunca quis morar com ninguém. Nunca admiti morar com filhos, nem filhas. Tenho três filhos e três netos. Meus filhos já são adultos, formados, cada um vive suas vidas. Tenho duas netas adultas e um neto ainda adolescente, então, por minha livre espontânea vontade eu nunca quis morar com ninguém. (Cervantes)

Os filhos são eleitos pelos laços de sangue, sendo parentes consanguíneos e próximos em quem se pode confiar. No entanto, a expressão de Senhor Cervantes “*eu nunca quis morar com ninguém*”, neutraliza o laço sanguíneo e os filhos passam a ser como quaisquer outras pessoas, oferecendo as mesmas dificuldades das relações entre seres humanos sem vínculos parentais.

Entretanto, a vida social é formada de outras questões importantes e, por vezes, é a condição de viúvo ou de viúva que precipita o momento da decisão de residir em uma instituição de longa permanência. O trecho abaixo é ilustrativo desta condição frequente entre as mulheres idosas:

O bom mesmo é vir porque se quer, como eu. [...] Eu vim por opção, eu tenho uma cunhada que mora aqui há trinta e tantos anos e sempre eu vinha visitá-la com meu marido, morava em Madre Deus e vivia bem, mas, aí o meu velhinho adoeceu e ficou para baixo mesmo teve três derrames, três derrames logo que perdeu a campanha política. Ficou desmotivado, ficou decepcionado, eu também muito triste, aí, resumo, terminou ele indo embora. (Mandala)

Outra condição social que não a de viuvez que pode interferir nessa decisão é o divórcio ou separação. Entre os entrevistados, a separação não por morte, também se configura como causas do asilamento. Sobretudo para os homens que passam a sentirem-se mais sozinhos e precisam ter um local para suprir suas necessidades, principalmente aquelas relacionadas às questões domésticas como limpeza e manutenção da casa, alimentação, vestuário, entre outras.

Eu vim para aqui porque eu sou divorciado. A minha situação é estável, eu não tenho nenhum problema, poderia até morar em outro lugar, poderia alugar uma casa. Mas, verificando a situação da vida, do futuro, eu preferi não morar sozinho. (Possante)

Além disso, a doença também antecipa esta decisão, pois junto com ela aparecem a dependência física e as dificuldades de realizar as atividades da vida diária. O surgimento de enfermidades crônicas tem evidentemente contribuído para o incremento das preocupações de familiares e do próprio idoso com relação a sua saúde em constante mutação.

Eu morava na Mouraria, aí eu comecei, a minha pressão só andava alta, 19 x 8, eu, dia de sábado ia dançar, nunca liguei para isso para mim é emocional, aí eu disse bom estou chegando para a idade, aí eu vim para aqui, falei com a assistente social [...]. (Valdemar)

A livre escolha, que aparece tão enfatizada pelos idosos, está então amparada pela perda dos cônjuges, fato que foi determinante para o Senhor Cervantes e a Senhora Mandala decidirem ir para a instituição; ou ainda, por situações de separações conjugais e doença. No asilo, as mulheres são maioria e a viuvez, além do fato de não ter filhos ou de tê-los e preferir não incomodá-los, podem ser considerado indicadores dessa opção, nem tão livre assim.

No entanto, dizer à pesquisadora que foi “opção própria” fica mais fácil para aceitar, porque, em seu dia a dia, o idoso está em uma situação de perdas contínuas. A diminuição do suporte sociofamiliar, a perda do *status* ocupacional e econômico, o declínio físico continuado, a maior frequência de doenças físicas, a incapacidade, a solidão e o isolamento social compõem as perdas. Além disso, os conflitos intergeracionais e intrafamiliares também favorecem a tomada de decisão pela vida no asilo.

Sobre os conflitos familiares relacionados à convivência de várias gerações em um mesmo lar nos contou a Senhora Antonia:

Vendi minha casa, porque eu quis vim para aqui, eu mesma que quis vim, porque eu morava com uma neta. A neta mais velha ela era boazinha, ainda é, agora eu não sei por que ela não está aparecendo, ela é casada tem um filho que Deus levou num desastre, tenho muita saudade dele o menino era tão apegado a mim! Ele dizia:- porque você vai, Antonia? Oh meu filho! Eu vou embora. Mas, a avó dele é sergipana, é muito grossa, eu fiquei com medo dela me maltratar. (Antonia)

O relato de dona Antonia configura que, por trás de sua escolha, existe o conflito com sua nora que ela chama de “grossa” e de “sergipana” e, declarou mesmo ter medo de vir a ser maltratada por ela.

A violência intergeracional, expressão destacada nas histórias dos idosos, decorre do abandono e/ou negligência, mais relativos aos cuidados essenciais. O conflito intergeracional está inscrito na violência das relações interpessoais, porém, mais bem delimitado pelo enfoque na categoria geração. O termo intergeracional corresponde a fatos e situações que acontecem entre gerações e, neste estudo, são os pais e filhos, que colocamos em evidência.

Segundo Foracchi (1972), a geração constitui uma modalidade particular de localização social, e os membros de uma geração compartilham um acervo comum de experiências, situações de vida e oportunidades de trabalho. Além disso, usufruem juntos e contemporaneamente, os bene-

fícios e a opressão, as vantagens, a vilania, a tensão e a alegria do destino, prefigurado pelo seu modo de inserção na estrutura social.

Idosos e idosas que vivem em uma instituição asilar trazem em suas histórias essas dimensões e as relações com seus filhos e netos. Dessa maneira, observamos que a violência intergeracional foi mencionada na fala de alguns dos sujeitos da pesquisa, não aparecendo tão explicitamente, mas deixando-a escapar nas entrelinhas dos seus discursos.

Assim, a Senhora Silvano relatou as circunstâncias que a levaram a se decidir pelo Asilo X, do seguinte modo:

Eu sou uma pessoa muito independente, agora mais ainda, apesar das dificuldades, e indo morar com eles (a filha, o genro e os netos) estava ótimo, aí começou o problema. Eles gostavam de seresta e eu ia com eles tudo bem, mas o dia que eu não ia, quando davam 11 horas eles voltavam, para me agradar, eu perguntava vocês já voltaram? Já mainha, a Senhora não quis ir e estava sozinha. Para me agradar eles voltavam, em vez de me agradar, eles me aborreciam, pois eu estava interferindo na vida deles, sem querer. (Silvano)

Essa situação relatada ocorria antes da idosa ir viver no asilo, mas, foi ela que deu impulso à sua decisão em optar pela vida na instituição. É uma situação de conotação subjetiva que não explicita uma forma de violência ao primeiro olhar, mesmo porque não podemos a tudo classificar como tal, mas podemos perceber o mal-estar nessa relação. Os filhos acham que protegem os pais quando não os deixam sós, os pais acham que interferem na vida dos filhos e, assim, não há entendimento entre eles. Para os mais jovens, sair, ir a festas faz parte de sua vida social e não entendem porque os mais velhos preferem ficar em casa ou ir a um local mais tranquilo. Um tenta agradar o outro, mas acabam por se agredir e não há satisfação na relação.

Sentimentos de insegurança e segurança

Em contraponto com a família e seus conflitos, o asilo pode ser uma alternativa para se viver em segurança. Um local tranquilo, acolhedor, com uma estrutura física que dá a impressão de ser o lugar ideal. No asilo onde foi realizado o estudo, sua paisagem com os recursos de natureza bucólica, como o recanto dos pássaros, a pequena ponte, muitas árvores

e praças com quiosque, além da igreja, que centraliza e emite a energia de proteção, convida as pessoas para ficar por lá.

Desse modo, a possível sensação de segurança pode ser devida a se estar livre dos maus-tratos de familiares ou relacionada à organização e serviços que o asilo pode proporcionar. Segundo Maslow (1970), a necessidade de segurança só aparece quando o indivíduo vê-se ameaçado. Sobre isso, a Senhora Antonia comentou o medo de maus-tratos, como fator importante para sua decisão. Com a sua família, ela se sentia potencialmente ameaçada.

Dentre as necessidades humanas básicas, a de segurança configura-se como a segunda, estando ainda situada na base da pirâmide de Maslow (1970). A segurança está próxima do sentimento de proteção individual contra perigos e ameaças.

A citação a seguir expressa o que a instituição representa para alguns dos seus moradores:

Na semana passada, aconteceu um fato engraçado eu fui com minha filha assistir as bodas de ouro de um casal amigo nosso, meu e de minha mulher e aí houve uma missa na Boa Viagem. Após a missa teve uma recepção e eu fui, só que quando eu retornei aqui era mais de meia noite, mas, eu comuniquei também ao serviço social e aí menina, pelo fato de eu estar aqui e todos nós nos sentimos aqui em segurança, isso aí é uma verdade. Menina, quando minha filha me deixou aqui eu sai do carro, botou o pé no chão do abrigo, mas senti tanta felicidade de ter aquela segurança, aquela tranquilidade. Aí eu entrei, tudo em silêncio eu disse:- 'Meu Deus, como é que pode um negócio desses!' Porque aqui para quem gosta e para quem vem espontaneamente não tem lugar melhor para se morar. (Cervantes)

Maslow (1970) ressalta que a necessidade de segurança permite ao indivíduo dar valor às coisas que lhes são familiares, inclusive às rotinas, o dia a dia, ou crer em alguma coisa, uma religião ou filosofia de vida. A tranquilidade referida na fala do Senhor Cervantes permite que possamos compreender que o asilo cumpre, dentro dos seus limites, o papel social de ser acolhedor e garantir a ordem das coisas triviais em suas dependências. *"Aqui é um lugar bastante acolhedor, aonde o idoso, ele se sente protegido, mas protegido mesmo, de tudo que a gente precisa"* (Cervantes)

Por outro lado, nem tudo por lá é perfeito e a insegurança permeia a vida tranquila, sendo mencionados pelos residentes casos de furto: *"Aqui eu acho que já mexeram nas minhas coisas, hoje acho que não mexem mais, quem*

mexeu já foi embora. Uma vez uma apanhou um dinheiro meu, dentro de uma bolsa, e ainda rasgou a bolsa” (Antonia)

O Senhor Cervantes conta que:

Há um mês, a idosa que eu ajudo aqui sofreu um trauma muito grande aqui dentro, porque levaram o dinheiro dela. Ela deu bobeira e levou o dinheiro dela, ela ficou desesperada. Dentro do próprio pavilhão eu chamei a assistente social, ela foi lá, mas não [...]. O asilo tem isso, não se responsabilizar por roubo, mas apurou e tal, mas não chegou à conclusão nenhuma. Então, com isso, ela ficou muito traumatizada, ficou muito triste.

Na ILPI, todos podem ser suspeitos de furto, são muitas pessoas que passam durante os dias por ela: muitos funcionários, visitantes, familiares de idosos, além dos muitos idosos que nele habitam, sendo difícil encontrar-se o autor.

Dessa maneira, a ILPI, também como do lado de fora, oferece certos “perigos” a quem nele vive e vemos como a violência está presente no dia a dia da instituição, mas não poderia ser diferente a não ser no imaginário quando se tem sempre a impressão de que os idosos são pobrezinhos, coitadinhos que sofrem e nunca são autores de nenhum ato violento.

Mas, não é bem assim, foi observada que em uma situação de admissão na instituição, a recepcionista ao atender uma Senhora, que estava para entrar como residente, dava às acompanhantes uma lista de documentos necessários, dentre eles estava além da identidade e CPF comum a qualquer contrato, a obrigatoriedade de trazer atestado de bons antecedentes. A recepcionista disse sentir-se até constrangida ao pedir essa documentação, mas isso foi depois que um idoso praticou furto na instituição. Então, viu-se a necessidade de se pedir tal documento. A acompanhante da idosa em questão referiu ser importante esse documento, pois, idosos também são criminosos e lembrou o caso da idosa que vendia droga e foi noticiado pela mídia.

A percepção da impessoalidade existente no asilo condiz com o relato da Senhora Antonia e de Senhor Valdemar, ao referirem que o asilo não é sua casa, e definem casa como: “A casa é lugar de sossego. Aqui tem horas que tem sossego tem horas que não tem. (Antonia) “Isso aqui não é minha casa isso aqui é aluguel. Quando você nasceu com seus pais aí sim você está morando em sua casa”. (Valdemar)

Entretanto, essa maneira de compreender o espaço do asilo não é comum a todos os idosos:

Aqui é minha casa. Hoje, apesar de ter dois apartamentos de minha propriedade, mas hoje a minha casa é aqui, entendeu e eu se Deus quiser, pretendo sair daqui só para o cemitério tanto que eu esqueci a vida lá fora. (Cervantes)

A casa é o lar de cada um e eu considero aqui minha casa hoje, faz dez anos que estou aqui e meus filhos quando ligam me perguntam meu pai onde o Senhor esta? Eu digo: estou em casa. (Possante)

Os depoentes acima parecem exercitar a força do hábito, ou seja, onde estão vivendo torna-se um lar.

Família versus instituição de longa permanência para idosos

Para alguns idosos, a chegada a determinadas idades como 70 ou 80 anos, leva os familiares a tomar decisão de não mais permitir que moram sozinhos, pois temem acidentes ou ataques cardíacos que os levem à morte súbita.

Quando eu fiz 70 anos, meu genro e minha filha vieram me buscar. – ‘Não, a Senhora não vai mais morar sozinha não, vai ter uma suíte para mim, lá na casa deles’. Uma suíte dentro de casa e eu fui morar com eles. (Silvano)

Na fala da Senhora Silvano, observa-se que dar uma suíte ou um quarto dentro de casa é um grande avanço para o idoso que, em alguns casos, tem um quarto nos fundos ou, até mesmo, fora de casa, o que se configura isolamento dentro da estrutura familiar.

A Senhora Mandala referiu que sua família não aceitou tão logo ela declarou que iria para a ILPI: *“minha filha chorou muito, logo no começo, mas eu disse: – não quero morar com ninguém, quero vir morar aqui e ela aceitou, meus dois netos e meu genro”*.

O Senhor Cervantes descreveu a reação dos filhos ao saberem de sua decisão de residir na ILPI: *“Então, eu cheguei a casa, liguei para meus filhos, e disse:– Olha, eu tomei uma decisão. Eu decidi ir morar em um asilo. – O Senhor está maluco?”*

Senhor Possante também comentou sobre a posição dos seus filhos: *“No início os filhos não aceitaram muito, mas eu expus o meu desejo como viver e eles aceitaram muito bem”*.

De modo semelhante, a Senhora Silvano relatou que sua filha não queria que ela fosse para a instituição e ela disfarçou para conseguir seu objetivo:

Minha filha dizia:- ‘ah, minha mãe não vá!’ Minha filha chorava, meu genro falava tudo isso. Aí eu desfazia as malas umas três ou quatro vezes, mas até que eu disse: – ‘eu vou passar uns dias, não vou morar’. Eu disse, mas eu vim morar, mas para acabar com aquela ansiedade eu disse que vinha passar uns dias. (Silvano)

Em seu relato, a Senhora Silvano deixou claro que a escolha pelo asilo foi motivada pelos transtornos que ela estava ocasionando ao casal, pois eles deixavam de se divertir para chegar cedo a casa, porque ela estava sozinha. Sua escolha pela ILPI não estava livre dos conflitos intergeracionais:

A minha interferência estava demais. Cheguei a casa e eu decidi e disse: – Olha, eu vou procurar um abrigo. Disse: – Olha, vou para uma instituição lá a gente tem tudo, vou poder tomar informações sobre o que é uma vida coletiva como aqui. (Silvano)

A Senhora Silvano confirma que veio por problema de relacionamento em família, mas referiu que sua situação era diferente de outras idosas que vivem em ILPI que, segundo ela mesma, têm “desavenças com seus familiares”.

No entanto, admitir que há um problema relacionado a desentendimentos familiares é difícil para o idoso, então, ele ou ela procura mascarar, justificando que a opção foi sua:

A minha entrada aqui foi opção minha eu quis, mas que eu não tenho nada com a vida dos outros. Têm muitas aqui que vêm por problema de família. Eu vim por causa de problema de família, mas diferente porque eu que estava me sentindo mal. Diga se não é desagradável você estar morando com alguém sabendo que marido e mulher estão em uma praia e tem que vir mais cedo por minha causa? (Silvano)

Em situações mais extremas, a violência intergeracional aparece frequentemente, nos conflitos entre pais e filhos, principalmente no seio familiar. Attias-Donfut (2004) refere o conflito entre mães e filhas no âmbito

da família e atribui isso às transformações recentes dos estatutos e papéis das mulheres, que termina por provocar a ruptura do processo de identificação entre elas e por engendrar disputas de poder.

Violências interpessoais

Em um ambiente asilar os idosos não estão distantes de viver os efeitos de conflitos intergeracionais, isso porque a decisão e transferência de residência que ocorre com o idoso não interrompe os laços com a família.

Um fragmento da fala de um idoso denuncia: *“tem casos aqui também que os próprios familiares, filhos, netos exploram os idosos, eu sei de casos aqui”*. (Cervantes) Este relatou um atentado ao patrimônio sofrido por uma moradora do quarto coletivo feminino, em que a filha fez a mãe pedir um empréstimo no banco.

Para os filhos, os pais têm obrigação para com eles, mesmo quando já estão adultos. Estes, por sua vez, não valorizam o que os pais levaram anos para construir. A idosa referida por Senhor Cervantes indagou: – *“O Senhor acha que filho vai pagar à mãe?”*

Nesse caso, a idosa já estava fora do ambiente familiar, vivendo no asilo, mas não estava protegida da exploração dos filhos. Esta é uma questão que suscita interrogação. A quem compete proteger o idoso, quando ele já está fora do *“domínio privado da família”*? Na teoria, é o Estado o responsável, mas, nesta situação particular, ninguém interveio ou impediu que a idosa fosse vítima de seus familiares. Para tanto, a própria vítima teria que registrar uma queixa a uma autoridade policial, fazendo uma denúncia contra os seus, situação vexatória e que os idosos não querem se envolver. Nestas circunstâncias, os velhos laços familiares falam mais alto.

Segundo Carvalho e Almeida (2003), os múltiplos significados da família não são facilmente quebrados, pois, em tese, esta instituição é vista como chave no que se refere à sobrevivência dos membros imaturos, bem como todos os longos anos da socialização dos recém-nascidos, além de fomentar a solidariedade entre as gerações:

Representando a forma tradicional de viver e uma instância mediadora entre indivíduos e sociedade, a família operaria como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo

e distribuindo recursos para satisfação de suas necessidades básicas. (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p. 2)

No entanto, a sensação de ser um peso, ou um fardo é um grande empecilho ao convívio do idoso/da idosa com sua família. Esse também é um sentimento que já se fez característica da velhice, uma fase em que a pessoa tem limitações para realizar as atividades do dia-a-dia e somente “dá trabalho” para seus familiares. Sentimento compartilhado social e culturalmente, fazendo dessa fase, a única do ciclo vital em que não se deseja chegar tão cedo.

As violências interpessoais no asilo também estão presentes nas relações entre seus moradores. Foi assim que a Senhora Antonia, residente em um dos quartos coletivos, relatou:

Essa mulher me agrediu no braço [mostrou o braço com uma grande cicatriz] me agrediu arranhando com a unha e saiu muito sangue fui levada para a enfermaria para fazer o curativo. Todos os dias, davam remédio, a doutora daqui é muito boa, eu me vi foi doída, eu pedia toda hora: Oh, meu São Lázaro! Ajude-me a ficar boa de meu braço, não perder meu braço, eu nessa idade nunca tive agressão nenhuma. (Antonia)

Nesse fragmento do discurso, a entrevistada revela, abertamente, a agressão sofrida, provocada por outra idosa, sinalizando que tal agressão teve consequências para sua saúde. Nesses casos, a violência física está clara e deixa marcas na história de vida dos idosos asilados. O ambiente acolhedor deixa de ser um espaço seguro, para se tornar um lugar insalubre e perigoso.

Durante o período de observação, percebemos que incivildades e pequenas disputas eram constantes na instituição. Comparável ao que Beauvoir (1990) observou nos asilos franceses. Nestes, a autora afirmou que as brigas eram as únicas distrações entre os idosos e as idosas. Podemos mesmo falar que é assim que o dia a dia no asilo vai sendo construído.

Entretanto, é possível afirmar que as brigas nos quartos coletivos são mais constantes e percebidas mais claramente do que nos quartos individuais, isso porque, nestes, os idosos estão mais protegidos e têm maior privacidade. Foi o que declarou Dona Silvano, moradora de um dos quartos individuais: “Aqui é reservado, são poucas pessoas, são oito quartos, para nós que vivemos aqui. Lá embaixo, nos quartos maiores, são mais pessoas é mais coletivo”.

Nos quartos menores e individuais, as brigas também acontecem. Em alguns casos, são as diferenças de estrutura desses quartos, que produzem distinções e divergências entre elas. Uma idosa, moradora de um quarto individual, relatou que outra residente lhe trata mal e que depois que ela doou um apartamento que tinha, o maltrato da idosa ficou mais evidente, porque o asilo deu-lhe um quarto maior, com suíte, uma pequena cozinha com pia e armários. Além disso, depois dessa doação, a idosa não paga mais nada à instituição.

Contudo, como uma forma de se defender dos constrangimentos de estar velho e dependente, a ILPI é uma opção que vem ganhando espaço na sociedade. No entanto, é preciso entender que, como toda e qualquer instituição, estas têm suas normas e rotinas, que precisam ser experienciadas para saber se é possível identificar-se com essa maneira para viver a velhice.

Considerações finais

A análise aqui empreendida reforçou alguns dos nossos pressupostos, quanto aos possíveis nexos entre as discriminações e preconceitos presentes na sociedade em relação à velhice e as normas de funcionamento do asilo, com apenas uma parte do corpo funcional da instituição asilar, de fato, profissionalizada. As próprias instalações físicas não acompanham a atualização dos critérios de acessibilidade arquitetônica, havendo improvisações e amadorismo na condução das rotinas que regem a vida em coletividade. Por outro lado, a velhice asilar não é homogênea, contribuindo para uma demarcação de locais de prestígio e lugares subalternos.

Tradicionalmente, a família é a responsável pelo idoso, entretanto, possui a alternativa de transferir essa responsabilidade para as Instituições de Longa Permanência. Com o passar do tempo de internação, o abandono do idoso, por parte de familiares, acontece “naturalmente”, com a desobrigação de cuidá-lo ou mesmo visitá-lo, conduzindo à falta de vínculos afetivos. Nesses casos, como a equipe profissional não tenta reaproximar os parentes dos idosos, parece haver uma “permissão justificada” pela instituição em relação a esse abandono.

Não obstante o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) assinalar que o abandono de seus familiares em asilos ou outras instituições constitui crime, observamos ser esse um crime sem vestígios, porque as regras do asilo, de certa forma, permitem o abandono dos idosos de condição social menos

favorecida, quando apenas cobram mercadorias e bens das famílias dos residentes de melhor condição social.

Na vida moderna, percebemos a fragilidade das relações familiares. As pessoas costumam não ter tempo para se encontrarem, tornando as relações provisórias e sem solidez. Diante disso, os padrões preestabelecidos, as transformações das experiências cotidianas, das relações afetivas e familiares tornam-se difíceis. Assim, o asilo, que é uma estrutura institucional antiga, aparece como alternativa para os problemas próprios da vida moderna, revelados na fragmentação das famílias, perda de valores sociais mais voltados à solidariedade, em troca da busca incessante de atender às necessidades impostas pela mídia e os altos anseios de satisfação pessoal.

Por sua vez, as instituições asilares necessitam acompanhar o estilo da modernidade e o considerado espaço acolhedor, promovido pela caridade, transformar-se em mercado rentável, em um contexto social capitalista e consumidor. O(a) idoso(a), nesse processo, também requer um asilo que ultrapasse o apelo da caridade.

Referências

- ATTIAS-DONFUT, C. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, C. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 85-108.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BEAUVOIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRASIL. *Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 out. 2003. Seção1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm> Acesso em: 22 jul. 2012.
- CAMARANO, A. A. Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. In: NERI, A. L. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na Terceira idade*. São Paulo: Perseu Abramo: Edições SESC, 2007. 288 p.
- CARVALHO, I. M. M; ALMEIDA, P. Família e proteção social. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, abr./jun. 2003.
- CLOUGH R. Scandalous care: interpreting public inquiry reports of scandals in residential care. In: GLENDENNING F; KINGSTON P. *Elder abuse and neglect in residential settings: different national backgrounds and similar responses*. Binghamton, NY: Haworth Press, 1999. p. 13-28.

FALEIROS, N. P.; JUSTOS, J. S. O idoso asilado: a subjetividade intramuros. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 327-337, 2007.

FORACCHI, M. M. O conflito de gerações. In: FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 19-32.

GOMES, R. A violência social em questão: referenciais para um debate em saúde pública. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 93-100, abr. 1997.

GROISMAN, D. Asilos de velhos: passado e presente. *Estudos interdisciplinares do envelhecimento*, Porto Alegre, v. 2, p. 67-87, 1999.

MASLOW, A. H. *Motivacion y personalidad*. Barcelona: Sagitário, 1970.

MINAYO M. C. de S; SOUZA, E. R. As múltiplas mensagens da violência contra idosos. In: MINAYO M. C. de S; SOUZA, E. R. (Org.). *Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 223-242.

CAPÍTULO 9

Linha de cuidado para a atenção a crianças e adolescentes em situação de violência: teoria e prática

Ana Lúcia Ferreira

Introdução

A atenção à criança vítima de violência é um desafio aos profissionais de saúde, na medida em que demanda a integração de conhecimentos e habilidades de várias áreas, clamando pelo trabalho em equipe e em rede. É também imprescindível que este trabalho se desenvolva em parceria com as famílias, que às vezes apresentam dinâmicas complexas e que fogem aos padrões socialmente aceitos, sendo muitas delas resistentes à interferência externa. Além disso, a própria dificuldade dos profissionais em lidar com um problema diante do qual não se sentem seguros, pode não apenas dificultar a identificação das crianças sob risco ou mesmo já em situação de violência, mas também ser fator desencadeador de estresse para os próprios profissionais. Sendo assim, esse cuidado precisa ser pensado de modo que contemple crianças/adolescentes, suas famílias e também os profissionais.

As práticas de saúde vêm sendo repensadas e redirecionadas para que os encontros entre profissionais e pacientes ultrapassem a relação estritamente técnica e alcancem uma relação de cuidado. Para isto, Ayres (2004) ressalta que precisa haver o diálogo entre as dimensões técnica e não técnica, sendo uma permeável à outra. O autor define cuidado

[...] como designação de uma atenção à saúde imediatamente interessada no sentido existencial da experiência do adoecimento, físico ou mental, e, por conseguinte, também das práticas de promoção, proteção ou recuperação da saúde. (AYRES, 2004, p. 22)

As orientações para a atenção integral, integrada e humanizada à população, preconizada no nosso país por meio de diferentes programas, planos e políticas públicas, apontam para este caminho. Para percorrê-lo, faz-se necessário transformar as ações assistenciais. É nesse sentido que o Ministério da Saúde (MS) propôs, em 2010, que a atenção à criança e sua família em situação de violência seja planejada e desenvolvida em linha de cuidado.

Neste capítulo, apresentaremos esta proposta do MS com contribuições da nossa experiência clínica, adquirida como pediatra que trabalha em uma equipe multidisciplinar composta por pediatras, enfermeiras, assistentes sociais e psicólogas. Esse serviço de referência acompanha famílias de crianças e adolescentes em situação de violência no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Atenção em linha de cuidado

A atenção em Linha de Cuidado (LC) vem sendo proposta no nosso país como uma forma de garantir a atenção integral e integrada aos indivíduos portadores de diversos agravos, dentre eles o câncer, a doença falciforme, a hipertensão arterial, o diabetes e a hanseníase. É a proposta de organização da atenção em saúde que toma como referência o conceito de integralidade na sua prática cuidadora. (CECCIM; FERLA, 2006)

Segundo Franco e Franco (2007?, p.1):

Linha do cuidado é a imagem pensada para expressar os fluxos assistenciais seguros e garantidos ao usuário, no sentido de atender às suas necessidades de saúde. É como se ela desenhasse o itinerário que o usuário faz por dentro de uma rede de saúde incluindo segmentos não necessariamente inseridos no sistema de saúde, mas que participam de alguma forma da rede, tal como entidades comunitárias e de assistência social. A Linha do cuidado é diferente dos processos de referência e contrarreferência, apesar de incluí-los também. Ela difere, pois não funciona apenas por protocolos estabelecidos, mas também pelo reconhecimento de que os gestores dos serviços podem pactuar fluxos, reorganizando o processo

de trabalho, a fim de facilitar o acesso do usuário às Unidades e Serviços aos quais necessita.

A implementação de linhas de cuidado pressupõe o conhecimento dos ambientes socioculturais, dos contextos de produção de saúde e de doença nas populações, do modo de levar a vida dos usuários e do ordenamento dos recursos existentes e necessários. (CECCIM et al., 2007) Supõe o “trânsito entre ações e entre serviços, ambos necessitando estar suficientemente acessíveis e complementando-se, tendo em vista atender integralmente alguém”. (CECCIM, 2007, p. 2)

Dando sequência às diversas políticas e ações propostas e implementadas no Brasil nas duas últimas décadas, visando à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o Ministério da Saúde lançou, em 2010, o documento *Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde*. Nele, é proposto um caminho para o alcance da integralidade do cuidado por meio da articulação entre os diversos níveis de atenção e da interação com os demais sistemas de garantia de direitos, proteção e defesa de crianças e adolescentes. (BRASIL, 2010)

Considerando que atender integralmente supõe apreender as singularidades e não apenas as homogeneidades daquilo que demanda cuidado (CECCIM, 2007), a atenção em LC torna-se pertinente para as situações de violência, dadas a variedade de situações e as particularidades de cada uma delas. Não será exagero concluirmos que cada caso demandará e acionará uma LC própria. Trata-se, portanto, da proposta de um projeto terapêutico singular que dê conta das necessidades de todos os envolvidos no processo (CECCIM; FERLA, 2006)

A singularidade de cada situação de violência decorre da combinação de diferentes fatores: o tipo de violência em questão (ou os tipos, já que muitas crianças sofrem mais de uma forma de violência concomitantemente); as características da criança, do autor da agressão e da família; a representação que a violência tem para cada criança/adolescente e sua família; o contexto social onde a situação ocorreu; o serviço no qual está acontecendo o atendimento; e a rede de atenção disponível.

A atenção integral em LC a pessoas em situação de violência, ao considerar todas as especificidades supracitadas, possibilita traçar planejamentos individualizados e em rede, estabelecendo uma divisão de res-

ponsabilidades entre os envolvidos no processo (famílias, profissionais e serviços).

Dimensões da linha de cuidado para atenção à violência

A LC para a atenção à criança e ao adolescente em situação de violência inclui a promoção de uma cultura de paz, os diversos níveis da prevenção da violência (primária, secundária e terciária) e prevê as seguintes dimensões do atendimento às vítimas: acolhimento, assistência biopsicossocial (incluindo a notificação), seguimento dos casos e trabalho em rede. (BRASIL, 2010) Trataremos, neste capítulo, apenas das dimensões do atendimento.

Acolhimento

O acolhimento pode e deve ser feito em todo contato do paciente /da família na rede, ou seja, via qualquer porta de entrada (desde uma unidade de atenção básica até a terciária) e em cada contato subsequente. O acolhimento acontece, portanto, não apenas na recepção do serviço de saúde, mas no decorrer de todos os encontros entre profissionais e pacientes/famílias na LC.

De acordo com Ayres (2004, p. 23), “é no contínuo da interação entre usuários e serviços de saúde, em todas as oportunidades em que se faça presente a possibilidade de escuta do outro, que se dá o acolhimento”. Cabe ressaltar que esta escuta precisa ser diferenciada e fruto de um real interesse do profissional por conhecer o que o paciente traz para o atendimento (por meio de palavras, silêncios, reações, gestos).

As pessoas, em geral, relatam poucas oportunidades de escuta na rede de saúde. Ao abrirmos este espaço para as famílias em situação de violência, é comum que as questões mais íntimas sejam trazidas para a consulta, possibilitando a compreensão do contexto em que a criança está inserida e das condições que levaram a sua exposição à violência, auxiliando também nas escolhas de soluções para enfrentar o problema.

Em se tratando de crianças, o acolhimento tem a particularidade de ter que, obrigatoriamente, se estender à família, pois a menos que a proposta seja de destituição do poder familiar (o que na nossa experiência é

muito rara), é ela que fará o percurso na LC junto com a criança. Entretanto, a maior parte das violências contra crianças e adolescentes é praticada pelos próprios familiares, o que torna o acolhimento dos responsáveis um grande desafio para os profissionais.

Nesse sentido, cabe lembrar que o papel dos profissionais de saúde é atender o paciente em sua integralidade, auxiliando na sua proteção. Não é sua função a punição dos autores da agressão, que poderá ser feita em outro momento e espaço pelo Conselho Tutelar ou pelas instâncias judiciais. Sendo assim, o acolhimento dos responsáveis, inclusive daqueles que tenham sido os autores da violência, faz parte do atendimento da família. Trata-se de uma etapa fundamental para que essas pessoas reconheçam seus atos e os possíveis danos causados à criança, possam refletir a respeito e se responsabilizar por eles, construindo mudanças de comportamento duradouras e proporcionando um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da criança.

Uma postura não julgadora por parte dos profissionais pode garantir uma relação de confiança, evitar reações negativas ou mais sofrimento para a criança e os familiares. Além disso, pode auxiliar na construção ou fortalecimento do vínculo com a família, gerando um ambiente propício aos relatos mais delicados e, às vezes, até constrangedores, sobre o que se passa naquele núcleo familiar.

O acolhimento a cada encontro é importante, ainda, para que os familiares sintam-se seguros em relação aos serviços de saúde e a intervenção terapêutica possa se desenvolver a contento. Encaminhamentos para outros serviços, os desdobramentos da notificação e os contatos com o Conselho Tutelar e as instâncias judiciais são situações delicadas que ocorrem na atenção a vítimas de violência e cujo enfrentamento demanda relações fortalecidas que permitam conversas francas sobre as dúvidas e ansiedades de todos os envolvidos.

Assistência biopsicossocial

Figueiredo (2009) identifica três funções do cuidado: acolhimento; reconhecimento do objeto dos cuidados no que ele tem de próprio e singular; e o questionamento, função na qual o cuidador (aqui representado pelo profissional de saúde) exerce papel de agente de confronto e do limite. Essas três funções compoem a parcela “ativa” do cuidado e precisam agir

em equilíbrio dinâmico para que os cuidados efetivamente proporcionem a instalação de uma capacidade de fazer sentido ao indivíduo (no caso, os membros da família). O autor ressalta que, por outro lado, é importante que o cuidador saiba também se ausentar quando necessário, moderando seus afazeres, deixando que o objeto de cuidado cresça neste espaço desobstruído e possa introjetar as funções cuidadoras, passando ele próprio a exercer os cuidados.

É com essa ideia que as ações da LC devem ser planejadas em cada situação, buscando desenvolver com as famílias a capacidade de cuidar de seus membros sem o uso da violência. Para atingir este objetivo, os profissionais de saúde não podem se restringir à abordagem das consequências às vítimas, mas exercer a prática da proteção integral da criança, para a qual é imprescindível que, aos aspectos biológicos, sejam acrescentados os psicológicos e socioculturais de vida do paciente. (BANNWART; BRINO, 2012) Cabe considerar que os autores da agressão, as vítimas e as demais pessoas que compõem a família mantêm vínculos que vão para além das relações que desencadeiam a violência. Os afetos existentes entre eles precisam ser identificados, valorizados e incluídos no processo de atendimento.

A identificação de uma criança em situação de violência nem sempre é uma tarefa simples. A exposição à violência pode se manifestar por meio de lesões, alterações comportamentais ou emocionais, que são, em sua maioria, inespecíficas. Parte das vítimas sequer apresenta tais manifestações e, ainda que elas apareçam, os familiares e profissionais nem sempre reconhecem ou associam à causa. Muitas vezes, ainda que os familiares as detectem, não as trazem espontaneamente para as consultas.

Por isso, recomenda-se que o profissional: questione consistentemente crianças, adolescentes e pais a respeito das relações familiares e de situações de violência no dia a dia; pergunte sobre fatos desencadeantes e detalhes dos eventos; esclareça as suspeitas (levantar falsas suspeitas ou falhar no diagnóstico é igualmente prejudicial); e esteja preparado para reconhecer sinais, sintomas e comportamentos comuns em crianças expostas à violência.

É necessária certa cautela sobre quando e como expor para a família que há uma suspeita de violência, na medida em que os sinais e sintomas inespecíficos podem ser comuns a diversas formas de violência ou mesmo decorrer de outros problemas da vida da criança. São exemplos a ansieda-

de, a depressão, a baixa autoestima e os desajustes sociais. Uma análise do contexto em que essas questões surgiram torna-se imprescindível. A suspeita pode ser posta para a família como uma das causas para o problema, devendo o profissional avaliar como se dá a reação a esta possibilidade aventada. Fundamentar a suspeita é um passo essencial para a boa condução da situação na LC.

Lesões ou queimaduras com marca do objeto utilizado, certos tipos de fraturas e algumas doenças transmitidas exclusivamente por meio de contato sexual são manifestações mais específicas da ocorrência de violência. Consideramos também que a fala da criança deve ser sempre valorizada quando esta relata estar sendo vítima de atos violentos. Na nossa experiência, a mentira por parte da criança não é comum. Caso ela esteja sendo orientada a contar fatos que não ocorreram, é também vítima (nesta circunstância, de abuso psicológico) e merece toda a atenção profissional.

A avaliação da possível ocorrência de violência é geralmente feita por meio de entrevistas (com a criança, os familiares e outras pessoas que possam contribuir para a construção mais aproximada do que ocorreu) e, no caso dos serviços de saúde, complementada com exames físicos e laboratoriais pertinentes a cada caso, especialmente úteis para o diagnóstico diferencial com patologias que podem se manifestar com sinais e sintomas semelhantes aos da violência.

Alguns protocolos sugerem abordagens dos casos de acordo com níveis de gravidade. Como exemplo, citamos o da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, de Curitiba, que propõe uma pontuação para classificação dos casos em níveis de gravidade leve, moderado e grave a partir da avaliação de fatores de risco relacionados à vítima, ao tipo de agressão, à família e ao provável autor de agressão. Apesar de propor esta forma de abordagem, Muraro (2008) resalta que este sistema de pontuação deve ser entendido como um suporte, e não “como uma fórmula matemática exata”. Sugerem que o bom senso e a experiência do profissional prevaleçam sobre cálculos ou fórmulas, uma vez que se está lidando com questões extremamente delicadas. (MURARO, 2008)

De fato, na prática, são tantos os fatores que colaboram para que os casos sejam mais ou menos graves, que se torna difícil encaixá-los em classificações fechadas. Dentre os fatores que influenciam o impacto da violência na criança e na sua família, ressaltamos: o nível de desenvolvi-

mento psicológico e a idade da vítima; a capacidade de enfrentamento e de superação de adversidades (resiliência, tanto da criança quanto da família); a duração dos maus-tratos (de um modo geral, os crônicos deixam mais sequelas emocionais); o significado psicológico do autor da agressão para a criança (quanto mais próximo, pior para que a criança compreenda a violência cometida e as ações de responsabilização voltadas para ele); a natureza específica do abuso; a reação da família (para crianças muito pequenas, que não compreendem a dimensão do que lhes ocorreu, algumas reações de pessoas próximas à descoberta do abuso – agressividade, desequilíbrio emocional, separações bruscas – causam efeitos mais danosos do que os próprios atos suspeitos ou mesmo confirmados de violência); rede de apoio (quando presente é um elemento importantíssimo como fator mediador para diminuir os danos, especialmente quando nela há figuras de apego para a criança); mecanismos de compensação (tal como o afeto de outras pessoas).

Na nossa instituição não utilizamos a classificação de gravidade, mas acreditamos que ela ajude profissionais menos experientes ou que não disponham de equipe para uma avaliação mais aprofundada da situação de violência. O importante é que se consiga avaliar os riscos para o paciente (e, algumas vezes, para o familiar que está protegendo a criança) e decidir sobre o(s) foco(s) de atenção necessário(s) para abordagem adequada ao caso e a proteção de todos.

A notificação de casos suspeitos e confirmados ao Conselho Tutelar é obrigatória por lei para profissionais das áreas da educação e da saúde, sendo que esses últimos devem também encaminhar a ficha de notificação à Secretaria de Saúde, uma vez que a violência contra crianças e adolescentes é um evento de notificação compulsória.

A notificação precisa ser entendida pelos profissionais como uma ação protetiva para a criança e não uma ação punitiva para os autores da agressão. Só assim conseguirão fazer este procedimento de forma mais tranquila e segura, transmitindo esta mesma visão às famílias.

O preenchimento da Ficha de Notificação Individual/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências em três vias é recomendável, sendo a original enviada ao serviço de Vigilância em Saúde/Epidemiológica, da Secretaria de Saúde do Município; a segunda encaminhada ao Conselho Tutelar e/ou autoridades competentes (Vara da Infância e

da Juventude ou Ministério Público); e a terceira via arquivada na Unidade de Saúde que prestou o atendimento.

O fato de não dispor da ficha de notificação não deve ser impedimento para a comunicação do caso, podendo o profissional enviar os dados (nome da criança, endereço e telefone, nome do responsável e a situação que suscitou a notificação) em um receituário ou mesmo diretamente por telefone ao Conselho Tutelar mais próximo à residência da criança. Outros canais federais para comunicação de violência são o Disque 100 (Disque Denúncia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes), o e-mail disquedenuncia@sedh.gov.br e o Disque 180 (Centro de Atendimento à Mulher).

Quando há violência física ou sexual grave, negligência nos cuidados de lactentes ou onde existe a possibilidade de as vítimas serem mantidas como reféns dos autores da agressão, as medidas de proteção podem ser solicitadas de forma emergencial aos órgãos de proteção legal. Nesses casos, os serviços de saúde podem dispor da internação hospitalar até que outras medidas possam ser implementadas. Sendo indicado o afastamento entre a criança e o autor da agressão, a Justiça pode optar pelo acolhimento institucional da vítima (abrigo) caso não haja outras opções na família ou no meio social.

Além do esclarecimento da situação, da notificação e das medidas clínicas mais imediatas que porventura sejam necessárias (profilaxia de DST/HIV/hepatites, suturas, imobilização de fraturas, tratamento da síndrome do estresse agudo etc.), é também neste momento inicial que se planeja o acompanhamento, propondo-se a LC mais adequada ao caso, de preferência em conjunto com a família. As necessidades biológicas, sociais e psicológicas, da criança e dos familiares, precisam ser contempladas, lembrando-se que nem todos os casos apresentam demandas dessas três ordens e que o peso de cada uma delas também é variável de caso a caso, além de mudar no decorrer do tempo em uma mesma situação.

Por fim, os profissionais precisam estar atentos para compreender as suas próprias reações durante os atendimentos. Negação, angústia, indignação, medo, revolta e dúvidas podem acontecer. Aprender a contorná-las, tentando superar ou lidar com elas de modo que não interfiram de forma negativa no trabalho desenvolvido, não é tarefa fácil. Trata-se de mais uma habilidade a ser desenvolvida. Caso se sinta desconfortável para lidar com

determinada situação ou família, é recomendável deixar que outro profissional atenda o caso.

Nesse sentido, é essencial um trabalho desenvolvido em equipe, com profissionais de diferentes áreas que discutam os casos regularmente, onde haja espaço para esclarecimento de dúvidas e apoio mútuo com divisão de responsabilidades.

Seguimento dos casos

O acompanhamento da família é parte fundamental da LC e pode ser feito mesmo por quem não tem experiência para lidar com esses casos. Quando uma família opta por revelar uma situação para determinado profissional, ou se este levanta uma suspeita e a coloca em discussão no espaço da consulta, entendemos que este profissional passa a integrar a LC. Independentemente dos encaminhamentos que faça para esclarecer a questão, fica eticamente comprometido com os desdobramentos, sendo recomendável oferecer apoio e solidariedade à família em seu percurso na LC. Até mesmo as suspeitas que não se confirmam posteriormente são motivo de oferecer apoio à família, pois a hipótese de que uma violência possa ter ocorrido (especialmente quando intrafamiliar), costuma desorganizar a vida dos envolvidos e merece ser bem trabalhada no âmbito dos atendimentos.

Ao decidir pelo acompanhamento, é importante ter em mente alguns fatores que dificultam a elaboração de planos fechados para abordagem de longo prazo: frequentemente a composição familiar se altera no decorrer do tempo (especialmente quando a violência é intrafamiliar); as famílias mudam de residência (alterando os componentes da rede de serviços existentes no local de moradia); e as necessidades da criança e da família se alteram na medida em que avanços são feitos com o tratamento ou que surgem novos problemas.

A organização do seguimento da família é individualizada sob vários aspectos: a periodicidade das consultas, os profissionais que precisarão ser envolvidos, os familiares a serem chamados e a forma de inserção de cada um deles, bem como a participação mais ou menos direta da criança nesses encontros (muitas vezes o foco do trabalho não é a criança, sendo desnecessário ou não recomendável que ela participe em todos os momentos). De preferência, as decisões a respeito dessas opções e os ajustes que se

façam necessários devem ser discutidos em equipe no decorrer do acompanhamento.

Cabe lembrar que o sofrimento do paciente não se dá exclusivamente por conta da violência em si. É influenciado também por um conjunto de fatores relacionados a ela, tais como a forma como se dá a revelação pela criança ou a descoberta do abuso por outra pessoa; o processo de investigação (que envolve novas vivências por serviços antes desconhecidos como Conselho Tutelar, Fóruns da Justiça, IML); a exposição da vítima em decorrência da necessidade de relatar repetidamente o ocorrido em diferentes momentos e lugares; a estigmatização da família; a participação no processo legal; e a eventual punição de um autor de agressão por quem a criança nutre afeto, dentre outros. Todas essas questões precisam ser consideradas nas consultas para que o profissional possa compreender as angústias da criança e dos familiares e saiba respeitar seus momentos mais difíceis.

Na nossa experiência, as principais dificuldades no seguimento são a má adesão ao tratamento (tanto em termos de comparecimento às consultas por uma série de dificuldades da família, quanto em termos de seguimento das ações acordadas), o difícil acesso aos autores da agressão (nos casos onde não são eles que trazem a criança regularmente à instituição) e as carências da rede de atenção e proteção (em especial para atender às questões sociais e psicológicas).

Apesar dessas dificuldades e do abandono por parte de algumas famílias, o acompanhamento geralmente é possível, mesmo que não seja do modo que o serviço considera ideal. É feito o acompanhamento possível - e não o desejável e necessário - na medida em que as famílias fazem o que podem e avançam o quanto conseguem.

Os saberes da família, seus limites e suas potencialidades têm que ser conhecidos por todos (profissionais e os próprios familiares) para que sejam trabalhados neste processo. As resoluções tomadas precisam se basear “nas necessidades, nos limites e nos desejos de cada um dos envolvidos, isto é, no tempo singular que cada situação impõe”. (GRYNER; RIBEIRO, 2011, p. 61)

Um aspecto a ser ressaltado é que a família, algumas vezes, está mais voltada para os próprios sentimentos do que para o sofrimento da criança. Isto ocorre, por exemplo, quando está disposta a se vingar do autor da agressão e, para isso, tenta de forma intempestiva obter a confirmação do

abuso por meio da criança (quer forçando seus relatos, quer levando-a para exames físicos em diferentes serviços a fim de conseguir uma evidência do abuso), ignorando seus medos ou sua vergonha em relação ao ocorrido. Gryner e Ribeiro (2011) lembram que cada criança reage de uma maneira, e enquanto algumas precisam falar sobre o que lhe aconteceu, outras precisam ser acolhidas em seu silêncio, devendo-se compreender esta impossibilidade de falar como uma maneira de expressar o que se passou. Na nossa experiência percebemos que é importante esclarecer comportamentos como esses para os responsáveis, a fim de que eles possam nos auxiliar no cuidado da criança. Quando os familiares não conseguem respeitar as particularidades e o tempo da criança, eles próprios precisam ser colocados como foco da atenção, algumas vezes até de forma prioritária no tratamento.

O acompanhamento fortalece do vínculo entre profissional e família. Só assim proporciona-se ambiente para que aspectos da intimidade sejam trazidos para o espaço das consultas, o que pode acontecer muito tempo após o começo do atendimento, quando já se adquiriu confiança no profissional.

Trabalho em rede

Componente importante da LC é uma rede de serviços que articule pessoas e instituições não apenas da área da saúde (rede intrasetorial), mas também da educação, assistência social, Conselhos Tutelares, lideranças comunitárias, Justiça, delegacias especializadas e organizações não governamentais (rede intersetorial). Só assim é possível alcançar a meta de atender integralmente o paciente e sua família, já que a partir da situação de violência é muito comum que sejam trazidos para os encontros uma série de outros problemas e demandas da família. Por afetarem o bem-estar de todos, essas questões precisam ser consideradas no momento em que se aciona o atendimento em rede, mesmo quando elas não se configuram em risco para a eclosão da violência.

Compreende-se como rede “um espaço de formação de parcerias, cooperações e articulações dos sujeitos institucionais”. (LORENCINI; FERRARI; GARCIA, 2002, p. 298) Estes autores nos lembram que a articulação entre as redes de defesa e proteção exige organização do sistema de atendimento, prevenção e responsabilização.

Castro e Oliveira (2009) alertam que é preciso diferenciar uma eventual ação articulada, de uma atuação em rede de longo prazo. Uma eventual ação articulada pode ser o início de um processo de articulação de atendimento em rede. Segundo estas autoras, o **atendimento em rede** é a prática de atendimento numa perspectiva de rede, o que exige articulação, integração e complementaridade das ações de cada órgão ou serviço que faz parte dessa rede. Em contrapartida, uma **rede de atendimento** seria um conjunto de órgãos e serviços da rede de atendimento, que não necessariamente atua de forma articulada, integrada ou complementar.

Para o trabalho efetivo de uma rede de proteção contra a violência, Muraro (2008) considera a presença das seguintes características básicas fundamentais: flexibilidade, diversidade, horizontalidade, multiliderança, corresponsabilidade, compartilhamento, autonomia e sustentabilidade.

Pensar em rede significa conceber a idéia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulneráveis ou em situação de risco social ou pessoal. (MURARO, 2008, p. 25)

Para que isto aconteça é necessária uma mudança de olhar de cada setor. Dentre alguns passos recomendados por Castro e Oliveira (2009) para a estruturação do trabalho em rede, destacamos: (1) a identificação dos potenciais parceiros, mapeando aqueles que trabalham direta ou indiretamente com crianças e adolescentes; (2) o conhecimento e a agregação dos parceiros, identificando suas funções, limitações, possibilidades de ação e em que situações cada um deles poderia trabalhar em parceria; (3) a construção dos objetivos da rede, que devem ser comuns a todos os integrantes; (4) a organização de eventos para capacitações/sensibilizações e para integração entre os componentes da rede; (5) a construção conjunta do planejamento da rede e a realização das ações concretas a serem implementadas por cada instituição, dentro de suas responsabilidades específicas; (6) a realização do acompanhamento e da avaliação da estrutura da rede, destacando-se os ajustes em seus diferentes aspectos e a verificação de superposição de tarefas e falta de recursos na área, a fim de adequar a oferta de serviços à realidade das situações vivenciadas pela população atendida na rede.

O trabalho em rede é um mecanismo eficaz para a interrupção da violência contra crianças e adolescentes, favorece uma visão ampliada dos casos, permite que se planejem ações integradas e é uma forma de compartilhar responsabilidades sobre os casos, permitindo que cada setor atue com foco nas questões que lhe cabem. Várias instituições que atendem a crianças e adolescentes em situação de violência procuram discutir os casos, de forma sistemática ou em situações de crise, com os componentes da rede envolvidos no atendimento.

O acesso a informações que se complementam e a troca de saberes e experiências entre os integrantes da rede é bastante útil na condução dos casos. Por exemplo, os professores encontram a família frequentemente na escola e conhecem os alunos no seu dia a dia e nas relações com outras pessoas; os agentes comunitários da Estratégia de Saúde da Família fazem visitas domiciliares e conhecem as relações da família em seu próprio território; os profissionais de saúde têm acesso aos dados clínicos e aos meios para implementar tratamentos; as ONG muitas vezes dispõem de recursos que são precários na rede de serviços públicos (atendimento psicoterápico, programas sociais que recebem pais e crianças); e os conselheiros tutelares e os profissionais do sistema de justiça podem aplicar medidas imprescindíveis para a proteção da criança. Embora nem sempre todas essas ações sejam necessárias em um mesmo caso, é fácil perceber como são complementares e o quanto acionar essa diversidade de recursos pode beneficiar a família e ajudar os profissionais na condução do caso.

Na prática, este trabalho em rede não é uma tarefa fácil. Demanda não apenas um novo olhar, mas novas posturas de profissionais de saúde não habituados a ele. Requer, muitas vezes, esforços pessoais, já que as instituições não dispõem de recursos humanos específicos para fazer os contatos e é necessário que o próprio profissional que prestou o atendimento repasse informações, reconhecendo seu valor como integrante da rede. Além disso, pode haver conflitos interinstitucionais em relação às medidas a serem tomadas e aos tempos que cada instituição precisa e dispõe para dar conta de determinadas demandas.

Entretanto, acreditamos que a rede, ainda quando precária, sempre deve ser acionada. Suas carências expõem as fragilidades da LC, podendo ser uma motivação para que gestores tracem mudanças ou implementem políticas públicas já existentes para a proteção de crianças e adolescentes e para o enfrentamento da violência.

Considerações finais

A chegada de pacientes com sinais e sintomas decorrentes de envolvimento com violência costuma causar um grande desconforto nas equipes de saúde. Quando se trata de crianças e adolescentes, a mobilização é ainda maior, devido à fragilidade que eles representam e à necessidade de proteção que demandam por parte de toda a sociedade. Conduzir essas situações, portanto, é sempre um desafio. Além das dificuldades inerentes aos próprios casos e à rede de serviços, discutidas neste capítulo, é necessário que os profissionais revejam suas crenças e seus valores, aprendendo a respeitar os de outras pessoas (pacientes, familiares e colegas). É com esta visão que todos devem planejar e implementar cada LC, a fim de alcançar o cuidado integral das vítimas de violência.

Referências

- AYRES, José Ricardo de Carvalho M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.13, n. 3, p.16-29, set./dez. 2004.
- BANNWART, Thais H.; BRINO, Rachel F. Maus-tratos contra crianças e adolescentes e o papel dos profissionais de saúde: estratégias de enfrentamento e prevenção. In: HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H. (Org.). *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 255-265.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 104 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
- CASTRO, Ana Cristina de.; OLIVEIRA, Vera Lúcia A. Comunicação e mobilização dos conselhos tutelares e de direitos da criança e do adolescente com instituições parceiras, redes de serviços e sociedade civil. In: ASSIS, Simone G. et al. (Org.). *Têoria e prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 225-254.
- CECCIM, Ricardo B.; FERLA, Alcindo A. Linha de cuidado: a imagem da mandala na gestão em rede de práticas cuidadoras para uma outra educação dos profissionais de saúde. In: PINHEIRO, Roseni.; MATTOS, Rubem Araújo. (Org.). *Gestão em redes: práticas de avaliação, formação e participação na saúde*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006. p. 165-184.
- CECCIM, Ricardo B. Linha de cuidado em obstetrícia e neonatologia: dispositivo para a integralidade da atenção em saúde da mulher e uma imagem para a educação

dos profissionais de saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM OBSTETRÍCIA E NEONATAL, 5, 2007. Bento Gonçalves. *Anais...* Bento Gonçalves: ABENFO, 2007. Disponível em: <<http://www2.ghc.com.br/gepnet/docscursos/gestao/gestaomaterialdidatico42.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CECCIM, Ricardo B. et al. (Org). *Produção de conhecimento regional e informação técnico-científica em saúde suplementar para a região sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. As diversas faces do cuidar: considerações sobre a clínica e a cultura. In: MAIA, Marisa Schargel. (Org). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p.121-140.

FRANCO, Camila M.; FRANCO, Tulio B. *Linhas do cuidado integral: uma proposta de organização da rede de saúde*. [2007?]. Disponível em: <<http://www.saude.rs.gov.br/dados/1312992014173Linha-cuidado-integral-conceito-como-fazer.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

GRYNER Simone.; RIBEIRO, Paula Mancini C. M. *A escuta que escreve história*. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV), 2011 80 p.

LORENCINI, Beatriz Dias B.; FERRARI, Dalka C. de A.; GARCIA, Márcia Rosana C. Conceito de redes. In: FERRARI, Dalka C. de A.; VECINA, Tereza C. C. (Org). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora. 2002. p. 298-309.

MURARO, Hedi Martha Soeder (Org.). *Protocolo da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para violência*. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Secretaria Municipal de Saúde, 2008. 160p.

CAPÍTULO 10

Do apoio às vítimas de crime em Portugal

Elisa Brites
Elsa Beja

Introdução

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) é instituição particular de solidariedade social de âmbito nacional, cuja missão é promover a proteção e o apoio a vítimas de infrações penais em geral e em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, e da prestação de apoio emocional, social, jurídico, psicológico e económico. Incentiva o voluntariado e o mecenato social. Colabora com as entidades da administração da justiça, policiais, de segurança social, da saúde, bem como as autarquias locais, regiões autónomas e outras entidades públicas ou particulares, na defesa e exercício efetivo dos direitos e interesses da vítima e respectivas famílias. Busca também contribuir para a divulgação dos princípios da justiça restaurativa e promover a implementação de práticas de mediação vítima-infrator, promover e participar em programas, projetos e ações de informação e sensibilização da opinião pública. Contribui, ainda, para a adoção de medidas legislativas, regulamentares e administrativas facilitadoras da defesa, proteção e apoio à vítima de crime, com vista à prevenção dos riscos de vitimação e atenuação dos seus efeitos.

Sendo a APAV a instituição por excelência que apoia vítimas de crime em Portugal, não deixa de ser procurada por pessoas com outras problemáticas, que são atendidas e encaminhadas para os serviços adequados à natureza das suas necessidades. No presente artigo, focar-nos-emos no

apoio prestado aos utentes que se consideram, e que efetivamente são, vítimas de crime, ou seja, que sofrem uma ação ou omissão tipificada como crime segundo a lei portuguesa. Como tal, começamos por nos debruçar sobre o perfil do técnico de apoio à vítima.

O técnico/a de apoio à vítima

O técnico de apoio à vítima é todo aquele que presta serviço de apoio direto às vítimas de infrações penais, pois o apoio a este tipo de utente pressupõe e exige um perfil de capacidades muito próprio, com o intuito de desenvolver um trabalho, que auxilie de forma competente e solidária todas as vítimas de crime. Deve, pois, ter aptidões pessoais e técnicas para que o trabalho efetuado abranja os mais altos padrões ao nível do trabalho desenvolvido. O técnico deve deter competência pessoal para a missão da APAV, necessitando dela para a resolução dos problemas que afetem outras pessoas no âmbito do apoio que se propõe prestar. Assim deve, designadamente, ter:

1. Aptidão relacional: ou seja, deve saber gerir de modo adequado as suas relações humanas, de forma a coexistir um relacionamento pacífico e minimizador de conflitos para todos aqueles que com ele se relacionam, quer sejam utentes à procura de apoio, quer sejam colegas de trabalho.
2. Tolerância e respeito: o técnico deve respeitar os costumes e valores das vítimas, sem impor os seus, desde que aqueles não colidam com normas constitucionais ou legais em vigor;
3. Autogestão emocional: a capacidade que o técnico deve ter, de saber gerir as suas emoções de forma a manter o seu equilíbrio emocional e saber lidar com todas as problemáticas, no âmbito do atendimento, é inerente por parte de quem acompanha vítimas de crimes, assim como o saber lidar com eventuais ameaças por parte de agressores de vítimas em processos de apoio.
4. Vocação, disponibilidade e vontade pessoal para a solidariedade social: requisito que faz parte da própria natureza jurídica da APAV, deve contudo ser uma aptidão de carácter pessoal, pelo que a sua carência priva o técnico do seu sentido de missão.

O técnico deve, ainda ter competência técnica, nomeadamente quanto à formação académica que fornece a área científica da sua formação, a qual será aprofundada com a experiência que adquire do trabalho que desenvolve junto das vítimas de crime, assim como da formação que recebe enquanto técnico/a de apoio à vítima. Deve igualmente obter formação no âmbito da vitimologia, para que adquira domínio sobre as diversas temáticas e práticas quotidianas no âmbito do apoio à vítima. O técnico deve estar preparado para responder às situações de desgaste em que se coloca diariamente ao trabalhar nas diversas problemáticas que as vítimas lhe apresentam.

Atendimento

O técnico de apoio à vítima deve fazer coexistir a competência técnica com a competência pessoal, de modo que os seus procedimentos sejam os mais ajustados perante a solicitação da vítima. Os utentes podem solicitar apoio presencialmente, num gabinete de atendimento; ou por telefone; ou, ainda, por escrito, enviando cartas ou correio electrónico. Procura, no entanto, privilegiar o atendimento presencial, por ser aquele que permite um melhor conhecimento da vítima e das suas problemáticas.

Num atendimento presencial, o técnico deve ter em conta alguns aspetos não diretamente relacionados com o atendimento *stricto sensu*, devendo também ser adotadas regras elementares de bom trato e cortesia, também porque ajudam a mostrar ao utente que é bem-vindo num momento que é para si difícil. O/a utente deve ser recebido de forma amável devendo de seguida ser encaminhado para a sala de espera, ou se o técnico de apoio à vítima estiver disponível, para a sala de atendimento. Preferencialmente, o utente, para ser atendido, não deve esperar mais de quinze minutos, porém se isso não for possível, deverá ser explicado ao/a utente o motivo da demora, solicitando a sua compreensão. A sala de espera deve ter as condições de conforto para acomodar os utentes com a dignidade exigida. O atendimento aos utentes deve ser efetuado por ordem de chegada, salvo quando existir marcação prévia, igualmente deve-se dar prioridade às pessoas idosas, ou aqueles que manifestarem sinais de se encontrarem em crise, assim como aos que apresentam sequelas físicas que se possam considerar constrangedoras diante de outros utentes.

Se o/a utente vier acompanhado/a, o técnico de apoio à vítima deve pedir que o/a acompanhante aguarde na sala de espera, a não ser que haja manifestação expressa por parte do/a utente que o mesmo esteja presente no atendimento. Na sala de atendimento, o técnico deve convidar o/a utente a sentar-se no lugar mais confortável. Estando o/a utente a evidenciar sinais de se encontrar em crise, como chorar, deve-se oferecer-lhe lenços de papel e água, se desejar fumar, deve-se oferecer-lhe um cinzeiro.

Não se deve conversar de pé com o/a utente estando este sentado. Se o/a utente estiver acompanhado por crianças, deve-se pedir a outro técnico que cuide delas durante o atendimento, de preferência noutra espaço do gabinete, onde tenham brinquedos e jogos apropriados à idade de cada criança. O técnico de apoio à vítima deve acompanhar o/a utente à saída do local de atendimento.

Poderá ser necessário realizar atendimentos presenciais em espaços físicos externos as gabinetes de apoio à vítima, porém estes deverão ter carácter excecional, que podem efetuar-se em casa da vítima, no hospital ou num estabelecimento prisional. Para este efeito, o técnico de apoio à vítima deve ter em conta alguns requisitos, como algum tipo de dificuldade que a vítima tenha em dirigir-se ao gabinete de apoio (situações desta natureza poderão ser, por exemplo, pessoas idosas acamadas, pessoas com algum tipo de deficiência sem mobilidade ou ainda alguém que resida num local distante e sem acessibilidade fácil ou sem meio de transporte); algum cuidado especial que deva existir com a segurança da vítima e do técnico no decurso de uma intervenção no terreno (o técnico deve ter sempre como critério a segurança, dele próprio e da vítima). Em circunstâncias destas, pode surgir inesperadamente o autor da vitimação, e existindo motivos para temer a sua reação, não subsistem condições para se efetuar a intervenção por parte do técnico, neste caso, aquele poderá solicitar escolta policial.

O técnico deve integrar-se numa equipa multidisciplinar. As parcerias técnicas facilitam o acesso ao/a utente e a discrição quanto à natureza do atendimento que vai fazer, podendo ser uma forma de não levantar suspeitas, para segurança das pessoas envolvidas e principalmente da vítima. Deve possuir para o efeito uma expressa autorização do/a gestor/a do gabinete de apoio à vítima, o técnico deve solicitar sempre expressa autorização do/a gestor/a do gabinete para a realização de uma intervenção no terreno e posteriormente deve comunicar-lhe os aspetos positivos e as

dificuldades que foram sentidas no decurso da mesma, efetuando-se uma avaliação conjunta.

Existindo autorização para ser efetuado o atendimento fora do espaço físico do gabinete de apoio à vítima, o técnico deve ter em conta os seguintes aspetos:

1. Definição de uma finalidade e de objetivos. O técnico deve definir claramente, por escrito quais as finalidades e objetivos do atendimento a realizar. Estes devem estar de acordo com a missão da APAV e com as necessidades próprias do processo de apoio que está a ser desenvolvido com **aquela vítima** em concreto;
2. Definição de estratégia. O técnico deve definir com os outros profissionais uma estratégia própria da finalidade e objetivos da visita, como a marcação com a própria vítima de uma data para efetuar o atendimento, a constituição da equipa de profissionais, organizar os contactos telefónicos necessários, assim como o meio de transporte a utilizar e que seja mais adequado à situação, ponderando sempre a possibilidade de se fazerem acompanhar por uma escolta policial, por questões de segurança;
3. Preparação do atendimento. O técnico deve reunir os materiais e objetos necessários, como os documentos de identificação pessoal, folhas em branco, esferográfica, cartões-de-visita, roupas (conforme as necessidades da vítima) etc.
4. Entrada num espaço privado. O técnico deve ter em conta o facto de estar a entrar num espaço físico distinto do espaço de atendimento em contexto de gabinete. Assim, deve mostrar-se à vontade em casa do visitado, sem demonstrar desagrado, repugnância ou deslumbramento, ou qualquer outra atitude menos adequada quanto ao que o rodeia. Deve ainda o técnico respeitar o pudor do visitado em função das necessidades pessoais que aquele precise (por exemplo, o técnico deve sair do quarto para que a vítima faça a sua higiene diária, etc.);
5. Empatia com o visitado. O técnico deve criar com o visitado uma atitude própria de que é bem recebido para uma visita, fazendo cumprimentos simpáticos, entrando em casa com grande discrição e elegância, sem entrar apressado, mas com sobriedade e pedindo licença, esperando que lhe seja indicado o caminho, poderá mesmo fazer uma conversa inicial sobre assuntos tri-

viais, de forma a serenar o ambiente. É preferível, no entanto, que o técnico decline simpaticamente a oferta de chá, café ou água, se estes lhe forem oferecidos;

6. O atendimento. O técnico deve proceder como num atendimento presencial, deve no entanto adaptar-se para que o atendimento decorra de forma adequada que permita entre outros aspetos, o respeito pela confidencialidade e a segurança, realizando-se a sós com o visitado. É conveniente que se promova todas as condições para que os futuros atendimentos sejam efetuados no gabinete de apoio à vítima, para evitar a dependência emocional ou a acomodação do próprio visitado em relação a posteriores atendimentos.
7. Segurança. O técnico deve zelar pela sua própria segurança, fazendo-se acompanhar por outros profissionais ou ainda por uma escolta policial. Deve ser assegurada ainda, através da promoção de medidas, a segurança da vítima, como a realização do atendimento num horário considerado seguro pela própria vítima, por exemplo, no horário de trabalho do agressor e a necessidade de manter sigilosa aquela visita em relação a terceiros. Assim como prevenir qualquer possibilidade de deixar à vista materiais, como folhetos, cartões, etc., que possam denunciar perante o agressor que a vítima pediu ajuda. Deve ainda não procurar sobressair a sua presença no bairro, no prédio ou à porta do visitado, evitando apresentar-se com sinais que o possam denunciar.

Atendimento telefónico

Deve existir especial cuidado por parte do técnico quando está a efetuar um atendimento telefónico, pois não se encontra diante do utente, tendo apenas como instrumento a sua voz e o discurso. Assim, deve:

1. Atender de imediato as chamadas telefónicas;
2. Atender amavelmente e de forma assertiva, apresentando os serviços, identificando o gabinete de apoio à vítima, seguido de saudação adequada: bom dia ou boa tarde;
3. Apresentar-se e solicitar ao/a utente os seus dados pessoais, assim como o seu contacto;

4. Havendo necessidade de fazer transferência de chamada, esta deve efetuar-se com celeridade. Se não for possível realizar-se de imediato a transferência, explicar essa impossibilidade ao/a utente e perguntar-lhe se prefere ligar mais tarde;
5. Se não houver nenhum técnico disponível para realizar o atendimento telefónico, deve explicar-se essa indisponibilidade ao/a utente e solicitar o seu número de telefone, para se devolver mais tarde a chamada.
6. Deve existir sempre junto ao telefone a lista de contactos dos gabinetes de apoio à vítima e o dossiê de recursos;
7. Deve evitar interromper o diálogo para falar com outra pessoa;
8. Não mastigar ou comer durante a conversação;
9. Evitar que se verifiquem interferências provocadas por ruídos que prejudiquem o atendimento, como conversas na mesma sala, música de fundo ou chamadas de telemóveis;
10. Deve manter um discurso com construções frásicas simples e curtas;
11. Deve manter um tom de voz sereno e claro;
12. Deve ter em conta que o silêncio é sempre mal suportado pelo/a utente, pelo que é necessário, com o tom de voz, mostrar-se disponível, isto é, estar sempre presente;
13. Deve-se colocar sempre ao dispor do utente para ouvir a sua solicitação, usando expressões convidativas, como **Queira dizer, por favor...** ou **Se faz favor...**, principalmente se este parecer hesitante na exteriorização da sua solicitação;
14. Deve ainda reforçar tais expressões, com outras como Não tenha receio, **os nossos serviços são confidenciais...** Se o utente manifestar sinais, como voz trémula e/ou choro, evidenciando estar em situação de crise, o técnico deve tranquilizá-lo imediatamente transmitindo-lhe confiança;
15. Deve evitar que o/a utente repita várias vezes a sua solicitação, se inicialmente deduzir que não é a pessoa indicada para efetuar o atendimento, interrompe-se e explica-se que vai passar o telefone a outro técnico, transmitindo a este o conteúdo da conversação;

16. Deve ouvir atentamente e anotar as informações essenciais, transcrevendo mais tarde para a ficha de atendimento *on-line* os dados recolhidos;
17. Terminar a chamada, sensibilizando o/a utente para se deslocar ao gabinete, se este for vítima de crime, para que seja efetuado um atendimento presencial, no qual a sua situação pode ser mais adequadamente avaliada e como tal o apoio prestado será mais ajustado às suas necessidades, indicando a morada e o horário do gabinete mais próximo da sua residência;
18. Por último, deve agradecer e disponibilizar a APAV para futuros contactos, usando expressões como **Muito obrigado por nos ter contactado, estaremos sempre ao seu dispor.**

O atendimento por escrito

O utente pode dirigir-se à APAV por escrito: por carta, fax ou correio eletrónico. Um facto que ocasiona uma resposta pela mesma via. O/a gestor/a do gabinete poderá encaminhar para o técnico cuja competência seja mais adequada face à problemática apresentada. Após a elaboração da resposta por parte do técnico, o/a gestor/a deve confirmá-la, mediante a junção de um ofício em que a apresenta ao /a utente. As respostas devem ser respondidas num prazo de quinze dias após a data da sua receção, tendo como prioridade aquelas que abordam problemáticas que se afigurem mais urgentes. Deve, na missiva ser fornecida alguma informação acerca dos procedimentos que possam ser úteis tendo em conta a problemática apresentada, por exemplo, transmitir os contactos das instituições ou serviços que o/a utente pode recorrer para fazer face às necessidades de segurança, saúde, os processos judiciais de que se pode socorrer, os apoios sociais de que pode beneficiar.

Instruções dos procedimentos a adotar na preparação da correspondência:

- a) Acusar a receção da carta enviada pelo/a utente, indicando a data do seu envio e/ou da sua chegada;
- b) Se a problemática não for crime, referir o âmbito e a finalidade da APAV e encaminhar para os serviços competentes;
- c) Se a problemática apresentada pelo/a utente o indicar como vítima de crime, reconhecer-lhe esse estatuto;

- d) Deve-se informar brevemente sobre os direitos da vítima e da forma de os exercer;
- e) Sensibilizar o/a vítima para o atendimento presencial no gabinete geograficamente mais próximo da sua área de residência;
- f) Agradecer ao/a utente o seu contacto;
- g) Terminar a missiva, assinar e identificar-se, com o nome e função na instituição.

O primeiro atendimento

É muito importante a forma como decorre o primeiro atendimento. Trata-se geralmente de um momento difícil, quer para a vítima, que se encontra fragilizada por via do crime que sobre si foi cometido, e que, na maior parte das vezes, desconhece o tipo de apoio que a APAV lhe pode prestar; quer também para os próprios técnicos de apoio à vítima, pois têm que ir ao encontro dos diversos objectivos do atendimento inicial. Estamos perante um momento de avaliação mútua, no qual as partes se acham preocupadas com aquilo que o outro pensa.

A vítima apresenta-se frequentemente com muitas expectativas, medos, fantasias, etc. Acha-se geralmente insegura sobre o que se pretende dela tendo muitas vezes apreensão de revelar a um estranho, informações pessoais, mesmo tratando-se de um profissional.

Estes medos e expectativas acompanham o primeiro atendimento e podem ter influência sobre o próprio técnico, daí a importância de serem abordados de forma clara, para se poder iniciar o processo de apoio. Para além de responder a este tipo de percepções e de dúvidas do/a utente, o técnico pode sentir alguma ansiedade, como o receio de ser visto como incompetente, de fracassar no controlo da conversa, de não saber o que dizer, de o/a utente se mostrar pouco cooperativa ou mesmo hostil, ou ainda, de não conseguir responder adequadamente às necessidades que lhe sejam apresentadas.

Para que esta inquietação inicial não afete de forma significativa o primeiro atendimento, o/a técnico deve promover o alívio de tensões e medos, para que se posicione um atendimento produtivo para a vítima e para o próprio técnico.

Qualquer técnico, independentemente da sua área de intervenção, deve estar habilitado a efetuar o primeiro atendimento, já que neste, mais

do que um apoio especializado, se pretende alcançar outras finalidades, a seguir enunciadas. O primeiro atendimento tem duas finalidades:

- 1) Prestação de Apoio Emocional. O primeiro atendimento é, possivelmente, o momento em que o/a utente se manifesta numa situação emocional mais precária, devido à proximidade temporal da ocorrência traumática. É o momento no qual necessita de comunicar com alguém que saiba demonstrar compreensão e, mais do que isso, empatia perante a sua problemática. A qualidade deste tipo de apoio depende essencialmente das competências pessoais de cada técnico, da assimilação e aplicação das regras de comunicação, assim como da experiência que for acumulando na sua prática quotidiana;
- 2) A Recolha de Informação. Esta recolha deve ser tão extensa quanto possível, mas sempre dentro dos limites do necessário, por um lado, e do adequado ao momento, por outro. O técnico deve procurar recolher informação a três níveis:
 - a) História de pré-vitimação e pessoal. O técnico deve analisar a história familiar do/a utente, podendo para tal recorrer a um instrumento de avaliação familiar, um diagrama visual da árvore genealógica da família, que permite compreender o sistema relacional familiar, bem como os acontecimentos biográficos mais importantes. A história educacional e/ou profissional contêm igualmente aspetos importantes, que podem facultar elementos próprios ao contexto social do/a utente assim como à sua rede primária de apoio;
 - b) Narração da vitimação. O técnico deve procurar identificar as origens, a evolução e as dinâmicas de manutenção da vitimação, bem como as iniciativas de resolução do problema. É importante a recolha e exploração de alguns dados, que permitam começar uma avaliação do risco: o detalhe dos incidentes de agressão, os padrões de severidade e de frequência, a identificação dos sinais de alarme, as extensões das lesões provocadas (enquanto indicador da severidade envolvida), o risco de comportamento suicida ou homicida e a existência de factores de risco de ocorrência de violência severa (por exemplo, a posse de arma pelo agressor);

- c) A história pós-vitimação. Tendo como horizonte uma eficaz avaliação do impacto da vitimação, o técnico deve analisar as condições de intensificação ou perpetuação do problema, o que o faz manter-se ou agravar-se. Deve ainda, conhecer as estratégias que a vítima usa para lidar com este, bem como as suas capacidades para gerar a mudança, o que implica conhecer a sua rede primária e secundária, avaliando também o seu grau de isolamento social e a sua situação no contexto familiar. Quanto mais pormenorizada e útil for a informação recolhida, mais correta será a avaliação da problemática e o levantamento das necessidades ao nível jurídico, psicológico e social. Naturalmente, mais eficazes serão as estratégias de intervenção planeadas. Todavia, no caso de o discurso da vítima mostrar incoerências, dúvidas ou omissão de informação importante, devemos explorar outras fontes de informação (familiares, amigos e/ou instituições), mediante prévia autorização do/a próprio/a utente. Assim, um plano de intervenção deve ser estruturado conjuntamente, tendo sempre presente o pedido formulado pelo/a utente. Pedido que não é, por vezes, muito explícito, podendo ser apresentado de forma dissimulada, como uma solicitação de informações ou através do argumento de que é uma pessoa amiga que está a vivenciar a situação descrita. Compete ao técnico proceder à análise daquele pedido, depreendendo o que está subentendido, ajudando o/a utente a falar mais concretamente sobre o mesmo. Deve concentrar-se no presente, pois o pedido de ajuda do/a utente centra -se quase sempre em problemas atuais, embora estes possam ter origem num passado mais ou menos recente. Apesar da ênfase no presente, não deve impedir a construção da história de vida do/a utente, fundamental para uma abordagem global da problemática.
- 3) A avaliação do grau de risco e definição de plano de ação e de segurança. Etapa essencial no processo de apoio, que consiste num conjunto constituído: a) pela análise da situação presente e identificação das situações de risco; b) pela projeção da situação futura e outras medidas realizáveis nas condições reais, prevendo ao máximo as situações de risco. É importante recolher e explorar

alguns dados, de forma a permitir o início da avaliação do grau de risco, como o detalhe dos incidentes de agressão, os padrões de severidade e de frequência, a identificação dos sinais de alarme, as extensões das lesões provocadas - enquanto indicador da severidade envolvida - o risco de comportamento suicida ou homicida e ainda a existência de fatores de risco de ocorrência de violência severa – como por exemplo a posse de arma pelo agressor. Para este efeito, o técnico pode pedir à vítima para fazer a descrição de como poderá ocorrer um eventual crime (incluindo pessoas, circunstâncias, locais, pensamentos e estados emocionais) e ainda para referir alguns pensamentos e comportamentos mais eficazes, de modo a evitar um eventual crime. O plano de ação e segurança pretende-se que oriente e conduza todo o processo de mudança, de molde a passar da situação existente à situação desejada, tendo sempre em conta o bem-estar e a segurança das vítimas diretas e indiretas. Assim, o plano de intervenção deve ser organizado conjuntamente, tendo sempre presente o pedido formulado.

O princípio da autonomia da vítima

O técnico deve ir ao encontro das necessidades do/a utente com quem está a trabalhar e nunca o oposto. Ou seja, o técnico tem que identificar as necessidades mais urgentes e prioritárias na perspetiva do/a utente que podem ser divergentes daquelas que o técnico colocaria em primeiro lugar.

No decurso de todo o processo de apoio, as prováveis respostas às necessidades devem ser sempre estudadas em conjunto com o/a utente: compete ao técnico construir e analisar com aquele/a as diferentes alternativas de resolução dos problemas e informá-lo/a, rigorosamente, dos seus direitos; por sua vez, cabe ao/a utente, enquanto sujeito ativo, tomar as respetivas decisões.

Só assim serão respeitados os seus direitos, a sua dignidade e individualidade. É nisto que se baseia o **Princípio da Autonomia da Vítima**. Para que este **Princípio** seja de facto garantido, há que promover uma decisão informada, cujos pressupostos são os seguintes:

1. A vítima deve estar na posse das capacidades necessárias para poder decidir;
2. À vítima deve existir liberdade de decisão. Não pode ser coagida ou forçada, competindo apenas avaliar o grau de liberdade de cada pessoa para determinada decisão;
3. A vítima deve ser informada sobre os seus direitos, alternativas possíveis e procedimentos a adotar perante cada uma das alternativas, esta informação deve ser proporcionada de modo a que a vítima a compreenda na totalidade, tendo em conta a sua capacidade de assimilação.

Intervenção na crise e intervenção continuada

O tipo de pedido e sua formulação podem estar condicionados pelas circunstâncias que a vítima está a viver, isto é, conforme se encontra, ou não numa situação de crise. Assim, também a intervenção pode ser de dois tipos: Intervenção na Crise ou Intervenção Continuada.

Suponha-se a situação de uma pessoa vítima de violência doméstica que decide sair de casa, por razões de segurança e por ser a única forma de começar a construir o novo projeto de vida que deseja. Numa situação de crise, o trabalho do técnico passará por procurar uma resposta imediata em termos de acolhimento, ao mesmo tempo que se promove um intenso apoio emocional.

Porém, este trabalho tem uma continuidade que muitas das vezes se desenvolve durante um largo período de tempo, pois há que desenvolver esforços em diversas vertentes: busca de alojamento, restabelecimento de laços relacionais e afetivos, ultrapassagem das consequências psicológicas da vitimação, participação em processos judiciais, entre outros aspetos.

Neste sentido, a intervenção, que pode começar a ser delineada logo na situação de crise, não será de forma alguma um trabalho estanque e isolado. É, pelo contrário, um trabalho que encontra a sua continuidade no tempo e na transdisciplinaridade. Quer isto dizer que o processo de apoio à vítima é um trabalho multidisciplinar.

Esta multidisciplinaridade exemplificada num processo de apoio a uma criança vítima de violência doméstica é efetuada pela intervenção de diversos TAV (Técnicos de Atenção à Vítima) de diferentes áreas. Assim, o técnico da área social vai explorar a retaguarda familiar da criança, rea-

lizando um diagnóstico da situação a vários níveis (relacional, económico, de saúde, social e institucional), de forma a conferir os seus recursos e as potencialidades da mudança, ou seja, o técnico deve avaliar a necessidade da criança ser afastada da família. O TAV da área de psicologia é também essencial, pois pretende-se avaliar o impacto causado no menor, para se poder depois trabalhar com ele na ultrapassagem desses efeitos prejudiciais; ao técnico da área jurídica vai competir proceder ao enquadramento legal da situação, orientando, com a maior objetividade, o seu percurso judicial.

Tendo em conta que vítima é a pessoa que sofre os efeitos de um ato classificado como crime e sabendo que este consubstancia um acontecimento traumático, repentino, negativo e violento que põe em causa a integridade física e/ou psicológica da vítima, podem desta forma dar origem a determinadas circunstâncias situacionais de crise. Este estado da vítima deve ser tido em conta pelo TAV, pelo que é importante compreender os seus principais traços. A situação de crise abarca as seguintes repercussões:

- a) Manifestação de reações psicológicas: choro, pânico, confusão, angústia, vergonha, baixa auto-estima, culpa, revolta, perturbações psicossomáticas, predomínio de memórias das vivências traumáticas, entre outras;
- b) Manifestação de pressões sociais e económicas: propiciam o bloqueamento, associadas ao desconhecimento dos seus direitos.

Estes dois traços definem aquilo a que normalmente se designa por negatividade da situação de crise. Perante esta negatividade, o técnico deve, no âmbito da sua relação com a vítima, centralizar-se no desejo de mudança que esta circunstância também comporta. Assim, a situação de crise apresenta-se também como um desafio, que aparece como um desejo, ou positividade da situação de crise, em que o técnico se deve centrar na sua intervenção. A duração e a intensidade da crise dependem essencialmente de três fatores:

1. O grau da violência exercida sobre a vítima;
2. A capacidade da própria vítima para enfrentar o problema;
3. O auxílio que recebe após o episódio traumático.

O apoio prestado num momento de crise é indispensável, exigindo-se uma intervenção imediata junto desta população, que está, per si, extremamente fragilizada. Há várias etapas da Intervenção na Crise:

- a) Cessar a violência, com o intuito de desencadear procedimentos de proteção em relação à vítima;
- b) Avaliar o risco e a segurança da vítima e seus familiares;
- c) Estabelecer relação e comunicação adequada com a vítima e seus familiares;
- d) Identificar os principais problemas;
- e) Lidar com os sentimentos e fornecer apoio;
- f) Explorar alternativas possíveis;
- g) Formular um plano de ação;
- h) Disponibilizar acompanhamento.

Na intervenção em crise deve-se procurar responder aos seguintes objetivos:

- a) Romper com a ideia de **caso único**;
- b) Ajudar a vítima a lidar com fantasias acerca do impacto da violência, evitando a catastrofização;
- c) Lidar com a procura de explicações;
- d) Lidar com sentimentos de culpa da vítima, explicando as estratégias do/a agressor/a e as dificuldades intrínsecas à revelação;
- e) Evitar o silenciamento ou a pressão **Para esquecer** ou **Para perdoar** (situação mais comum nos casos de violência sexual);
- f) Evitar tentativas de **Fazer justiça pelas próprias mãos**;
- g) Promover a esperança na recuperação e resolução do problema;
- h) Explicar os procedimentos legais e médicos necessários.

Este tipo de intervenção é destinado a vítimas às quais é necessário prestar um apoio rápido e eficaz, uma vez que se encontram imersas por fatores bastante estressantes e debilitantes da sua vida no momento presente. É indicada para vítimas de violência doméstica e de violação ou abuso sexual, sobretudo quando a vitimação sucedeu há menos de 48 horas.

Por ser uma intervenção que pode ser aplicada a variados tipos de situações, esta abordagem deve observar as seguintes fases:

1. A avaliação deve ser pronta e o TAV deve fornecer os auxílios ao/a utente e familiares em crise;
2. A intervenção pretende-se intensiva, focalizada e limitada no tempo;
3. A intervenção deve-se efetuar de forma ativa e flexível.

É importante que o técnico, no âmbito da Intervenção na Crise, desenvolva:

- a) *Empowerment*. O técnico pode ajudar o/a utente a encontrar as suas potencialidades para a resolução dos problemas, reforçando as suas capacidades e o seu poder de decisão;
- b) Validação dos direitos e das decisões da vítima. O técnico pode informar a vítima de forma adequada tanto sobre os procedimentos judiciais como sobre os constrangimentos de várias ordens que podem surgir; respeitando as suas decisões, mas ajudando o/a utente também a perceber as vantagens e desvantagens de cada uma;
- c) Otimização de todos os recursos existentes. O técnico pode colocar à sua disposição todos os recursos que, na nossa instituição ou serviço, estão disponíveis: recursos materiais e recursos humanos, no sentido de facilitar o processo de apoio e possibilitar uma relação de proximidade;
- d) Ajuda à vítima na formulação de um Plano de Segurança. O técnico pode delinear, com o/a utente, um conjunto constituído pela análise da situação presente e identificação das situações de risco; pela projeção da situação futura e outras medidas realizáveis nas condições reais prevendo ao máximo as situações de risco. Para que o Plano de Segurança seja orientador e condutor de um processo de mudança, de forma a passar da situação existente à situação desejada, tendo em conta o bem-estar e a segurança das vítimas (diretas e indiretas);
- e) Apoiar a vítima na reformulação do seu projeto de vida, a curto e a longo prazo, dadas as características específicas da vitimação, esta intervenção, geralmente, não é suficiente.

É necessário assegurar um trabalho contínuo, colaborando com a vítima na reorganização do seu projeto de vida. As duas fases de um processo de apoio – Intervenção em Crise e Intervenção Continuada – são, portanto, complementares. Complementam-se na medida em que é através do apoio contínuo e na colaboração ativa com o/a utente, no seu projecto de vida, que o técnico ajudará a promover uma vida isenta dos efeitos negativos da violência sofrida. O/A utente tem por isso necessidades específicas, daí a necessidade de existirem intervenções especializadas,

que a APAV preconiza com a implementação de três grandes áreas de atuação: Apoio Jurídico, Apoio Psicológico e Apoio Social.

Alguns dados estatísticos da APAV

O Quadro 1 apresenta a evolução dos tipos de crimes atendidos na APAV entre os anos 2000 e 2011. O crime de violência doméstica é aquele que nos últimos anos continua a ter maior visibilidade ao nível do atendimento nos Gabinetes de Apoio à Vítima da APAV. Como é possível observar, o número médio de vítimas de violência doméstica, por ano, situava-se na casa dos 6 250. Já no que diz respeito ao número médio de crimes registados, estes situavam-se na ordem dos 14 350.

Quadro 1 – Evolução da tipologia de crimes atendidos na APAV (2000-2011)

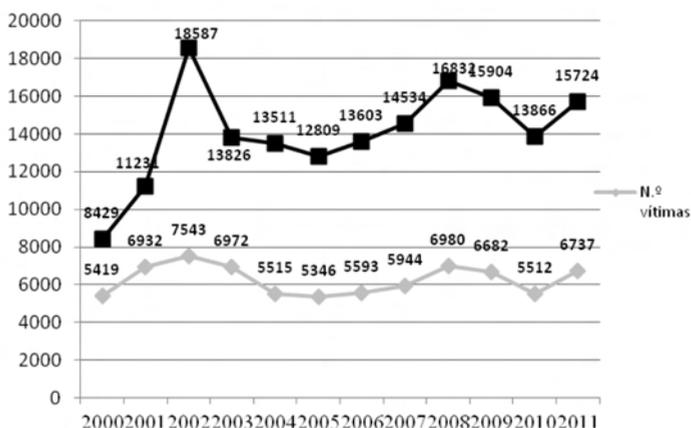
Tipologia	N	%
Violência Doméstica	168 856	87,3
Crimes contra as pessoas e a humanidade	18 603	9,6
Crimes contra o património	48 49	2,5
Crimes contra a vida em Sociedade e Estado	557	0,3
Outros crimes	371	0,2
Contra ordenações	162	0,1
Total	193 398	100

No que diz respeito à caracterização das vítimas que procuram a instituição, ao longo destes últimos anos, foi possível traçar os 3 perfis mais comuns, designadamente: a) Mulheres vítimas de violência doméstica; b) Crianças vítimas de violência doméstica; c) Pessoas idosas vítimas de violência doméstica (Quadro 2).

Quadro 2 – Perfis de vítimas de violência doméstica atendidas na APAV

Vítimas	Perfis
Mulheres	entre 35 e 40 anos /65 + ; portuguesa; casada; família nuclear com filhos; grau de ensino superior; trabalha por conta de outrem; vive nas grandes cidades; relação com autor – cônjuge/companheiro.
Crianças/jovens	sexo feminino; entre 11 e 17 anos; português/a; soteiro/a; família nuclear com filhos; estudante; grau de ensino básico (1º ao 3º ciclo); vive nas grandes cidades; relação com o autor – filho
Pessoas idosas	Sexo feminino; entre os 65 e 70 anos; português/a; casado/a e viúvo/a; família nuclear com filhos; nenhum grau de ensino – sabe ler/escrever; reformado/a; vive nas grandes cidades; relação com o autor – pai/mãe e cônjuge.

Figura 1 - Dados evolutivos de casos Violência Doméstica atendidos na APAV (2000-2011).

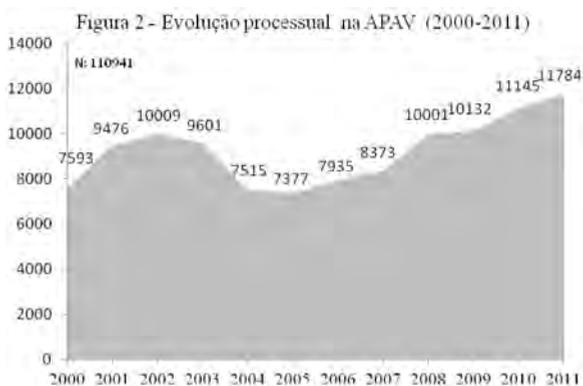


Quadro 3 - Sexo das vítimas atendidas na APAV entre 2000 e 2011

Ano	Feminino	Masculino	Ñs/Ñr	Total
2000	6603	741	249	7593
2001	7167	656	93	7916
2002	7590	688	96	8374
2003	7158	765	145	8068
2004	5730	637	42	6409
2005	5461	592	133	6186
2006	6011	726	34	6771
2007	7015	1166	192	8373
2008	8370	1310	321	10001
2009	6539	946	154	7639
2010	5998	934	--	6932
2011	6937	1422	334	8693
Total	80579	10583	1793	92955

Quadro 4 – Tipo de apoio prestado pela APAV (2000-2011)

Ano	Apoio genérico/ encaminhamento	Apoio jurídico	Apoio psicológico	Apoio social	Apoio econômico	Outros apoios	Total
2000	4009	3410	1413	673	--	889	9505
2001	5914	3844	1565	718	--	815	12041
2002	6264	4202	1318	877	23	123	12684
2003	6513	3751	974	972	34	152	12244
2004	5302	2708	769	631	47	84	9457
2005	6117	2202	538	446	28	49	9331
2006	7297	2818	671	521	16	72	11323
2007	8202	2996	838	615	29	81	12680
2008	9866	2685	706	623	21	54	13901
2009	10162	1993	581	393	42	60	13171
2010	2584	5211	1562	1579	--	--	10936
2011	2002	6872	2915	1441	--	--	13230
Total	74232	42692	13850	9489	240	2379	140503



Considerações finais

A APAV pretende continuar o seu trabalho de apoio a vítimas de crime, consolidando o que já foi desenvolvido nas suas áreas de intervenção, bem como alargando o seu raio de ação a mais pontos do país.

Referências

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV), *Manual de Procedimentos dos Serviços de Apoio à Vítima de Crime na APAV*. Lisboa, 2011.

Sobre os autores

ADRIANA VALÉRIA DA SILVA FREITAS

Enfermeira (UEFS). Especialista em Metodologia do Ensino Superior na Área da Saúde (UFBA). Mestre em Enfermagem na Área da Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso (UFBA). Doutora em Saúde Pública (UFBA). Professor Adjunto da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA), atuando na Graduação no componente curricular Enfermagem na Atenção à Saúde do Idoso. Coordenadora do Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem (EEUFBA).

ANA CLARA REBOUÇAS

Graduada em Odontologia pela Universidade Federal da Bahia (FOUFBA, 2004) e mestre em Saúde Coletiva (ISC-UFBA, 2009). É professora Assistente do Departamento de Odontologia Social e Pediátrica da Faculdade de Odontologia da UFBA (FOUFBA) e participa de projetos de pesquisa em ambas as instituições e demais parcerias. Atualmente desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas linhas da violência em suas interfaces com o setor saúde e das ações intersetoriais e a segurança pública.

ANA LÚCIA FERREIRA

Graduação em Medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1982), mestrado em Medicina – Pediatria – pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (2002). Médica do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, membro do Comitê de Segurança e Direitos da Criança da Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro e professora associada do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua principalmente na área da violência contra crianças e adolescentes.

ANTONIO MARCOS CHAVES

Psicólogo, bacharel e licenciado em Psicologia (Universidade Estadual de Londrina, PR), doutor em Psicologia (Universidade de São Paulo), pós-doutorado em Psicologia Cultural (Universidade Aberta de Lisboa), professor Associado 3 (Universidade Federal da Bahia), professor e orientador de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Instituto de Psicologia - UFBA).

CAROLINE SOARES NOBRE

Enfermeira, mestranda do Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), membro do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Saúde da Criança (NUPESC/CNPq).

ELISA BRITES

Licenciada em Direito (Universidade Portucalense Infante D. Henrique); Curso Superior de Medicina Legal (Instituto de Medicina Legal-Porto/Portugal). Tem formação nas áreas de Vitimologia e Gestão de Casas de Abrigo. Desde 1996, colabora com a Associação Por-

tuguesa de Apoio à Vítima (APAV), desempenha funções de gestão de Gabinete de Apoio à Vítima e de Diretora Técnica de Casa Abrigo.

ELSA BEJA

Licenciada em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). Desde 2000 colabora com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), desempenha funções de assessora do secretariado executivo para a Estatística e Qualidade. Responsável pelo projeto de informatização do Processo de Apoio Online (PAO).

GINO TAPPARELLI

Graduado em Filosofia (Universidade Federal do Paraná), mestre em Ciências Sociais (UFBA), pesquisador do LAVISS/ISC-UFBA, integrante do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV-UFBA), Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I.

JESSICA DE LIMA AQUINO NOGUEIRA

Enfermeira do Hospital Geral de Fortaleza (HGF), membro do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Saúde da Criança (NUPESC/CNPq).

JOELMA OLIVEIRA DA SILVA

Psicóloga, mestre em Psicologia (UFBA), doutoranda em Psicologia (UFBA), professora de Psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Feira de Santana, BA

JULIANA CAMPOS MALTEZ

Graduanda em Ciências Sociais (FFCH/UFBA), pesquisadora discente do grupo Violência Urbana e Saúde (LAVISS – ISC/UFBA), bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPESB (2010-2011) e PIBIC/CNPq (2011-2012).

LUIZA JANE EYRE DE SOUZA VIEIRA

Enfermeira, doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Titular da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Acidentes e Violência (NEPAV). Bolsista do CNPq.

LUIZA LUANA DE ARAÚJO LIRA BEZERRA

Enfermeira, mestranda do Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

MIRNA ALBUQUERQUE FROTA

Enfermeira, doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professor Adjunto da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Saúde da Criança (NUPESC/CNPq).

SUZANA DOURADO

Graduada em Odontologia pela Universidade Federal da Bahia (FOUFBA), especialista em Saúde Coletiva (ABO). Mestranda em Saúde Comunitária (UFBA), área de Ciências Sociais em Saúde, pesquisadora do LAVISS/ISC-UFBA. Atua como cirurgiã-dentista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

TANIA CORDEIRO

Graduada em Comunicação Social (UFBA), mestre em Comunicação (UNB), Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pesquisadora do LAVISS/ISC-UFBA, Coordenadora de Comunicação do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV/UFBA), atua principalmente nos seguintes temas: mídia, violência, cidadania, direitos humanos e comunicação.

	COLOFÃO
Formato	17 x 24cm
Tipologia	Schneidler BT 11/15
Papel	Alcalino 75g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300g/m ² (capa)
Impressão e acabamento	Cartograf
Tiragem	500 exemplares

Esta coletânea reúne comunicações e pesquisas elaboradas por autores com formação acadêmica e experiências profissionais diversificadas. A exposição dos trabalhos obedece a uma sequência que é próxima ao ciclo vital, abordando modalidades de violências que vitimam crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos. Encontram-se dispostos e articulados temas que colocam em xeque as políticas públicas das sociedades globalizadas, complexas e fragmentadas. Os textos analisam com sensibilidade e aprofundamento tais desafios e poderão ser úteis a trabalhadores e a estudantes que têm o social, em sua acepção mais ampla, como objeto de conhecimento e práxis.

ISBN 978-85-232-1026-7



9 788523 210267